



NATUREZA ILUSTRADA

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO FILOSÓFICO-NATURAL SOBRE O BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

GISELE C. CONCEIÇÃO



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

NATUREZA ILUSTRADA
PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO E
CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO
FILOSÓFICO-NATURAL SOBRE O BRASIL
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

GISELE C. CONCEIÇÃO

Título: ***Natureza Ilustrada. Processos de construção e circulação de conhecimento
Filosófico-Natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII***

Autoria: Gisele C. Conceição

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Imagem da capa: *Dos contravenenos e febrífugos*, estampa 14 do livro de Francisco António de Sampaio

Historia dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brazil, pertencente à Medicina de 1782.

Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Depósito legal: 465341/19

ISBN: 978-989-8970-21-3

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-21-3/nat>

Porto, dezembro de 2019

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/HIS/04059/2019.

A Fabiano, Luís e Pepê

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	9
ÍNDICE DE FIGURAS	10
ÍNDICE DE TABELAS	11
SIGLAS	12
AGRADECIMENTOS	13
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	21
I. QUESTÕES TEÓRICAS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS	27
1. A Filosofia Natural	31
1.1. <i>Ciência Normal</i> e Filosofia Natural: permanência de conceitos e práticas	41
1.2. O <i>locus</i> do conhecimento científico	45
2. Contextos de produção de conhecimento e universo de fontes documentais	49
2.1. Trabalhos de Filosofia Natural sobre o Brasil	57
2.2. Critérios de seleção documental	65
2.3. Documentação selecionada	67
II. CIÊNCIA E PODER, CIÊNCIA COMO PODER	75
3. Averiguação das potencialidades naturais da colônia	79
3.1. Os naturalistas e as Viagens Filosóficas: a implementação de um projeto de poder	79
3.2. Domínio territorial, conhecimento e técnica	91
3.3. Agentes independentes no processo de construção de conhecimento filosófico-natural: José Barbosa de Sá e seus <i>Diálogos Geográficos</i>	111
4. Poder, simbólica social e Ciência	119
4.1. Políticas de incentivo à averiguação das potencialidades naturais das colônias	120
4.2. <i>Apontamentos para descobrir na America portuguesa aquellas produções naturaes que podem enriquecer a Medicina e o Comercio</i> : um manuscrito sobre as colônias de António Nunes Ribeiro Sanches	128
4.3. Redes de contato e circulação de conhecimento entre Portugal e Brasil	134
4.4. Ciência como instrumento de inserção social: os casos de José Monteiro de Carvalho e Domingos Alves Branco Muniz Barreto	138
4.5. Academias, jardins e gabinetes: espaços de produção de conhecimento e normativa científica	146

III. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO NATURAL DO BRASIL	157
5. Processos de construção, reconfiguração e circulação de conhecimento	161
6. Um manual que todos possam usar: As observações filosófico-naturais de Domingos Alves Branco Muniz Barreto	165
6.1. As regras de Muniz Barreto para recolha, preparação, descrição e envio das espécies de plantas	171
6.2. A dissertação filosófico-natural: processos de reconfiguração e carácter local do conhecimento	181
7. A <i>História Natural da Vila da Cachoeira na Bahia</i> de Francisco António de Sampaio	197
7.1. O autor, a obra e a busca de validação do conhecimento produzido	197
7.2. Circulação, produção e validação do conhecimento	206
7.3. Produção local e processos de reconfiguração: classificações em torno do Reino Vegetal	209
7.4. Potencialidades e limites na obra de Francisco António de Sampaio — o uso da sistemática lineana	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRAFIA	237
ANEXOS	253
Anexo 1. Autores de trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII	255
Anexo 2. Trabalhos selecionados para análise	257
Anexo 3. Transcrição do manuscrito <i>Apontamentos para descobrir na America Portuguesa a aquellas produçoens naturaes que podem enriquecer a Medecina, e o Commercio</i> , de António Nunes Ribeiro Sanches	259
Anexo 4. <i>Correspondencia da Academia Real das Sciencias desde 1780 ate 1790. Cartas de Francisco António de Sampaio para a Academia das Ciências de Lisboa</i>	267
Anexo 5. Transcrição do manuscrito <i>Memoria sobre a Botanica, e as vantagens, que della rezultão para a praxe Medica, apresentada á Academia real das sciencias de Lisboa</i> , de Manoel Joaquim de Souza Ferraz	271
Anexo 6. Transcrição do manuscrito <i>Observaçoens Relativas a Agricultura, Commercio, e Navegação do Continente do Rio Grande de S. Pedro no Brasil Por Domingos Alz' Branco Muniz Barreto, Cavalleiro professo na Ordem de S. Bento d'Aviz, e Cap.m de Infantr.a do Regim.to de Estremô»</i> , de Domingos Alves Branco Muniz Barreto	277
Anexo 7. Transcrição dos manuscritos sobre a Araucária	285
Anexo 8. Lista das espécies relativas ao Brasil descritas por José Monteiro de Carvalho no <i>Diccionario Portuguez das Plantas</i>	291
Anexo 9. Transcrição do manuscrito <i>Plantas do Certão do Gram Pará</i> , de Domingos Alves Branco Muniz Barreto	293

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

II. 1. Mapa da rota de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo interior do Brasil	81
II. 2. Mapa da capitania do Ciará Grande (século XVIII)	87
II. 3. Mapa da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)	97
II. 4. Ensaio da Física vegetal dos bosques dos Ilhéus	103
II. 5. Capa do manuscrito sobre as Plantas Medicinais de Muniz Barreto	169
II. 6. <i>Plantas do Certão do Gram Pará</i> , Muniz Barreto	171
II. 7. Mapa da <i>Villa de Cachoeira</i> , 1792	204
II. 8. Estampa: <i>Mariana</i> , Francisco António de Sampaio	213
II. 9. Estampa: <i>Cajueiro</i> , Francisco António de Sampaio	216
II. 10. Estampa: <i>Sabiá verdadeira</i> , Francisco António de Sampaio	219
II. 11. Estampa: <i>Jacupemba</i> , Francisco António de Sampaio	221
II. 12. Estampa: <i>Jibóia</i> , Francisco António de Sampaio	223

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1. Fontes documentais de caráter científico produzidas sobre a América portuguesa durante o século XVIII: relação entre os objetivos dos trabalhos e as características de seus produtores	63
Fig. 2. Composição do cenário geral de produtores de trabalhos filosóficos-naturais sobre o Brasil: relação entre autores e atuações profissionais	63
Fig. 3. Conexões e circulação de conhecimento envolvendo Ribeiro Sanches	137
Fig. 4. Reconfiguração de conhecimento no trabalho de Domingos Alves Branco Muniz Barreto sobre as plantas medicinais da comarca de Ilhéus	194
Fig. 5. Circulação, produção e validação de conhecimento, Francisco António de Sampaio	209
Fig. 6. Porcentagem de animais que Francisco António de Sampaio classificou de acordo com a sistemática lineana	218

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Relação dos autores dos trabalhos selecionados e suas respectivas profissões quando da produção do trabalho	67
Tabela 2. Distribuição das plantas catalogadas por Francisco António de Sampaio	210
Tabela 3. Nomes dos Quadrúpedes catalogados por Francisco António de Sampaio, com a classificação binominal atual	225
Tabela 4. Nomes das Aves catalogadas por Francisco António de Sampaio, com a classificação binominal atual	226
Tabela 5. Nomes dos Anfíbios catalogados por Francisco António de Sampaio, com a classificação binominal atual	228
Tabela 6. Nomes dos Insetos catalogados por Francisco António de Sampaio, com a classificação binominal atual	229

SIGLAS

ACL	Academia das Ciências de Lisboa
AHMB	Arquivo Histórico Museu Bocage
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BPMP	Biblioteca Municipal Pública do Porto
FBN	Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Este livro, resultado de diversos processos de reconfiguração e circulação de saberes, é fruto de quatro anos de muito trabalho e dedicação. Entretanto, como todo resultado de produção compartilhada de conhecimento, eu não poderia deixar de agradecer aos muitos colegas, Professores, centros de pesquisa, documentação e difusão de saberes, que, de certo modo, me auxiliaram na construção deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), por todo o apoio institucional.

Aos centros de documentação, nomeadamente a Biblioteca Nacional de Portugal, à Academia das Ciências de Lisboa, Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e à Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Aos Professores e colegas João Carlos Garcia, Timothy Walker, Winfried Heine-mann, Kapil Raj, Henrique Leitão, Luís Miguel Duarte, Monique Palma e Wellington Bernardelli Silva Filho.

Em especial a Professora Amélia Polónia, que trilhou o caminho de construção deste livro a meu lado, compartilhando todo o seu conhecimento, me levando a questionar tudo e me ajudando a encontrar saídas.

Agradeço aos meus pais, Isabel e Benedito, por todo o apoio, dedicação e amor incondicional.

A Pepê, uma grande companheira e fonte de relaxamento e alegrias.

Ao meu filho, Luís, que me ensina todos os dias a ser flexível e a ver beleza nos pequenos detalhes.

E ao meu companheiro de vida e de trabalho, Doutor Fabiano Bracht, por ter caminhado ao meu lado ao longo da construção deste livro, compartilhando comigo o seu conhecimento e me mostrando, diariamente, como um investigador das Ciências Humanas é também um cientista.

PREFÁCIO

AMÉLIA POLÓNIA

O presente estudo de Gisele da Conceição, elaborado no domínio da investigação histórica universitária, procura compreender os processos de construção de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII. Partindo de uma análise contextual e da análise de obras-chave que descrevem a Natureza do Brasil, a sua abordagem situa-se tanto no domínio do estudo do Império Ultramarino Português, quanto no da História da Ciência.

De reconhecer que se está face a um trabalho de indiscutível importância científica, assente em exaustivo recurso a fontes inéditas, trazendo muitas e surpreendentes novidades. A reconstrução das dinâmicas históricas em estudo evidencia uma madura e impressionante análise documental, resultado de um percurso longo e árduo, exposta com clareza e conseguida estruturação. O resultado é a confirmação de uma investigadora de indiscutível perfil académico e o emergir de uma referência numa área de exigente especialização. De saudar, portanto, o aparecimento de um uma obra que assume lugar de mérito no âmbito da historiografia portuguesa, brasileira e europeia.

Seguindo teorias recentes que buscam compreender os processos de construção de conhecimento em zonas de *fronteira* como sendo resultantes de dinâmicas de produção, circulação e reconfiguração de saberes, a obra questiona a perspectiva clássica segundo a qual, no domínio da Filosofia Natural, as *Viagens Filosóficas* teriam constituído a mas significativa expressão do conhecimento do Mundo Natural do Brasil colonial.

A investigação levada a cabo procura indagar a natureza polimorfa do conhecimento filosófico-natural produzido ou circulante nesse espaço, levando em consideração o perfil heterogéneo dos seus produtores, as circunstâncias e objetivos de produção, bem como as bases empíricas e epistemológicas decorrentes da circulação de pessoas e de conhecimento, entre a Europa, Portugal e o Brasil.

As fontes documentais selecionadas, tratados, dicionários, descrições, apontamentos, correspondência, suportam uma análise voltada não apenas para os aspetos salientes das descrições da Natureza do Brasil, mas também para as discussões sobre o estado da Filosofia Natural, enquanto disciplina, em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

A autora evidencia mestria na articulação dos núcleos pesquisados, na capacidade de escolher a informação pertinente, na problematização oportuna, na análise dedutivo-indutiva de carácter textual e quantitativo, no tratamento prosopográfico de dados biográficos dos autores analisados, ilustrativos de estratégias e tendências históricas. A perícia utilizada ao manejar instrumentos conceptuais e práticas da área das ciências sociais, com destaque para a história das ciências, é também de assinalar.

Ressaltam da obra conseguidas sínteses contextualizantes, bem como o equacionar de pertinentes questões a tratar. Entre as suas principais conclusões avultam as que apontam para uma intrínseca relação entre a produção de trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil e os contextos políticos, económicos e sociais coevos, evidenciando que as relações de poder se encontravam intimamente ligadas à produção de conhecimento em todo o Império português. Do mesmo modo se evidencia

como os interesses de uma entidade colonial moldaram em simultâneo a relação dos agentes estudados com o conhecimento científico e com planos de construção imperial. Provado fica, porém, que essa produção científica não se encontrava baseada exclusivamente em iniciativas e produtos ligados à intervenção direta do Estado. Os trabalhos de Francisco António de Sampaio, José Barbosa de Sá e Domingos Alves Branco Muniz Barreto provam-no à sociedade.

Relevantes são também as conclusões sobre os processos de circulação de conhecimento entre redes de indivíduos, fixados em territórios dentro e fora do Império. Prova-se que esse conhecimento circulou através de uma extensa troca de correspondência e de trabalhos que, muitas vezes, tinham como finalidade divulgar o pensamento científico e as propostas políticas dentro de uma rede de contactos vasta. Em tempos de consolidados efeitos da chamada “revolução científica”, a obra evidencia a persistência de uma mescla de sistemas de construção do conhecimento, em que o tradicional se associa a novas filosofias e teorias de saber, pelo menos até o final do século XVIII.

A obra estuda com proficiência variados perfis de agentes de produção de conhecimento, entre os quais académicos, empiristas, práticos e autodidatas, europeus e naturais e residentes nos territórios do Brasil colonial. Fica evidente, a partir das análises efetuadas, que cada um destes agentes desempenhou um papel específico num conspecto complexo de produção de conhecimento que se tecia no seio do império português. No primeiro grupo inclui a autora os nomes e a obra de António Nunes Ribeiro Sanches, Manoel Joaquim de Souza Ferraz, Domingos Vandelli, Baltasar da Silva Lisboa e outros. No segundo grupo, os casos de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Francisco António de Sampaio, José Barboza de Sá.

A obra de Gisele da Conceição contém perspetivas inovadoras capazes de estimular idênticos projetos com incidência em outros espaços e tempos. De igual forma, permite compreender a importância da dinâmica da transferência de conhecimento, analisado na sua tríplice vertente da produção, circulação e reconfiguração, considerado o binómio Portugal/ Europa e o Brasil colonial. Do seu excuro resulta uma leitura exemplar sobre a construção de impérios ultramarinos com base na articulação de universos geográficos, culturais e histórico-antropológicos distintos, conectados através de programas de colonização, orquestrados ou não pelo poder central, na sua necessária articulação com os universos de contacto.

Ao ver publicada a obra magna desta historiadora, formada em duas escolas historiográficas, também elas distintas e complementares, a portuguesa e a brasileira, forçoso será reconhecer a riqueza investigativa que se recolhe de sua leitura, as sugestivas pistas que o material de pesquisa acumulado proporciona à comunidade científica e, por fim, o contributo que representa para o domínio da História da Ciência no período setecentista.

Porto, 29 de maio de 2020
Amélia Polónia

INTRODUÇÃO

O tema deste livro encontra-se sintetizado no seu título: *Natureza ilustrada: processos de construção e circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. Os processos de construção de conhecimento colonial (nas colónias e sobre as colónias) apresentam-se, assim, como o objeto de estudo central deste trabalho, e serão situados em um universo temporal que vai desde 1750 a 1800 e um espaço geográfico circunscrito ao Brasil colonial.

A abordagem empreendida situa este livro, em simultâneo, no domínio do estudo da construção do Império Ultramarino português e na área dos Estudos Coloniais. Em paralelo, o enfoque seguido coloca-o no âmbito da História das Ciências, apelando a diversas dimensões desta área disciplinar. O trabalho foca-se, pois, nos processos de produção de conhecimento em território colonial brasileiro e sobre o Brasil, em ordem a indagar a natureza desse conhecimento, as circunstâncias e os agentes de produção, bem como suas bases empíricas e epistemológicas. Procurou-se, em particular, compreender os processos de reconfiguração de tais conhecimentos, decorrentes da sua circulação entre Portugal e o Brasil.

O contexto no qual estes estudos foram produzidos não pode ser compreendido sem levar em consideração o universo e as conexões intercontinentais que decorreram da construção do Império Português desde o século XVI, pois as rotas marítimas que interligavam a Metrópole portuguesa com as suas colónias e seus portos comerciais faziam parte de uma complexa rede que fomentava, não somente uma grande circulação de produtos, mas também de pessoas, de conhecimentos e de informação sobre o Mundo Natural das colónias.

Podemos, com Stuart Schwartz, descrever o processo de expansão portuguesa, do ponto de vista logístico e geográfico, como um sistema marítimo que criou uma rede comercial entre diversos portos e pequenos povoados¹ ou, com Luís Filipe Reis Thomaz, como uma rede de conexões marítimas amplamente direcionadas aos interesses do Estado em suas políticas expansionistas, tanto os de carácter mercantil, como religioso e militar². Foi através desta rede que as informações sobre as potencialidades naturais do Brasil, e os trabalhos científicos que as veiculavam, circularam e foram conhecidos.

A questão da circulação de conhecimento não esgota, antes motiva, outras indagações a que este livro não pretende, porém, dar resposta cabal. O seu objetivo é o de contribuir para uma reflexão sobre a questão do reconhecimento e da validação desse conhecimento, bem como a da sua incorporação em espaços de saber académicos e não académicos europeus.

¹ SCHWARTZ, 2010: 21-51.

² THOMAZ, 2009: 13-57.

Existe razoável consenso quanto ao fato de que muitas das motivações dos trabalhos produzidos no tempo e espaço em análise são de natureza econômica e política³. A interação e interligação atlântica entre a Metrópole e a colônia são, na verdade, essenciais para compreendermos os motivos que levaram a Coroa portuguesa a promover estudos de reconhecimento territorial e científico, impulsionados, entre outros, por motivos políticos e econômicos⁴. É nosso entendimento, porém, que os seus contributos ultrapassam esses domínios. E é aqui que, segundo cremos, repousa um dos focos de maior contributo deste livro.

A segunda aportação deste trabalho ao estado da arte sobre o tema tem a ver com o fato de se partir da hipótese, a testar, de que os autores que poderemos considerar como criadores de obras de Filosofia Natural sobre o Brasil tenham sido bem mais, em número, e de estatuto mais diverso do que os que são tradicionalmente identificados na literatura sobre esta matéria. Procuraremos, pois, conhecer essa complexa rede de agentes, localizados no Brasil colonial e fora dele, que produziu conhecimento sobre o Brasil, o qual circulou através de trabalhos que, em muitos casos, nunca chegaram a ser impressos.

Com efeito, entre os autores que escreveram sobre o Mundo Natural do Brasil, vamos encontrar naturalistas de formação — os que empreenderam as chamadas Viagens Filosóficas do final do século XVIII. Mas encontramos também indivíduos ligados à Coroa e a instituições de administração colonial, e aqueles que, não lhes pertencendo, pretendiam estabelecer esta ligação, partindo do exercício de funções e de formações profissionais variadas. Estes indivíduos produziram um número significativo de trabalhos que devem merecer a nossa atenção. Dada a diversidade inerente a este universo, com fronteiras ainda pouco precisas, procuraremos, através da análise das suas trajetórias pessoais e profissionais, bem como dos conteúdos dos seus trabalhos, traçar um panorama da tipologia de produtores e da produção científica do período e do universo em estudo.

De acordo com este enfoque, que cremos contribuirá para enriquecer a perspectiva dos estudos sobre os trabalhos de Filosofia Natural do Brasil colonial, a análise empreendida incide, em primeiro lugar, sobre as condições, as circunstâncias e os agentes de produção desse conhecimento; em segundo lugar, sobre a forma e as vias de circulação desse conhecimento, indagando até que ponto poderia ter sido incorporado e validado no universo científico europeu do século XVIII; e em terceiro lugar, verificar em que medida podem ser observados processos de reconfiguração do conhecimento filosófico-natural, através desta circulação e correlativas transferências. Tudo isto estabelecendo conexões com as questões políticas, econômicas e sociais

³ KANTOR, 2012: 239-250; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006: 150-174; KURY, 2015: 243-277; PATACA, 2006; PATACA, 2007; KURY, 2008: 73-84.

⁴ POLÓNIA, 2010b.

que permeavam o contexto de cada obra e autor em particular, o que nos conduziu à escolha de alguns específicos casos de estudo.

O livro está organizado em três partes: I. Questões teóricas, conceituais e metodológicas; II. Ciência e Poder, Ciência como Poder; III. A produção de conhecimento sobre o Mundo Natural do Brasil.

Na primeira parte, como o próprio título indica, serão discutidas algumas definições conceituais de importância fundamental para o entendimento e delimitação do objeto de estudo: o conhecimento filosófico-natural produzido sobre e no Brasil. Estas definições articulam-se com um quadro teórico mais vasto, que será apresentado como chave de leitura das opções e das análises. Em um segundo momento, defino os referenciais historiográficos que irão servir de ponto de partida para as análises subsequentes, e que as contextualizam. De seguida, proceder-se-á à apresentação das fontes documentais com que trabalhei. Isto será feito em três etapas: primeiro, uma apresentação do amplo universo de fontes disponíveis, bem como dos contextos gerais da sua produção; em seguida, apresento os critérios de seleção documental; por último, com mais detalhes, as fontes documentais que foram efetivamente selecionadas, e que serão a base empírica concreta da construção analítica deste trabalho.

Na segunda parte, a análise das fontes documentais torna-se central, assim como uma discussão historiográfica fundamentada no pressuposto da existência de uma estreita relação entre ciência e poder, perspectivando a ciência como instrumento de poder, e vice-versa. Ideia que se nos afigura aplicável, de forma sustentada, ao período em estudo: o século XVIII.

O intuito deste debate é o de colocar as fontes selecionadas em contextos de análise que possam evidenciar a sua natureza e levar-nos a compreender a tipologia e o perfil dos agentes e dos trabalhos produzidos, num contexto em que a circulação de conhecimento no Império Português se mostra relevante para os processos de construção da ciência, e do próprio Império. Neste cenário, entendo que as relações de poder entre os agentes produtores estiveram no centro da produção de conhecimento e determinaram, muitas vezes, os processos, não apenas de produção, mas também de divulgação e validação desses trabalhos, tanto na Europa, quanto nas colónias. Busquei demonstrar este cenário através de estudos de caso como, por exemplo, o de António Nunes Ribeiro Sanches, procurando saber de que maneira, através da circulação de conhecimento e das relações entre agentes de ciência e agentes de poder, e entre circuitos de ciência e circuitos de poder, ocorreram convergências entre a aplicação destes conhecimentos e as políticas estatais, as quais reconfiguraram a prática e a teoria dos estudos filosófico-naturais sobre os espaços coloniais.

Na terceira, e última parte, procurei entender a construção de conhecimento nos espaços coloniais, a partir de processos de circulação e reconfiguração, balizando-me em teorias que igualmente tratam deste tema. Para isso, selecionei dois estudos de

caso, os quais considero representativos dos autores, das circunstâncias e dos processos de produção de conhecimento sobre o Mundo Natural no Brasil. Refiro-me aos trabalhos do militar Domingos Alves Branco Muniz Barreto e do médico Francisco António de Sampaio, em particular as obras: *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia*; e *Historia dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brazil, pertencente à Medicina*.

Na análise destes manuscritos procurei abordar a metodologia e as bases teóricas descritas ao longo do livro, com a intenção de compreender a maneira como o conhecimento foi produzido, quem eram os agentes atuantes nesse processo, e quais eram as suas funções e objetivos. Do mesmo modo, foi importante notar quais eram as relações estabelecidas entre os produtores dos trabalhos e outros indivíduos e entidades envolvidos em suas redes de contatos, tentando perceber se estas relações poderiam exercer algum tipo de influência no trabalho final desses autores. Aqui, o objetivo foi o de tentar compreender a construção de conhecimento em território colonial como estando alicerçada em processos de reconfiguração de influência recíproca. Estes envolviam não apenas questões políticas, sociais, e iniciativas de foro governamental, mas também a relação entre os padrões científicos identificados nessas fontes e aqueles que estavam sendo estabelecidos nas comunidades científicas da Europa.

Nesta análise, alguns elementos foram tidos como fundamentais. Estes envolveram processos de circulação de conhecimento, fatores locais que influenciavam a produção de saberes, jogos de poder, hierarquias sociais, processos de negociação e processos de trocas e transferências entre indivíduos e comunidades, os quais integram como agentes, indígenas, colonos, intelectuais e políticos.

Na articulação entre todos esses elementos o objetivo deste livro é o de construir interpretações e análises que acrescentem ao campo de estudos e possam ser relevantes para melhor compreender os processos de construção de conhecimento sobre a natureza do Brasil, principalmente na segunda metade do século XVIII.

I

QUESTÕES TEÓRICAS,
CONCEITUAIS E
METODOLÓGICAS

O conceito de Filosofia Natural é fundamental para este livro. Por isso, e para iniciar as discussões que se referem especificamente aos trabalhos relativos à natureza do Brasil, torna-se necessário definir alguns conceitos. Para tanto, esta discussão terá de retroceder a períodos anteriores ao século XVIII, na tentativa de estabelecer parâmetros de comparação e análise no que se refere à aplicação e entendimento deste campo do conhecimento, em um período que vai desde a Idade Média até ao desencadear dos eventos que culminaram com o desenvolvimento do Iluminismo. O intuito é o de incorporar, a partir da ampla literatura existente, uma melhor compreensão das transformações processadas nos paradigmas científicos. Acredito que este balanço teórico possa fornecer ferramentas conceituais suficientes para compreender o panorama científico em Portugal e no Brasil na segunda metade do século XVIII.

Sendo assim, vou remontar a análise ao final do período medieval, quando a prática científica era fortemente influenciada por reinterpretações dos preceitos de Aristóteles e as universidades começavam a acumular transformações, primordiais para o seu desenvolvimento na Idade Moderna. Em seguida, abordarei aspectos relativos ao século XVI e à expansão marítima, em um período em que os europeus passaram a ter contato, a observar e a tentar encaixar novos elementos da natureza dentro de seu sistema paradigmático, e o total de seres, vivos ou inanimados, com que agora contactavam, e até então eram desconhecidos, já não se encaixavam nos seus modelos de compreensão e de descrição do Mundo⁵. Passo pelo século XVII e a chamada Revolução Científica, período de grande desenvolvimento do conhecimento científico, terminando no século XVIII, com a efervescência filosófica e científica do Iluminismo.

Mesmo que esse panorama geral da evolução científica desde a Idade Média até o final do século XVIII tenha sido tema central de inúmeros trabalhos, acredito ser relevante retomar essas discussões, ainda que brevemente, para compreendermos alguns processos de produção, sistematização e disseminação de conhecimento, que se revelam fundamentais para os objetivos de análise deste livro. Do mesmo modo, também será necessário definir os conceitos centrais do livro, ampliando o entendimento e a fundamentação teórica, com a integração de teorias que buscam compreender esses processos de transformação da ciência a partir de parâmetros relacionados com a construção, reformulação e permanência do conhecimento científico ao longo do tempo.

⁵ CONCEIÇÃO, 2013; CONCEIÇÃO & SANTOS, 2013.

1. A FILOSOFIA NATURAL

Algumas das principais características da ciência, tal qual as conhecemos hoje, desenvolveram-se a partir do século XIX⁶ com a consolidação de algumas áreas científicas específicas e de transformações nas técnicas de observação e análise de dados. Isso ocorreu, em parte, através de processos de longa duração, pelos quais os parâmetros da produção do conhecimento científico foram gradualmente transformados. Embora estes não tenham sido processos lineares, em um único sentido de desenvolvimento, é certo que diversas correspondências podem ser encontradas. Em relação a alguns aspectos de tais processos, pode-se mesmo retroceder à Antiguidade Clássica, passando pelo período medieval até a Idade Moderna⁷. Boa parte destes desenvolvimentos deram-se através da constante circulação e reinterpretação de textos dos grandes filósofos da Antiguidade, que conservaram grande parte de sua influência até aos séculos XVIII e XIX⁸.

Até o século XVIII, grande parte do que se compreendia por ciência, de forma geral, fazia parte do complexo epistemológico da Filosofia Natural, que, por sua vez, englobava conhecimentos a respeito de animais, plantas e minerais, além da Matemática aplicada aos fenômenos naturais (que modernamente chamamos de Física), Astronomia, Química, e a Medicina. Os estudos de Filosofia Natural tendiam a tentar compreender o funcionamento do Universo como um todo interligado. É nesse âmbito que se incluíam os estudos sobre a flora, os usos médicos das plantas, os conhecimentos acerca dos animais, e a maneira como se articulavam as relações entre o Homem e a natureza⁹. As configurações gerais da Filosofia Natural, em termos dos objetos de estudo que esta englobava, sofreram modificações desde a Antiguidade até o século XVIII, quando, por diferentes processos, diversos campos do conhecimento passaram a ganhar cada vez mais independência¹⁰. Começo, então, a tentar delinear a trajetória da Filosofia Natural.

Desde a Antiguidade Clássica, o Homem buscou compreender o funcionamento do Universo e a relação de si próprio com o ambiente que o cercava. Aristóteles (384 a. C.–322 a. C.) foi um dos precursores dos estudos sobre a natureza como parte do mundo físico que se forma e funciona sem o artifício do Homem¹¹. Suas ideias foram influentes ao longo de toda a Idade Média, mas principalmente a partir do século XII, chegando, ainda no século XVIII, a ser matéria de análise. Seus preceitos, sobre a compreensão do Mundo Natural, foram utilizados nas universidades medievais como base para o ensino dos filósofos¹². Para Aristóteles, os estudos de Filosofia Natural, deveriam compreender a estrutura e o funcionamento do Universo

¹² GRANT, 2002: 63-80; DEBUS, 2002; HANKINS, 2002.

e tudo aquilo que nele estava contido. Sua chave mestra era pensar na Física¹³ do Universo em sua totalidade, e assim formulou as bases de compreensão da Filosofia Natural que permearam o ideário dos filósofos medievais¹⁴. Para estes filósofos — que tinham nos princípios aristotélicos o norte para a compreensão das coisas — a ideia de experimentação e empiria não era, na maioria dos casos, ferramenta necessária e primordial. A Filosofia Natural medieval desenvolvia-se, parcialmente, através de debates a respeito do conteúdo dos textos dos autores antigos. Frequentemente, a inserção de novas informações, a partir da observação experimental, era feita com reservada parcimônia¹⁵. A observação e a experimentação, neste caso, tornavam-se sensivelmente menos relevantes, servindo, muitas vezes, apenas como ferramenta para refutar ou comprovar, em última análise, uma hipótese ou ideia. O raciocínio, a lógica formal e as discussões filosóficas em torno dela, dominavam o ambiente acadêmico-científico do medievo¹⁶.

Já não podemos dizer o mesmo quando observamos a estrutura da Filosofia Natural no início da Idade Moderna. A grande diferença entre os filósofos naturais da Idade Média e os primeiros filósofos naturais do início do período moderno, estava, justamente, na importância que estes conferiam à observação e à empiria. Esta mudança pode ser observada, gradualmente, a partir do século XV, e de forma mais densa e acelerada a partir do século XVI, em parte influenciada pela descoberta dos Novos Mundos e a chegada dos relatos feitos pelos europeus sobre as terras recém-descobertas¹⁷. A partir deste momento, parte cada vez mais significativa dos filósofos e homens empenhados em descrever e classificar o ambiente natural adotou a observação e a verificação empírica como ferramenta basilar para a compreensão das coisas¹⁸; seja o funcionamento do Universo, o posicionamento das estrelas, as espécies de animais, ou a utilização de plantas e minerais como medicamentos. Ao questionar a validade das discussões puramente filosóficas como ferramenta única da construção do conhecimento, o Homem passou a ver na empiria a chave para compreender o mundo que o cercava.

As representações e descrições de animais e plantas, por exemplo, ficaram ainda mais precisas aquando do início das viagens ao continente americano, no século XVI. Fosse por pura inquietação e anseio científico, fosse por questões utilitárias, os homens passaram a observar o mundo de novas maneiras. Ao mesmo tempo que

¹³ Física é a ciência que estuda a natureza e seus fenômenos em seus aspectos mais gerais. O físico era, portanto, o filósofo que estudava a natureza (HANKINS, 2002: 11).

¹⁴ GRANT, 2002: 63-80.

¹⁵ Uma das principais características da crítica humanista exercida sobre os trabalhos dos eruditos antigos é a total falta de acréscimos aos textos. Os humanistas faziam a crítica literária, apontavam os erros, mas não acrescentavam conhecimento novo (DEBUS, 2002: 1-36).

¹⁶ GRANT, 2002: 185; KUHN, 2009: 172.

¹⁷ ALMEIDA, 2009: 78-92.

¹⁸ GRANT, 2002: 184-188; GRANT, 2009.

houve um estranhamento inicial face às espécies encontradas, também elas não se encaixavam, totalmente, dentro dos paradigmas previamente conhecidos. O contato com o novo Mundo Natural e toda a sua diversidade foi relevante para que os indivíduos, nos séculos XVI e XVII, iniciassem novas discussões que pudessem construir uma Filosofia Natural baseada na observação e descrição das coisas o mais próximo possível da realidade observável. Mesmo que algumas das suas características iniciais pudessem conter resquícios aristotélicos, principalmente relativos às representações, esse avanço proporcionou evolução no estudo da natureza¹⁹. Parte disso podemos observar quando analisamos as mudanças ocorridas durante o período que hoje é denominado de Revolução Científica, pois não houve, até certo ponto, uma ruptura total com os preceitos antigos. As transformações ocorreram de maneira lenta e gradual, e não é possível determinar ou marcar o fim de uma corrente filosófica que tome o lugar de outra²⁰. Contudo, o que podemos dizer é que as novas perspectivas da Filosofia Natural do período moderno modificaram a maneira como os filósofos compreendiam o Mundo Natural, e iniciaram transformações nas mais variadas áreas do conhecimento, sem que isso representasse, muitas vezes, uma ruptura abrupta com os preceitos anteriores.

A tentativa de afastamento em relação aos preceitos antigos pode ser observada com mais clareza a partir de meados do século XVII, com as transformações ocorridas em campos como a Astronomia, a Matemática aplicada ao estudo da natureza e a Medicina (através de suas auxiliares, Botânica, Anatomia e Química), ligadas diretamente ao desenvolvimento dos estudos empíricos — observação e trabalho de campo²¹. É neste período que os intelectuais que buscavam mudanças nas bases filosóficas anteriores e ainda dominantes, as quais tinham nos preceitos de Aristóteles e Galeno²² (ca. 129–ca. 199 ou 217) as suas bases de estudos e compreensão, começam a formar grupos de estudos locais desligados dos grandes centros de formação intelectual²³, ou seja, as universidades²⁴. E os resultados dos seus estudos circulavam entre os homens de ciência, e assim o conhecimento era divulgado e validado. Academias privadas e epistolografia, a par de um intenso labor da Imprensa, ao serviço dos homens de cultura e de saber, tão própria do Humanismo europeu, contribuíram para esta dinâmica²⁵.

¹⁹ DEBUS, 2002: 40.

²⁰ KUHN, 2009.

²¹ DEBUS, 2002: 131.

²² Médico grego, cuja influência foi fundamental no mundo cristão e muçulmano, desde a Idade Média até o final do século XVIII.

²³ DEBUS, 2002: 132.

²⁴ Havia, no princípio do século XVII, certa resistência dentro das universidades em relação à crítica aristotélica. Os intelectuais buscaram alternativas fora das salas de aula para conseguir desenvolver novas teorias (DEBUS, 2002; GRANT, 2002; GRANT, 2009).

²⁵ DEBUS, 2002; DELUMEAU, 2011.

Nos séculos XVI e XVII, os filósofos naturais compartilhavam grande parte do que sabiam com seus antecessores medievais²⁶, pontualmente acrescentando e expandindo novos saberes àqueles previamente adquiridos²⁷, não se tendo processado uma ruptura total de paradigmas, mas sim uma reformulação das bases de conhecimento e compreensão, e novas tentativas de aplicação dos conceitos. Estes conhecimentos advinham da observação e análise, e o avanço científico ocorria através da junção do conhecimento antigo, usado como base na construção do novo²⁸, e a incorporação dos resultados das observações e análises. Quando observamos a construção de conhecimento sobre o Mundo Natural do Novo Mundo, podemos perceber esta formação do pensamento moderno, uma vez que, com base no conhecimento previamente adquirido das espécies de animais e plantas europeias, buscava-se reconhecer as similaridades entre aquilo que era novo, e aquilo que já era conhecido, e assim, procurava-se construir o conhecimento científico sobre os novos elementos²⁹.

No século XVI, os eruditos passaram a utilizar as ferramentas da observação e experimentação na construção de seus trabalhos de Filosofia Natural. Alguns autores criticavam a falta de componentes empíricos no Aristotelismo, e buscavam certo distanciamento das suas perspectivas³⁰. Para os filósofos do século XVII, a experimentação tornou-se parte fundamental do que Thomas Hankins chamou de «abordagem racional da natureza»³¹. O fato é que, desde o século XVI, existiu uma presença marcante dos estudos baseados na observação e experimentação empírica nos processos de compreensão do Mundo Natural, que foi sendo cada vez mais aplicada pelos estudiosos até o século XVIII. Os trabalhos de Filosofia Natural eram desenvolvidos a partir destes princípios.

Assim, o Aristotelismo foi perdendo forças³², e começou gradualmente a sofrer críticas contundentes. Contudo, não deixou de fazer parte do ambiente científico em algumas disciplinas específicas, como no caso da Zoologia e da Botânica, até ao final do século XVIII³³. Aqui importa ressaltar que as transformações, nos mais variados campos científicos, são lentas e graduais, e as rupturas paradigmáticas nem sempre são totais ou instantâneas — como no caso de muitos dos conceitos aristotélicos que não deixaram de permear o universo científico durante os séculos XVII e XVIII.

²⁶ Uma característica próxima entre eles é a ligação entre a Teologia e a Filosofia Natural. Os teólogos, usualmente, exerciam as duas funções, uma vez que nas universidades medievais o ensino de Filosofia Natural estava intimamente ligado à Teologia (GRANT, 2002: 213).

²⁷ HANKINS, 2002: 8-9.

²⁸ HANKINS, 2002: 9.

²⁹ CONCEIÇÃO, 2013; CONCEIÇÃO & SANTOS, 2013.

³⁰ DEBUS, 2002; CALAFATE, 1994: 35-46.

³¹ HANKINS, 2002: 3.

³² Perdendo forças, sendo reformulado, questionado, mas não esquecido. Foi, segundo Grant, «obrigado a se adaptar» aos modelos de pensamento científico que começaram a se formar no início do século XVI (GRANT, 2002: 189-190).

³³ GRANT, 2002: 226.

O que se verifica é uma mudança efetuada através de substituições lentas de conceitos e convicções, por parte dos intelectuais que participaram dos processos de transformação³⁴. Foram os estudos de Galileu Galilei (1564-1642) e Johannes Kepler (1571-1630), os grandes motores dos novos paradigmas deste período, ao desafiarem os conceitos anteriores a respeito de leis matemáticas e do próprio funcionamento do Universo, na tentativa de uma aproximação com a racionalidade, que mais tarde seria plenamente defendida e adotada pelos iluministas. Os autores modernos imputam a Galileu o mesmo mérito que deram a Colombo: um descobriu um Novo Mundo que desafiou todas as leis sobre a natureza, vigentes até aquele momento; o outro, descobriu um Cosmos tão desafiador quanto a anterior descoberta. Por contenciosa que esta analogia possa ser, argumenta-se que ambos procuraram demonstrar que os entendimentos dos antigos e medievais já não eram plenamente suficientes para dar conta e explicar as novas descobertas³⁵.

Esta fase de novas descobertas e novas tentativas para aprimorar o conhecimento científico foi fundamental para a Filosofia Natural, e esta, por sua vez, foi fundamental para o desenvolvimento científico como um todo, pois essas transformações podem ser compreendidas como tendo sido, principalmente, evocadas nas bases de conhecimento e entendimento da Matemática, Física e Ciências Naturais. D'Alembert (1717-1783), por exemplo, acreditava, no século XVIII, que as transformações iniciadas no século anterior estavam ainda em pleno desenvolvimento, e parte fundamental destas mudanças deu-se no âmbito da Filosofia Natural, mesmo que inicialmente tal percepção revolucionária fosse referenciada apenas à Matemática e a Física³⁶. O que se pode verificar é que para os intelectuais daquele período, essas transformações poderiam afetar todos os campos do conhecimento, e neste aspecto a Filosofia Natural não lhes ficaria alheia.

Um avanço significativo nas ciências do século XVIII, em relação às do século XVII, está na concepção e utilização da «síntese» como ferramenta de pesquisa e análise. Os cientistas do século XVII viam na «síntese» (método de demonstração) o meio de construção de conhecimento. Este tipo de análise alterou-se no século XVIII, e a crítica em relação à adoção da «síntese» como grande reveladora do conhecimento, foi tutelada por nomes como Voltaire (1694-1778)³⁷ e Condillac (1715-1780)³⁸. Para eles, a grande ferramenta seria a «análise» (método de descoberta). Esta seria a chave para a racionalização das coisas, para a construção de conhecimento³⁹. A experimentação e a tentativa de imprimir novas «análises» a estudos já conhecidos, podiam, e

³⁴ KUHN, 2009: 25; GRANT, 2002: 189.

³⁵ KUHN, 2009: 195.

³⁶ HANKINS, 2002: 01.

³⁷ François-Marie Arouet foi um escritor, ensaísta e filósofo iluminista francês.

³⁸ Étienne Bonnot de Condillac foi um filósofo francês.

³⁹ HANKINS, 2002: 21.

muitas vezes traziam, novas perspectivas e novos conhecimentos. Pensar a construção de conhecimento do século XVIII através da compreensão da importância que era conferida à ideia de «análise», fornece um auxílio à compreensão da maneira como os filósofos daquele período buscavam o desenvolvimento científico.

A literatura sobre a ciência no Iluminismo costuma designar esse período como sendo relacionado fundamentalmente ao pensamento matemático e a uma nova Filosofia das ciências⁴⁰. Alguns dos principais intelectuais que iniciaram o movimento iluminista eram matemáticos e físicos, e viam nos princípios matemáticos, e no seu método de pesquisa, a solução para problemas que pudessem ser levantados nas mais diversas áreas do conhecimento⁴¹. «Análise», em seu sentido puro de significado, seria o exame e observação minuciosos de uma coisa em cada uma das suas partes. Tal prática, como veremos ao longo do livro, foi utilizada pelos indivíduos que se dedicaram a descrever o Mundo Natural.

Os filósofos iluministas acreditavam que a Filosofia Natural era o campo do conhecimento capaz de usar as teorias antigas como base para construir as novas. Naquele período, a Filosofia Natural podia ser considerada como o que hoje qualificaríamos de ciência, e seus domínios de compreensão eram a Matemática, a Física e a História Natural (que englobava a Botânica, Zoologia e Geologia) — cada qual com suas ramificações⁴².

Como já foi dito, desde o século XVI, sob a influência dos eventos desencadeados a partir das navegações interoceânicas e do estabelecimento dos europeus em colônias no Novo Mundo, foram construídas, paulatinamente, novas perspectivas referentes à compreensão do Mundo Natural. Estas perspectivas desenvolveram-se, em parte, a partir do contato dos europeus com os novos ambientes e com os povos nativos. Os trabalhos escritos sobre o Novo Mundo foram assim relevantes para a reconstrução das perspectivas filosófico-naturais vigentes até então⁴³. Relatos sobre comunidades autóctones, fauna, flora, riquezas minerais, território e condições climáticas das terras recém-descobertas, foram importantes para que redes de agentes pudessem, a partir da segunda metade do século XVI, dar início a transformações no universo da Filosofia Natural⁴⁴. As transformações iniciadas no século XVI prosseguiram ao longo de todo o século XVII, desencadeando profundas mudanças no que até então era compreendido por Filosofia Natural⁴⁵.

Em paralelo, se por um lado, desde o Humanismo, se tornou cada vez mais disseminada a ideia, entre os filósofos, de que a observação, como parte de processos

⁴⁰ HANKINS, 2002.

⁴¹ HANKINS, 2002.

⁴² HANKINS, 2002: 1-11.

⁴³ SAVOIA, 1996; GRANT, 2009: 353-358; DEBUS, 2002; SMITH & FINDLEN, 2002.

⁴⁴ CARVALHO, 1987: 7-11; OGILVIE, 2008: 36-39.

⁴⁵ HANKINS, 2002.

experimentais, deveria ser um dos pilares fundamentais da construção do conhecimento, paulatinamente, ao longo do século XVII, ocorreram sensíveis transformações nas próprias associações existentes em torno do conceito de razão. De uma forma geral, desde o final da Idade Média, o conceito de razão esteve fortemente associado à ideia de uma inteligência divina, perfeita.

Com uma ênfase, por parte dos filósofos escolásticos medievais, e também pelos pensadores humanistas, na relação entre essa inteligência e a obra da criação, ou seja, a natureza, solidificou-se o entendimento de que o conhecimento desta, por meio da experimentação sensorial, seria um método adequado para uma melhor compreensão da obra divina. Então, a inteligência perfeita passou a ser associada a dois campos do saber, dois livros a serem lidos por metodologias distintas. Se as Sagradas Escrituras eram o objeto dos teólogos, o livro de Deus, a perfeição da criação; o Livro da Natureza, seria o campo de estudo dos filósofos naturais. Por estes processos, ainda em consolidação na passagem do século XVII para o XVIII, a ideia de razão, que inicialmente estivera associada apenas à possibilidade da compreensão da inteligência divina, estendeu-se para os processos de apreensão e inteligibilidade que poderiam ser construídos com recurso à experiência, em torno da investigação da natureza⁴⁶.

Para os filósofos iluministas, esta conceptualização era tomada como uma espécie de ponto de partida. Neste novo período, as palavras Razão e Natureza passaram por processos de convergência e harmonização de sentidos. Nas palavras de Thomas Hankins, «durante o Iluminismo, a palavra “razão” foi normalmente celebrada em uníssono com a palavra “natureza”»⁴⁷. Segundo esta perspectiva, a ideia de natureza pode ser considerada como um conceito-chave para a compreensão das transformações ocorridas no período⁴⁸. Os iluministas buscavam encontrar nas ciências da natureza explicações que pudessem ser universais. Isto dava-se por meio de uma metodologia de caráter fundamentalmente analítico, através da observação, descrição e experimentação. Por esse motivo, em muitas das instituições filosóficas, também conhecidas como Academias de Ciências, que surgiram em toda a Europa entre os séculos XVII e XVIII, as ciências da natureza eram também chamadas de ciências da observação. Estas são as grandes chaves para compreender o pensamento iluminista e a força motriz dos estudos científicos do período⁴⁹.

Os intelectuais setecentistas tentaram aproximar-se cada vez mais do que entendiam ser a racionalidade na observação e compreensão das coisas, mas, como vimos, não é possível dizer que houve um descolar total da ideia divina de natureza, tão

⁴⁶ HANKINS, 2002: 1-17.

⁴⁷ HANKINS, 2002: 2.

⁴⁸ HANKINS, 2002: 2.

⁴⁹ HANKINS, 2002: 6-7.

marcante para os intelectuais dos séculos anteriores⁵⁰. Por norma, é verificável, nos trabalhos escritos ao longo do século XVIII, a busca da existência de um ser supremo, como fundamental para a compreensão da natureza⁵¹. Até o século XVII, a relação entre o Homem e a natureza e a compreensão de tudo o que isso poderia envolver, passavam, frequentemente, por buscar encontrar na natureza indícios da existência de um ser supremo⁵². Os iluministas afastaram-se deste raciocínio, e trouxeram para a Filosofia Natural mecanismos de compreensão e análise mais próximos da Matemática e da Física, ciências tidas como racionais.

Um dos principais braços da Filosofia Natural no contexto deste trabalho, é a História Natural. Segundo Michel Foucault, esta disciplina «não é mais do que a nomeação do visível»⁵³, que descrevia e classificava todas as formas da natureza. Thomas Hankins designou-a como sendo

*[...] uma análise ou investigação da Natureza, e natureza, no sentido aristotélico, significa a parte do mundo físico que se forma e funciona sem o artifício do homem [...] A história natural abrange, pois, toda a gama de formas observáveis desde os minerais até ao homem, excluindo apenas os objetos fabricados pela mão e pela inteligência humana. O seu método é descritivo e o seu âmbito enciclopédico*⁵⁴.

O objetivo era descrever e classificar as formas da natureza, não incluindo uma procura das causas. Tanto a fisiologia animal como a vegetal, ou seja, a investigação das funções animais e vegetais por oposição às formas, faziam parte da Física⁵⁵. As ciências modernas, tais como a Zoologia, a Botânica, a Geologia e a Meteorologia, estavam inseridas dentro do complexo da História Natural⁵⁶.

A História Natural, subconjunto contido dentro do complexo enredo da Filosofia Natural, surgiu na segunda metade do século XVII, e buscava compreender a natureza e tudo o que a envolvia através da descrição e catalogação, contudo, e como foi dito, sem buscar uma causa para os fenômenos naturais. Era uma ciência enciclopédica e que passava ao largo da ideia renascentista de que todo ser (inanimado ou vivo) possuía alma/espírito. No século XVIII, a Física — no sentido antigo de ciência que estuda a natureza e seus fenômenos em seus aspectos mais gerais — era a disciplina que procurava explicar as questões relacionadas com a fisiologia experimental dos animais e plantas, ou seja, o seu funcionamento. Daqui decorre que, dessa concepção

⁵⁰ KRAGH, 2001.

⁵¹ HANKINS, 2002; DEBUS, 2002.

⁵² HANKINS, 2002: 2-3.

⁵³ FOUCAULT, 2014: 211.

⁵⁴ HANKINS, 2002: 113.

⁵⁵ HANKINS, 2002: 113.

⁵⁶ HANKINS, 2002: 11.

de Física, fazia parte a Medicina⁵⁷. Para os iluministas, a História Natural, dado seu caráter eminentemente analítico e descritivo, fazia parte do contexto relacionado com a «memória», enquanto que a Física — relacionada com a Medicina (e suas auxiliares, a Zoologia, Botânica e Química) — deveria ser a disciplina que traduzia a «razão» das coisas. A primeira observava, descrevia e catalogava o Mundo Natural; a outra, explicava e definia conceitos. Como a História Natural não abrangia a explicação, podia englobar os três Reinos (Vegetal, Animal e Mineral) no mesmo sistema⁵⁸. Esta característica fundamental da História Natural só perdeu espaço no século XIX, quando a Biologia surgiu como disciplina e propôs uma ciência que tentasse compreender os seres vivos separadamente dos seres inanimados⁵⁹.

Neste contexto, o papel e objetivo primeiro dos naturalistas⁶⁰ era encontrar um sistema natural⁶¹ no qual pudessem identificar, classificar e agrupar as espécies a partir de sua essência⁶². Este Sistema Natural deveria ser composto apenas por elementos advindos da natureza. Idealmente, não deveria ser arbitrário, ou seja, o Homem não deveria intervir na sua formação. A formação de um Sistema Natural foi tema central da História Natural ao longo do século XVIII. Contudo, nem mesmo Karl von Lineu (1707-1778) conseguiu atingir o objetivo de desenvolver um sistema que fosse totalmente baseado em componentes de observação estritamente naturais. Ele próprio o admitia, embora, no final de sua vida, conservasse ainda a convicção de que tal sistema pudesse de fato ser formulado⁶³.

Este sistema deveria ter uma estrutura primária que pudesse servir como base para a classificação. Contudo, durante todo o período iluminista, existiram dois grupos que defendiam ideias contrárias sobre isso: um apoiava o fato de haver uma estrutura taxonômica com uma única característica; o outro defendia a ideia da necessidade de uma estrutura taxonômica com várias características complexas dentro de um sistema hierárquico. Um bom exemplo do primeiro grupo pode ser observado no sistema criado por Lineu — que definiu o sistema binominal⁶⁴ de classificação⁶⁵. Já o segundo grupo, de que é exemplo o sistema proposto pelo Conde de Buffon (1707-

⁵⁷ HANKINS, 2002: 113.

⁵⁸ HANKINS, 2002: 117.

⁵⁹ HANKINS, 2002: 117; WULF, 2015.

⁶⁰ Por naturalista podemos compreender aqueles que se dedicavam aos estudos relativos à História Natural.

⁶¹ HANKINS, 2002: 145-157.

⁶² No sentido mais puro da palavra, essência é aquilo que caracteriza um ser seja ele vivo ou inanimado. Para os homens de ciência do século XVIII, que buscavam compreender os elementos do Mundo Natural e encontrar um Sistema Natural de classificação, encontrar a essência das coisas era obter o resultado final de suas pesquisas (HANKINS, 2002: 145-157).

⁶³ HANKINS, 2002: 145.

⁶⁴ O Sistema proposto por Lineu classificava os seres a partir de sua pertença a diversos conjuntos, do mais geral ao mais específico. Nessa ordem, os conjuntos eram, Reino, Filo, Classe, Ordem, Família, Gênero e Espécie. Entretanto, a nomenclatura de cada Ser deveria ser definida apenas com a utilização de um binômio composto pelos dois conjuntos mais específicos, ou seja, o Gênero e a Espécie (HANKINS, 2002: 145).

⁶⁵ HANKINS, 2002: 147.

-1788)⁶⁶, crítico do sistema de Lineu, baseava-se na ideia da «Grande Cadeia do Ser». Buffon acreditava haver um sistema em que os seres da natureza pudessem ser organizados linearmente e de forma hierárquica, a partir das formas mais simples às mais complexas, estando o Homem no topo da pirâmide⁶⁷. Estas teorias, e as ideias de seus seguidores ou críticos, podem ser consideradas como uma pré-formação do pensamento e teoria da seleção natural das espécies, que se viria a formar no século XIX com Charles Darwin⁶⁸.

A importância do Conde de Buffon para a Filosofia Natural do século XVIII perpassa na maneira como ele procurou estabelecer uma epistemologia que pudesse servir para a compreensão e classificação da fauna, tanto da Europa, quanto da América, Ásia e África. Buffon foi tão ou mais prestigiado em sua época quanto Lineu⁶⁹, cujo sistema foi adotado por boa parte dos pesquisadores do período. No início, Buffon negou o sistema classificativo lineano, e fez críticas contundentes quanto aos métodos aplicados pelo naturalista sueco⁷⁰. Buffon era uma figura relevante para a ciência do período, os seus trabalhos eram tidos como revolucionários e traziam consigo a marca de uma produção científica francesa, o que lhes concedia ainda mais prestígio. A verdade é que o trabalho desenvolvido por Buffon catapultou processos de renovação e inovação no que se pode entender por Filosofia Natural e classificação de espécies. A sua importância para a História da Filosofia Natural foi relevante⁷¹ e confirma, de certo modo, a tendência filosófica setecentista em buscar na natureza, através da experiência, explicações para compreender o funcionamento do Universo⁷². Este conhecimento, acumulado por esta atividade intelectual, foi reunido num número considerável de composições de textos de diversas classes de eruditos, das quais se destacou *L'Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné Des Sciences, Des Arts et Des Métiers*, 1759⁷³.

A *Encyclopédie*, em concordância com o princípio de renovação e reformulação das antigas concepções epistemológicas, promoveu ataques contundentes às velhas ortodoxias e às concepções de natureza então hegemônica. Esta tendência foi, em parte, promovida a partir da postura revolucionária de seus colaboradores, que

⁶⁶ Georges-Louis Leclerc, foi um naturalista, matemático e escritor francês.

⁶⁷ HANKINS, 2002: 149-156; MAYR, 1998.

⁶⁸ HANKINS, 2002: 149-156; MAYR, 1998.

⁶⁹ PRESTES, 2000: 58-72.

⁷⁰ FOUCAULT, 2014: 215.

⁷¹ SANTOS, 2005: 86.

⁷² HANKINS, 2002.

⁷³ *L'Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné Des Sciences, Des Arts et Des Métiers*: enciclopédia iluminista indexada em 1759. Já na página de rosto se proclamava a pretensão da obra: «Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios». Com uma trajetória de denúncias, a Enciclopédia parecia estar com os dias contados, contudo devido ao alto investimento de seus editores que agiam com rapidez, revelou-se um sucesso, tendo suas vendas impelidas justamente por aquilo que fizera o governo confiscá-la: «Ela desafiava os valores tradicionais e as autoridades constituídas do Antigo Regime» (DARNTON, 1979).

compreendiam personalidades como Denis Diderot (1713-1784), responsável pela coordenação geral dos verbetes da História da Filosofia; François-Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778) e Marie Jean Antoine Nicolas Caritat, marquês de Condorcet (1743-1794), que trabalharam questões relacionadas com a Filosofia, e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que compôs o verbete sobre Música. Participaram também Jean le Rond d'Alembert (1717-1783), Paul-Henri Thiry, o barão de D'Hobach (1723-1789), François Quesnay (1694-1777), Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781) e o médico português António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). No contexto das transformações paradigmáticas referentes à compreensão do Mundo Natural, uma das mais importantes contribuições para os tabelas da *Encyclopédie* veio da participação de Buffon, a quem foi entregue o tema das ciências naturais⁷⁴.

Este panorama geral, necessariamente simplificado, dos processos de entendimento da Filosofia Natural como campo do conhecimento, tornou-se necessário, quer para a análise dos parâmetros de conhecimento que procuro identificar nos autores e obras sobre o Mundo Natural do Brasil que analisarei, quer para a discussão que se segue, a saber: qual é a validade da aplicação do termo Filosofia Natural para designar e classificar os trabalhos produzidos sobre a natureza no século XVIII?

1.1. CIÊNCIA NORMAL E FILOSOFIA NATURAL: PERMANÊNCIA DE CONCEITOS E PRÁTICAS

Partindo da explanação sobre o desenvolvimento da Filosofia Natural, pode-se notar quais foram as permanências, e quais foram as transformações sofridas ao longo do tempo. A Filosofia Natural foi um campo do conhecimento importante no processo de desenvolvimento científico, e no século XVIII ganhou mais força com o pensamento e as práticas de ciência próprias do Iluminismo.

Este processo de transformação ligado à permanência da designação-chave desta área do saber pode ser analisado e observado de maneira mais clara nos trabalhos escritos ao longo do século XVIII, e início do século XIX, quando as bases da ciência como a conhecemos hoje ainda não estavam totalmente formadas. Neles, podemos observar que não houve uma total ruptura, em termos científicos, quando do advento e avanço do pensamento iluminista em relação a muitos dos conceitos usados anteriormente para designar e explicar a Filosofia Natural⁷⁵. As transformações, por serem graduais, nem sempre representam uma total transfiguração. Deste modo, se não podemos pensar no desenvolvimento científico como sendo um processo puro e simples de acumulação de conhecimentos, tão pouco o podemos entender como

⁷⁴ SANTOS, 2005: 86.

⁷⁵ Vale lembrar aqui que não nos podemos referir aos demais campos de conhecimento, uma vez que o tema central deste livro diz respeito especificamente à Filosofia Natural. Não caberia aqui ramificarmos nossas discussões. Contudo, esta linha de raciocínio pode ser aplicada a outras disciplinas científicas.

decorrente apenas de rupturas epistemológicas⁷⁶. As mudanças paradigmáticas podem se processar a partir de dois ativadores: ajustes teóricos e experimentação⁷⁷. Estes pontos fundamentais podem ser verificados nas mudanças de pensamento filosófico durante o Iluminismo e que foram incorporadas à Filosofia Natural, principalmente, como ainda veremos, nos trabalhos produzidos nos espaços coloniais. Não se estranha, assim, que seja possível manter o uso do conceito de Filosofia Natural quando aplicado aos trabalhos sobre o Mundo Natural escritos no século XVIII⁷⁸.

Thomas Kuhn, físico e filósofo da ciência, desenvolveu a tese segundo a qual uma revolução científica não invalida necessariamente por completo a aplicabilidade dos conjuntos de pressupostos teóricos anteriores⁷⁹. Partindo desse princípio, podemos dizer que a dita Revolução Científica do século XVII não apagou por completo os vestígios das teorias anteriores aplicadas na compreensão da natureza, nem substituiu radicalmente os métodos e as práticas inerentes à recolha e organização de informação. O que podemos observar são transformações lentas, visíveis e discutidas no seu próprio tempo, nos diferentes campos do saber⁸⁰.

Paradigmas são, apenas raramente, substituídos completamente por outros. O que se pode verificar são ajustes e novas especificações advindas de análises baseadas em novos princípios, ou na necessidade de haver novas críticas ao paradigma⁸¹. Esta ideia fica clara quando analisamos os conceitos de Thomas Kuhn e a sua teoria dos paradigmas e da estrutura das revoluções científicas. Nestas suas discussões, Kuhn balizou o conceito do que ele denominou de *ciência normal*. Vale aqui tentar expor o significado desta expressão, pois acredito que seja relevante para compreender por que é que os paradigmas não podem ser simplesmente substituídos por outros⁸². Isso permite também compreender o fato, verificável, de, no século XVIII, a ciência que tratava da análise de tudo o que envolve o Mundo Natural ser, ainda, a Filosofia Natural⁸³.

A *ciência normal* de Kuhn pode ser entendida como aquela que não pretende desenvolver novas teorias ou paradigmas que venham substituir os outros. Mas sim, objetiva proceder a análises a partir de paradigmas pré-existentes, usando-os como sustentação para a formação de conhecimentos específicos a determinadas áreas. Esta concentração em análises pormenorizadas pode levar o cientista a conclusões significativas e isso torna válidos os resultados de sua pesquisa, sem que, necessariamente, tenham sido suficientemente inovadores para impor a formulação de

⁷⁶ KUHN, 2009: 20-21; RAJ, 2010; RAJ, 2013; LIVINGSTONE, 2013.

⁷⁷ KUHN, 2009: 20.

⁷⁸ DEBUS, 2002; HANKINS, 2002; FURTADO, 2012.

⁷⁹ KUHN, 2009.

⁸⁰ DEBUS, 2002: 35; HANKINS, 2002; GRANT, 2002; GRANT, 2009.

⁸¹ KUHN, 2009: 47-48.

⁸² KUHN, 2009: 47-48.

⁸³ HANKINS, 2002; GRANT, 2009.

novos paradigmas. A investigação científica normal é aquela que traz novos olhares para os objetos e teorias que já existem⁸⁴.

Se considerarmos os contextos do século XVIII, voltaremos a nossa atenção para o que seria o modelo geral utilizado para designar o conjunto de estudos sobre diversos aspectos da natureza e áreas específicas do conhecimento, a Filosofia Natural. Isto porque, naquele período, não havia modelos mais específicos de compreensão do mundo físico, como ocorreu mais tarde, no século XIX, com o desenvolvimento, por exemplo, da Biologia como disciplina e área específica de conhecimento. A *ciência normal* setecentista analisava diversos aspectos que também eram importantes para os filósofos dos séculos XVI e XVII. No entanto, a maneira como estes foram compreendidos pelos filósofos naturais eram diferentes em relação aos seus antecessores, e isso determinava resultados variados e novas formas de compreensão, a partir da base paradigmática anterior⁸⁵.

Para além da questão da *ciência normal*, podemos ainda centrar-nos em mais um aspecto discutido por Kuhn, que fundamenta o fato de empregarmos o conceito e termo *Filosofia Natural* no século XVIII. Kuhn utilizou o exemplo de Ludwig Wittgenstein⁸⁶ (1889-1951) — que reformulou algumas das bases de compreensão linguística — tentou demonstrar como jogos de palavras, ou termos, e seus significados, podem ser fundamentais para definirmos conceitos e os aplicarmos nas definições teóricas sem causar «equívocos»⁸⁷. Para definirmos uma palavra ou conceito, temos que encontrar um conjunto de características, que muitas vezes, traçam uma continuidade do termo, e da sua aplicação⁸⁸. No caso da Filosofia Natural, como já discutimos, esse conjunto de características pode ser identificado e já estar totalmente aceite pela comunidade científica. O termo é reconhecido e utilizado pelos cientistas porque traz consigo uma rede de significados que caracterizam uma série de trabalhos. Um trabalho de Filosofia Natural no século XVIII pode ser identificado, por exemplo, por conter descrições e classificação do Mundo Natural na sua totalidade, ou seja, tudo aquilo que envolvia o elemento analisado era anotado como parte de um discurso que formava um amplo conhecimento, que pudesse ser utilizado por outros indivíduos.

Na tradição da *ciência normal*⁸⁹, convencionou-se chamar de Filosofia Natural a um amplo conjunto de trabalhos sobre a natureza desenvolvidos ao longo de um extenso período de tempo, não por simples falta de novas definições ou paradigmas,

⁸⁴ KUHN, 2009: 48-60.

⁸⁵ KUHN, 2009; HANKINS, 2002; GRANT, 2009.

⁸⁶ Filósofo austríaco, um dos principais linguistas do século XX. Seus trabalhos contribuíram para o entendimento de diversos campos ligados à lógica, filosofia da linguagem, da matemática e da mente.

⁸⁷ KUHN, 2009: 75-76.

⁸⁸ KUHN, 2009: 75-76.

⁸⁹ KUHN, 2009: 75-76.

mas por ser o termo que melhor determinava as características dos trabalhos e seus resultados. Não podemos chamar de *ciência*⁹⁰, no sentido moderno do termo, ou de *ciência natural*, trabalhos que foram escritos antes mesmo de a Biologia existir como disciplina independente. O que não podemos é deixar de aplicar o termo Filosofia Natural em uma altura em que a ciência não possuía, ainda, todas as características que podemos observar hoje, e que começaram a se desenvolver no século XIX⁹¹.

O fato é que, enquanto o conjunto de ferramentas teóricas utilizado por determinado grupo de produtores de conhecimento, explicar e servir de base fundamental para o desenvolvimento científico, não se faz necessária sua substituição. Quando existe uma *crise*⁹² e a ferramenta se mostra ineficaz, então se faz necessário o surgimento de novas ferramentas, e é neste ponto que um paradigma pode ser substituído por outro⁹³. Esta questão também pode ser observada no caso das formulações de Lineu para a classificação das espécies. As suas teorias não foram, inicialmente, aceites de forma consensual pela comunidade científica, e muitos dos conceitos que foram anteriormente concebidos continuaram sendo utilizados e muitas vezes, foram mesclados com a sistemática lineana, como veremos, adiante, em algumas das análises.

Mesmo quando, no final do século XVIII e início do século XIX, a Filosofia Natural passou a ser paulatinamente esvaziada, com a consolidação da independência de campos como a Biologia, Química, Botânica e Zoologia⁹⁴, a mesma não foi abandonada abruptamente, e a sua substituição, como ocorre com a maioria dos paradigmas, foi gradual e não cumulativa. A sua transferência foi, na verdade, uma reconstrução dos mais variados campos de estudos a partir de novos fundamentos teóricos. Reconstruções dessa natureza podem alterar as teorias gerais de um determinado campo do conhecimento, assim como suas aplicações práticas⁹⁵. Enquanto a reformulação destes complexos teóricos não é totalmente concluída e aceite pela comunidade de agentes produtores de conhecimento a elas conectados, duas, ou mais, vertentes de ideias podem ser válidas ao mesmo tempo⁹⁶, como no caso da utilização simultânea dos sistemas de Lineu e Buffon. O fato é que o simples surgimento de um novo método, conceito, teoria, paradigma, não garante a sua aceitação imediata⁹⁷. Considerados estes aspectos fundamentais dos processos de transição paradigmática, pode-se afirmar, com segurança, que o conceito de Filosofia Natural reúne, em termos

⁹⁰ KUHN, 2009: 75-76; HANKINS, 2002.

⁹¹ HANKINS, 2002; GRANT, 2009; KUHN, 2009.

⁹² Para Kuhn, a *crise* é o ponto de partida para que um paradigma seja questionado pela comunidade científica quanto a sua validade. A *crise* surge quando um determinado modelo explicativo e/ou filosófico não dá conta de explicar ou servir como base fundamental teórica para os trabalhos científicos de sua área de abrangência (KUHN, 2009: 101-114).

⁹³ KUHN, 2009: 101-114.

⁹⁴ HANKINS, 2002; GRANT, 2009.

⁹⁵ KUHN, 2009: 115-132.

⁹⁶ KUHN, 2009: 125.

⁹⁷ KUHN, 2009: 205-206.

de definições gerais, os significados mais adequados à classificação tipológica de um grande grupo de trabalhos sobre a natureza produzido no século XVIII.

1.2. O LOCUS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Na sequência das discussões acerca da *ciência normal* e dos processos de formação e circulação de conhecimento científico, centro as discussões em teorias recentes que comungam dos mesmos princípios, e procuram compreender a formação do pensamento científico a partir de aspectos mais amplos, relacionados com processos de circulação e reconfiguração do conhecimento.

Quando procuramos compreender estes processos de transformação retrocedendo às análises da historiografia tradicional positivista do século XIX-XX, deparamo-nos com interpretações inclinadas a considerar a produção de conhecimento nos universos coloniais como tendo sido produto de percursos lineares de disseminação das ciências a partir da Europa⁹⁸. Para parte desta historiografia tradicional, a ciência é um sistema linear de proposições e descobertas. Pensavam-se os princípios norteadores da produção de conhecimento científico como universalmente aplicáveis. Assim, as particularidades da produção científica em um local específico tendiam a ser consideradas secundárias, já que, afinal, a ciência deveria compreender séries de processos unificadores, e comuns para todos⁹⁹. Se nos limitarmos a essa linha de raciocínio, poderíamos dizer, por exemplo, que a Filosofia Natural deveria compreender princípios universais, igualmente aplicáveis aos mais diversos territórios, tanto no ambiente europeu, como nos espaços coloniais.

Parte da historiografia que se vem dedicando aos estudos em História das Ciências contribuiu para o reforço dessa ideia¹⁰⁰. A partir de seus princípios universais de racionalidade, o conhecimento científico deveria ser passível de reprodução em qualquer lugar, e por qualquer indivíduo que dominasse as suas ferramentas de análise. Por essa perspectiva, a ciência produzida em outros locais, que não os seus centros iniciais de difusão, poderia ser considerada uma mera cópia, por vezes de validade inferior, em relação aos originais universais¹⁰¹. Contudo, novos estudos têm procurado compreender os processos de formação do pensamento científico de maneira mais dilatada, partindo do princípio de que o conhecimento pode se desenvolver com características distintas em territórios variados¹⁰², sendo o resultado final relativamente próximo no que se refere ao seu grau de racionalidade.

⁹⁸ RAJ, 2013; RAJ, 2010.

⁹⁹ RAJ, 2013; RAJ, 2010; KUHN, 2009.

¹⁰⁰ RAJ, 2013; RAJ, 2010.

¹⁰¹ RAJ, 2013; RAJ, 2010.

¹⁰² RAJ, 2013; RAJ, 2010; LIVINGSTONE, 2013.

Essas novas vertentes historiográficas têm buscado reformular os entendimentos acerca de alguns aspectos das diversas dimensões históricas da produção do conhecimento científico. Para historiadores como Kapil Raj¹⁰³, David Livingstone¹⁰⁴ e Steven Shapin¹⁰⁵, por exemplo, ciência seria algo muito mais complexo, menos um sistema unificado de conhecimentos, e mais uma série de conjuntos que, entre outros, envolveria aspectos históricos relacionados com a identidade cultural dos seus produtores, materiais e instrumentais a eles disponíveis, e com as práticas sociais, conjunturas políticas e dimensões cognitivas¹⁰⁶. A produção de conhecimento, então, seria também influenciada pelos processos de circulação deste entre os diferentes produtores, associados a fatores locais, a processos de troca e negociação e de reconfiguração, frequentemente implicando relações de poder. Desse ponto de vista, a produção de conhecimento deixaria de estar relacionada apenas com os aspectos materiais e instrumentais, como defendiam os positivistas, e passaria a envolver um complexo mais amplo de atividades humanas, juntamente com a circulação destes de maneira global, permitindo que a ciência pudesse, de certa maneira, se tornar mais regional, sem perder a característica de conhecimento amplo e universalmente aplicável¹⁰⁷.

É neste contexto que procuro orientar esta discussão, centrando-me no caso específico de Portugal e seus territórios coloniais. A Filosofia Natural, neste contexto, foi desenvolvida nesses espaços de maneira distinta, com características próprias em cada local, de acordo com especificidades de cada contexto, gerando diferenças que podem ser observadas nos trabalhos escritos como indicadores da racionalidade presente nos seus processos produção. Este é o caso da produção de conhecimento no âmbito do Império Português. Diante deste contexto, torna-se fundamental a compreensão das diversas variáveis, relativas ao universo específico das comunidades em que estavam inseridos os agentes produtores de conhecimento, nas suas condições locais, nas suas relações com os contextos mais amplos do Império e nas suas dimensões geográficas, políticas e sociais¹⁰⁸.

E quando me refiro à circulação de conhecimento, estou pensando, por exemplo, no encontro entre o conhecimento vindo através de portugueses que foram se especializar fora do Reino e depois voltaram, assim como nos encontros e trocas de conhecimentos entre os povos europeus e os nativos das colônias.

Deste modo, por circulação, não entendo apenas a simples disseminação ou transmissão de ideias, mas, como entendido por Mary Louise Pratt¹⁰⁹, em interações

¹⁰³ RAJ, 2013; RAJ, 2010.

¹⁰⁴ LIVINGSTONE, 2013.

¹⁰⁵ SHAPIN, 1999.

¹⁰⁶ RAJ, 2013; RAJ, 2010.

¹⁰⁷ RAJ, 2013; RAJ, 2010.

¹⁰⁸ RAJ, 2013; RAJ, 2010.

¹⁰⁹ PRATT, 1992.

transculturais que ocorreram em *zonas de contato*, onde os conhecimentos dos europeus e dos povos nativos, ou colonos, teriam se encontrado em processos sincréticos, dando origem a um novo conhecimento, que, entretanto, não pode ser compreendido como puramente europeu. Neste aspecto, a ideia de transculturação de Pratt vai de encontro à de Kapil Raj, que procurou compreender os processos de construção de conhecimento a partir de análises de produções locais, conferindo importância às variáveis representadas pela circulação e reconfiguração, processadas a partir dos encontros, negociações e trocas.

Partindo deste princípio, é possível levar adiante diversos estudos de caso, com o objetivo de compreender qual a validade dessas trajetórias interpretativas para a análise de componentes pertencentes ao universo dos trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil, produzidos ao longo do século XVIII. No caso específico do objeto deste livro, é preciso ter em mente as características essenciais do Iluminismo, e as especificidades, em relação a este contexto, do Império Português. É o encontro entre diversas características mais gerais do Iluminismo, a realidade científica portuguesa, e a dos contextos coloniais, nomeadamente do Brasil, que configura o *locus*¹¹⁰, isto é, o local de construção, extensão e reconfiguração do conhecimento, desenvolvida, de forma permanente, através de seus muitos e complexos canais de circulação.

Diversos autores vêm analisando a formação do pensamento científico em Portugal e seu Império ao longo do século XVIII. Estudos sobre as iniciativas do Estado e dos principais intelectuais que buscaram fora do Reino conhecimentos para trazer luz à ciência portuguesa, também são numerosos¹¹¹. Diversas possibilidades de análise seguidas por filósofos, sociólogos e historiadores das ciências que se dedicaram a compreender os aspectos relativos a Portugal e seu Império, muitas vezes focaram-se nos espaços confinados de produção de saber (gabinetes, laboratórios, bibliotecas, etc.), bem como em indivíduos, objetos, populações, ou mesmo trabalhos individuais. Tomemos como exemplo os trabalhos que analisaram gabinetes de curiosidades, espólios particulares, técnicas de observação, descrição, catalogação, desenhos¹¹². Outros analisaram os laboratórios e bibliotecas, particulares ou não. Tais análises são primordiais para compreendermos as especificidades da formação do pensamento científico, relativo em concreto àquele objeto de estudo. Contudo, muitas vezes, este tipo de análise pressupõe o que a historiografia recente questiona: que certos aspectos instrumentais e materiais estiveram igualmente disponíveis a todas as comunidades de produtores de conhecimento.

¹¹⁰ *Locus* seria o local de encontro, não necessariamente físico, entre variados conhecimentos científicos, e é neste *locus* que a ciência, propriamente dita, se forma. Sendo assim, podem existir muitos *loci*, e estes podem produzir conhecimentos científicos específicos variados (RAJ, 2013; RAJ, 2010; LIVINGSTONE, 2013).

¹¹¹ KANTOR, 2012; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; KURY, 2008; KURY, 2015; PATACA, 2006.

¹¹² KANTOR, 2012; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; KURY, 2008; KURY, 2015; PATACA, 2006.

O que pretendo aqui é seguir um caminho diverso, sem deixar de reconhecer os méritos e contributos desses trabalhos. O foco será a compreensão da produção de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil, considerando aspectos relacionados à circulação do conhecimento entre Portugal e sua colónia americana, tendo em mente as suas conseqüentes dimensões sociais, políticas, econômicas e as relações de poder que lhes eram correspondentes. Por esta perspectiva, entendo ser possível compor uma análise a partir de um conjunto de fontes documentais que forneçam dados a respeito destes processos de circulação de conhecimento, e sobre a forma como os modelos de compreensão da natureza foram sendo propostos e aplicados de maneira distinta por diferentes agentes, no Brasil e na Metrópole. Este é um processo entendido por Steven Shapin como

*[...] um leque diversificado de práticas culturais empenhadas em compreender, explicar e controlar o mundo natural, cada uma delas com diferentes características e cada uma experimentando diferentes modalidades de mudança*¹¹³.

Entretanto, neste contexto, as variadas fontes documentais selecionadas (as quais tratarei pormenorizadamente mais adiante), terão que ser analisadas levando em consideração a grande variedade dos universos teóricos transversais à produção de conhecimento deste período. Com base nos pressupostos enunciados, delinearei, em seguida, de forma condensada, o universo dos referenciais historiográficos relativos aos contextos pertinentes para este trabalho, e relativos ao Império Português, à sua colónia americana e ao cenário de produção dos trabalhos filosófico-naturais circunscritos a estes contextos.

¹¹³ SHAPIN, 1996: 25.

2. CONTEXTOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E UNIVERSO DE FONTES DOCUMENTAIS

Os estudos filosófico-naturais sobre o Novo Mundo, desenvolvidos pelos europeus, e que produziram relatos das mais variadas espécies de animais e plantas, assim como de minerais, clima e geografia; têm relativa importância para aqueles que se têm dedicado a compreender os processos históricos de formação e transformação das sociedades, da política e da economia, através das perspectivas teóricas e metodológicas, tanto dos Estudos Coloniais, quanto da História das Ciências. Esses estudos terão contribuído para a construção do conhecimento acerca do ambiente natural em toda a sua complexidade, não apenas no Velho Continente, mas no Novo também. O trabalho sistemático de identificação e catalogação da fauna e flora, feita pelos mais variados agentes no período do Iluminismo, forneceu material para que a Filosofia Natural se desenvolvesse amplamente, ao mesmo tempo que contribuiu para que os poderes políticos das Metrópoles reforçassem o controle sobre os domínios coloniais¹¹⁴. Neste contexto, o caso do Império Português não constituiu uma exceção.

O século XVIII foi marcado por um aumento do interesse dos Estados pela natureza e tudo o que com ela estava conectado. Este fato auxiliou nos processos de produção e circulação de estudos sobre o Mundo Natural. O novo interesse pela natureza, guiado pelos paradigmas do Iluminismo, potencializado pela ampla circulação de textos e pela criação de diversas instituições de divulgação, tais como as academias de ciências, jardins botânicos, periódicos e coleções particulares, proporcionou também o surgimento dos gabinetes de História Natural. Financiadas pelos patronos e mecenas da ciência e da Filosofia Natural, nobres ou burgueses abastados, estas instituições fomentaram a publicação de livros, memórias e catálogos de coleções de plantas e animais exóticos¹¹⁵. Uma das consequências marcantes deste grande interesse pelos estudos da natureza foi a concepção, muitas vezes por parte dos governos nacionais, de que era necessária uma investigação sistemática, tanto das áreas ainda desconhecidas do globo, quanto das colônias já estabelecidas e em processo de expansão. Tudo era passível de observação, experimentação, catalogação, descrição, classificação, e por fim, análise quanto aos seus usos, fossem eles ligados à ciência ou à economia. Foram estes processos que, em grande medida, impulsionaram a produção científica ao longo do século XVIII.

Diferentes nações europeias financiaram empreendimentos de cunho filosófico-natural. Viagens como as do capitão inglês James Cook (1728-1779)¹¹⁶, famoso por

¹¹⁶ FISHER & JOHNSTON, 1979.

ter explorado o Oceano Pacífico, do francês Louis Antoine de Bougainville (1729-1811), autor de um tratado de cálculo de navegação e que empreendeu uma viagem ao redor do globo¹¹⁷, do espanhol Alejandro Malaspina (1754-1809) pela América, Ásia e Oceania¹¹⁸, ou mesmo a *Viagem Filosófica pela América Portuguesa*, idealizada pelo italiano Domenico Vandelli (1735-1816), levada a cabo pelo luso-brasileiro formado em Coimbra, Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)¹¹⁹, demonstram que nações como Inglaterra, França, Espanha e Portugal, apesar de terem tido papéis diferentes no âmbito científico do chamado Iluminismo, compreendiam a necessidade de se estudar o Mundo Natural e as suas potencialidades.

Como movimento intelectual, o Iluminismo esteve longe de ser privilégio de uma determinada nação e, em diversas partes da Europa, como a Alemanha, Inglaterra, Escócia, Itália, França, Espanha, características próprias foram desenvolvidas. Foi um fenômeno que se estendeu a praticamente toda a Europa ocidental e às Américas. Um grande volume de informações, resultantes da investigação e observação da natureza, encontradas em tratados, memórias, jardins botânicos e museus, impulsionadas pelos princípios de uma nova racionalidade divulgada pelas conquistas do pensamento iluminista, percorriam a Europa e as suas colônias¹²⁰.

Diretamente relacionadas com o caso do Império Português, estas questões foram amplamente estudadas por historiadores como Ângela Domingues, Ermelinda Pataca, Rómulo de Carvalho, Lorelai Kury, Iris Kantor, Heloisa Gesteira e Júnia Ferreira Furtado¹²¹, entre muitos outros. Em comum, as diversas abordagens procuraram compreender aspectos ligados à produção do conhecimento sobre o Mundo Natural da América portuguesa nas suas múltiplas dimensões, políticas, sociais e econômicas.

Perceber a relação entre múltiplos aspectos, nomeadamente política colonial, expansão marítima e produção de conhecimento, não é tarefa fácil. Portugal possuía diversas colônias, e cada uma delas, por sua vez, tinha características próprias — fossem essas relacionadas com os povos nativos, clima ou geografia. A Coroa procurava, de diversas formas, estabelecer redes de comunicação e comércio com suas colônias. Era necessário ter conhecimento preciso sobre cada uma delas, em busca de uma maior eficiência no controle. Durante muito tempo, e principalmente ao longo do século XVIII, Portugal direcionou, proporcionalmente, grande parte de seus esforços administrativos para o Brasil. Possivelmente porque entendia ser esta a sua maior e mais rentável colônia, e talvez aquela cujo controle e manutenção fosse

¹¹⁷ DUNMORE, 2007.

¹¹⁸ PUIG-SAMPER *et al.*, 2010.

¹¹⁹ PATACA, 2006.

¹²⁰ FURTADO, 2012.

¹²¹ DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; KURY, 2008; KURY, 2015; PATACA, 2006; CARVALHO, 1987; KANTOR, 2012.

a mais frágil, dada a sua grande extensão e ainda muito lacunar conhecimento¹²². Esta leitura ganha força ao reconhecermos como foram direcionados consideráveis esforços para inventariar e descrever as potencialidades naturais dos territórios da América portuguesa.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, os tratados, compilações e descrições do ambiente natural do que hoje faz parte do território brasileiro, tinham por objetivo o reconhecimento do terreno e das potencialidades naturais ligadas à formação e manutenção da sociedade colonial. Já no século XVIII, os estudos foram orientados por um cunho mais academicista que, em alguns aspectos, transcendeu as questões políticas, sociais e econômicas. Havia uma busca de complementaridade entre o Reino e a colónia. Nesse âmbito, as políticas do Estado foram postas em prática através de diversos processos de divulgação de instruções para a recolha de dados, formação de academias científicas, Viagens Filosóficas coordenadas pelo Estado, e dos incentivos direcionados à produção de estudos por agentes não naturalistas. Os objetivos passavam por conhecer, classificar e dominar o território e as suas potencialidades, ao mesmo tempo que contribuiriam para estreitar os laços entre Portugal e os seus domínios coloniais. O Reino precisava e queria conhecer e reconhecer o universo de possibilidades que a colónia poderia fornecer¹²³. Prova desta busca pode ser encontrada numa grande quantidade de trabalhos, produzidos ao longo do século, que contêm descrições e observações do ambiente natural do Brasil.

O Iluminismo, longe de ser um movimento homogêneo, produziu uma grande diversidade de ideias e abordagens acerca dos temas mais variados, e os conceitos centrais formulados pelos iluministas foram aplicados de maneira diversa nos variados territórios europeus e coloniais. Em parte, por esse motivo, o século XVIII configurou-se como um período de grande difusão da Filosofia Natural e de outros campos do conhecimento¹²⁴. A circulação das ideias provenientes da atividade intelectual, ao longo do «Século das Luzes», fazia-se em profusão a partir de livros editados e impressos, bem como de publicações periódicas de circulação rápida e com grande alcance, mas também através de manuscritos. Este último aspecto foi especialmente abordado por Júnia Ferreira Furtado, em seu livro, *Oráculos da Geografia Iluminista*¹²⁵. Diante deste tabela, podemos dizer que, a exemplo da França ou da Inglaterra, os estudos filosófico-naturais em Portugal não foram alheios a este processo. Este foi um dos temas centrais trabalhados por Rómulo de Carvalho, e Ângela Domingues. Estes autores demonstraram, entre outras coisas, que em muitos aspectos, os homens de

¹²² BETHENCOURT & CURTO, 2010; ALENCASTRO, 2010: 115-144; RUSSELL-WOOD, 2010: 171-206; FÉRNANDEZ-ARMESTO, 2010: 491-526; FÉRNANDEZ-ARMESTO, 2008.

¹²³ DOMINGUES, 2006; DOMINGUES, 2001; KURY, 2015; KURY, 2008; PATACA, 2006; CARVALHO, 1987; KANTOR, 2012.

¹²⁴ HANKINS, 2002.

¹²⁵ FURTADO, 2012.

letras portuguesas estiveram envolvidos no desenvolvimento de diversas proposições de vanguarda, principalmente no que se refere à História Natural¹²⁶, desenvolvendo trabalhos ricos em descrições e classificações da natureza de suas colônias, com os mais variados intuitos. Para além disso, também escreveram trabalhos críticos e propostas para que a ciência em Portugal e no Império ganhasse cada vez mais projeção.

Isso fica claro quando analisamos, por exemplo, os casos dos chamados *estrangeirados* — homens da elite portuguesa que deixavam o seu país para estudar ou trabalhar, e buscavam novos conhecimentos em universidades espalhadas pela Europa, e que, em alguns casos, voltavam imbuídos dos ideais reformadores iluministas que visavam uma reestruturação das bases de pensamento científico em todas as áreas de conhecimento. Parte fundamental da ação desses indivíduos se deu através do estabelecimento de extensas redes de comunicação¹²⁷. Os denominados *estrangeirados* tiveram grande importância nos processos de transformação das políticas estatais para a ciência e o ensino em Portugal. Contudo, seguirei uma abordagem próxima daquela delineada por Júnia Ferreira Furtado¹²⁸, ao ver com reservas a ideia do papel de vanguarda atribuído quase em exclusivo aos ditos *estrangeirados*, uma vez que diversos outros indivíduos estiveram envolvidos nestes processos, muitos deles oriundos dos universos coloniais. Isto se deve ao entendimento de que, se analisarmos as trajetórias dos intelectuais europeus, desde a Idade Média¹²⁹, a importância de se fazer um périplo pelas principais universidades da Europa sempre existiu. Essa mobilidade de homens e ideias foi, entre outros, fator preponderante para que houvesse certa dinamização da produção de conhecimento, não apenas em Portugal, mas em toda a Europa.

Neste sentido, os intelectuais portugueses que foram para outros países e de lá participaram ativamente das políticas públicas de ensino e ciência, não precisam necessariamente de ser classificados de forma diferenciada, como se fizessem parte de um círculo único e específico do caso português. Contudo, apesar de me aproximar da ideia de Júnia Ferreira Furtado, também não considero como mais adequado abandonarmos o termo *estrangeirado* e substituí-lo por *Emboabas Ilustrados*, como sugerido pela autora em *Oráculos da Geografia Iluminista*¹³⁰. O risco aqui seria o de incorrerem no mesmo tipo de equívoco que pretendíamos evitar, pois acabaríamos escolhendo o mesmo caminho, denominando um grupo de indivíduos de composição razoavelmente heterogênea por um termo, que embora mais abrangente, possa, ainda

¹²⁶ CARVALHO, 1987.

¹²⁷ CARNEIRO & SIMÕES, 2000: 591-619.

¹²⁸ FURTADO, 2012.

¹²⁹ GRANT, 2009.

¹³⁰ FURTADO, 2012.

assim, excluir outros agentes. Ao longo deste livro, procurarei não utilizar nenhuma terminologia específica quanto a esses indivíduos.

Entretanto, neste cenário, algumas figuras devem, porém, ser destacadas, como o Conde de Ericeira, Luís António Verney (1713-1792) e Martinho de Albuquerque, os quais, durante o seu périplo europeu, desenvolveram propostas inovadoras para a reformulação da educação e da ciência em Portugal¹³¹. Outro caso emblemático foi o de António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782), que deixou o país para estudar em Espanha e na Holanda e que, apesar de nunca mais ter retornado, teve papel relevante nas discussões mais avançadas sobre o ensino da Medicina e da Botânica nas universidades portuguesas¹³². Baseados nas ideias iluministas, estes homens, e outros, pretendiam tirar Portugal da presumida condição de atraso intelectual em que consideravam se encontrar¹³³.

Muitas vezes baseados nos escritos destes indivíduos, em Portugal, houve considerável empenho do Estado na tentativa de reformular as bases teórico-metodológicas do ensino ministrado na Universidade de Coimbra. As reformulações processaram-se ao longo de todo século XVIII, mas intensificaram-se em profundidade e velocidade, a partir da segunda metade do século. Para promover uma maior aproximação às estruturas pedagógicas, e à forma como essas eram organizadas na restante Europa, as Ciências Naturais ganharam paulatinamente mais espaço, principalmente com o trabalho de Domingos Vandelli e sua equipe, tanto em Portugal, quanto nos espaços coloniais. Além da preocupação em reconhecer o ambiente natural do próprio território português na Europa, as investigações em território colonial conduzidas por uma busca e exploração organizada de recursos, elevaram Portugal a membro de uma rede que contribuía para os estudos de História Natural¹³⁴, num âmbito global. Em certa medida, a falta de conhecimento sobre esses níveis de produção pode ser responsável pela ideia da marginalidade de Portugal num contexto transformativo de saberes e na aplicação dos princípios do Iluminismo.

Em suma, apesar das particularidades que envolveram as questões da ilustração e das tribulações pelas quais passaram as ciências em Portugal em meio de reformas, perseguições, reviravoltas políticas e desconfiança por parte dos bastiões do Antigo Regime, a produção filosófico-natural daquele período foi considerável¹³⁵, e deve ser analisada como base fundamental para compreender os possíveis processos de transformação nos campos do conhecimento científico em Portugal e nas colónias.

¹³¹ CALAFATE, 1994.

¹³² RAMOS JUNIOR, 2013; BOTO, 1998; MALAQUIAS, 2012: 203-226.

¹³³ BOXER, 2011: 340-348; DISNEY, 2011; VILLALTA, 2015.

¹³⁴ PATACA, 2006.

¹³⁵ DOMINGUES, 2001: 823-838; DOMINGUES, 2006: 150-174.

Dentro deste quadro complexo, ao longo de todo o século XVIII deu-se um processo representativo do esforço sistemático, principalmente sob os auspícios estatais, que visava promover a renovação das bases do conhecimento, tanto no Reino quanto nas colônias. A partir de 1750, começou em Portugal o que Charles Boxer denominou de *Ditadura Pombalina*¹³⁶. Foi um período extremamente importante para Portugal e suas colônias. Para as análises constantes neste livro, este período traz algumas das principais políticas de implementação e reformulação das bases educacionais e políticas do Reino, ligadas diretamente com o interesse da Coroa em conhecer as potencialidades econômicas de suas possessões ultramarinas. Parte considerável desses esforços foi direcionada para a produção cartográfica, para o incremento dos níveis de reconhecimento do território, para assim contribuir para o fortalecimento das pretensões portuguesas na América, no âmbito estratégico e diplomático, principalmente em relação às disputas territoriais com a Espanha¹³⁷.

Outro ponto que mereceu considerável atenção por parte dos diversos historiadores que têm tratado da extensão do impacto das ideias iluministas em Portugal foram os processos de reforma no âmbito do ensino universitário e dos incentivos estatais dados às ciências¹³⁸. Neste âmbito, foi durante o ministério de Pombal que as ações reformadoras foram particularmente intensas. Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, direcionou parte de suas políticas para as reformas das universidades portuguesas, principalmente a mais importante delas — e única a partir de 1759 — a de Coimbra. A reforma em Coimbra foi iniciada em 1772, com a contratação de intelectuais qualificados, e com modificações na estrutura curricular de diversos cursos. Neste contexto, o experimentalismo e o utilitarismo foram temas organizadores do discurso pedagógico presente na reforma dos estatutos em Portugal¹³⁹.

Grande parte do processo reformista consistiu também em uma completa troca de comando na Universidade, como consequência direta do processo mais amplo de expulsão dos Jesuítas dos domínios portugueses¹⁴⁰. Tradicionalmente, sob o comando dos padres da Companhia de Jesus, a Universidade de Coimbra disponibilizava apenas os cursos de Medicina, Leis e Teologia¹⁴¹. Essa troca de comando, ao excluir completamente os Jesuítas, promoveu a subordinação da Universidade diretamente aos interesses do Estado que, na segunda metade do século XVIII se encontrava aberto, ainda que de forma seletiva, a diversas ideias que circulavam na Europa, impulsiona-

¹³⁶ BOXER, 2011.

¹³⁷ KANTOR, 2017; KANTOR, 2012: 239-250; DISNEY, 2011.

¹³⁸ MAXWELL, 1997; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006.

¹³⁹ BRIGOLA, 2003: 141.

¹⁴⁰ VOGEL, 2017: 71-263.

¹⁴¹ PATACA, 2006.

das pelo pensamento iluminista¹⁴². A partir desse impulso reformista, foram tomadas medidas reestruturantes, tanto de caráter organizacional, quanto pedagógico. Um claro exemplo foi o das Faculdades de Filosofia, Matemática e Medicina, cujas disciplinas iam desde a História Natural, a Física, a Química, à Geometria, e o início do processo de criação de um jardim botânico, paralelo à ênfase cada vez maior na formação de naturalistas¹⁴³.

Ainda no âmbito das reformas da Universidade, Pombal manteve-se em contato com algumas das ideias expostas por intelectuais, portugueses e estrangeiros, espalhados por toda a Europa, tais como António Nunes Ribeiro Sanches, Luís António Verney, José Monteiro da Rocha (1734-1819) e Domingos Vandelli (1735-1816), mesmo que não as tenha adotado de forma integral¹⁴⁴. Neste sentido, ao capitanear o processo da reforma universitária, a Coroa participou de forma ativa no processo de renovação cultural e científica, com financiamentos e incentivos para a realização de viagens e expedições que resultaram em tentativas de reformulação e inventariação do que se sabia sobre Mundo Natural em Portugal e nos espaços coloniais. Assim, deve-se ressaltar o fomento, implementado pela Coroa portuguesa, sobretudo a partir dos reinados de D. José I (1750-1777) e D. Maria I (1777-1816), das chamadas Viagens Filosóficas¹⁴⁵ que, como procuraremos demonstrar adiante, constituíram parcela considerável dos esforços para a produção de conhecimento sobre o Mundo Natural das possessões portuguesas.

As políticas de incentivo às investigações filosóficas, avançaram e intensificaram-se a partir do período seguinte ao ministério pombalino, durante o reinado de D. Maria I, com uma considerável expansão dos projetos dedicados à organização de Expedições Filosóficas, financiadas pela Coroa e coordenadas a partir da Universidade de Coimbra, por Vandelli e sua equipe¹⁴⁶. Promoveu-se o envolvimento de diversos setores da sociedade, com a congregação dos trabalhos de matemáticos, astrônomos, médicos, cirurgiões, clérigos, funcionários da Coroa, engenheiros e naturalistas, alguns vindos de outras partes da Europa. Este corpo incluía aqueles que não tinham necessariamente uma formação acadêmica nesses campos do conhecimento, mas que, de alguma forma, tiveram contato com as instruções para recolher informações sobre o ambiente natural, formuladas na Universidade reformada, e posteriormente, na Academia das Ciências de Lisboa¹⁴⁷.

O reconhecimento dos aspectos gerais dos processos de transformação, que visavam uma reorganização dos meios de exploração e reconhecimento do território

¹⁴² PATAÇA, 2006; BRIGOLA, 2003; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; RAMINELLI, 2008.

¹⁴³ PATAÇA, 2006; BRIGOLA, 2003; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; KURY, 2015; KURY, 2008.

¹⁴⁴ PATAÇA, 2006.

¹⁴⁵ PATAÇA, 2006; BRIGOLA, 2003; DOMINGUES, 2006; DOMINGUES, 2001; KURY, 2015; KURY, 2008.

¹⁴⁶ BRIGOLA, 2003.

¹⁴⁷ PATAÇA, 2006

colonial, constituem o ponto de partida ideal para os objetivos deste trabalho. É neste contexto que deverão ser analisados os diversos trabalhos de recolha de informações, — que visavam os mais variados propósitos, relacionados com variadas questões, em particular de natureza econômica e política¹⁴⁸. Pelo menos desde a década de 60 do século XVIII, e mais ainda a partir do reinado de D. Maria I, é perceptível que os trabalhos passaram a ter a clara influência dos conhecimentos específicos advindos da efervescência intelectual iluminista. Mesmo que o intuito inicial fosse o simples reconhecimento de potencialidades do território, não podemos deixar de notar como a observação do Mundo Natural no Brasil, e os trabalhos de catalogação, descrição e classificação foram influenciados pelo pensamento ilustrado, que estava, naquele momento, permeando o universo intelectual, tanto na Europa, quando nas colônias¹⁴⁹.

O fato é que o século XVIII configurou-se como um período de efervescência em diversos campos do conhecimento. A circulação de saberes envolvia frequentes trocas de informações através de redes de contatos estabelecidas entre os filósofos das mais diversas áreas do conhecimento¹⁵⁰ conectados por todos os cantos do Império. As transformações sociais e econômicas, ocorridas na Europa, em simultâneo à revolução científica, fomentaram o surgimento de um mercado para o saber e imprimiram novas dinâmicas ao processo de produção do conhecimento¹⁵¹. A busca por compreender as dimensões políticas, sociais e culturais do Iluminismo, desde a sua longa gestação, durante o início da Era Moderna, até à sua consolidação como um conjunto de ideias e práticas correspondentes a várias esferas da ação humana¹⁵², foi tema de muitos trabalhos que se tornaram baluartes da construção do pensamento científico sobre o período ilustrado.

Neste âmbito, há que considerar as questões relativas à construção do conhecimento filosófico-natural a partir dos parâmetros iluministas, e esclarecer quais eram as perspectivas adotadas pelos homens de ciência na elaboração dos trabalhos científicos, e a possível relação destes tipos de trabalhos com o avanço e consolidação dos paradigmas emergentes no pensamento ilustrado. Para compreender estes quadros epistemológicos tão complexos, é preciso buscar suporte teórico não apenas nos referências apresentados até aqui, mas também nos muitos acréscimos, relacionados à necessidade de análises mais pormenorizadas, que serão incorporados ao longo do livro.

Se a Filosofia Natural era considerada ao longo do período iluminista como aquela que poderia trazer a Razão para o entendimento do Mundo Natural, conhecer

¹⁴⁸ DOMINGUES, 2001; PATAÇA, 2006.

¹⁴⁹ PRESTES, 2000; DOMINGUES, 2001; PATAÇA, 2006; RAMINELLI, 2008; KURY, 2008; KURY, 2015.

¹⁵⁰ DARNTON, 1979.

¹⁵¹ DARNTON, 1979.

¹⁵² DUPRÉ, 2004.

a natureza da América portuguesa e produzir conhecimento sobre ela, tornava-se fundamental, não apenas para Portugal e suas colónias, mas para todos aqueles que estavam envolvidos nas transformações filosóficas iluministas.

Neste contexto, foram produzidos muitos trabalhos, dos mais variados matizes, dentre os quais selecionei aqueles que mais parecem adequar-se à proposta de análise. Para uma melhor clarificação do processo de seleção documental, é necessário traçar primeiro um panorama geral a respeito do universo das fontes documentais disponíveis, e cuja produção deve ser entendida nos contextos históricos que procuro apresentar. É justamente este aspecto que trato a seguir.

2.1. TRABALHOS DE FILOSOFIA NATURAL SOBRE O BRASIL

Para compreendermos de que maneira as políticas de incentivo aos trabalhos de recolha de dados acerca do Mundo Natural foram empreendidas, é preciso observar o universo geral de trabalhos escritos ao longo do século XVIII, e tentarmos perceber qual era o perfil dos produtores envolvidos nesse processo e quais foram os fatores que contribuíram para a construção de um vasto universo de trabalhos durante todo o século.

Não apenas do fomento promovido pela Coroa e dos indivíduos com formação acadêmica viveu a investigação da natureza e o pensamento crítico no mundo lusófono setecentista. Não foram poucos os indivíduos que, mesmo sem uma formação acadêmica voltada para os estudos filosófico-naturais, produziram trabalhos sobre a natureza das colónias. Muitos foram os documentos produzidos antes e durante o período das Expedições Filosóficas organizadas pelas instituições científicas e pelo Estado. Os trabalhos desenvolvidos nesta altura podem ser peças fundamentais para montarmos o quadro de informações sobre o ambiente científico de Portugal e do Brasil, principalmente na segunda metade do século XVIII.

Neste contexto, é importante salientar a participação de funcionários estatais que, impulsionados pelas políticas do Estado, realizaram notáveis trabalhos à frente da administração pública, importantes para a produção e promoção de saberes acerca do Mundo Natural¹⁵³. Uma parcela considerável destes esforços foi direcionada às colónias, na Ásia e África, mas principalmente, ao Brasil. Os objetivos de tal política eram diversificados e iam desde a intenção de racionalizar e superar as dificuldades relativas à produção de bens em território colonial, quanto à de consolidar e sustentar o ainda corrente processo de expansão e domínio territorial.

Foi neste período que a cátedra de História Natural da Universidade de Coimbra foi ocupada pelo médico e filósofo natural italiano Domenico Vandelli (1735-1816). A partir de 1764, quando contratado, Vandelli foi o principal idealizador

¹⁵³ DOMINGUES, 2001.

de uma série de viagens pelo Reino e possessões ultramarinas, todas elas ligando o caráter científico às intenções de cunho econômico e político, tais como as de fazer um inventário dos recursos naturais que pudessem ser explorados no futuro. Vandelli tentou implementar algumas transformações na Universidade de Coimbra para posicioná-la como um relevante centro de ensino e investigação na Europa. Seus discípulos estavam espalhados por Portugal e outras nações, estudando as particularidades naturais que pudessem ser relevantes para a economia e a ciência. Suas instruções eram claras: catalogar e classificar do mais minúsculo musgo ao metal mais brilhante e precioso. Para Vandelli, as pesquisas que coordenava tinham caráter científico, político e patriótico, e o conhecimento científico poderia significar poder, no próprio Reino, mas principalmente, nas colônias¹⁵⁴.

É de fato relevante compreendermos a logística das Viagens Filosóficas organizadas por Vandelli e as redes de contatos e intercâmbio de informações que a partir delas foram estabelecidas, uma vez que estas faziam com que um grande volume de espécies de animais, plantas e minerais fossem coletados e enviados para análise na Metrópole¹⁵⁵. Ainda podemos ressaltar o grande volume de informações relatadas em diários, tratados, cartas e correspondências que circulavam dentro do Império Português, e fora dele. O próprio Vandelli fazia uso desses meios para que essas informações fossem divulgadas, organizadas e analisadas de maneira minuciosa. Um de seus correspondentes, enquanto estava a serviço da Coroa portuguesa, foi o sueco Karl von Lineu (1707-1778).

Dentro deste princípio foram planeadas as Viagens Filosóficas às colônias. Para a mais importante, e que recebeu o maior financiamento e atenção do Estado, o comando foi incumbido a Alexandre Rodrigues Ferreira, que estudara Filosofia Natural na Universidade de Coimbra, sob orientação de Vandelli¹⁵⁶. Além disso, não podemos deixar de considerar que a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira foi planeada para percorrer o território que, naquele momento, precisava de maior atenção por parte do Estado, em tempos de demarcação e disputa de limites territoriais e políticos¹⁵⁷. Por norma, os naturalistas de formação, mas principalmente aqueles que não haviam estudado História Natural, deveriam ter consigo um manual que lhes fornecesse as instruções acerca de como fazer, de maneira correta e produtiva, a observação, a coleta, a descrição e, por fim, a classificação dos espécimes. Vandelli e seus discípulos acreditavam que esta seria a maneira mais eficiente de efetuar os trabalhos filosóficos nas colônias¹⁵⁸.

¹⁵⁴ BRIGOLA, 2003; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; PATACA, 2006; RAMINELLI, 2008.

¹⁵⁵ BRIGOLA, 2003; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; PATACA, 2006; RAMINELLI, 2008.

¹⁵⁶ BRIGOLA, 2003.

¹⁵⁷ KANTOR, 2012.

¹⁵⁸ BRIGOLA, 2003.

Neste contexto, há que considerar, ainda, o importante papel do Estado¹⁵⁹, essencial para o empreendimento das expedições científicas. E isso de duas formas: agentes do Estado faziam parte da construção de uma rede de informações que permitia o acesso e a circulação do conhecimento produzido e, sobretudo no Brasil, contribuía para uma melhor compreensão e, conseqüentemente, exploração dos recursos naturais de suas possessões¹⁶⁰.

Outra orientação sistemática adotada pela Coroa portuguesa, que visava uma melhor compreensão dos recursos coloniais e, assim, fortalecer a posição de Portugal no cenário político internacional, foi a criação de instituições responsáveis pelo estudo e divulgação das ciências naturais na Metrópole e na colônia. Mesmo que inaugurada já no final do século, uma dessas instituições foi a Casa Literária do Arco do Cego, que funcionou de 1799 a 1801. Idealizada pelo então Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), e concretizada a partir da ação do luso-brasileiro Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). A Casa Literária do Arco do Cego contribuiu para um claro empreendimento do enciclopedismo português. Seu principal objetivo era o de fomentar as ciências, sua publicação e a otimização do uso das potencialidades econômicas do Império e da colônia a partir de uma perspectiva ilustrada. Apesar de seu curto período de funcionamento, a Casa Literária do Arco do Cego contribuiu para a construção, em Portugal, de novas perspectivas, além de uma nova maneira de se compreender a natureza do Brasil¹⁶¹.

Não é possível enumerar todos os pontos impulsionados pelo trabalho desenvolvido no Arco do Cego, mas é certo que houve uma mudança expressiva na posição que a colônia americana ocupava, quer em termos estratégicos, quer políticos. Dentro do contexto iluminista, portanto, era cada vez maior a preocupação das nações com o reconhecimento do Mundo Natural e a racionalização dos respectivos processos exploratórios¹⁶². Um dos pontos principais desta política referiu-se ao incentivo e preocupação com a deficiente exploração dos recursos naturais na colônia, e também em com a aclimação de novas espécies. A exploração das árvores para a construção civil, mas principalmente naval, estava entre as preocupações de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que previa uma escassez desse recurso. Segundo ele, no final do século XVIII, algumas espécies já estavam ameaçadas de «extinção»¹⁶³.

¹⁵⁹ Embora o debate sobre o conceito de «Estado» esteja em aberto na historiografia portuguesa e europeia, de que a obra de António Manuel Hespanha e seus discípulos dão prova, cremos não haver dúvida acerca da sua aceitação para o século XVIII, em particular durante e após o consulado do Marquês de Pombal (HESPANHA, 2010).

¹⁶⁰ DOMINGUES, 2001.

¹⁶¹ PATACA, 2006.

¹⁶² PATACA, 2006.

¹⁶³ SILVA, 1999.

Muitos outros setores estavam conectados direta ou indiretamente com o objetivo de reconhecimento das potencialidades naturais das colônias portuguesas. Advogados, militares, clérigos, médicos, pessoas ligadas aos setores administrativos, todos poderiam contribuir para esta formação de conhecimento. Deles falarei adiante. Neste domínio, o papel dos militares e do clero foi relevante. Muitos empregaram esforços nos processos de coleta de dados relativos ao Mundo Natural do Brasil¹⁶⁴. Além disso, os militares tinham alguma formação técnica em Engenharia, o que facilitava o trabalho de reconhecimento territorial e formação de mapas geográficos e hidrográficos. A própria formação dos clérigos contemplava, também, por vezes, uma cadeira de História Natural¹⁶⁵, e muitos destes indivíduos ligados à Igreja desenvolveram trabalhos sobre essas temáticas.

Nestes contextos, as fontes documentais podem revelar, em diversos aspectos, alguma relação com os princípios filosófico-naturais vigentes ao longo do período iluminista (como a sistemática lineana, por exemplo). Muitos trabalhos contêm descrições e/ou inventariação da fauna e flora do Brasil, e foram produzidas no período em que Portugal buscava um maior conhecimento acerca das potencialidades naturais dos domínios coloniais, e nestes casos é comum encontrarmos trabalhos que contêm listas de animais, plantas, rios e sua navegabilidade, qualidade do solo, e descrições das populações nativas, que não envolviam, necessariamente, descrições detalhadas. Exemplos deste tipo de trabalho podem ser encontrados nos roteiros de viagens, como os de Alexandre Rodrigues Ferreira¹⁶⁶, de Antônio Rolim de Moura Tavares (1709-1782) — Conde de Azambuja¹⁶⁷, a de Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798)¹⁶⁸, ou o de José Monteiro de Noronha (?-1794)¹⁶⁹. Para este período, como já mencionei, o acervo de fontes documentais que possam constituir a base de análise para os nossos propósitos é vasto, principalmente se contabilizarmos aquelas produzidas a partir do reinado de D. Maria I¹⁷⁰.

O percurso de pesquisa para este livro passou por muitos dos acervos documentais que potencialmente continham esses trabalhos. Posso começar destacando a grande quantidade de trabalhos que estão em bibliotecas e arquivos portugueses e brasileiros, como o Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca Nacional de Portugal, o Arquivo Histórico do Museu Bocage, a Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, a Biblioteca Pública Municipal do Porto, a Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o acervo do Arco do Cego, além de coleções particulares, como as de Joseph Roland van Deck (?-1773?), e as do Visconde de Balsemão.

¹⁶⁴ SILVA, 1999: 62-65.

¹⁶⁵ SILVA, 1999: 62-65.

¹⁶⁶ FERREIRA, 1938.

¹⁶⁷ TAVARES, 1751.

¹⁶⁸ ALMEIDA, 1788.

¹⁶⁹ NORONHA, 1862.

¹⁷⁰ SILVA, 1999; CARNEIRO & SIMÕES, 2000; DIAS, 1968: 105-170.

Nestes arquivos, é possível encontrar uma ampla diversidade de trabalhos, tais como relatos de viajantes, tratados escritos por moradores da colônia, funcionários da Coroa, militares, clérigos, médicos e acadêmicos, enfim, muitos foram os trabalhos desenvolvidos com o intuito de reconhecer o ambiente natural do Novo Mundo.

A partir da análise de trabalhos sobre a natureza do Brasil, é quase infinito o campo de análise que se abre. O número de obras é de fato extensa, o que me levou a adotar critérios de seleção documental que auxiliassem uma análise conjunta e comparativa dos trabalhos, de acordo com alguns critérios mais restritivos como, por exemplo, o reconhecimento da circulação desses trabalhos no meio científico colonial e europeu. Levemos em consideração que muitos dos textos que fazem referência à natureza do Brasil no século XVIII não foram produzidos por discípulos de Vandelli, ou seja, não foram produzidos por naturalistas formados na Universidade de Coimbra, mas sim por homens que tinham as mais variadas funções e profissões e que dedicaram parte de seu tempo a descrever o ambiente natural, tais como sargentos, capitães, coronéis, clérigos, engenheiros e médicos.

A partir desse problema inicial, busquei então selecionar as fontes documentais a partir de critérios que pudessem, de uma forma global, reuni-las em grupos a partir de aproximações relativas à profissão e formação de quem as produziu, bem como a sua atuação profissional. O conteúdo do trabalho, e os objetivos que levaram estes agentes a escrever sobre Filosofia Natural do Brasil constituem outros critérios de separação/classificação dessas obras. Ao subscrever que não só as Viagens Filosóficas produziram conhecimento sobre Filosofia Natural, abriram-se campos dilatados para a inclusão de obras não produzidas no âmbito desse registro de conhecimento. A partir deste critério, cheguei à seleção das fontes consideradas como representativas dos vários segmentos a considerar e, assim, compor o *corpus* documental para a análise proposta.

Questões relacionadas com a forma como a natureza da América portuguesa foi observada; porquê e para quem essas observações foram feitas; como é que essas informações chegavam até a Metrópole; e que tipo de circulação, se houve, esses trabalhos tiveram, incorporaram um inquérito a que foram submetidas todas as obras.

Foi possível identificar uma ampla participação de indivíduos segundo a sua formação intelectual e funções que desempenhavam. O seu agrupamento fez-se, para conveniência de análise, num número limitado de grupos. Como cenário geral, em relação aos produtores¹⁷¹, verifica-se que uma parcela considerável destes autores possuía alguma formação académica, sendo as mais recorrentes nas áreas de Direito, Engenharia, Teologia, Medicina e/ou Cirurgia, e História Natural (que conferia habilitações em Química e Botânica)¹⁷².

¹⁷¹ *Vd.* Anexo 1 e Fig. 2.

¹⁷² SILVA, 1999; PATACA, 2006; DIAS, 1968; BRIGOLA, 2003.

Muitos deles eram formados pela Universidade de Coimbra, e alguns em instituições de outros países da Europa, como Espanha, Inglaterra, Holanda e França. Em termos de ocupação profissional, muitos encontravam-se ligados ao serviço militar (e possuíam formação em Engenharia e História Natural); a cargos eclesiásticos (e detinham algum conhecimento específico em História Natural); ou eram acadêmicos formados em Coimbra (e poderiam ser bacharéis em Direito, Medicina e Filosofia Natural). Havia ainda os funcionários da Coroa titulares de cargos políticos ou administrativos, que comumente poderiam desempenhar alguma função ligada ao reconhecimento das potencialidades naturais do território. Por fim, são de referenciar os médicos e/ou cirurgiões, que normalmente desenvolviam trabalhos de registro e análise do Mundo Natural que pudessem ser úteis para os conhecimentos farmacêuticos¹⁷³.

A partir deste quadro geral das formações e ocupações dos produtores de trabalhos, pude, de forma esquemática, representar e tipificar o universo dos trabalhos produzidos sobre a natureza do Brasil, e assim, criar um critério de seleção de fontes documentais que abrangesse, por amostragem, as mesmas características. Serão essas amostragens, por vezes tratadas como estudos de caso, que tornarão possível a compreensão global dos trabalhos produzidos ao longo do século XVIII.

A figura 1 pretende ilustrar o universo global dos produtores, a distribuição das suas formações e atuações em relação aos trabalhos produzidos, no âmbito da recolha de dados e da produção de conhecimento acerca do Mundo Natural das colónias, principalmente na segunda metade do século XVIII.

A formação deste quadro tipológico não foi baseada apenas na observação das fontes documentais consultadas depositadas nos arquivos portugueses e brasileiros, mas também, e principalmente, recorrendo a estudos feitos por outros pesquisadores, como Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Odila da Silva Dias, João Carlos Brigola e Ermelinda Pataca¹⁷⁴. Para além das obras e autores supracitados, também pudemos recorrer a trabalhos que não tinham como objetivo principal esta grande recolha e sistematização das fontes documentais, mas que fizeram estudos específicos sobre o tema e o espaço geográfico que aqui nos interessa, tais como William Joel Simon¹⁷⁵, Lorelai Kury¹⁷⁶, Nelson Papavero¹⁷⁷, Ângela Domingues¹⁷⁸, Iris Kantor¹⁷⁹. A partir de análises dos dados contidos nesses trabalhos e da pesquisa realizada nos arquivos já citados, pode-se, a partir dos parâmetros classificatórios estabelecidos na figura 1,

¹⁷⁴ SILVA, 1999; PATAKA, 2006; DIAS, 1968; BRIGOLA, 2003.

¹⁷⁵ SIMON, 1983.

¹⁷⁶ KURY, 2008; KURY, 2015.

¹⁷⁷ TEIXEIRA & PAPAVERO, 2014: 35-44; PAPAVERO & TEIXEIRA, 2011: 83-131; PAPAVERO & TEIXEIRA, 2013: 185-209.

¹⁷⁸ DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006.

¹⁷⁹ KANTOR, 2012.

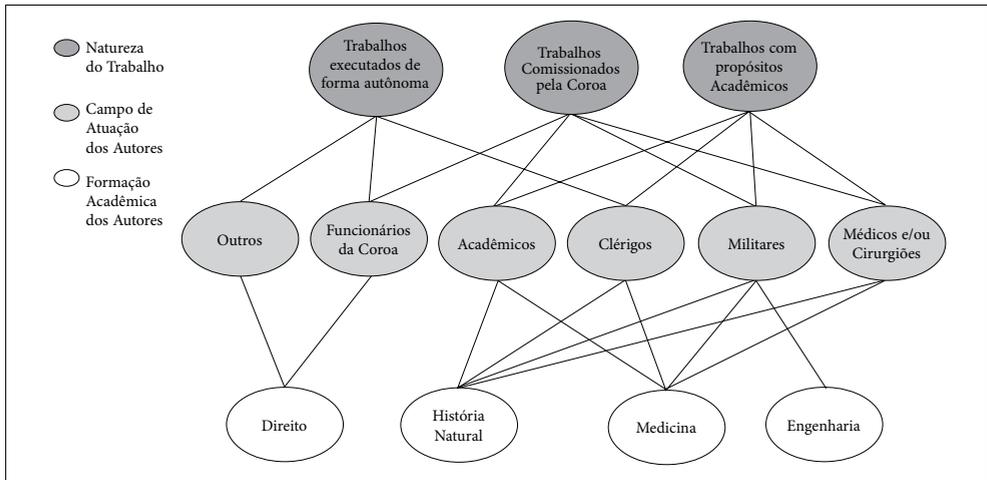


Fig. 1. Fontes documentais de caráter científico produzidas sobre a América portuguesa durante o século XVIII: relação entre os objetivos dos trabalhos e as características de seus produtores

Fonte: SILVA, 1999; PATACA, 2006; DIAS, 1968; BRIGOLA, 2003

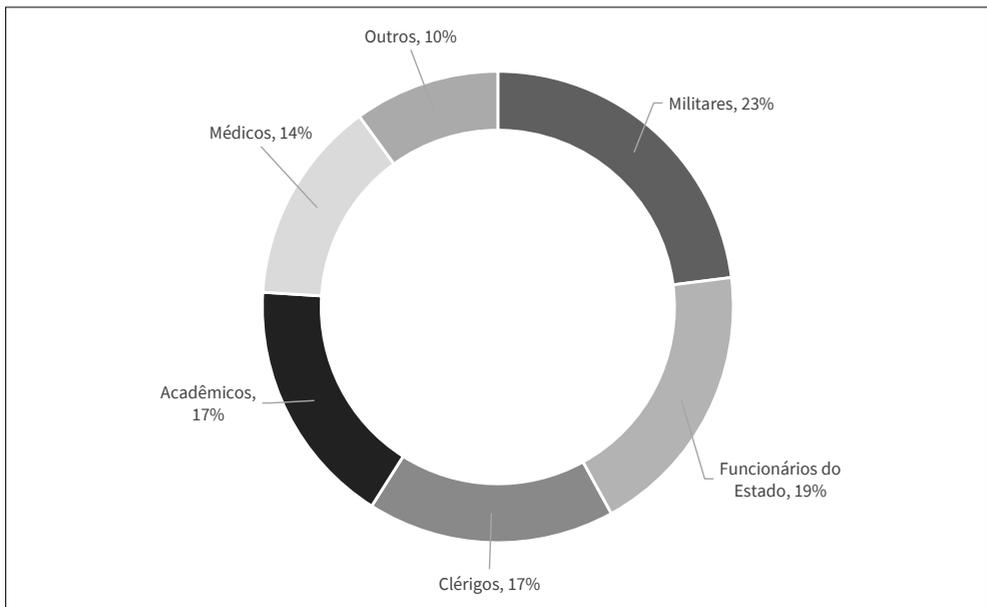


Fig. 2. Composição do cenário geral de produtores de trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil: relação entre autores e atuações profissionais; Fonte: Anexo 1

compreender as relações de proporcionalidade, contidas no cenário geral dos produtores de trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil. Na figura 2, temos as proporções aproximadas referentes a este universo de agentes.

Este cenário, representado no gráfico acima, revela um panorama reconhecido pelos diversos historiadores do tema¹⁸⁰. Pela mesma historiografia é também amplamente aceite que, a partir da segunda metade do século XVIII, houve um expressivo aumento do interesse na produção de estudos filosófico-naturais sobre o Brasil. As figuras 1 e 2 são representativas do universo de produtores relacionados exclusivamente com o Brasil. Não computei aqui os produtores que foram enviados para outros espaços geográficos, e tão pouco contei com aqueles que produziram estudos sobre o Mundo Natural em Portugal.

Em ordem à criação destes quadros de classificação dos autores e da tipologia de obras, até para fins comparativos, recorri, para além dos autores já citados, também a Júnia Ferreira Furtado¹⁸¹, para o cenário português, e a Roger Chartier¹⁸², para o cenário francês. Com isso, o intuito é demonstrar outras tentativas de se delinear um perfil dos *homens de letras*, e provar que estes grupos, tão diversos, participaram da formação de um complexo de trabalhos que iam, dos de carácter filosófico-natural, aos de carácter mais político, económico e social.

Roger Chartier, que delineou o perfil dos homens de letras para o caso francês, na primeira metade do século XVIII, assumiu um quadro dividido em quatro grupos, formados, respetivamente por: 1. Clérigos, nobres, oficiais, administradores e engenheiros; 2. Advogados, médicos, boticários e professores; 3. Indivíduos que dependiam exclusivamente dos financiamentos estatais; e, 4. «Nobres de gosto». Por outro lado, Júnia Ferreira Furtado, que tipificou o cenário de produtores de trabalhos para o caso português, também para a primeira metade do século, assumiu que as classes estariam divididas em três grupos: 1. Nobres de gosto; 2. Letrados; e 3. Oficiais¹⁸³. As composições dos cenários gerais de produtores de trabalhos, tanto para o caso de Chartier, quanto para o de Furtado, não foram pensadas especificamente para o universo de produtores de trabalhos filosófico-naturais, mas sim para os indivíduos que estavam, na primeira metade do século XVIII, conectados com os ideais do Estado de criar um circuito de agentes que pudessem compor uma *República de Letras*¹⁸⁴.

A comparação entre o panorama que delineamos na figura 1, que demonstra o cenário de produtores de trabalhos filosófico-naturais para o caso do Brasil, com aquelas criadas por Furtado, sugere que, para a segunda metade do século XVIII,

¹⁸⁰ SILVA, 1999; PATAKA, 2006; DIAS, 1968; BRIGOLA, 2003; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; KURY, 2008; KURY, 2015; SIMON, 1983; KANTOR, 2012; TEIXEIRA & PAPAVERO, 2014.

¹⁸¹ FURTADO, 2012: 122.

¹⁸² CHARTIER, 1996.

¹⁸³ TEIXEIRA & PAPAVERO, 2014.

¹⁸⁴ Segundo José Pardo-Tomás: «La cultura científica de la *República de las Letras* se fue identificando progresivamente (al tempo que, podríamos decir, se construía a sí misma) com una serie de prácticas culturales originales o, em todo caso, renovadas com componentes típicos de la época» (PARDO-TOMÁS, 2010).

que é o período da produção da ampla maioria das obras que compõe minha base de dados, é necessário criar uma sensível alteração na classificação da composição do grupo de produtores de conhecimento. A partir da análise dos dados expressos nas figuras 1 e 2, que sugere a tipologia de agentes, verifica-se que, no cenário português, relacionado especificamente com os trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil, o universo de agentes que compunham esta *República de Letras*, foi composto por uma variedade de indivíduos com condição e estatuto muito similares aos enunciados por Chartier (para o caso francês na primeira metade do século XVIII). Isto, apesar das mudanças iniciadas na segunda metade do século — a implementação de reformas no ensino, as políticas de fomento aos estudos, e o aumento significativo do volume de trabalhos escritos. Em concreto, no caso dos estudos para este livro, optei por uma classificação mais diversificada, próxima da de Chartier. Escalonei os autores em seis categorias, por me parecer que melhor abrangia a multiplicidade de perfis identificados: 1. Militares; 2. Clérigos; 3. Médicos/Cirurgiões; 4. Funcionários do Estado; 5. Acadêmicos e 6. Outros (em ordem a poder integrar, e reconhecer, a grande multiplicidade de agentes, cuja formação/ocupação é difícil de precisar ou agrupar de forma específica). Em parte, foi esta variedade de agentes, funções e atuações profissionais que moldou o quadro de trabalhos produzidos no Império Português sobre a Filosofia Natural das colônias.

2.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOCUMENTAL

Esta composição do cenário geral de produtores de trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil¹⁸⁵, e a relação entre os objetivos dos trabalhos e as características de seus produtores, serviram-me de base para estabelecer os critérios de seleção documental.

Baseando-me no exposto acima, foi possível perceber não apenas a diversidade de agentes envolvidos na produção de trabalhos filosófico-naturais, mas também a sua distribuição quantitativa, a qual prova que as averiguações das potencialidades naturais do Brasil foram feitas por uma multiplicidade de agentes e foi transversal a diversos setores da sociedade portuguesa e colonial, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII¹⁸⁶.

O número de trabalhos produzidos, que se encaixam dentro do complexo demonstrado nas figuras 1 e 2, é relativamente numeroso, e cujas fontes de recenseamento já listei (Anexo 1; Figs. 1 e 2). Contudo, alguns pontos específicos foram levados em consideração quando da seleção das fontes documentais. Os trabalhos selecionados deveriam ser representativos do cenário geral de produtores no período de tempo proposto aqui, ou seja, terem sido escritas na segunda metade do século

¹⁸⁵ *Vd.* Anexo 1 e Figs. 1 e 2.

¹⁸⁶ SILVA, 1999; PATACA, 2006; DIAS, 1968; BRIGOLA, 2003; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; KURY, 2008; KURY, 2015; SIMON, 1983; KANTOR, 2012; TEIXEIRA & PAPAVERO, 2014.

XVIII por clérigos, militares, acadêmicos, funcionários do Estado, ou indivíduos que, de uma maneira ou de outra, tinham alguma ligação com as instituições científicas e/ou estatais. A seleção feita para as análises também procurou respeitar as mesmas relações de proporcionalidade encontradas no universo geral.

Em um segundo momento, procurei critérios mais específicos, extraídos a partir da análise prévia que fiz dos conteúdos da documentação, e com amplo apoio na historiografia. A sua seleção pretendeu contribuir com indicadores empíricos para a análise que propus fazer, em concreto, que proporcionassem dados para avaliar a possível circulação do documento entre a colônia e a Metrópole; o peso relativo dos componentes locais na produção desses trabalhos, os processos de reconfiguração de saberes, as conexões dos agentes produtores com outros indivíduos que não estivessem, necessariamente, em território colonial, a relação entre ciência e poder, e o de saber até que ponto a construção de conhecimento filosófico-natural, na Europa, chega ao Brasil, e vice-versa. Por fim, procurei verificar até que ponto esses indivíduos, não acadêmicos e não residentes na Europa, conseguiram divulgação e reconhecimento institucional pelo trabalho produzido.

Um outro critério seguido foi o da diversidade de textos, tendo em conta o estatuto, formação e funções dos seus autores, bem como as circunstâncias e os objetivos latentes à elaboração desses trabalhos. Por fim, porque o que procurei isolar era o olhar e a abrangência do registro, do ponto de vista da Filosofia Natural e da História das Ciências, e não o conhecimento de *per se* do território ou da natureza representada, optei por não isolar qualquer específico espaço territorial. Isto é, focalizando-me no observador e não no objeto observado, o isolamento deste como campo de observação não faria sentido como critério de seleção documental.

A partir disso, selecionei as fontes que pudessem envolver todas, ou quase todas essas variáveis, ou seja, terem sido escritas por alguém com algumas dessas formações acadêmicas/ocupações profissionais, que tenham produzido trabalhos que envolvessem não apenas descrições e catalogações do Mundo Natural, mas um discurso já complexo sobre questões relativas à Filosofia Natural, à política, economia e aos aspectos sociais do ambiente nos quais estavam inseridos e do ambiente ao qual os trabalhos se relacionavam. Também procurei selecionar fontes documentais que pudessem, de alguma maneira, dar evidência do cenário político-científico, abordando questões relativas aos incentivos à produção de trabalhos filosóficos sobre o Brasil. Diante de uma série de autores, selecionei aqueles cujas obras ainda não tinham passado por uma minuciosa análise empírica, fundamentada a partir dos contextos, metodologia e teorias aqui propostas, para que também pudesse contribuir para o Estado da Arte dessa matéria.

Por fim, o trabalho desenvolvido nos arquivos portugueses, nomeadamente na Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Pública Municipal do Porto, condu-

ziu-me a alguns manuscritos inéditos, que se encaixaram com perfeição no quadro que compendia os restantes já identificados por outros autores.

2.3. DOCUMENTAÇÃO SELECIONADA

A partir dos critérios estabelecidos e demonstrados nas figuras acima (Figs. 1 e 2), selecionei fontes documentais que podem ser consideradas como representativas do universo dos trabalhos produzidos a respeito do Mundo Natural do Brasil. A partir da análise destas fontes documentais, pude colher informações para interpretar, não somente o quadro de agentes que as produziram, mas também e principalmente, informações a respeito da maneira como a natureza do Brasil foi observada, assimilada e descrita pelos mais variados indivíduos com as mais variadas profissões. Esses trabalhos também podem fornecer dados para discutir os níveis de circulação de conhecimento entre Portugal e sua colônia americana, ao longo século XVIII.

Passo agora a fazer uma breve apresentação dos trabalhos selecionados. As fontes aqui descritas são aquelas que farão parte do *corpus* principal de análise. Estas, por

Tabela 1. Relação dos autores dos trabalhos selecionados e suas respectivas profissões quando da produção do trabalho

NOME	OCUPAÇÃO							
	Militar	Clérigo	Naturalista	Engenheiro	Médico/ Cirurgião	Advogado	Funcionário da Coroa	Botânico
Manoel José Gavino; Antônio Teixeira de Vasconcelos; Affonso Bottelho de São Payo e Souza	X			X				
José Barbosa de Sá						X		
Alexandre Rodrigues Ferreira			X					
José Monteiro de Carvalho				X			X	
Francisco Antônio de Sampaio					X			
Domingos Alves Branco Muniz Barreto	X						X	
Antônio Nunes Ribeiro Sanches					X			
Baltasar da Silva Lisboa						X	X	
João Machado Gaio			X					
Manoel Joaquim de Souza Ferraz					X			X

Fonte: Anexo 2; Fontes documentais e bibliografia

sua vez, serão corroboradas com as fontes do *corpus* de apoio (a relação de todas as fontes selecionadas encontra-se nos anexos — *vd.* Anexo 2). Na tabela 1, está a lista dos autores que compõe o *corpus* principal, e suas respectivas atuações profissionais quando da escrita do trabalho filosófico-natural. Estes indivíduos, educados na Europa ou não, produziram obras em sintonia com o momento de efervescência intelectual pelo qual passava o Velho Continente e, mais especificamente, Portugal. Grande parte desses autores deixaram manuscritos em forma de tratados e memórias que constituem registros da circulação dos saberes e paradigmas que norteavam o estudo do Mundo Natural no século XVIII. Alguns destes trabalhos foram desenvolvidos de maneira autônoma, mas estavam, de alguma forma, conectados à Coroa, seja por algum tipo de interesse em aproximar-se dos altos escalões do poder, ou pelo fato de o seu produtor ser um «funcionário do Estado».

Dentro do universo de trabalhos produzidos de maneira autônoma, cujos produtores possuíam alguma formação acadêmica, selecionei o trabalho escrito por José Barbosa de Sá: *Diálogos geográficos coronológicos políticos e naturais*. Na obra, José Barbosa de Sá abordou temas referentes à geografia física, à criação do Mundo e como o Homem chegou até ao continente americano e trouxe consigo os animais vindos do Velho Continente. Em uma segunda parte, Sá fez descrições e classificações de animais e plantas que observou na região da capitania do Mato Grosso.

Este advogado, licenciado, radicado na capitania do Mato Grosso, em meados do século XVIII, escreveu uma obra que, apesar de não estar conectada com os princípios iluministas do período, pode ser considerada como uma notável exceção dentro da globalidade dos trabalhos filosófico-naturais do período. Apesar de não ser possível determinar, de maneira precisa, todas as obras com que o autor teve contato, os *Diálogos geográficos* de Barbosa de Sá trazem inúmeras sugestões de que o autor tinha um elevado grau de erudição (como veremos na análise deste), o que corrobora a ideia de que havia circulação de conhecimento até mesmo em regiões mais afastadas dos principais centros coloniais¹⁸⁷.

Nada indica que esta obra tenha sido solicitada pela Coroa, resultando antes da diligência pessoal do seu autor. É fato que os trabalhos comissionados pela Coroa podiam ser, ao mesmo tempo, trabalhos com propósitos acadêmicos, sendo, ao longo do século XVIII, alguns dos mais frequentes e numerosos¹⁸⁸. De maneira geral, e isso não significa que não pudesse haver exceções, estes trabalhos foram escritos por funcionários da Coroa: advogados, médicos/cirurgiões, militares e acadêmicos. Estes, por sua vez, podiam ter alguma formação/conhecimento nas áreas de Engenharia, Medicina e História Natural¹⁸⁹.

¹⁸⁷ PAPAVERO *et al.*, 2012; SANTOS, 2005; CAMPOS, 2012.

¹⁸⁸ SILVA, 1999; PATACA, 2006; DIAS, 1968; BRIGOLA, 2003.

¹⁸⁹ SILVA, 1999; PATACA, 2006; DIAS, 1968; BRIGOLA, 2003.

Exemplo desta tipologia de trabalho, foi escrito por José Monteiro de Carvalho. Trata-se do *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes, & c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes*, impresso em 1765¹⁹⁰. José Monteiro de Carvalho estava diretamente ligado ao governo pombalino e atuava como engenheiro. A sua participação foi intensa após o terremoto de 1755, pois Carvalho ajudou na reconstrução da cidade de Lisboa. Como podemos observar na figura 1, a prática em Engenharia, por vezes, estava diretamente relacionada com a carreira militar, que por sua vez estava relacionada com a formação em Engenharia e História Natural¹⁹¹. Era de certo modo comum ao longo do século XVIII, e principalmente após a reforma da Universidade de Coimbra, encontrar militares/engenheiros desenvolvendo estudos sobre a natureza, e o *Diccionario* de José Monteiro de Carvalho é exemplo disso. Nele podemos encontrar as mais variadas descrições e classificações de espécies de animais e plantas, sempre buscando dar informações sobre seus usos. As descrições não ficaram restritas apenas ao território brasileiro, já que o autor também coletou informações a respeito da Índia.

Outro exemplo é o trabalho do Doutor em Direito Civil e Canônico pela Universidade de Coimbra, e escritor brasileiro, Baltasar da Silva Lisboa, que atuou, entre muitos outros cargos, como ouvidor da comarca de Ilhéus (Bahia). O seu trabalho mais representativo para esta análise é o *Ensaio da Física vegetal dos bosques dos Ilhéus*¹⁹² escrito no final do século XVIII. Neste ensaio, o autor fez uma introdução sobre a Filosofia Natural das árvores, seguindo com descrições das espécies de árvores que pudessem ser utilizadas para construção, ressaltando suas qualidades, espessura, onde poderiam ser encontradas, e a maneira como se deveriam fazer as análises botânicas, assim como sobre as técnicas de manejo.

Dentro do complexo tipológico da classe dos militares, destaco três trabalhos do militar Domingos Alves Branco Muniz Barreto: *Observaçoes Relativas a Agricultura, Commercio, e Navegação do Continente do Rio Grande de S. Pedro no Brasil Por Domingos Alz' Branco Muniz Barreto, Cavalleiro professo na Ordem de S. Bento d'Aviz, e Cap.m de Infantr.a do Regim.to de Estremôs, 1778*¹⁹³. Depositado na secção dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, esta obra trata da averiguação das potencialidades naturais do atual estado do Rio Grande do Sul. Da sua autoria são ainda a *Descripção de parte da Comarca dos Ilheos da Capitania da Bahia dirigida à Academia R. das Sciencias de Lisboa*; e *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na*

¹⁹⁰ CARVALHO, 1765. Vd. Anexo 8.

¹⁹¹ SILVA, 1999.

¹⁹² LISBOA, [1801-1803].

¹⁹³ BARRETO, [s.d.].b.

Capitania da Bahia, depositados respectivamente na Biblioteca Pública Municipal do Porto¹⁹⁴ e na Academia das Ciências de Lisboa¹⁹⁵.

Outro exemplo de trabalho que envolveu indivíduos ligados à carreira militar com atuação no campo da Engenharia, e cujo objetivo estava claramente relacionado com os aspectos econômicos e a busca de matéria-prima, é um conjunto de manuscritos produzidos entre os anos de 1772 e 1791 na capitania de Paranaguá. Os manuscritos, ainda inéditos, intitulados: *Relação do exame que fizemos nos paus de pinho dos Pinhay do termo da Villa de Coritiba em satisfação da ordem do Exmo. Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, que nos comunicou o Coronel Affonso Botelho de S. Payo Souza, para com os Capitães das Curvettas Antonio Teixeira de Vasconcellos, Manoel José Gavino de averiguar os comprimentos, e groçuras dos paus de Pinho...*; *Relação do exame que fizemos nos paus de pinho dos Pinhay do termo da villa de Coritiba em satisfação da ordem do Exmo. Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, que nos comunicou o Coronel Affonso Botelho de S. Payo Souza, para com os Capitães das Curvettas Antonio Teixeira de Vasconcellos, Manoel José Gavino de averiguar os comprimentos, e groçuras dos paus de Pinho...* e *Informação do Coronel Affonso Bottelho de São Payo e Souza a respeito dos ditos paus*¹⁹⁶, são peças fundamentais para se compreender os interesses da Coroa na averiguação das potencialidades naturais do Brasil. Os três manuscritos contêm descrições das árvores conhecidas como Araucária (*Araucaria angustifolia*). Estes três textos do final do século XVIII representam a classe de produções que tinham enfoque claro na busca por reconhecimento da fauna americana em prol do desenvolvimento econômico do Reino e da colônia.

Há ainda a anotar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Universidade, ou seja, por acadêmicos, a partir de 1780 também sob os auspícios da Academia das Ciências de Lisboa. Embora seja verdade que grande parte dos financiamentos, se não a totalidade, tivessem sua origem no erário régio, estes trabalhos, por estarem circunscritos ao âmbito acadêmico, apresentaram uma natureza relativamente diversa daqueles comissionados diretamente pela Coroa.

Dos trabalhos com propósitos acadêmicos desenvolvidos por alguém com formação e atuação profissional nas áreas acima descritas e que foram estabelecidas na figura 1, selecionei o trabalho há muito conhecido de Alexandre Rodrigues Ferreira, um naturalista nascido no Brasil que estudou na Universidade de Coimbra: o *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro com a Informação do*

¹⁹⁴ BARRETO, [s.d.]c.

¹⁹⁵ BARRETO, [s.d.]a. Os manuscritos da Academia das Ciências foram publicados na íntegra por Anna Paula Martins com o título *O Feliz Clima do Brasil*, 2008.

¹⁹⁶ *Copia da relação que dá Antonio Teixeira de Vasconcelos [...], [1772]. Informação do Coronel Affonso Botelho de São Payo e Souza a respeito dos ditos paus, [s.d.]; Relação do exame que fizemos nos paus de pinho dos Pinhay do termo da villa de Coritiba em satisfação da ordem do Exmo. Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão [...], [s.d.].*

*Estado Presente de 1785*¹⁹⁷. O trabalho é dedicado a Martinho de Melo e Castro, que foi Primeiro-ministro da rainha D. Maria I, e por ter sido escrito por um naturalista formado em Coimbra e discípulo de Vandelli, neste trabalho observamos as aplicações das técnicas de observações, descrições e classificações aprendidas dentro da Universidade.

Outro exemplo pode ser encontrado no trabalho de João Machado Gaio, depositado na Academia das Ciências de Lisboa — *Viagem filozofica, que por ordem, e despeza do Ill.mo Ex.mo Srr. Joze Telles da Silva fes João Machado Gayo na Serra da Ibiapaba Capitania do Siara Grande termo de Villa Viçozza Real, desde 13 de Julho de 1784 the 6 de Agosto do d.º anno*¹⁹⁸. João Machado Gaio formou-se em Coimbra, era contemporâneo de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Outro aspecto relevante em nosso critério de seleção documental reside no fato de muitos trabalhos terem sido desenvolvidos com propósitos acadêmicos por indivíduos com formação em Medicina, que categorizei como médicos/cirurgiões. Este tipo de obras refere-se, em grande medida, a descrições da flora da América portuguesa que pudesse de alguma forma ser utilizada na formação de conhecimento útil para a produção de medicamentos. Uma fonte documental representativa destas características foi escrita nos anos de 1782 e 1789, e produzida por um não naturalista. O texto foi intitulado *Historia dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brazil, pertencente à Medicina*, tomos I e II¹⁹⁹. Foi escrito por Francisco António de Sampaio, aprovado em toda a cirurgia, e com licença para curar de Medicina. O trabalho de Francisco António de Sampaio expressa o quanto a observação do Mundo Natural ao longo do século XVIII era obra de destaque para Portugal.

Outro agente ligado à Medicina cuja importância para a formação de conhecimento em Portugal é indiscutível, foi António Nunes Ribeiro Sanches. Ele escreveu muitos textos, e muitos são as trocas de correspondência com seus pares que ficaram em território nacional. São de conhecimento de todos os livros *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760) e *Metodo para Aprender e Estudar a Medicina* (1763), obras marcantes e de expressão indiscutível. Estes são os seus principais trabalhos. Em uma pesquisa feita na secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, encontrei, porém, um manuscrito inédito de António Nunes Ribeiro Sanches, cujo conteúdo trata da situação das pesquisas em Filosofia Natural feitas pelos acadêmicos portugueses, principalmente aqueles que estavam inseridos no universo intelectual da Universidade de Coimbra. O manuscrito foi intitulado *Apontamentos para desco-*

¹⁹⁷ SOARES & FERRÃO, org., 2007.

¹⁹⁸ GAYO, [s.d.]. Há uma transcrição deste manuscrito publicada no livro *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli* (CAMARGO-MORO & KURY, org., 2008: 183-189).

¹⁹⁹ SAMPAIO, 1782; SAMPAIO, 1789.

*brir na America Portugueza a quellas producçoens naturaes que podem enriquecer a Medecina e o Commercio*²⁰⁰ (transcrição completa no Anexo 3), de 1763.

Também formado em Medicina, em Montpellier, destaco Manoel Joaquim de Souza Ferraz, e seu trabalho — *Memoria sobre a Botanica, e as vantagens, que della rezultão para a praxe Medica, apresentada á Academia real das sciencias de Lisboa, por Manoel Joaquim de Souza Ferraz, Doutor em Medicina da Universidade de Montplier e correspondente da Academia das Sciencias da mesma cidade, Em Março de 1792*²⁰¹. Seu texto trata de como a Botânica poderia auxiliar os médicos no tratamento de doenças. Além disso, o texto fornece algumas instruções para identificar, recolher e preparar plantas medicinais.

Este é o que acredito ser um quadro representativo do cenário de produção no âmbito da Filosofia Natural luso-brasileira no século XVIII. Tais obras podem fornecer, em simultâneo, um panorama das relações de poder e dos fluxos de circulação de conhecimento entre o Reino e sua colônia na América. Tais relações alimentavam e movimentavam a produção de conhecimento científico no período considerado, e provam que o ambiente natural da América portuguesa era objeto de interesse e análise por uma grande variedade de indivíduos.

A bibliografia existente sobre o tema e as fontes aqui selecionadas para análise demonstram a clara preocupação e incentivo aos estudos sobre a natureza do Brasil no século XVIII²⁰². Tais trabalhos exigiram um elevado empenho financeiro, seja do Estado ou dos particulares, e dependeram de uma série de fatores. O fato é que a natureza do Brasil setecentista poderia ser, em simultâneo, a resposta para as indagações dos filósofos e a chave de sucesso para o desenvolvimento econômico do Reino. Trabalhos como estes demonstram que os interesses europeus no ambiente natural da América portuguesa eram, de fato, uma realidade. E que esta realidade não escapava aos olhos daqueles que estavam em território colonial.

A partir da análise destas fontes documentais, comparando-as em paralelo com outras fontes (a lista completa encontra-se no Anexo 2)²⁰³, pretendo responder a alguns

²⁰⁰ SANCHES, 1763.

²⁰¹ FERRAZ, 1792.

²⁰² DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; PATAÇA, 2007; KURY, 2015; KURY, 2008; FURTADO, 2012.

²⁰³ Entre eles encontram-se: *Historia do Descobrimento da Coxonilha no Brazil da sua natureza geração, criação, colheita, e utilidades; Breve Notícia das Principais Aves que há no Estado do Brasil. Breve noticia Das principaes aves que ha em o estado do Brezil que pretence a Croa de Portugal; Breve Noticia Dos Principaes Animaes que se criam em o estado do Brezil que pretence a Croa de Portugal; Breve Noticia De todas quentes sevandijas e Bichos se criam em o Estado do Brezil; Breve Notícia dos Principaes Rios do Estado do Brasil; Breve noticia Dos principaes rios do estado do Brezil pretencente a Croa de Portugal; Breve notivias Das Principaes Arvores de Fruto do estado do Brasil; Relação de Varias Raizes que se Comem no Brasil; Requerimento do capitão de Infantaria do Regimento de Chixarro da praça do Rio de Janeiro, Domingos Álvares Branco Moniz Barreto, à rainha [D. Maria I] solicitando um ano de licença para ir para a Bahia; Livro segundo que consta da configuração das árvores e frutas silvestres nomeadas na relação adiante escrita e numerada, de clarando-se ao pe de cada uma daelas, a sua altura, o tempo em que se colhem, como se comem, e os seus prestimos, e são todas quantas há neste Departamento/ cuja deligencia me encarregou o Ill.mo S.or Coronel Joaquim Xavier Curado, Governador do mesmo [...]; Relação da viagem, que fez o Conde da Azambuja, da cidade de S. Paulo*

destes questionamentos: Houve circulação de trabalhos entre a Metrópole e a colônia, ou entre ambos e o restante da Europa ao longo do século XVIII, e este saber estava vinculado aos princípios iluministas? Os trabalhos sobre Filosofia Natural do Brasil, tiveram impacto na comunidade acadêmica na Europa? De que tipo de conhecimento estamos tratando: apenas observação empírica ou conhecimento científico? Houve reconfiguração do conhecimento a partir da apropriação do conhecimento indígena? Os autores/agentes produtores dos trabalhos selecionados, estavam inseridos dentro dos paradigmas iluministas? Quais foram os fatores que influenciaram, e que estiveram envolvidos, no processo de construção de saberes filosófico-naturais do Brasil?

Neste *corpus* documental é possível encontrar elementos que contribuam à compreensão das complexas condições históricas que envolveram a circulação e produção do saber científico a respeito da Filosofia Natural na América portuguesa e no Reino de Portugal ao longo do século XVIII.

para a Villa do Cuyabá, no anno de 1751; Diario da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775; Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas, tomo I; Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas, tomo II; Florae Fluminensis; Dissertação sobre as Plantas do Brazil, que podem dar linhos proprios para muito usos da Sociedade, e suprir a falta do Canhamo, indagadas de ordem do Principe Regente Nosso Senhor; Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os indios sublevados nas vilas e aldeias das comarcas dos Ilhéus e norte na capitania da Bahia; Discurso Historico, Politico e Economico dos Progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil. Offerecido a sua Alteza Real o Serenissimo Principe Nosso Senhor pelo seu muito humilde vassalo Balthezar da Silva Lisboa; Breves instrucções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa, sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museo Nacional; Systema naturae: per regna tria natura, secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis, synonymis, locis; Historia naturalis Brasiliae.

II

CIÊNCIA E PODER, CIÊNCIA COMO PODER

Muitos trabalhos abordaram o tema da produção científica sobre o Mundo Natural do Brasil ao longo do século XVIII. Nestes trabalhos é possível observar análises voltadas para as questões políticas e econômicas, fomentadas pelo interesse da Coroa portuguesa em conhecer o ambiente natural de suas colônias, e em elevar o nível intelectual de sua classe letrada. A trajetória acadêmica destes indivíduos é, por sua vez, presença marcante na historiografia que trata do tema. Análises sobre a produção científica em espaços confinados (como as academias e os laboratórios), usos de instrumentos científicos²⁰⁴, bibliotecas, gabinetes de curiosidades e trabalhos individuais, como o de Alexandre Rodrigues Ferreira, são comuns. Trabalhos que exaustivamente procuraram demonstrar a existência de um efervescente cenário científico em Portugal e seu Império, na tentativa de provar que houve um «Iluminismo» português, são igualmente comuns. Não é possível negar que o tema das Viagens Filosóficas e, a procura do Reino por elevar o próprio conhecimento acerca das potencialidades naturais de suas colônias e sua importância para a compreensão do cenário intelectual, político e econômico daquele período são primordiais²⁰⁵. Afinal, com a implementação das Viagens Filosóficas, a Coroa e os agentes envolvidos nessas iniciativas buscavam concretizar um projeto de poder que tinha relações muito mais complexas do que a simples curiosidade e/ou fomento científico. No entanto, apesar de ser um tema exaustivamente debatido, ele não pode escapar às análises deste livro.

Que houve uma significativa circulação de agentes, trabalhos e conhecimento científico no Império Português ao longo de todo o século XVIII é fato adquirido. No entanto, é necessário compreender a maneira como todos estes elementos, juntos, puderam circular, e fomentar um complexo universo de produção de saberes filosófico-naturais sobre as colônias, que foram muito além dos estudos realizados dentro do conjunto das Viagens Filosóficas organizadas por Vandelli. Uma outra questão que envolve este aspecto da produção de conhecimento ao longo do século XVIII, relaciona-se com a questão de compreender de que maneira a ciência produzida no Império Português, pôde estar inserida nos contextos europeus, tidos como modelos do desenvolvimento do pensamento científico ao longo do período iluminista. Se considerarmos os processos de desenvolvimento da ciência e do pensamento científico, podemos tentar compreender como estes se deram em Portugal e suas colônias, descolando-nos da ideia de que havia uma ciência única, um modelo único a ser seguido, buscando colocar a ciência produzida nos espaços coloniais e na Metrópole como tendo seguido modelos variados de desenvolvimento.

A partir da análise de uma circulação multivariada de pessoas e ideias, é possível observar que os estudos filosófico-naturais efetuados, principalmente na segunda

²⁰⁴ GESTEIRA, 2014.

²⁰⁵ DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; KURY, 2008; PATACA, 2006; BRIGOLA, 2003.

metade do século XVIII, sobre o Brasil, têm características particulares e se traduzem em uma complexa rede de produtores e de trabalhos, onde a aplicabilidade de um único modelo de produção de conhecimento não se encaixa.

Tendo como ponto de partida a circulação de conhecimento e indivíduos, e partindo do princípio, já há muito concebido por Francis Bacon, de que *saber é poder*, e que o conhecimento é um meio de conquistar poder sobre a natureza²⁰⁶, e compreendendo que os jogos de poder influenciavam a produção de saberes, é factível analisar alguns estudos de caso em que é possível ter uma visão mais precisa dessas articulações. Para tanto, é preciso compreender como o panorama das discussões sobre as políticas de incentivo à implementação de novos modelos de desenvolvimento da ciência em Portugal e seu Império permearam o ideário dos intelectuais, e como as suas ideias circularam e foram validadas.

Partindo destas discussões sobre os modelos de ciência a circularem no Império, passo para a análise das políticas de concretização de um projeto de poder onde a averiguação das potencialidades naturais das colónias era o foco principal. Com as análises deste capítulo, pretendo demonstrar, não apenas o cenário de produção de trabalhos filosófico-naturais, mas principalmente a tipologia de agentes que estavam inseridos neste complexo de produção de conhecimento, que envolvia muito mais do que a simples atividade intelectual, e que também estavam envolvidos em jogos de poder.

²⁰⁶ BACON, 1992.

3. AVERIGUAÇÃO DAS POTENCIALIDADES NATURAIS DÁ COLÓNIA

As políticas de expansão territorial a partir de 1750, para o interior do Brasil, principalmente quando pensamos nas regiões limítrofes com os territórios espanhóis, foram fomentadas pela Coroa de forma a adquirir um maior conhecimento e domínio desses espaços geográficos, tendo em vista a própria expansão da agricultura e do comércio, setores básicos da exploração colonial. Em parte, foi neste contexto que os estudos filosófico-naturais sobre o Brasil foram pensados e postos em prática. Não apenas a Coroa portuguesa se empenhou neste processo. De igual modo, os espanhóis empreenderam continuadas viagens e estudos de reconhecimento territorial e viagens científicas por suas colónias na América, Filipinas e Pacífico, e buscaram implementar políticas de incentivo à modernização de sua marinha²⁰⁷. Estes aspectos podem ser pensados em associação com a articulação de conhecimentos e incentivos no campo das práticas científicas²⁰⁸.

3.1. OS NATURALISTAS E AS VIAGENS FILOSÓFICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJETO DE PODER

Talvez possamos dizer que o projeto das Viagens Filosóficas tenha sido o que mais demonstrou o desejo da Coroa em implementar, em Portugal, as políticas de incentivos ao desenvolvimento da ciência. O projeto das Viagens Filosóficas foi uma possível conclusão de décadas de estudos, críticas e tentativas para se implementar uma escola de História Natural que pudesse auxiliar nos estudos sobre as potencialidades naturais das colónias de maneira organizada e científica²⁰⁹. Como projeto de poder, as Viagens Filosóficas envolveram todos os âmbitos da política e economia, e movimentaram o cenário científico no Império. Desde o Estado, passando pela Universidade e partindo para os governos locais em território colonial, o empenho da Coroa em implementar tais estudos foi consistente²¹⁰.

As Viagens Filosóficas tiveram início ao mesmo tempo em que a Coroa portuguesa estava preocupada com a demarcação territorial da colónia. A princípio, pode-se notar certa confluência entre os objetivos políticos e financeiros em relação à busca por reconhecimento e definição territorial, em associação com os objetivos científicos. Por isso, é possível encontrar trabalhos de catalogação e descrição de espécies

²⁰⁷ DOMINGUES, 2013: 369.

²⁰⁸ SANJAD, 2012: 225.

²⁰⁹ Como ocorreu em outros locais com as viagens de Louis-Antoine de Bouganville (1766-69); James Cook (1768-77); Jean-François de La Pérouse (1785-88); Alejandro Malaspina (1789-1794); Charles-Marie de La Condamine (1743-1744); Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius (1781-1826).

²¹⁰ PATACA, 2007; SILVA, 1999; BRIGOLA, 2003.

de animais e plantas escritos por engenheiros, médicos, militares, governadores de capitanias, e por homens não letrados que acompanhavam as expedições. Ou seja, o universo natural suscitava o interesse de todos²¹¹, além de ser uma questão primordial para o desenvolvimento da colônia, do reconhecimento territorial do ambiente americano, e do desenvolvimento científico.

As Viagens Filosóficas em si já foram exaustivamente estudadas pela historiografia, que analisaram os aspectos de implementação das políticas e reformas, as expedições em si, e o resultado delas, ou seja, os trabalhos produzidos. Dois dos principais estudos neste sentido foram escritos por Ermelinda Pataca e por João Carlos Brigola²¹². Contudo, sabemos que o universo bibliográfico é muito mais extenso. Os estudos sobre as Viagens envolveram, desde a contratação de Vandelli, as reformas da Universidade, a formação dos naturalistas, a escolha dos agentes que as capitanearam, a formação dos jardins botânicos e dos museus, das academias científicas, a compra de inúmeros exemplares de livros e instrumentos científicos, o planejamento das viagens e a definição dos territórios que seriam estudados, e claro, a metodologia de recolha de dados, o modo como um naturalista deveria produzir as suas memórias, que espécies deveriam observar, como as observar e como as catalogar.

Foram muitas as viagens empreendidas para as colônias portuguesas, e muitos foram os trabalhos desenvolvidos ao longo das expedições. Além do território colonial brasileiro, foram estudados os territórios africano e indiano. Para Goa e Moçambique, as viagens foram capitaneadas por Manoel Galvão da Silva (1783-1793); para Angola, foi sob o comando de Joaquim José da Silva (1783-1808); e para o Cabo Verde, enviaram João da Silva Feijó (1783-1790)²¹³. No entanto, foi a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) para o Brasil a que ganhou maior notoriedade, não apenas em seu período, mas também na historiografia que se debruçou sobre o tema nos últimos anos.

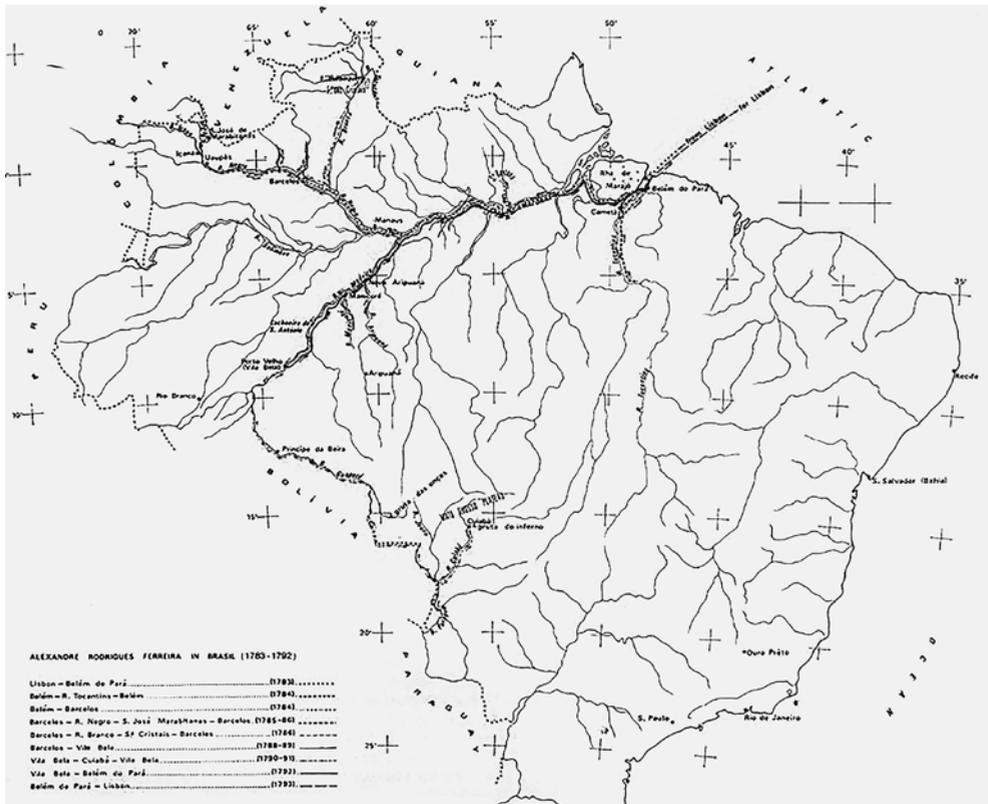
A viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, tomada como exemplo das expedições portuguesas, foi, do ponto de vista financeiro, político e científico, a de maior importância em relação às que foram feitas em outros territórios. A viagem em si teve dimensões monumentais, nomeadamente pela distância percorrida em território colonial pouco explorado. Foram percorridos, aproximadamente, 39.372 km ao longo das regiões da bacia amazônica e da capitania do Mato Grosso²¹⁴. Foi grande também o volume de informações coletadas durante quase dez anos nas florestas da América portuguesa. São numerosíssimos os relatos e desenhos da fauna e flora tropical com riquezas de detalhes e que fornecem informações para os estudos

²¹¹ PATACA, 2007; SILVA, 1999; BRIGOLA, 2003.

²¹² Cito aqui apenas alguns dos trabalhos, mesmo sabendo que o universo de trabalhos produzidos sobre o tema é extenso.

²¹³ PATACA, 2006.

²¹⁴ SIMON, 1983.



Il. 1. Mapa da rota de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo interior do Brasil; Fonte: SIMON, 1983: 22

filosóficos naturais. Também podemos notar um interesse constante pelos rios e regimes de marés. Apesar dos posteriores desencontros, que proporcionaram a pilhagem, perda e deterioração de boa parte do material coletado, a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira demonstra a importância conferida, em termos estratégicos, ao estudo da natureza dentro do Império Português.

A expedição angariou quase a totalidade da atenção do Estado, e com isso, a maior parcela dos recursos financeiros. Tratarei do caso de Alexandre Rodrigues Ferreira, e depois de um contemporâneo seu, o também naturalista formado na escola de Vandelli João Machado Gaio, na tentativa de exemplificar este aspecto da ilustração portuguesa como parte de um projeto de poder que foi muito além das próprias Viagens Filosóficas. Ambos os naturalistas aqui descritos, apesar de terem a mesma formação acadêmica, tiveram papéis distintos no cenário político-científico de seu período, e seus trabalhos têm alguma semelhança entre si. São representativos de um período em que havia uma maior organização na produção de conhecimentos

sobre o Mundo Natural colonial²¹⁵, e as políticas de Estado estavam concentradas em empreender um maior esforço para que este projeto pudesse ser implementado.

Alexandre Rodrigues Ferreira esteve envolvido com os principais cientistas de seu período, e foi escolhido por Vandelli, com o qual mantinha estreita relação, para coordenar a viagem ao interior do Brasil²¹⁶. O naturalista iniciou os seus estudos no Convento das Mercês, na Bahia. Na Universidade de Coimbra, onde se matriculou no curso de Leis e depois no de Filosofia Natural e Matemática, bacharelou-se aos 22 anos, prosseguindo os seus estudos nessa instituição, onde chegou a exercer a função de Preparador de História Natural. Trabalhou no Real Museu da Ajuda, e em 1780 foi admitido como membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa²¹⁷.

Em sua viagem pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, foi acompanhado por dois riscadores e um jardineiro, e suas observações deveriam levar em consideração todos os aspectos ligados a História Natural²¹⁸, e todos os elementos naturais que fossem úteis para a economia, tais como locais apropriados para a agricultura, criação de animais, extração de minérios e madeiras. Os custos para que essa viagem fosse empreendida foi considerável, e muitos agentes de governos locais foram mobilizados para dar todo o auxílio que fosse necessário. Vale lembrar que, naquele período, a Coroa ainda não tinha total conhecimento geográfico, populacional e dos recursos naturais daquela região, o que denota que a escolha do local também considerou questões estratégicas para a política e a economia.

Mesmo sendo um naturalista formado em Coimbra sob a orientação de Vandelli, e talvez mesmo por essa razão, o trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira, assim como a maioria dos produzidos naquele período, não tinha um caráter puramente filosófico. A componente social e política esteve presente ao longo de seu trabalho e pode ser verificada em alguns textos²¹⁹, nos quais Alexandre Rodrigues Ferreira escreveu críticas às políticas do Estado, principalmente em relação ao corte desmembrado de árvores nobres, às práticas de agricultura que envolviam queimadas para criar áreas de cultivo, e ao extermínio descontrolado de tartarugas, que representavam uma importante parcela da economia da região amazônica²²⁰.

Apesar de ter sido monumental, e de ser extenso o número de objetos recolhidos e enviados para Portugal²²¹, o trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira não conseguiu chegar à Metrópole por completo, pois muito do que o naturalista

²¹⁵ BRIGOLA, 2003.

²¹⁶ PÁDUA, 2004.

²¹⁷ SILVA, 1999; SIMON, 1983.

²¹⁸ PATACA, 2006; SILVA, 1999.

²¹⁹ PRESTES, 2000; PÁDUA, 2004.

²²⁰ PÁDUA, 2004: 84-90.

²²¹ Há alguns anos, na Universidade de Coimbra, foram descobertos alguns objetos que haviam sido recolhidos por Alexandre Rodrigues Ferreira e enviados para Portugal. Tais objetos encontram-se catalogados e fazem parte de um acervo permanente da UC. Existem muitos fragmentos do trabalho do naturalista depositados nos arquivos nacionais

coletou se perdeu na viagem, ou foi roubado²²². De início, pouco se fez com a coleção do naturalista, levando, aproximadamente, dois séculos para ser publicado²²³. No entanto, segundo William Joel Simon (1983), intelectuais como Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853)²²⁴, Joseph Banks (1743-1820)²²⁵ e Casimiro Gómez Ortega (1741-1818)²²⁶, tiveram acesso a alguns exemplos de espécimes e de textos coletados por Alexandre Rodrigues Ferreira em sua expedição, talvez por causa do intercâmbio de espécimes entre vários países e agentes, promovido por Vandelli, ou ainda, depois de 1808, porque os franceses recolheram parte do acervo português e levaram para o Museu de História Natural de Paris²²⁷. Tenha sido por estas ou outras vias, o que se sabe é que parte do trabalho do naturalista foi estudado por estes intelectuais, o que significou que o acervo não ficou inutilizado nos arquivos da Metrópole.

Para os relatos feitos ao longo de suas viagens, Alexandre Rodrigues Ferreira utilizou uma vasta bibliografia, citando autores renomeados para o período, muitos do cenário intelectual europeu, e outros que escreveram anteriormente sobre o Mundo Natural brasileiro, como a obra já aqui mencionada de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio — *Diario da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775*²²⁸. A transferência de conhecimento a partir de outros trabalhos, também pode ser notada através do estudo feito por Baltasar da Silva Lisboa na Serra dos Órgãos relativo à mineralogia, que mais tarde serviram de base para Alexandre Rodrigues Ferreira, que não teve tempo de formar o seu próprio estudo em relação a essa matéria. E ainda, algumas observações astronômicas feitas em 1783 por Antonio Pires da Silva Pontes²²⁹, ou o texto do também naturalista de formação João Machado Gaio, de que se tratará a seguir.

Alexandre Rodrigues Ferreira não utilizou como referência apenas este tipo de literatura, mas também buscou informações com indivíduos locais para escrever seu

portugueses. São objetos de coleção e fontes manuscritas. Alguns documentos também se encontram depositados em acervos brasileiros, como no caso da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²²² PRESTES, 2000.

²²³ PRESTES, 2000.

²²⁴ Botânico e naturalista francês (1779-1853).

²²⁵ Naturalista e botânico inglês (1743-1820).

²²⁶ Médico botânico espanhol (1741-1818).

²²⁷ SIMON, 1983: 55-58. William Joel Simon baseou-se numa série de correspondências trocadas entre Vandelli e outros agentes espalhados por vários centros europeus. O autor demonstrou que Vandelli e os intelectuais portugueses, estavam conectados com figuras de destaque no cenário ilustrado europeu. Como verificamos no início deste capítulo, esta conexão sempre existiu. A circulação de conhecimentos e ideias sempre esteve presente, e a formação do conhecimento científico no Império Português, se deu, também, graças a este intercâmbio de pessoas e ideias.

²²⁸ SILVA, 1999: 52; SIMON, 1983: 24.

²²⁹ Antonio Pires da Silva Paes Leme, nascido em Mariana, Minas Gerais em 1750. Era um matemático e astrônomo, formado em Coimbra. Foi capitão de fragata pela Marinha Portuguesa, membro da Academia Real dos Guardas-Marinhas e sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa. Foi governador da Capitania do Espírito Santo de 1797 a 1804.

trabalho. No documento *Memoria sobre os Gentios Guanaãs e Guaicurú*, de 1791²³⁰, o naturalista relatou que teve como «informante», uma jovem «de origem negra crioula», que o ajudava na comunicação com as tribos indígenas²³¹. No contexto das Viagens Filosóficas, o contato com os povos indígenas era primordial. Primeiro, porque havia a necessidade de se conhecer e dominar as populações, depois porque o conhecimento sobre o território e sobre tudo o que circundava o ambiente natural colonial poderia ser adquirido a partir dos saberes nativos.

Assim como os trabalhos que foram produzidos por indivíduos com variadas formações acadêmicas, os trabalhos dos naturalistas também apresentavam características distintas, mesmo que estivessem de acordo com as principais teorias vigentes. A definição de conceitos em relação à atividade de naturalista, feita, por exemplo, por Lineu, que afirmava ser função do naturalista: «homem do visível estruturado e da denominação característica — *Historiens naturalis* —, distinguir, através da observação, as partes dos corpos naturais, descreve-[l]as convenientemente segundo o número, a figura, a posição e a proporção, e nome[a]-[las]»²³². Ainda assim, poderia não ter lugar em todos os trabalhos. Tais características, expressas nas obras escritas, tiveram seus traços delineados pelas condições em que o trabalho foi produzido, pelo ambiente observado, e por questões políticas, que envolviam, na maioria das vezes, fatores econômicos.

A rede de funcionários do Estado espalhados pelas capitanias, que tinham por função incentivar e dar condições para que as expedições fossem feitas, também pode ser compreendida como um fator determinante no processo de organização e execução dos estudos filosóficos²³³. Como já observado, a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, foi a que mais angariou fundos do Estado, e a que concentrou o maior esforço, em todos os aspectos. Outras expedições, no entanto, acabaram sendo feitas com poucos recursos, e isso também acabou por influenciar a produção de conhecimento e sua validação no ambiente científico. Um outro elemento importante relacionado com as questões políticas, pode ser notado na escolha do território observado, e neste aspecto, Alexandre Rodrigues Ferreira ficou encarregado de avaliar a colônia que estava sob o maior enfoque da Coroa naquele período²³⁴. Suas relações pessoais possivelmente foram influenciadoras para que fosse escolhido em detrimento de outros, como Manuel Galvão da Silva, que a princípio iria com Rodrigues Ferreira para o Brasil, mas, de última hora, acabou sendo enviado para Moçambique, onde morreu pobre e sem nenhum tipo de reconhecimento quanto

²³⁰ FERREIRA, 1791.

²³¹ SILVA, 1999: 52; FERREIRA, 1791.

²³² *Apud* FOUCAULT, 2014: 245.

²³³ DOMINGUES, 2001.

²³⁴ PATACA, 2006.

aos seus trabalhos como naturalista²³⁵. Não foi sequer tornado sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Outro caso inserido nesta conjuntura, foi o de João Machado Gaio. Em 1784, um ano antes do início da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, o naturalista João Machado Gaio (formado na primeira turma de História Natural pós-reforma), a mando do Governador da capitania do Ceará, José Teles da Silva, capitaneou uma expedição pela serra da Ibiapaba, no atual estado do Ceará. Sua expedição deu origem ao trabalho: *Viagem filozofica, que por ordem, e despeza do Ill.mo Ex.mo. Snr. Joze Telles da Silva fes João Machado Gayo na Serra da Ibiapaba Capitania do Siera Grande termo de Villa Viçozza Real, desde 13 de Julho de 1784 the 6 de Agosto do d.º ano*²³⁶. Deste manuscrito, tenho conhecimento de uma cópia, que está na Academia das Ciências de Lisboa — nas *Memorias Fyzicas e Economicas* que não tiveram lugar nas publicações das coleções da Academia. Há também, no Arquivo Histórico Ultramarino, nos papéis sobre a capitania do Maranhão, um ofício de 1785, enviado pelo governador da capitania — José Teles da Silva, para o então secretário de estado da Marinha e Ultramar — Martinho de Melo e Castro, contando sobre dois caixotes contendo produtos de História Natural pertencentes ao naturalista João Machado Gaio, encontrados nos sertões da capitania²³⁷.

Sobre a vida do naturalista pouco se sabe. No ano da produção de seu trabalho filosófico sobre a serra da Ibiapaba, somou mais uma função ao seu currículo, pois foi promovido a capitão da 6.ª Companhia do Regimento de Cavalaria Auxiliar daquela capitania²³⁸. Ao contrário de seu contemporâneo, Alexandre Rodrigues Ferreira, que no ano da fundação da Academia das Ciências de Lisboa, 1789, foi tornado sócio, João Machado Gaio nunca alcançou esta posição. Alguns trabalhos recentes analisaram os relatos de sua viagem filosófica, ressaltando que esta expedição foi uma das primeiras a estudar aquela região²³⁹.

O trabalho filosófico-natural de João Machado Gaio sobre a serra da Ibiapaba tem poucos pormenores (são 8 fólios), mas, do que é possível notar a partir de seus relatos, podemos dizer que, em termos metodológicos, a sistemática de recolha de dados foi feita de maneira muito próxima à de Alexandre Rodrigues Ferreira, dando enfoque aos Reinos da natureza, às populações nativas, e aos produtos que pudessem ser úteis para a economia, contudo, em um âmbito muito menor, tanto no que diz respeito ao território observado, quanto ao volume de espécies.

²³⁵ PATACA, 2006; BRACHT, 2017.

²³⁶ GAYO, [s.d.].

²³⁷ AHU_CU_009, Cx. 64, D. 5719.

²³⁸ AHU_CU_009, Cx. 62, D. 5611. O ofício foi expedido pelo governador do Maranhão e Piauí — José Teles da Silva. O documento encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, nos papéis sobre a Capitania do Maranhão.

²³⁹ BONATO, 2010.

Em seu relatório, João Machado Gaio começou por determinar geograficamente a região que iria estudar, seguindo com uma descrição físico-geográfica, onde até a qualidade do ar foi ressaltada:

*Duzentas e vinte léguas a sul do Maranhão está firmada a famosa Serra Ibiapaba, ou lugar em que, descobrindoce o mar, pareceu ao gentio terminar-se a terra [...] O ar atmosférico é puro, livre e isento de vapores e partículas danosas, apesar das minas de que abunda esta maravilhosa montanha. É saudável aos corpos igualmente animais que vegetais [...]*²⁴⁰.

Em sequência, o naturalista avisou o seu leitor sobre a maneira como organizou o seu trabalho. Vale ressaltar as menções a Lineu e Vandelli:

*Passo agora à história natural das suas produções e, legando-me às regras que nos prescreve Lineu, explicadas e em parte corrigidas pelo sapientíssimo Domenico Vandelli, dividirei o meu escrito em quatro partes, ou reinos da natureza: Hidrologia; Zoologia; Botânica e Mineralogia*²⁴¹.

E assim, ele relatou tudo o que observou em relação aos quatro Reinos da natureza, sem dar grandes detalhes sobre nenhuma espécie. Deu ênfase à qualidade da água, a imensa quantidade de rios (segundo ele mais de quarenta), e à possibilidade de serem navegáveis. Ainda sobre o «Reino aquático», o naturalista ressaltou que a imensa quantidade de rios, poços e cisternas, era pouco utilizada pelas populações nativas.

Sobre o Reino Animal, curiosamente, ele afirmou não ter feito relatos ou catalogação de espécies, mas sim, optou por tratar dos homens — os povos nativos da serra da Ibiapaba:

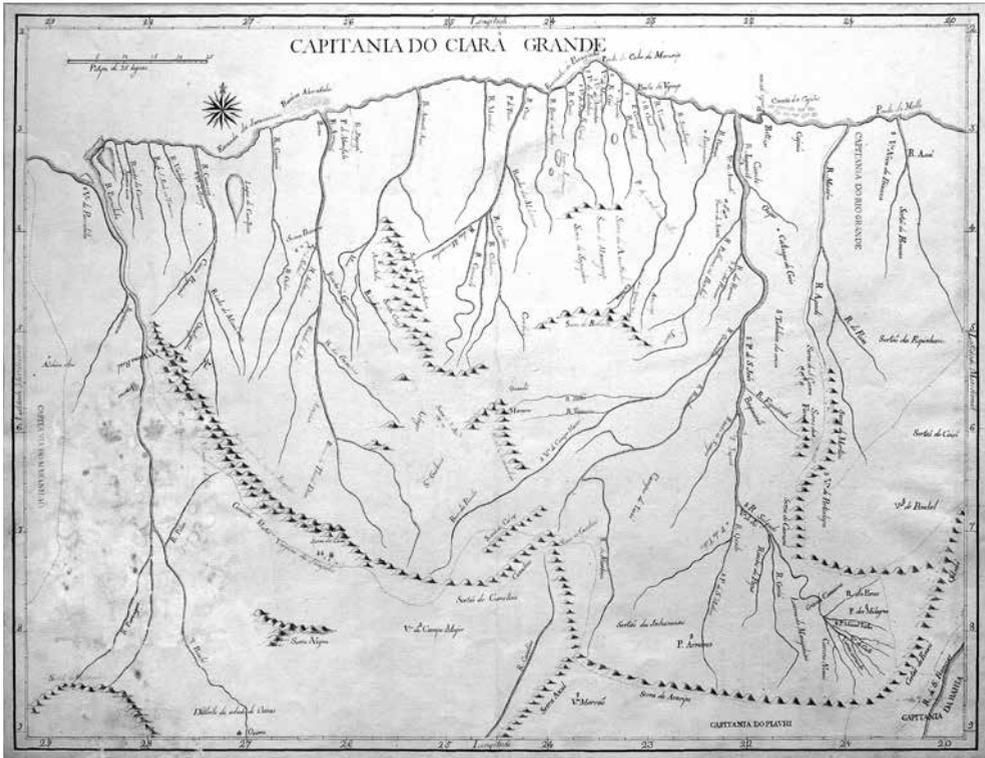
*Sendo o reino animal tão interessante aos usos da vida que ministra ao homem até as matérias da primeira necessidade, pareceu-me justo individuar atentamente as suas produções, principiando pelo homem como animal que o soberano artífice da natureza distinguiu entre os mais pela sua construção, assim física como moral [...]*²⁴³.

²⁴⁰ GAYO, [s.d.]: fl. 202.

²⁴¹ GAYO, [s.d.]: fl. 203v.

²⁴² Utilizo este mapa, pois ele corresponde às designações usadas por João Machado Gaio no que diz respeito ao nome da capitania, da serra da Ibiapaba e da cidade principal — Vila Viçosa Real, de onde o naturalista provavelmente partiu para fazer sua expedição. «Representa o território situado entre 2.º e 9.º de Latitude S.: e 20.º e 29.º de Longitude. Dimensões: 490x635mm» (Descrição constante no *Catálogo dos manuscritos ultramarino da Biblioteca Pública do Porto*, 1988: 287).

²⁴³ GAYO, [s.d.]: fl. 204v.



II. 2. Mapa da capitania do Ceará Grande (século XVIII)

Fonte: Sem autor ou data, o Mapa encontra-se depositado no acervo da Biblioteca Pública do Porto, com a cota BPMP_C-M&A-Pasta 24(20)1²⁴²

Foi quando retratou o Reino Vegetal, que o naturalista deu algumas informações interessantes, primeiro para percebermos a metodologia empregada por ele na construção de sua dissertação filosófica, depois, de que o trabalho a que temos acesso talvez não seja a dissertação filosófica completa.

João Machado Gaio deixou claro em seu texto a importância da Botânica para os naturalistas, e avisou ao seu leitor que utilizou o sistema lineano para classificar as espécies. Ele também observou as madeiras úteis para a construção de navios, e as plantas medicinais, buscando, desta forma, elementos úteis para o comércio.

A questão é que, sobre todos os aspectos acima mencionados, poucos foram os detalhes anotados, e isso me levou a ter algumas dúvidas quanto ao trabalho desenvolvido por João Machado Gaio e o manuscrito que está na Academia das Ciências de Lisboa. É possível aferir, por exemplo, que o trabalho é, na verdade, uma espécie de relatório, onde o naturalista está contando tudo o que fora feito ao longo de sua expedição, e não o trabalho completo. Em nenhum momento, ao longo do manuscrito,

o naturalista descreveu ou classificou espécies de animais, plantas ou minerais, como afirmou que tinha feito. Na verdade, o documento contém apenas uma listagem de tudo o que foi observado, classificado e catalogado, se mostrando muito mais como um relatório do que um trabalho filosófico-natural. João Machado Gaio mencionou, inclusive, um mapa da região que foi produzido e anexado aos relatos²⁴⁴. Entretanto, o mapa não se encontra junto ao manuscrito.

Em vários momentos ao longo do texto, o naturalista deu indícios de que fez descrições e catalogações de espécies, como na passagem inicial sobre o Reino Vegetal, onde ele advertiu o seu leitor sobre o cuidado que teve em classificar as espécies de acordo com o «sistema de Lineu»:

*Observei que este monte se reveste em grande parte de vegetais; alguns, por nimiamente conhecidos, dispensaram-se do trabalho de os recolher a herbário; outros, porém, figurando-se-me desconhecidos, tomei o cuidado de os reduzir pelo sistema de Lineu. Entre eles encontrei um vegetal a que, depois de longo trabalho, não pude determinar gênero [...]*²⁴⁵.

Não posso afirmar que exista um trabalho mais detalhado, mas os indícios de que João Machado Gaio desenvolveu um trabalho filosófico mais completo e complexo parecem ser evidentes.

O naturalista finalizou seu texto com algumas informações sobre o Reino Mineral, onde ele disse ter observado as qualidades a partir de sua origem «calcária, humosa, argiláceas, arenatas e agregadas». Salientou que os nativos não usam estes minerais por não terem «gênio para o trabalho»²⁴⁶. A crítica de Gaio aos naturais daquela região, fossem eles colonos ou indígenas, fica evidente ao longo de seu texto. Para ele, as produções naturais não eram utilizadas de maneira organizada. Este tipo de observação era comum nos trabalhos dos naturalistas, bem como de outros agentes que fizeram averiguações das potencialidades naturais.

²⁴⁴ GAYO, [s.d.]: fl. 205v. Ainda em relação ao referido mapa produzido por João Machado Gaio, é possível aferir mais alguns pontos. No livro *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*, associado ao trabalho do naturalista, podemos encontrar o seguinte mapa — *Mappa das cidades Villas, lugares e freguesias das Capitánias do Maranhão, e Piaulhy com o numero em geral dos habitantes das ditas capitánias e em particular de cada huma das refridas povoaçoens, e da distancia em que ficão da capital, vindo-se pela noticia dos mortos e nascidos no conhecimento do aumento da população desde XIII de Fevereiro de MDCCLXXXIII, athe XVII de Dezembro de MDCCLXXXVII, que foy o tempo que as governou Jozé Telles da Silva* (CAMARGO-MORO & KURY, org., 2008: 186). Este mapa pode conter algumas informações que foram recolhidas por João Machado Gaio em sua expedição, uma vez que ele diz ter feito anotações sobre os povos nativos, e as informações contidas no dito Mapa foram coletadas entre os anos de 1784 e 1787. Contudo, no livro *O Gabinete de Curiosidades*, não encontrei quaisquer indícios sobre o repositório em que se pode ter acesso ao mapa. Por isso, fica a dúvida se o referido mapa da Serra da Ibiapaba, seria aquele que João Machado Gaio disse ter feito.

²⁴⁵ GAYO, [s.d.]: fl. 206, destaque nosso.

²⁴⁶ GAYO, [s.d.]: fl. 208.

Um último ponto em relação ao texto de João Machado Gaio ainda pode ser ressaltado. Apesar de ter assumido o sistema lineano como norte para o seu trabalho, o naturalista citou, na primeira página de seu texto, o botânico francês Joseph Pitton de Tournefort (1656-1708): «*Natura est studendum in ipsa natura*» («Convém estudar a natureza do seu próprio ponto de vista»). A citação por si já sugere muita coisa, e, associado ao contexto no qual João Machado Gaio estava inserido, podemos ainda remeter a mais algumas correlações. A sistemática lineana não foi eleita de imediato e unanimemente pelos intelectuais do período, muitos optavam por adotar outros sistemas, ou acabavam mesclando um ou dois sistemas em um mesmo estudo, como a sistemática de Buffon ou ainda a de Tournefort²⁴⁷. A aplicação do sistema lineano como principal, em alguns casos, tinha relação com a aceitação do trabalho no meio científico, o que corrobora a ideia de que, mesmo tendo sido enviado para a sua expedição com auspícios do Estado, o naturalista ainda tinha que se submeter aos jogos de poder, uma vez que era sabido de todos os naturalistas inseridos no contexto português, que Vandelli tinha estreita relação com Lineu, e que havia adotado sua sistemática como norte para os estudos filosóficos das expedições científicas²⁴⁸.

Mesmo sem termos certeza se João Machado Gaio fez mais do que aquilo que temos acesso neste manuscrito de 1784, seu trabalho é representativo dentro do grupo de naturalistas que observaram a natureza brasileira no final do século XVIII. Além disso, ainda é possível observar algumas semelhanças entre sua viagem e seus estudos filosóficos, com aqueles feitos por Alexandre Rodrigues Ferreira. Em ambos os trabalhos as questões políticas, econômicas e estratégicas que permeavam as Viagens Filosóficas ficam evidentes, pois foram organizadas e financiadas pelo Estado, e tinham por objetivo averiguar as potencialidades naturais de regiões específicas.

Utilizei estes dois casos na tentativa de exemplificar o caráter geral das Viagens Filosóficas empreendidas em território colonial brasileiro, que assim como os demais estudos de casos que se seguem, tinham dimensões políticas, econômicas e sociais, tão evidentes quanto o próprio caráter científico. A relação entre ciência e poder fica expressa de maneira clara na implementação de expedições científicas encabeçadas pelo Estado e instituições de ensino. Contudo, os trabalhos desenvolvidos no âmbito das Viagens Filosóficas (as encomendadas pelo Estado ou por formas de poder intermédio), não são, quantitativamente, a maioria dos trabalhos filosófico-naturais produzidos na segunda metade do século XVIII. Os naturalistas de formação e as Viagens Filosóficas organizadas por Vandelli acabaram por se confinar a uma pequena parcela diante do expressivo número de outros trabalhos produzidos por indivíduos com as mais variadas funções e conhecimentos.

²⁴⁷ MARGÓCSY, 2014.

²⁴⁸ KURY, 2008.

Como já corroborado ao longo da Parte I, a diversidade de agentes e a tipologia de trabalhos produzidos sobre a natureza do Brasil, e tudo o que a circundava, foi extensa e representou, quantitativamente, muito mais trabalhos do que aqueles que foram frutos das Viagens Filosóficas²⁴⁹. Parte da historiografia continua usando as Viagens Filosóficas e os trabalhos provenientes delas como modelo para se compreender a produção científica no século XVIII, e assim, tentar encontrar um ponto de comparação entre o caso português e o de outras nações em relação a produção de conhecimento. Ou então, apontam o período final do século XVIII, como o momento em que as atividades intelectuais de recolha de dados sobre a natureza do Brasil, ganharam de fato, um caráter organizado e científico²⁵⁰. No entanto, outras vertentes buscam compreender este processo de construção de conhecimento arregimentando esta produção de saberes aos domínios político, econômico, social e cultural²⁵¹, mantendo a relação destes elementos muito mais próxima da caracterização dos estudos do que somente o cunho científico. Neste sentido, o cenário de produtores e os trabalhos que foram escritos por eles a respeito do Mundo Natural do Brasil representam um quadro muito mais complexo, onde as Viagens Filosóficas e o trabalho dos naturalistas, podem ser colocados como mais um elemento dentro do conjunto todo, e não como uma exceção ou exemplo do que deveria ter ocorrido desde o início da segunda metade do século XVIII.

As políticas, a reforma das instituições e a busca por conhecimento em território colonial, representam o ideal da Coroa e dos intelectuais, idealizada e posta em prática no final do século com as Viagens Filosóficas. Estas representam um ideal, baseado em políticas e modelos provenientes de outros Estados (Inglaterra, França, Holanda). Contudo, será que podemos usar estas expedições como exemplo fundamental da produção de saberes daquele período e para o território do Brasil?

Talvez pelo fato de a historiografia ter sempre buscado comparar o cenário científico português com estes outros casos, é que se criou a ideia de uma ciência atrasada, ou que não deu certo, ou ainda que não foi levada com seriedade pelas instituições e os agentes que nela estavam conectados. Nos estudos desenvolvidos para este livro, os trabalhos que representam o cenário científico, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, são, como veremos ao longo dos próximos capítulos, compostos por uma grande variedade de tipos de trabalhos, agentes e circulação de conhecimento, onde a produção de saberes foi muito além do simples utilizar de um manual de instruções formado pelos intelectuais que nunca saíram da Europa. O componente local e empírico na produção de conhecimento foi também

²⁴⁹ Pensando, é claro, no caso português, sem nos referirmos aos estudos filosóficos e viagens empreendidas e realizadas por outras nações, e que produziram estudos sobre o ambiente natural brasileiro.

²⁵⁰ BRIGOLA, 2008: 43.

²⁵¹ KURY, 2008.

fundamental, e gerou trabalhos com características diversas, mas que podem ser tomados como exemplos da produção científica do período.

Dentro do complexo de agentes produtores e seus trabalhos, ainda podemos incluir outras classes de indivíduos que deixam ainda mais clara a diversidade de produção que ocorria em território colonial, neste caso, representando, seja trabalhos específicos, dirigidos por fins claramente utilitários, seja aqueles realizados por agentes independentes.

3.2. DOMÍNIO TERRITORIAL, CONHECIMENTO E TÉCNICA

Entre 1755-1778, as políticas pombalinas foram voltadas para o desenvolvimento agrícola da região norte do Brasil. Neste período, foram criadas a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e também a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba²⁵². Toda a questão da expansão, reconhecimento e delimitação territorial a partir da segunda metade do século XVIII (Tratado de Madrid, 1750 e de Santo Ildefonso, 1777), gerou muitas demandas de reconhecimento da região amazônica, e em menor escala, porém não menos relevante, para outras regiões, como a capitania do Rio Grande de São Pedro, conduzindo a expedições, como a de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, de reconhecimento do interior da colônia.

As comissões eram formadas por especialistas — engenheiros/militares, arquitetos, astrônomos, matemáticos e riscadores²⁵³, que desenvolveram trabalhos variados. As instituições militares tiveram papel fundamental neste processo²⁵⁴ e trabalharam em conjunto com os governos das capitanias²⁵⁵, desenvolvendo trabalhos que iam muito além da demarcação territorial e a produção de mapas. Essa classe de especialistas representa muito bem a relação de poder entre os funcionários do Estado e a Coroa, e destes com a produção de saberes sobre as colônias. Muitos trabalhos de História Natural foram produzidos por essa classe de agentes, em alguns casos, como no de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Esses trabalhos possuíam, também, uma importante componente crítica, e buscavam soluções para problemas locais, relacionados, na maioria dos casos, com a organização da exploração de matéria-prima, domínio sobre as populações nativas, desenvolvimento da agricultura e comércio.

O papel dos militares foi igualmente importante para a construção da imagem do território, principalmente o colonial. Eles trabalhavam com a confecção de mapas,

²⁵² REIS, 2010: 61.

²⁵³ SANJAD, 2012: 227.

²⁵⁴ Derivadas das reformas pombalinas, neste período, também foram iniciadas nas instituições militares renovações no campo pedagógico e científico: em 1779, na Academia de Marinha e de seu Observatório; em 1782 foi criada, em Lisboa, a Academia dos Guardas-Marinhas; entre 1793 e 1807 funcionou a Sociedade Marítima e Geográfica. Segundo Maria de Fátima Nunes, os intelectuais ligados a estas instituições mantinham contato com as ideias formadores da Academia das Ciências de Lisboa (NUNES, 2012: 267).

²⁵⁵ KANTOR, 2012: 241-242.

demarcação de fronteiras, construção de fortes, vilas e reconstrução de cidades, como no caso de Lisboa pós-terremoto (1755). Os militares de média e alta patente, constituíam uma classe letrada, com uma formação ampla que envolvia diversos conhecimentos específicos com objetivos de cunho prático e utilitarista, em alguns casos, até mesmo o de História Natural²⁵⁶. A atuação profissional dos militares, muitas vezes, confluía com outras áreas do conhecimento, e muitos trabalhos filosófico-naturais sobre as colónias foram escritos por eles.

No entanto, não apenas a classe dos militares foi importante neste processo de reconhecimento. Mesmo que as políticas voltadas à exploração, incentivo e análises de possibilidades de produção agrícola se tenham intensificado a partir da década de 70 do século XVIII, esta preocupação em aumentar o volume de estudos de aclimação de plantas e de verificação das utilidades que poderiam ser dadas às espécies nativas das colónias, podem ser notadas desde o início da segunda metade do século. Mais adiante, no Capítulo 4, veremos como as propostas e críticas de António Nunes Ribeiro Sanches, por exemplo, no intuito para que se intensificassem as políticas de averiguação das potencialidades naturais para o comércio, fizeram parte dos esforços para a diversificação da exploração econômica.

Propostas deste gênero não foram únicas, e perduraram até o início do século XIX. Antonio Pires da Silva Pontes Leme (1750-1805), por exemplo, criticou a falta de profissionais treinados especificamente para verificar as potencialidades naturais úteis para a agricultura, e aptos para colocar em prática o seu cultivo. O mesmo ocorreu em relação à extração de ouro e metais preciosos nas Minas Gerais. A preocupação com a extração controlada, dinâmica e com técnicas sofisticadas, permeou o discurso de muitos agentes²⁵⁷. José Henriques Ferreira²⁵⁸, em sua *História do Descobrimento da Coxonilha* [...] ²⁵⁹, também fez críticas sobre a falta de estudos relativos à agricultura na colónia, e sobre a falta de incentivos ao comércio de plantas.

Foi no final do século, com as políticas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801), que uma série de incentivos foram implementados e postos em prática. Boa parte destes tiveram como foco a exploração das minas, a extração de minérios, ouro e pedras preciosas, e a aclimação e transferência de espécies²⁶⁰. Contudo, parte dessa política buscou implementar alguns incentivos à agricultura, o que acabou por gerar uma

²⁵⁶ SILVA, 1999: 65. Neste aspecto, algumas figuras se destacavam por não terem produzido trabalhos com objetivos marcadamente utilitaristas. Este é o caso de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que, como veremos ao longo deste livro, ultrapassou as fronteiras do utilitarismo, e produziu trabalhos filosóficos naturais com diversidade de objetivos.

²⁵⁷ SILVA, 1999: 40-44.

²⁵⁸ José Henriques Ferreira, foi um importante intelectual em território brasileiro. Foi médico do vice-rei, o Marquês de Lavradio. Acumulou funções como médico do Hospital Real e participou ativamente na fundação da Academia Científica ou Academia de Medicina e História Natural do Rio de Janeiro, em 1772 (MARQUES, 2005: 39-57).

²⁵⁹ FERREIRA, [s.d.].

²⁶⁰ SILVA, 1999: 183-214; DEAN, 2013: 8.

série de trabalhos escritos por diversos indivíduos²⁶¹. Como no caso de Baltasar da Silva Lisboa, que no texto *Discurso Historico, Politico, e Economico dos Progressos, e estado actual da Filosofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil*, de 1786, retratou a importância da Filosofia Natural para o progresso econômico e social do Império, assim como a agricultura, e a aclimação de espécies entre regiões coloniais, e vindas de outros territórios fora da colônia, que poderiam enriquecer a agricultura e o comércio²⁶².

Seguindo esta linha programática, Sousa Coutinho afirmava que as políticas deveriam estar claramente voltadas para a exploração de matéria-prima na colônia que depois seriam enviadas à Metrópole para refinamento. Para tanto, o reconhecimento do território e de suas potencialidades era fundamental, e deveria ser feito a partir de conhecimentos específicos, por agentes «ilustrados»²⁶³. Um exemplo pode ser encontrado em Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), que foi incumbido de fazer a verificação na capitania de Pernambuco, sobre as possíveis minas aptas para exploração de pedras preciosas²⁶⁴. O mesmo Manuel Arruda da Câmara publicou, em 1792, um texto no qual expôs sua preocupação a respeito das questões relativas à agricultura em território colonial²⁶⁵, e no qual, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, demonstrava o interesse em implementar uma agricultura «científica»²⁶⁶, onde o conhecimento específico era fundamental para a implementação e exploração organizada e produtiva.

Foi também neste período, que similarmente ao que ocorreu com as instruções de recolha de dados emitidas pelas academias e indivíduos particulares, se intensificaram os incentivos à publicação e divulgação de textos que servissem como instrumento para outros agentes²⁶⁷. Um dos grandes nomes na lista de agentes e trabalhos de divulgação sobre técnicas de cultivo, manejo e exploração dos recursos naturais, foi Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), que além de escrever textos como o *Fazendeiro do Brasil* (1798-1806)²⁶⁸, que chegou a ser publicado, trabalhou

²⁶¹ Escrito por Teodoro de Almeida, figura expressiva do período ilustrado em Portugal. Foi sacerdote católico, escritor e filósofo. Escreveu e publicou entre 1786-1800 a *Recreação filosófica, ou Diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas*. Disponível em BNP Digital <<http://purl.pt/13937>>.

²⁶² Para José Augusto Pádua, os ideais científicos e políticos de Vandelli podem ser notados no pensamento crítico e nos trabalhos de alguns autores, como no caso de Baltasar da Silva Lisboa, ou ainda, Alexandre Rodrigues Ferreira e José Bonifácio de Andrada e Silva. Estes indivíduos mantinham estreita relação com Vandelli, e expressaram parte das ideias do naturalista padovano (PÁDUA, 2004: 308; KURY, 2008: 308).

²⁶³ SILVA, 1999:185.

²⁶⁴ SILVA, 1999: 186.

²⁶⁵ CÂMARA, 1982.

²⁶⁶ SILVA, 1999: 27.

²⁶⁷ Estes trabalhos foram impressos, em grande parte, pela Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, entretanto, outros centros de impressão também foram utilizados (SILVA, 1999: 187).

²⁶⁸ VELOSO, 1798-1806.

intensamente na Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego²⁶⁹, divulgando diversos trabalhos produzidos por agentes variados²⁷⁰.

Um outro exemplo das publicações relacionadas com as políticas voltadas para a agricultura, e os principais gêneros que deveriam ser cultivados, extraídos ou ter melhor potenciada a sua utilização, principalmente nas colônias, pode ser encontrado nos diversos textos publicados nas *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I. O texto de Vandelli *Memoria sobre a Agricultura deste Reino, e das suas Conquistas*, por exemplo, dissertava sobre os gêneros importantes para a agricultura, e o que para ele, poderiam ser as causas «físicas e morais» para a decadência da agricultura no Reino e em suas colônias. No final de sua memória, Vandelli apresentou os meios para que a agricultura pudesse florescer, em ambos os lados do Atlântico²⁷¹.

Neste período, o número de documentos relativos às verificações dos potenciais territórios para o cultivo agrícola foi numeroso, e foram produzidos por uma grande variedade de agentes, ou seja, tinham variadas funções no âmbito político e científico²⁷². Foram muitas as viagens que subiram e desceram rios, descreveram os regimes de marés, qualidade do solo, populações indígenas, elementos botânicos, minerais e animais existentes nos locais percorridos, com o intuito de descobrir quais eram os melhores locais para o plantio.

Eram, de fato, viagens de reconhecimento territorial e filosófico-natural voltadas para a economia. Os conteúdos descritos pelos agentes produtores, que na maioria dos casos eram oficiais de campo, militares e funcionários da Coroa, têm um caráter descritivo e prático mais evidente, como no caso dos manuscritos anônimos *Breve Noticia Das principaes aves que ha em o estado do Brezil* [...]; *Breve Noticia Dos Principaes Animaes que se criam em o estado do Brezil* [...]; *Breve Noticia Das Principaes Arvores de Fruto do estado do Brasil*²⁷³. Ou como ocorre no caso do *Diario da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775*²⁷⁴.

²⁶⁹ SILVA, 1999: 186-191.

²⁷⁰ O trabalho de Frei Veloso em *O Fazendeiro do Brasil melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros* [...] contou com textos de outros autores, tais como Manuel Arruda da Câmara, que escreveu sobre o algodão e sobre espécies de plantas brasileiras que pudessem ser utilizadas na construção naval, e Bernardo António Gomes, que escreveu sobre a Ipecacuanha e outras espécies que pudessem ser aclimatadas na cidade do Rio de Janeiro (DEAN, 2013).

²⁷¹ VANDELLI, 1789: 164-175.

²⁷² Também de Domingos Vandelli, publicado no tomo I das *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, o texto *Memoria sobre a preferencia que em Portugal se deve dar á Agricultura sobre as Fabricas*.

²⁷³ *Breve Noticia das Principaes Aves que há no Estado do Brasil* [...], [s.d.]; *Breve Noticia dos Prinipaes Rios do Estado do Brasil* [...], [s.d.].

²⁷⁴ Foi cavaleiro da Ordem de Cristo. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi juiz de fora e provedor na capitania do Pará, ouvidor, provedor e intendente de agricultura na capitania do Rio Negro. Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Nas primeiras páginas da publicação do *Diário*, expõe-se que a determinação para

O trabalho de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio teve por objetivo fazer uma *correição* acerca das necessidades das povoações. Contudo, ao longo do seu diário de viagem, Ribeiro de Sampaio fez observações acerca dos rios (suas atenções estavam voltadas para o fato de serem ou não navegáveis, sua extensão, conexões com outros rios, e claro, a pesca) e dos animais e das plantas que julgou, por diversos motivos, serem interessantes. Estes registros poderiam ser de caráter econômico ou por corresponder a simples curiosidade. É interessante observar, também, o quanto o saber indígena era necessário, pois, em vários momentos ao longo da viagem, foram os indígenas que encontraram soluções para os problemas, como a travessia de rios, ou a identificação de espécies comestíveis e/ou venenosas.

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio fez relatos do que viu, citou em vários momentos plantas que eram cultivadas, ou que poderiam ser cultivadas, como café e cacau. Outras que já eram cultivadas, como o algodão, que segundo ele era muito bom e fino. Também é possível notar muitos relatos de animais caçados e pescados ao longo do trajeto, de que, em alguns casos, ele descreveu a espécie, em outras simplesmente deixou anotado o nome. Sempre que encontrava uma tribo indígena tentava relatar seus costumes, o que comiam e como faziam para obter comida, e se tinham alguma tradição em cultivos, ou seja, se praticavam a agricultura. Também descreveu os rios, seus cursos, a abundância ou não de águas navegáveis. Em outros momentos, disse que determinadas regiões poderiam ser habitadas e ter ali estabelecidas povoações, e explicou o porquê. Na maioria das vezes, os motivos estavam relacionados com os alimentos que ali eram produzidos ou que nasciam naturalmente, e também com questões relacionadas a pragas, principalmente a presença ou ausência de mosquitos, assim como a proximidade com tribos indígenas agressivas. Em suma, era um trabalho técnico, um relatório de viagem, com caráter prático e utilitário, produzido para atender às demandas econômicas e políticas, especialmente voltadas para a agricultura.

Um outro exemplo pode ser encontrado no militar já muito mencionado até aqui, e que ainda será figura de destaque ao longo das análises deste livro — Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Em seu trabalho sobre a Capitania do Rio Grande de São Pedro²⁷⁵ (transcrição — Anexo 6), é possível notar claramente alguns elementos que vêm de encontro às políticas voltadas à agricultura, e às críticas anteriormente feitas por outros agentes, como Manuel Arruda da Câmara, Baltasar da Silva Lisboa

publicação do texto foi dada pela própria Academia das Ciências: «Determina a Academia Real das Sciencias, que o Diario da viagem pelo Amazonas e Rio Negro, feito por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, e apresentada pelo seu socio o Excellentissimo Senhor Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, se imprima debaixo do Privilegio da mesma Academia. Secretaria da Academia 8 de Novembro de 1824. José Maria Dantas Pereira, secretario da Academia».

²⁷⁵ BARRETO, [s.d.].b. Este mesmo trabalho de Muniz Barreto, também servirá para a análise no Capítulo 4.3.

e Frei Veloso, em relação à necessidade de se aprimorarem os estudos sobre este tema em território colonial.

Muniz Barreto, similarmente a outros autores de seu período, começou o seu texto criticando o excessivo interesse sobre a mineração de pedras preciosas em detrimento da agricultura:

*Somente o ouro tem sido objecto principal, em que constantemente se tem empregado o grande número de Europêos, que para alli passarão, perdendo-se por outra parte, e muito mais do que tem importado o ouro extrahido, quando pode produzir o Paiz, não só com a cultura de muitas produccoens alli desconhecidas, mas ainda das naturaes, e proprias delle [...]*²⁷⁶.

Como estava relatando algumas potencialidades naturais de um território ainda pouco explorado, apresentou os motivos pelos quais a capitania do Rio Grande de São Pedro merecia uma maior atenção por parte do Estado:

*Entre as terras do Brazil, huâ que offerece grandes e extraordinárias vantagens, hé o Continente do Rio Grande de S Pedro. Este rico Paiz ameno, e deleitavel, sem embargo da abundancia das suas muitas produçoens, da sua fertilidade, e benignidade de clima, os seus moradores (a maior parte delles) vivem indigentes por não poderem extrair o seu supérfluo [...]*²⁷⁷.

O militar seguiu com um longo discurso, onde as características naturais daquela região foram apresentadas de forma a que o leitor pudesse ter o maior conhecimento possível sobre todos os aspectos naturais, geográficos, étnicos, econômicos e políticos. Muniz Barreto retratou a geografia da capitania, os rios e sua navegabilidade, falou sobre as populações locais, seu conhecimento sobre as potencialidades naturais e sua aptidão para o trabalho com a agricultura. Deu algumas informações relativas ao clima, relacionando-o com a facilidade com que algumas frutas vindas da Europa poderiam ter para se adaptar naquela região. Ressaltou, por exemplo, que, mesmo que o cultivo das vinhas, fora do Reino, não figurasse entre as preocupações estratégicas da Coroa, o clima da capitania do Rio Grande de São Pedro seria ideal para a plantação de videiras e produção de vinhos. Segundo ele: «Este terreno hé muito proprio para se plantarem vinhas, que pode produzir em muitas quantidades, ainda que me presuado Portugal não necessita deste socorro, por ter grande abundancia deste gênero»²⁷⁸.

²⁷⁶ BARRETO, [s.d.]: fl. 3.

²⁷⁷ BARRETO, [s.d.]: fl. 4.

²⁷⁸ BARRETO, [s.d.]: fls. 5-6.



II. 3. Mapa da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)

Fonte: BPMP, Cota: C-M&A-Pasta 24(14)²⁷⁹

²⁷⁹ O mapa não contém assinatura de seu produtor e tampouco uma data determinada, contudo, a análise do mapa sugere que tenha sido produzido após a ratificação do Tratado de Madrid em 1750. O mapa «Representa o território compreendido entre 26° e 35° de Latitude S.: não tem meridianos pelo que se não indicam Longitudes. Dimensões: 1015x875mm» (Descrição constante no *Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública do Porto*, 1988: 284).

Muniz Barreto ainda tocou em outro ponto interessante. Ele citou alguns produtos, importantes para a economia colonial e da Metrópole, e que permeavam muitos dos discursos sobre um aproveitamento racional do território²⁸⁰, plantio e cultivo agrícola. Alguns produtos, como o linho, a cochonilha, e os grãos (arroz, milho), que aparecem em trabalhos escritos por Manuel Arruda da Câmara, José Henriques Ferreira, Frei Veloso, Silva Pontes Leme, Joaquim de Amorim Castro, e muitos outros²⁸¹, podem ser encontrados também no texto de Muniz Barreto. Suas observações em relação a determinadas espécies vêm de encontro com as técnicas que estavam sendo publicadas em muitas memórias, como no caso da cochonilha. Para Muniz Barreto:

Pode-se fazer produzir em muita quantidade a conxinilha, cujos insectos conhecidos naquelle Continente podem dar grande utilidade ao Reino, obrigando-se cada hum Agricultor a plantar certa porção de terra (segundo a extensão que occupar) do arbustro próprio para a sua nutrição, a que não dá mais trabalho que de huã só vez, não necessitando depois trabalho de amanhã algum para a sua conservação, observando-se o tempo proprio para se fazer a colheita; o modo de separar a que for brava; e o seu melhor fabrico; para o que me não proponho por, falta de experiencia, e de luzes p.a assim poder facilitar, pelos meus Planos, sobre esta materia huã abundante produção²⁸².

A preocupação com a criação destes insetos do gênero *Dactylopiuse*, e a extração da cochonilha²⁸³ (substância que servia como corante natural), permeou uma significativa parte dos trabalhos do período. Alguns anos depois de Muniz Barreto escrever seus apontamentos, Baltasar da Silva Lisboa publicou o *Discurso Historico, Politico, e Economico dos Progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil* (1786)²⁸⁴, um discurso similar ao de Muniz Barreto, tratando sobre a importância da cochonilha para a economia colonial:

Não devo omitir a cultura da cochonilha, que faz hum dos mais poderosos ramos das riquezas de Espanha. O Marquez de Lavradio foi o primeiro que tentou introduzi-la no Brazil, apesar de que muitos negavão a sua introdução, porque se secavão as figueiras, logo, que se lhes impunha o insecto; mas não advertindo, que

²⁸⁰ DEAN, 2013: 6.

²⁸¹ SILVA, 1999: 33-49.

²⁸² BARRETO, [s.d.]: fl. 14, destaque nosso.

²⁸³ No período, tanto o inseto quanto a substância extraída dele eram denominados de cochonilha.

²⁸⁴ LISBOA, 1786.

*isto procedia por não dar ainda a planta vigorosa, pois que o contrario mostrarão as experiências a este respeito praticadas no Rio de Janeiro [...] ella ainda não teve maior adiantamento; mas he evidente que se a exemplo dos Espanhoes for a dita cultura entregue aos nossos índios a troco de agoardentes, e varias bugigangas, que eles tanto prezão, se formará sem duvida grandes fontes de riquezas para o Estado*²⁸⁵.

Alguns anos depois de Baltasar da Silva Lisboa, em 1789, Domingos Vandelli também publicou, nas *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, o texto *Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*, tomo I, um texto sobre a agricultura, mas desta vez voltado para os espécimes que poderiam ser encontrados no Brasil. Na *Memoria sobre algumas produções naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão*²⁸⁶, Vandelli dissertou sobre vários gêneros dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral, que deveriam ser melhor aproveitados para o comércio e para a agricultura, o naturalista padovano citou a cochonilha na página 192, onde disse que:

*A Cochonilha he dos insectos do Brazil o mais util. Acha-se em diferentes partes, e principalmente na Ilha de Santa Catharina, S. Paulo, Minas Geraes; porém havendo muitos annos que se tem feito esta util descoberta, não se tem aproveitado como nos convinha, porque até agora poucos arrateis se tem recolhido. Huma tão proveitosa producção merece multiplicar-se, e indicar-se hum plano para facilitar huma abundante colheita [...]*²⁸⁷.

É interessante notar as correspondências entre o pensamento de Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1778), Baltasar da Silva Lisboa (1786) e Domingos Vandelli (1789), para além dos já citados, e José Henriques Ferreira (1788), que também retrataram a importância da cochonilha para a economia colonial, e claro, do Império. Contudo, Domingos Alves Branco Muniz Barreto não ocupava um lugar social equivalente ao de Vandelli, e estava sujeito aos jogos de poder para ter seu trabalho aceito pela comunidade científica. Aqui vemos a relação entre o poder, o conhecimento e a trajetória social de quem desenvolveu o trabalho, como atenuante para a produção e circulação de conhecimentos. Talvez por esse motivo, Domingos Alves Branco Muniz Barreto não tenha conseguido que as suas ideias fossem publicadas, e pelo que podemos notar, tampouco foram levadas em consideração pela comunidade científica, já que a mesma crítica pode ser verificada vinte e um anos depois, no texto

²⁸⁵ LISBOA, 1786: 63-65.

²⁸⁶ VANDELLI, 1789a.

²⁸⁷ VANDELLI, 1789a: 192, destaque nosso.

de Vandelli. Mais uma vez, vemos agentes atuando em espaços diferentes — geográfica e temporalmente — mas cujas ideias reverberavam as políticas de incentivo da Coroa iniciadas no meio do século. Um outro ponto interessante está no fato de o texto de Muniz Barreto ser o mais antigo dentro deste grupo de agentes, mas, por sua vez, ser o único que permaneceu manuscrito.

Muitos foram os problemas enfrentados por agentes em território colonial para implementar culturas agrícolas mais dinâmicas. O caso de Muniz Barreto, e as iniciativas para implementar culturas agrícolas na capitania do Rio Grande São Pedro, não foi único. As tentativas foram desde o melhoramento das culturas já existentes à implementação e aclimação de novas espécies, algumas vindas de outros territórios coloniais, e ainda da Europa²⁸⁸. No entanto, as políticas de incentivo à agricultura e as tentativas de fomento encabeçadas por personagens locais, como no caso de Muniz Barreto, não foram suficientes para que o desenvolvimento agrícola se refletisse num processo contínuo de crescimento. Havia pouca diversidade de produtos e as tentativas de aclimação de espécies também não foram levadas a cabo em todo o território²⁸⁹. Mesmo os produtos que tinham alto valor comercial e grande potencial para o comércio, como a cochonilha, acabaram por não atingir níveis satisfatórios²⁹⁰. Associado a isso, não podemos deixar de referenciar as dificuldades em relação à adaptação e aclimação de espécies vindas de outros territórios. Dificuldades estas que se iniciaram ainda no século XVI, e perduraram durante todo o período colonial, e estavam relacionadas com as condições ecológicas, e a diversidade de parasitas existentes nos territórios tropicais²⁹¹.

A ação dos agentes em território colonial, produzindo estudos sobre a Filosofia Natural, foi fundamental para a formação de conhecimento e aplicação de técnicas, além, é claro, do reconhecimento territorial que poderia converter-se em uma maior dominação do território e das populações indígenas. Para além da questão agrícola, temos outro exemplo de averiguação e exploração que diz muito sobre a variedade de agentes que atuavam em território colonial, sobre as políticas do Estado em relação a esses estudos, sobre a circulação de conhecimento científico no Império e sobre a relação entre a ciência e poder.

Nesta conjuntura, parte da preocupação da Coroa e dos agentes ligados a ela, que trabalhavam no reconhecimento dos recursos naturais, estava voltada para a extração de madeira, através da verificação de espécies nativas que pudessem ser úteis para a construção de maneira geral, mas principalmente a naval, e também que pudessem ser utilizadas como combustível. Este cenário não foi exclusivo do século

²⁸⁸ SILVA, 1999.

²⁸⁹ SILVA, 1999.

²⁹⁰ KURY, 2008: 81.

²⁹¹ DEAN, 2013: 2; CONCEIÇÃO, 2013; SANTOS *et al.*, 2013; SANTOS *et al.*, 2014.

XVIII. Desde o início da colonização, a Coroa manteve um de seus focos voltados para a exploração de madeiras (como no caso do pau-brasil), mas foi no final do século XVIII, com as políticas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que os estudos e a exploração se tornaram mais enfáticos²⁹².

Por exemplo, o ministro solicitou que os governadores das capitanias no Brasil fizessem estudos das espécies de madeiras que fossem úteis para a construção e o comércio, e salientou que tais estudos deveriam ser feitos por especialistas, sendo as espécies enviadas posteriormente para a Metrópole e transplantadas no Jardim da Ajuda²⁹³. Vale ressaltar que no final do século XVIII e início do XIX, a exploração, corte e exportação de madeira foi mais intensa na capitania do Rio de Janeiro²⁹⁴, o que não quer dizer que a exploração não existisse em outras localidades. Na verdade, a preocupação com a extração descontrolada e a possível extinção de espécies de árvores nobres já permeava as políticas do Estado desde meados do século XVIII²⁹⁵.

O que interessa aqui, para além das questões políticas e econômicas que envolveram a exploração, comércio e utilização das espécies de madeiras do Brasil, é tentar compreender, assim como ocorreu com a agricultura, como as questões de domínio territorial, conhecimentos específicos e técnicas, foram importantes para a construção de conhecimento sobre as madeiras da colônia. Neste caso, a construção de conhecimento perpassou o âmbito de discussões filosóficas e ganhou um caráter prático, onde, uma vez mais, podemos notar a maneira como as questões políticas, econômicas e científicas caminharam lado a lado.

Neste cenário de estudos sobre as madeiras, mais uma vez destacaram-se os militares. Eles, por sua vez, trabalhavam em conjunto com os poderes locais — relação fundamental no processo de construção de conhecimento e aplicação de técnicas em território colonial. No entanto, não apenas de conhecimento técnico foram desenvolvidos estes estudos. A participação de intelectuais nesta tipologia de formação de saberes específicos também foi expressiva, e envolveu processos de circulação de conhecimento e reconfiguração. Dois trabalhos, produzidos em períodos diferentes, apresentam-se como representativos dos estudos sobre as espécies de árvores do Brasil, tanto para construção, quanto para embarcações. Estes merecerão uma atenção mais detalhada.

O primeiro é o *Ensaio da Física vegetal dos bosques dos Ilhéus*²⁹⁶, escrito por Baltasar da Silva Lisboa entre 1801 e 1803; e o segundo, que na verdade é composto por três manuscritos, produzidos entre 1772 e 1791, reunidos sob o título de: *Rela-*

²⁹² SILVA, 1999; DEAN, 2013; DE CARVALHO CABRAL, 2008: 217-241.

²⁹³ DEAN, 2013.

²⁹⁴ DE CARVALHO CABRAL, 2004: 129.

²⁹⁵ SILVA, 1999.

²⁹⁶ LISBOA, [1801-1803].

*ção do exame que fizemos nos paus de pinho dos Pinhay do termo da villa de Coritiba em satisfação da ordem do Exmo. Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, que nos comunicou o Coronel Affonso Botelho de S. Payo Souza, para com os Capitães das Curvettas Antonio Teixeira de Vasconcellos, Manoel José Gavino de averiguar os comprimentos, e groçuras dos paus de Pinho...*²⁹⁷.

Os contextos nos quais esses trabalhos foram produzidos têm que ser considerados, pois no final do século XVIII podemos observar um grande número de agentes em território colonial a colocar as próprias observações sobre o ambiente natural brasileiro em memórias e trabalhos sobre temas específicos, e que deveriam servir como base, não apenas para o reconhecimento das potencialidades, mas principalmente, como manuais para que outros agentes os pudessem utilizar²⁹⁸. Neste cenário, Baltasar da Silva Lisboa se destacou, pois ele participou dos processos de construção de conhecimento no que diz respeito ao incremento agrícola, especialmente no que se refere à exploração e manejo florestal em território brasileiro. Além do trabalho que aqui será analisado, Baltasar da Silva Lisboa ainda escreveu mais dois textos sobre as madeiras coloniais — *Das arvores de construção consideradas pelos caracteres botânicos* e *Memoria sobre os cortes das arvores do Brasil, e os melhores meyoys de preparar as suas madeiras para mais deixarem e conservarem as suas boas qualidades*²⁹⁹.

Baltasar da Silva Lisboa³⁰⁰, nasceu no Brasil e doutorou-se em Direito Civil e Canônico pela Universidade de Coimbra. Entre muitos outros cargos, foi ouvidor da comarca de Ilhéus, conservador das matas da região, foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa (22-05-1805) e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil³⁰¹. Sua obra principal, e já muito referenciada pelos historiadores deste tema, foi o *Ensaio da Física vegetal dos bosques dos Ilhéus*, que contém 614 páginas, onde o autor descreveu pormenorizadamente espécies de árvores que pudessem ser utilizadas para construção, de acordo com as suas qualidades, espessura e local onde poderiam ser encontradas. Para além das descrições, o autor ainda estampou 52 espécies, dando ênfase às características físicas dos troncos, galhos, folhas, frutos, flores e sementes³⁰². Ele escreveu sobre as árvores que viu, e todas as características que fossem

²⁹⁷ A transcrição feita a partir dos originais, depositados na Biblioteca Pública Municipal do Porto, encontra-se nos anexos deste livro — Anexo 7.

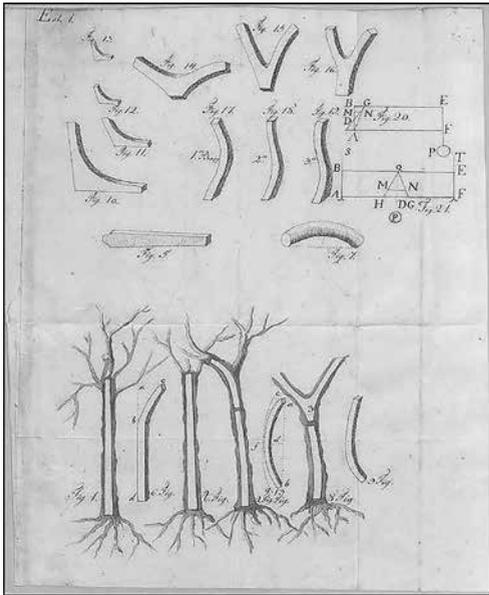
²⁹⁸ SILVA, 1999: 200.

²⁹⁹ Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, os manuscritos encontram-se na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa: ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 17, fls. 82-123 e 124-144v. (SILVA, 1999: 200).

³⁰⁰ Além de Baltasar da Silva Lisboa, um outro agente produziu um trabalho sobre as espécies de madeira, na mesma região e no mesmo período, Joaquim de Amorim Castro, em: *Relaçam das madeiras descriptas que se comprehendem no termo da Villa da Caxoeira: com amostras e estampas exactas das mesmas* (CASTRO, 1790). Neste trabalho, o juiz de fora da Vila da Cachoeira, estampou 46 espécies de árvores, com suas respectivas descrições, dando ênfase aos troncos e suas qualidades. O trabalho foi apresentado à rainha D. Maria I.

³⁰¹ CAETANO & SOROMENHO, 2001: 46.

³⁰² Estas foram as espécies estampadas por Baltasar da Silva Lisboa: Sicupira-merim; Sicupiro-su; Acari Joeirana; Acari; Pau de Arco amarelo; Sapucaia verdadeira e Sacupacaia merim; Sapucaeirana; Quiri; Pequi; Pao Roxo; Pao Roxo as casca



"Dos princípios e partes do que se compõem qualquer Arvore e o tempo do corte"

II. 4. *Ensaio da Física vegetal dos bosques dos Ilhéus*
 Fonte: LISBOA, [1801-1803]



Cap. 2 – "Das Arvores de construção consideradas pelos carecteres botanicos"

necessárias para poder transmitir o seu conhecimento sobre aquelas espécies, por fim, estampando-as em cores. É um trabalho monumental, e que não chegou a ser publicado, permanecendo manuscrito³⁰³.

Do ponto de vista da circulação de conhecimentos, podemos notar que Baltasar da Silva Lisboa teve contato com obras de grande relevo, e soube corroborar seus conhecimentos com os de outros autores. Ao longo de seu texto, ele citou diversos indivíduos, entre eles, Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707-1788), Marcello Malpighi (1628-1694)³⁰⁴, Charles Bonnet (1720-1793)³⁰⁵, Georg Marcgraf (1610-1644)³⁰⁶, Willem Pies (Guilherme Piso — 1611-1678)³⁰⁷ e Henri-Louis Duhamel du Monceau (1700-1782)³⁰⁸, deixando claro que estava se baseando nos estudos anteriormente feitos por estes autores para construir o seu.

de Caubi; Angelim; Angelim coco; Cana fistola; Oiti; Potumujú; Putumujú das Matas do Rio do Jiquibe do Sul; Pau de Olio Copaiba; Oleo vermelho; Pao de olio branco; Jatahi com flor; Jatahi da folha nova; Jatobá; Oiticica nova com flor; Oiticica da folha velha; Pindaíba de folha e fructo grande; Pindaíba miúda; Biriba ou Embiriba; Pinhan; Jatahipéba; Jacaranda pardo; Cedro branco; Vinhático; Macaranduba; Jacarandarana; Pao Brazil; Anhabiban; Tapinhoan.

³⁰³ LISBOA, [1801-1803].

³⁰⁴ Foi um médico, anatomista e biólogo italiano.

³⁰⁵ Foi um biólogo e filósofo suíço.

³⁰⁶ Foi um matemático e naturalista alemão.

³⁰⁷ Foi um médico e naturalista holandês.

³⁰⁸ Foi um político, agrônomo e filósofo francês.

No capítulo 7 de sua obra ele escreveu um discurso filosófico-natural sobre «a resistência dos paos», trazendo para a sua análise princípios que foram formulados por autores como Galileu, Duhamel e Buffon, a respeito da composição das árvores, sua dureza e características gerais. Segundo ele:

*A resistência dos Paos se conhece melhor pela experiência que pela teoria de princípios, os quais até o presente não tem sido exactamente determinados. Galileu foi o primeiro que buscou estabelecer huma teoria da resistência [...]*³⁰⁹.

*Devemos agora ver o que a experiência ensina a respeito do (?) paos. Aos mui Doutos Buffon e Duhamel devemos a extensão dos livros que os seus trabalhos nos derão para ilustração de tão importante objeto [...]*³¹⁰.

O discurso filosófico de Baltasar da Silva Lisboa é seguido por estudos feitos por ele sobre espécies de árvores, de acordo com as teorias que adotou, e de acordo com as suas próprias experiências e observações. Seu trabalho tem muitas proximidades metodológicas, e relativas a técnicas de desenho e descrição³¹¹, com o escrito por Henri-Louis Duhamel du Monceau — *La physique des arbres*³¹² — publicado em Paris, em 1758. Em seu texto, Duhamel discutiu sobre a física das plantas, a melhor maneira para o seu transporte e a preservação de suas sementes. Seu trabalho foi considerado como uma grande obra sobre este tema, sendo amplamente utilizado como base de conhecimento para outros trabalhos do mesmo período.

Não me deterei em analisar pormenorizadamente os conteúdos específicos da obra de Baltasar da Silva Lisboa, pois aqui ela nos serve como exemplo de um cenário de produção científica muito específico, que segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, contava com um significativo número de autores em território colonial, que escreviam trabalhos que iam muito além de estudos sobre determinados aspectos da natureza, mas que serviam como manuais para outros agentes aplicarem em seus próprios estudos³¹³. Sendo assim, trabalhos como o de Baltasar da Silva Lisboa não podem ser considerados como exemplos do cenário total de produção sobre o tema, pois, a meu ver, principalmente no caso da averiguação de madeiras úteis, a maior parte dos trabalhos foi desenvolvida por agentes diversos, que escreviam relatórios técnicos sobre as espécies que viam. Tais trabalhos tinham por objetivo chamar a atenção do Estado para as espécies úteis.

³⁰⁹ LISBOA, [1801-1803]: fl. 234. A numeração dos fólhos aqui utilizada está de acordo com a numeração feita pelo próprio autor nas folhas do manuscrito.

³¹⁰ LISBOA, [1801-1803]: fl. 241.

³¹¹ PEREIRA & CRUZ, 2012: 127.

³¹² O texto de Duhamel está disponível em <<https://archive.org/details/laphysiquedesar00moncgoog>>.

³¹³ SILVA, 1999: 200.

A partir disso, podemos nos voltar para o segundo exemplo, onde o caráter local da produção de conhecimento, as questões estratégicas de averiguação das potencialidades naturais, e as questões políticas e econômicas se mostram como importantes elementos na formação de conhecimento.

Os três manuscritos que analisarei a partir de agora fazem parte de uma conjuntura específica e muito interessante, onde é inequívoca a existência de uma rede de agentes que trabalhavam em conjunto, com o intuito de percorrer as regiões interiores e verificar as potencialidades naturais úteis para a economia. Os textos foram escritos por indivíduos diferentes, contudo, em comum, os estudos foram feitos por ordem do governador da capitania de São Paulo — o 4.º Morgado de Mateus, D. Luís António de Souza Botelho Mourão (1722-1798) —, e colocados em prática por seu primo, o Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza (1728-?).

A partir de 1765, D. Luís António de Souza Botelho Mourão iniciou uma intensa política de empreendimento de expedições de reconhecimento territorial, das populações indígenas e das potencialidades naturais pela capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (atual região Este do atual estado do Paraná), que durou até 1775³¹⁴. Os trabalhos produzidos por ordem de Botelho Mourão ao longo desse período, foram compilados com o título de *A notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi*³¹⁵, e já foram analisados sob várias perspectivas. Por exemplo, Lúcio Tadeu Mota, no livro *As guerras dos índios Kaingang*, utilizou esta compilação de manuscritos para tratar do impacto dessas expedições sobre as populações de índios Kaingang nos sertões dos *Koranbang-rê*, no planalto do atual estado do Paraná (1769-1924), que foram expulsas de suas terras³¹⁶. As expedições tratadas por Mota foram coordenadas pelo Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza³¹⁷, cuja figura também é central nos manuscritos que agora descreverei, e que creio terem feito parte do complexo de expedições ordenadas por D. Luís António de Souza Botelho Mourão.

No Arquivo Histórico Ultramarino existe um ofício de 1771, do governador e capitão geral da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís António de Souza Botelho Mourão, para o Marquês de Pombal, comunicando a chegada da expedição ao Iguatemi, que foi chefiada por D. José de Macedo e reiterando notícias anteriores sobre o bom andamento das relações com os índios naquele local. Comunicou também a saída de outras expedições desde Curitiba até o rio São Luís. Justificou sua

³¹⁴ CORRÊA, 2008: 135-152.

³¹⁵ Segundo Dora Shellard, esta compilação encontra-se nos «Anais da Biblioteca Nacional», vol. 76 (1956). (CORRÊA, 2008: 138).

³¹⁶ MOTA, 1994.

³¹⁷ CORRÊA, 2008.

correspondência com o governador do Paraguai e explicou por que estava solicitando a ida do engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria ao Iguatemi³¹⁸.

Os trabalhos desenvolvidos durante as expedições coordenadas pelo Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza foram realizados por militares de várias patentes, que contaram com a ajuda de habitantes locais e de escravos³¹⁹. No caso da expedição que tinha por objetivo analisar as madeiras dos pinhais de Curitiba, não foi possível identificar a formação intelectual de todos os agentes envolvidos na produção dos manuscritos, contudo, sabemos que eram todos militares. Os três manuscritos (transcrição — Anexo 7) tratam da averiguação da qualidade da madeira das Araucárias (*Araucaria angustifolia*), uma espécie que ocorre principalmente na região sul do Brasil, mas que pode ser encontrada em menor escala nas regiões do estado de São Paulo, Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais. Sua extração foi intensa, principalmente a partir do século XIX, sendo hoje considerada em perigo crítico de extinção³²⁰.

O primeiro manuscrito sobre as Araucárias, datado de 1772, foi assinado pelos agentes — «O juiz ordinário Joaquim Jozé Alvares Pereira, Antonio Ribeiro do Valle, Veriador Antonio Jozé d'Andrade, Manoel Joaquim de Jezuis, Capitães Antonio Teixeira De Vasconcellos, Manoel Jozé Gavino», que disseram estar na vila de Curitiba quando da assinatura. Eles fizeram a averiguação pela região de Curitiba até o porto de Paranaguá. O segundo manuscrito, também de 1772, foi assinado por Antonio Teixeira de Vasconcelos, que dizia estar na vila de Paranaguá — e também disse ter observado a região da vila de Curitiba. O terceiro foi escrito alguns anos depois pelo Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, que disse estar em Lisboa, em 1791. Este manuscrito parece ser um relatório feito a partir dos dois primeiros, dando informações daquilo que foi feito, e informando a respeito das qualidades da madeira da Araucária.

De maneira geral, os estudos tinham como objetivo demonstrar se a madeira da Araucária poderia ser utilizada para a construção naval — mastreação de naus de guerra e de embarcações pequenas, e também para vergas. No segundo manuscrito, *Copia da relação que dá Antonio Teixeira de Vasconcelos Capitão e dono da Corvette Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Assumpção, que se acha neste porto da Villa de Paranaguá para subir à Villa de Curitiba a examinar os paos de pinho, 1772*³²¹, que contém o maior e mais detalhado estudo, o autor avisou sobre a sua missão e seus objetivos:

³¹⁸ AHU — São Paulo, cx. 5, doc. 34; AHU_CU_023, Cx. 6, D. 368.

³¹⁹ CORRÊA, 2008.

³²⁰ NODARI, 2013: 122-130; NODARI, 2016.

³²¹ *Copia da relação que dá Antonio Teixeira de Vasconcelos [...]*, [1772]. A numeração dos fólios segue a que está feita à lápis nas folhas do manuscrito, provavelmente pelo funcionário do arquivo.

*[...] fui eleito pelo Coronel Affonço Botelho de São Payo e Souza para subir aos campos e mattos da Villa de Curitiba, que se compõem em varias partes de Pinheirais para entre todos ver se encontrava paos de pinho e examinar se podião servir para mestriação da nau de Guerra e mais embarcações muidas [...]*³²².

Para que as análises pudessem ser úteis, alguns pontos específicos deveriam ser notados pelos militares:

*[...] como também averiguar a sua qualidade, altura, grossura, fevera, o cós e ondas, e com todas as mais circunstancias que se pedem na Rellação que vejo da cidade do Arcenal Real e Ribeira das Naos da Silva; como tambem ver os caminhos mais fáceis de se poderem conduzir ao Porto de embarque [...]*³²³.

Ao longo dos manuscritos, é repetida a preocupação com o transporte das madeiras extraídas. A abertura de caminhos por dentre a mata que pudesse facilitar o transporte das madeiras também foi objeto de análise, pois para eles:

*[...] se deve considerar que hum pao de 120 palmos e 3 de grosso no diâmetro do seu pé com 30 ou 40 juntas de Bois, tudo em linha direita necessita caminho largo, livre de voltas para evitar o perigo dos Bois e da Gente [...]*³²⁴.

No primeiro manuscrito, também há a indicação de que o conhecimento local foi importante para que pudessem conhecer melhor a região, localizar os terrenos com os melhores pinheiros, e os caminhos mais seguros para transportar a madeira. Afinal, os indivíduos locais conheciam a região e as florestas:

*O que vou pela freguesia de Sam jozé dela athé ao porto aonde podem embarcar os ditos paus fazem doze léguas tras de campos e nove a entrada do matto ao porto por continuados montes e serras por cujo motivo determinamos a fazer o exame pelas vizinhanças de hum e outro caminho pelas paragens mais férteis de pinheiros informando-nos nós para isto com pessoas inteligentes dos mattos [...]*³²⁵.

Estas «pessoas inteligentes dos mattos», podiam ser colonos que viviam naquela localidade já há algum tempo, ou indígenas. É interesse notar a busca por conhecimentos com os naturais locais, transformando, assim, a observação geográfica e os

³²² Cópia da relação que dá Antonio Teixeira de Vasconcelos [...], [1772]: fl. 14.

³²³ Cópia da relação que dá Antonio Teixeira de Vasconcelos [...], [1772].

³²⁴ Cópia da relação que dá Antonio Teixeira de Vasconcelos [...], [1772]: fl. 14v.

³²⁵ Cópia da relação que dá Antonio Teixeira de Vasconcelos [...], [1772]: fl. 14v.

estudos sobre as Araucárias, em um estudo reconfigurado, onde o resultado final (os estudos concluídos), foram produzidos a partir de várias observações feitas por vários indivíduos, com técnicas e conhecimentos diferentes.

Do contexto no qual os estudos sobre as Araucárias foram feitos, podemos perceber o cenário tipológico de produtores de conhecimento, que envolvia questões políticas, econômicas e científicas em um mesmo trabalho, e buscar algumas confluências com o trabalho feito por Baltasar da Silva Lisboa, na tentativa de notar se os militares estavam em sintonia com as teorias e técnicas descritivas que eram formuladas pelos intelectuais.

Como já mencionamos, Baltasar da Silva Lisboa fez uma dissertação filosófica, no final do século XVIII, repleta de técnicas sofisticadas para explicar e descrever as árvores que viu, a partir de sua fisiologia vegetal, assim como as técnicas de extração e transporte, corroborando seus conhecimentos com estudos feitos por diversos intelectuais. Em seu trabalho, todos os elementos que constituíam as espécies eram dignos de nota, através de um longo e eloquente discurso filosófico-natural, no qual a extração de partes úteis para outros propósitos também foi anotada, como no caso dos *paos d'Oleo* que:

[...] são das mais importantes arvores de construção, pelo seu uso, nas mastriações dos navios; poucas as excedem na grandeza, e nenhuma em beleza e préstimo. Pison, e Marcgrave as descreverão imperfeitamente [...]. Eu porem as descreverei como se achão nos Bosques dos Ilheos Cortes. [...] He huma arvore direita, que sobre as nuvens com cem ou athe cento e sessenta palmos de comprimento, e chega a ter vinte e quatro palmos de grossura, a sua casca hé amarela, e para o amago vermelho; as suas Raizes são grossas enervadas, e penetrantes [...] Servido o pao nas conjunções da sua cheia de Janeiro, destila grande quantidade de Oleo [...] Aquele óleo tem não só a virtude digestiva, e adossane para curar as feridas e veneno de algumas cobras [...] Os pintores uzão também delle principalmente para dar consistência a cor verde³²⁶.

Os militares que estavam na vila de Curitiba, por sua vez, mesmo utilizando técnicas discursivas a evidenciar a dimensão prática de seus trabalhos, construindo assim um tipo de relatório de campo sobre a espécie observada, onde o saber envolvia muito mais que a simples observação da grossura dos troncos, ou dureza da madeira, também notaram características relativas ao ambiente que as circundavam, sobre os caminhos para o seu transporte, sobre as condições de trabalho para os que iriam depois fazer os cortes das árvores, sobre a melhor época do ano para o corte, sobre

³²⁶ LISBOA, [1801-1803]: fls. 93-96.

o cheiro da árvore, e sobre as possíveis utilidades para os elementos que constituíam aquela espécie, que não fossem diretamente relacionadas com a sua madeira. Este foi o caso dos pinhões das Araucárias³²⁷:

As pinhas destes pinheiros são muito maiores do que as do Reino e tem muita diferença porque abrem quando estão na sua madureza como em Portugal os ouriços no Castanheiro e ainda os pinhões no chão são estes da mesma cor da Castanha avermelhada e a casca da mesma grossura e tem tanto de comer como a Castanha com pouca diferença e quando hé o seu tempo cahem tantos no chão, que os Macacos, antas, Aves e mais Capas os comem, e com eles engordão e as gentes daquelas partes os colhem para seu sustento e como pobres com eles passam e os guardão secos como em Portugal a Castanha³²⁸.

Nesta passagem do segundo manuscrito, vemos como o processo descritivo envolvia todos os elementos que constituíam a Araucária, e ainda, como o discurso descritivo era técnico, envolvendo, inclusive, a comparação através das similitudes entre a espécie de pinha (castanha) portuguesa e a brasileira, para que o leitor pudesse perceber exatamente do que se tratava. Vemos, assim, a preocupação relativa ao público alvo do trabalho, para quem ele iria servir e se seria capaz de cumprir os propósitos esperados.

Do ponto de vista da técnica utilizada nos estudos sobre a Araucária, fica claro que os militares estavam inseridos nos contextos do período, pois buscaram descrever tudo o que pudesse ser útil para o melhor conhecimento da espécie. Se pensarmos que o texto de Duhamel foi publicado em 1758, e que o de Baltasar da Silva Lisboa foi escrito entre 1801 e 1803 (ainda que a recolha de dados possa ter sido feita anteriormente), podemos localizar os manuscritos sobre a Araucárias, não apenas no intervalo de tempo entre os trabalhos dos autores ilustrados, mas também aferir que as técnicas descritivas dos militares envolvidos nesta expedição estavam de acordo com aquilo que era impresso nos grandes livros sobre o tema.

Enquanto o trabalho de Baltasar da Silva Lisboa pode ser considerado como um manual, nos moldes analisados por Nizza da Silva³²⁹, pois ele retrata de maneira organizada os «princípios e partes de que se compõem as arvores e o tempo do seu corte; arvores de construção consideradas pelos caracteres botânicos e os usos e

³²⁷ As sementes das Araucárias, conhecidas como pinhões, ainda hoje tem um papel importante na alimentação e cultura no sul do Brasil. São alimentos ricos do ponto de vista nutricional, e assim como as castanhas portuguesas que tem sua importância cultural e alimentar, os pinhões das Araucárias são símbolos da região sul do Brasil e estão presentes em diversas tradições culinárias (AQUINO, 2005).

³²⁸ *Relação do exame que fizemos nos paus de pinho dos Pinhay do termo da villa de Coritiba em satisfação da ordem do Exmo. Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão [...]*, [s. d.]: fl. 16 v.

³²⁹ SILVA, 1999.

préstimos; da cultura das árvores dos Bosques; dos meios de conservar a boa qualidade dos paos; das madeiras empregadas no uso da (?) e sua fartura e; dos preços das madeiras; e da resistência dos paos»³³⁰, o trabalho dos militares, mesmo em um período anterior, pode ser visto a partir da formação de conhecimento local e prático voltado para as questões econômicas, onde o conhecimento sobre o território e suas potencialidades era uma forma de ter poder sobre a matéria analisada, sobre o território e sobre as populações locais.

Ambos os casos, tanto o de Baltasar da Silva Lisboa quanto o dos militares que estavam em Curitiba, apesar de serem distintos entre si, tanto no que se refere à conjuntura na qual estavam inseridos, ou às especificações técnicas e de discurso, ainda assim, são exemplos dos estudos realizados sobre as madeiras nos espaços coloniais. No entanto, não apenas os militares ficaram encarregados destes estudos. No final do século os naturalistas das Expedições Filosóficas coordenadas por Vandelli, também fizeram alguns apontamentos sobre espécies de madeiras úteis para a manufatura e comércio. No caso dos estudos feitos por Alexandre Rodrigues Ferreira sobre as madeiras do estado do Grão-Pará, não há a presença das técnicas de observação, descrição e utilização das madeiras aplicadas por Baltasar da Silva Lisboa e pelos militares que estavam na vila de Curitiba. Mas sim, discursos que misturam o conhecimento dos indígenas sobre as árvores, a utilização que os nativos davam para as espécies, e em alguns casos, os tipos de pragas que poderiam acometer as árvores e deixar a madeira imprópria para a utilização na construção de canoas, casas e marcenaria. Alexandre Rodrigues Ferreira, como referimos, escreveu *Memórias sobre a possível utilidade das espécies — Memória sobre as madeiras mais usuais de que costumam fazer canoas. tanto os índios como os mazombos do Estado do Grão-Pará; Memórias sobre as Palmeiras do Estado do Grão-Pará, cujas folhas servem para se cobrirem as casas e para outros usos; Memória sobre as palmeiras, são as palmeiras que eu vi, e me informaram os práticos, que haviam, nas matas do Estado do Grão-Pará; Memórias que servem para casa e para obras de marcenaria*³³¹.

Podemos notar, assim, que a variedade de agentes e suas formações e funções foram fatores determinantes para a diversidade de produção de conhecimento. Sobre um mesmo tema, vemos como as perspectivas puderam ser variadas e formar um *corpus* de trabalhos extremamente particular, mas cujo o objetivo acabava por ser confluyente — reconhecer as potencialidades naturais da colônia.

Como vimos na primeira parte do livro, houve uma significativa participação de agentes independentes nestes processos de produção de conhecimento, e é sobre este grupo que trato a seguir.

³³⁰ LISBOA, [1801-1803].

³³¹ SOARES & FERRÃO, *org.*, 2007.

3.3. AGENTES INDEPENDENTES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO FILOSÓFICO-NATURAL: JOSÉ BARBOSA DE SÁ E SEUS *DIÁLOGOS GEOGRÁFICOS*

A partir de uma perspectiva de que a ciência e o poder estavam interconectados, e onde os processos de circulação de conhecimento e as questões políticas, econômicas, sociais e hierárquicas, foram, em grande medida, influenciadoras dos processos de construção do conhecimento filosófico-natural do Brasil, temos um exemplo que demonstra a diversidade e as exceções dentro deste complexo. Existiram alguns casos, que mesmo podendo ser alocados dentro do complexo de produtores de conhecimento sobre a natureza colonial, continham alguns elementos que os diferenciavam dos demais. Um bom exemplo da variedade desta produção científica pode ser notada na obra de José Barbosa de Sá — *Diálogos geográficos coronológicos políticos e naturais* (1769)³³².

Temporalmente, no contexto deste livro, podemos alocar a obra de Sá juntamente com os demais textos analisados, mas não podemos comparar o seu trabalho com os dos demais autores, pois o texto produzido por ele seguiu uma linha metodológica particular para o período. Não farei aqui uma análise pormenorizada dos conteúdos do trabalho de Sá, pois isso já foi feito nos trabalhos de Nelson Papavero³³³, Christian Fausto Moraes dos Santos³³⁴ e Rafael Dias da Silva Campos³³⁵, onde todo o manuscrito foi contextualizado e analisado, tendo os autores, em alguns casos, inclusive identificado as espécies de animais e plantas descritas por Sá. O objetivo aqui é demonstrar as notáveis diferenças deste trabalho no complexo daqueles produzidos na segunda metade do século XVIII.

Os *Diálogos geográficos coronológicos políticos e naturais* (1769), como já dito, foram analisados de maneira minuciosa por alguns pesquisadores brasileiros. O mais recente trabalho, foi escrito por Rafael Dias da Silva Campos³³⁶, que investigou os aspectos mineralógicos, botânicos e zoológicos dos *Diálogos* de Sá. Campos também buscou, em retrospectiva, todos os trabalhos que de alguma forma abordaram a vida e obra do autor³³⁷, e neste sentido, é unânime entre estes autores o fato de haver escassas

³³² O trabalho completo encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto — BPMP, MS 235. Uma cópia foi solicitada por Francisco Adolpho Varnhagen, e está ainda hoje depositada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (PAPAVERO *et al.*, eds., 2013).

³³³ PAPAVERO *et al.*, eds., 2013.

³³⁴ SANTOS, 2005.

³³⁵ CAMPOS, 2012.

³³⁶ CAMPOS, 2012.

³³⁷ Para além de Rafael Campos, outros autores fizeram análises dos textos escritos por José Barbosa de Sá e de sua vida. Sobre os *Diálogos geográficos coronológicos políticos e naturais* (1769): Nelson Papavero e Dante Teixeira (2001); Christian Fausto Moraes dos Santos (2005). Sobre a *Relaçam das povoações do Cuyabá e Matto Grosso de seus princípios thé os presentes tempos*: José Barnabé de Mesquita (1978); Pitaluga Costa e Silva [s.d.]; Francisco Adolpho de Varnhagen (1851); Nubia Braga Ribeiro (2008); Nauk Maria de Jesus (2006); Thereza Martha Borges Presotti (2008) e Jaime Cortesão (1952).

informações sobre a vida de José Barbosa de Sá. Sua data de nascimento é desconhecida, mas sabe-se que morreu em 1776³³⁸, e que foi um advogado licenciado³³⁹, mas não há indícios sobre os círculos sociais do qual fazia parte e os motivos que o levaram a escrever um trabalho filosófico-natural sobre o Brasil, principalmente sobre as capitanias do Rio de Janeiro e Mato Grosso.

Apesar das poucas informações existentes sobre as relações interpessoais estabelecidas por José Barbosa de Sá na capitania do Mato Grosso, é possível aferir que ele tenha tido algum tipo de acesso aos círculos políticos coloniais, pois dedicou o seu trabalho ao governador da capitania do Mato Grosso e Cuiabá, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804) — Visconde de Balsemão. Sá também colocou seu trabalho à disposição para análise pela Censura e Inquisição³⁴⁰ (como era prática entre os autores que pretendiam ter seu trabalho aceito, e quem sabe, publicado³⁴¹), demonstrando saber que sua obra deveria passar pelo crivo político e religioso.

Através da leitura dos manuscritos e do inventário de sua extensa biblioteca, verificou-se que Sá possuía mais de uma centena de livros, contudo, nenhum que fizesse parte do círculo de intelectuais ligados ao pensamento iluminista. Pelo contrário, alguns exemplares citados por ele são clássicos, tais como Plínio, o Velho e Ortélio³⁴². José Barbosa de Sá teve acesso a uma quantidade significativa de livros, não que isso fosse algo extraordinário por si só, pois havia circulação de livros vindos da Europa para a colônia, e as bibliotecas particulares tinham, em geral, um acervo diversificado, como afirmam Luiz Carlos Villalta³⁴³ e Maria Beatriz Nizza da Silva³⁴⁴. Contudo, o fato de a sua biblioteca particular ter um volume extenso, denota que o advogado licenciado fazia parte de um extrato social que lhe permitiu ter acesso ao conhecimento, e aos setores políticos ligados ao Estado.

Sá vivia no Brasil desde 1723, e participou de algumas expedições de bandeirantes pelas regiões mineiras, no intuito de reconhecer o território³⁴⁵. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)³⁴⁶ e Nelson Papavero³⁴⁷, fizeram análises gerais do trabalho de Sá, e o aproximaram (em termos de volume de espécies descritas e

³³⁸ CAMPOS, 2012: 14; PAPAVERO *et al.*, 2009.

³³⁹ É consensual entre os autores que analisaram a vida de Sá, a probabilidade de que ele não tenha frequentado a Universidade de Coimbra, ou qualquer outra instituição. No entanto, Sá se autointitulava um advogado licenciado. Como não existem registros conhecidos que comprovem essa situação, é de se supor que ele pudesse ter algum tipo de licença para atuar como advogado. Entretanto, esta possível documentação, se a mesma existe, ainda está por ser descoberta.

³⁴⁰ PAPAVERO *et al.*, 2013: 10.

³⁴¹ VILLALTA, 2015.

³⁴² CAMPOS, 2012.

³⁴³ VILLALTA, 1997: 331-385.

³⁴⁴ SILVA, 1979; SILVA, 1999.

³⁴⁵ PAPAVERO *et al.*, 2013: 8.

³⁴⁶ VARNHAGEN, *coment.*, 1851.

³⁴⁷ PAPAVERO *et al.*, 2009.

território abrangido), com o trabalho de Gabriel Soares de Sousa (1540-1591)³⁴⁸, um senhor de engenho português que viveu no Brasil, e escreveu em 1587 o *Traçado Descritivo do Brazil*. Para o século XVI, tal obra é considerada monumental, pois relatou muitos aspectos filosófico-naturais da costa brasileira, com descrições pormenorizadas de centenas de espécies, seus usos culinários e medicinais, técnicas de caça e pesca, relatos das tradições indígenas e aspectos econômicos, tais como extração de matérias-primas³⁴⁹.

O fato de o trabalho de José Barbosa de Sá poder ser comparado com um outro escrito no final do século XVI, já denota porquê ele entra na análise deste livro como sendo um caso à parte. Os *Diálogos geográficos coronológicos pollíticos e naturais*, são divididos em duas partes, ambas formadas por diálogos entre duas personagens, nomeadas pelo autor de Polivio e Felino, e contém, aproximadamente, mil descrições de todos os Reinos da natureza³⁵⁰. A primeira parte trata de discursos sobre a ideia da existência de Deus, seus atributos e sobre a criação do mundo e as coisas que nele existiam. Em seguida, Sá descreveu a América, dividida entre setentrional, meridional e portuguesa. Falou sobre os povos nativos, suas etnias e costumes. E por fim, tratou de questões relacionadas com a Igreja. Na segunda parte, Sá iniciou o discurso sobre os elementos da natureza, dividindo-os em Reinos — Mineral, Animal (com animais voláteis, aquáticos e terrestres), e Vegetal (árvores e arbustos, frutos e aromas). Em termos de abrangência territorial, os estudiosos dos *Diálogos* de José Barbosa de Sá, aferiram, a partir da análise total do trabalho e das espécies descritas por Sá, que o autor passou pela capitania do Rio de Janeiro, mais precisamente pela região litorânea, e por parte das capitanias de São Paulo, Goiás e, claro, o Mato Grosso³⁵¹.

Partindo de um diálogo filosófico entre as personagens fictícias, Sá seguiu sua dissertação corroborando seu pensamento com os de autores antigos, como Plínio, Aristóteles e Hipócrates. Em sequência, antes de iniciar as suas descrições das espécies, o advogado licenciado dissertou sobre o significado de cada espécie, e como eram representadas no teatro da natureza, como por exemplo no trecho em que fala sobre os peixes:

Vivem os peixes no elemento da agoa/sem que por iso deixem de participar dos mais, da terra para/a nutriçam, do fogo para a vivificasam e do ar para a espi-/rituallidade respirando como os demais viventes terrestres; o que nega Aristoteles, querendo que cada vivente respi-/re o ellemento enque vive; erro manifesto por duas

³⁴⁸ CAMPOS, 2012: 17.

³⁴⁹ CONCEIÇÃO, 2013.

³⁵⁰ Nelson Papavero descreveu os *Diálogos* de Sá como sendo mais um monólogo do que propriamente um diálogo entre as duas personagens (PAPAVERO *et al.*, 2009).

³⁵¹ CAMPOS, 2012; PAPAVERO *et al.*, 2009: 76.

*re-/soens, a primeira que não ha sencibillidade progreciva,/ sem spirituallidade vital, e toda a spirituallidade/vital depende depende do ar para seo principio e conservasão,/que esta he a necicidade que temos de respirar a cada passo/ e se o não fasemos, sofocaoce os espiritos vitais e acaba/a vida; logo como podião os peixes viver com espi-/rituallidade vital, e progreciva respirando agoa sem/ que participasem do elemento do ar./A segunda he que se cada viven-/te respirase o elemento enque vive, respirariaõ os sub-/ terra// [...] [...] terraneos terra, cousa inatendível por ser elemento pesa-/do que não pode transpirar, nem spirituallisar; pello/que onde forsoza mente ex eo que sam viventes respirar/ar asim como nos outros, sem que obste a viverem de-/baixo da terra porque la selhes communica o ar por seus/aedutos [sic]; asim asentemos que todos respiraõ ar./ [...] [...] Contou Plinio lá no velho mundo/sincoenta especias de peixes, outros sincoenta e duas, e/outros septenta e seis; pouco viraõ, eu se meposese a con-/tar as que tenho visto no pouco que andei destas natu-/rallidades, nas agoas do mar, rios e alagoas, não acha-/ria numeros que lhes igoallasem, pello que deixome/ de faser tal conta, e so nomearei alguns que sam/ conhecidos por proprias nominasoens, que os que/as não tem he escusado fallar nelles...[...]*³⁵².

Algumas de suas descrições eram longas, e envolviam todos os aspectos passíveis de descrição, facilitando muitas vezes a identificação atual de algumas das espécies³⁵³:

*Guanhamus da altura/de hum pal [sic; palmo] e outro de comprimento asues habitantes dos/matos das costas do mar: outros de menos grandor que/ vivem nas marinhas por donde ha mangues fasem bu-/racos no lodo donde vivem inserados todo o anno; e so-/mente saem nas luas cheyas e novas dos meses de Novembro e Dezembro, e he este paseyo so afim de sejunta-/rem e multiplicar a gerasam tornandoce a reco-/lher como de antes adonde desovaõ e sceriaõ os filhos/ sem mais sustento que o mesmo tojuco*³⁵⁴.

Esta mesma técnica descritiva foi muito utilizada pelos viajantes do século XVI que relataram sobre as espécies do Novo Mundo.

Em alguns casos, suas descrições ainda traziam referências a outros autores que já haviam escrito sobre a espécie anteriormente:

³⁵² PAPAVERO *et al.*, eds., 2013: 98.

³⁵³ Como fizeram em seus respectivos trabalhos Nelson Papavero *et al.* (2013), Rafael Dias da Silva Campos (2012), e Christian Fausto Moraes dos Santos (2005).

³⁵⁴ PAPAVERO *et al.*, eds., 2013: 109.

Tramelga he o peixe chamado dos Latinos Torpedo, e de alguns escriptores Pollipo erada men-/te que Pollipo he o Polvo; deste torpedo ou tremelga/ escreverão muitos e famosos escriptores, e nenhum conta/ verdadeiramente o efeito que fas, e he por que todos/escreverão o que ouviraõ, e eu direi o que vi e examinei./Dis Plinio Sollino e outros que todos seguiraõ Aristo-/teles nestas especullasoens; que o tal peixe pello anzol/e linha communica o seo veneno ao braso do pescador/ com que o intumese, e causa accidentes. Lope de veiga/Carpio poeta comico, dis que communica o tal peixe ve-/nenno pella linha com que mata supita mente o pescador./O Reverendo Feijoo 704 na sua historia natural § 8. n./ 56. nega tudo tudo isto acceticamente, disendo que pello/ mecanismo he que o peixe inpele a quem ofere. Dom/Salvador Mainer no seo anthytheatro discurso 2. n. 40705/afirma com huma cambulhada de autores, a sertesa/ da opiniaõ antiga, e resoens que os tais derão sobre/ a causa dos efeitos que causa este peixe./ [...] ³⁵⁵.

Para algumas espécies, Sá procurava dar os conhecimentos que absorveu de outros agentes, fossem estes relacionados com os princípios medicinais e os usos que os povos nativos aplicavam a determinadas plantas, ou o porquê de uma determinada espécie ter características distintas de outras que eram semelhantes e que poderiam ser encontradas em outras regiões. Esta prática de recolha de dados a partir do conhecimento de agentes locais imprimiu ao trabalho de Sá uma série de elementos que se constituem em processos de reconfiguração de saberes³⁵⁶, uma vez que o autor associa suas próprias observações com a utilização de conhecimentos vindos de autores clássicos, e de populações autóctones.

Vejamos exemplos deste processo em duas espécies de plantas descritas por ele. Na primeira, Sá procurou autores europeus que descreveram a planta anteriormente, e depois ressaltou o fato de ter recebido informações de outros agentes, muito provavelmente colonos que estavam naquela região há mais tempo:

Salsa parilha nasce en terras for-/tes e inxutas, he semelhante ao Jagoapecanga, as/varas esquinadas direitas e duras; da sepa lhenase/as raises que seestendem aos sollais da terra, de septe e/de mais palmos que vemos nas boticas feitas em molhos/ achase en alguns lugares da America e não en todos./Nas margens do rio Guayaquil no Perú. Nas do rio/Matasinco na provincia de Mechoacam, da nova Espa-/nha. Nas do Guasangario na nova Galicia. nas do rio negro do gram Pará. Nas dos Tocantins, e ser-/toens adjacentes, e nas do Paragoay da barra das co-/rentes para baixo, e pellas do mesmo rio das Corentes./ Procurando en autores

³⁵⁵ PAPAVERO *et al.*, eds., 2013: 107.

³⁵⁶ RAJ, 2010; RAJ, 2013.

que escre-/vesem desta planta, a ver se na formallidade he como aqui/vi nestes nosos sertoes só achei a noticia que da o li-/senciado Duarte madeira por fé de hum medico Por-/ tu-// [Fólio 364r] portugues Fernando Soares pereira que dis pasara a nova/Espanha⁸¹⁷ adonde vira e escreveo a forma della; e he como/a que seacha em nosos lugares, só diferente en diser que/ lansa as raises para o sentro da terra, sendo que a des-/tes districtos lansaõ ao sollais, quando muito cober-/tas de terra dous dedos, e esta diferenca acho ser pello/clima da terra enque nasce; por ser geral en todo este Brasil lansarem as arvores as raises ao sollais/da terra sem que alguma penetre no sentro, como vemos/em grandiosos arvoredos que com as tormentas de/ventos viraõ as rais [sic] e vem ao cham; que todas astem/estendidas sobre a terra./E lembra-me que ouvi diser aos mais/velhos que a causa disto, era por ser nesta região a ter-/ra mais fria que en outras, e poriso buscavaõ as rai-/ses das arvores a superficie como mais quente;/com que me conformo, e he a causa desta frialdade da/terra, a suprabundante humidade, que enqual quer/lugar adonde secava, brota agoa en mais ou menos/ altura; e junta mente pellas pisarras, que en pequena/altura seachaõ, que sam de quallidade fria, e este-/ril para qual [sic] producçam: e isto advirto por que se-/naõ duvide da sertesa de algumas plantas nestas regi-/oens pella diferenca de raises, e ainda das ramas, que/ tambem vareaõ segundo os climas enque seachaõ [...]³⁵⁷.

Em um segundo exemplo, de descrição também de uma espécie de planta, Sá evidenciou o fato de a planta ter qualidades medicinais, e de ser usada pelos naturais como uma botica genérica para todos os tipos de males:

Bocuúba é madeiro grandioso, dos/que mais resistem aos tempos, há de duas especies branca/e vermelha, a madeira cortada he vermelhasa, brotaõ humas/fructas como pesagos, abrem pello meyo quando madu-/ras e lansam desi, e lansaõ desi [sic] huma castanha que/tem uma codea a maneira de polpa, moída esta fica hua/ preciosa masa oleosa e aromatica a que chamamos bocu-/úba proveitosa para muitas obras medicinaes; a castanha de/dentro//Fólio 400v dentro que é semelhante a nos noscada, moída e espre-/mida lansa outra diferenca de oleo mais craso e aroma-/tico; tem nisto tanta fe os naturais que/tendo bocuúba/encasa tem toda a botica para curar todos os males. He/quente croborante./³⁵⁸.

³⁵⁷ PAPAVERO *et al.*, 2013: 12, destaque nosso.

³⁵⁸ PAPAVERO *et al.*, 2013: 165.

O trabalho de José Barbosa de Sá seguiu um raciocínio linear, onde o autor apresentou listagens seguidas de espécies de animais, com algumas descrições, não somente do animal, mas também do ambiente em que vivia.

De uma maneira geral, os *Diálogos* de José Barbosa de Sá inserem-se nos contextos coloniais de averiguação das potencialidades naturais, conhecimento do território e das populações indígenas. Contudo, não podemos situá-lo no âmbito de trabalhos com cunho científico iluminista, uma vez que Sá não demonstrou dominar as teorias iluministas sobre o conhecimento e recolha de informações sobre o Mundo Natural³⁵⁹.

Este fato, por sua vez, não é extraordinário, e tão pouco representa uma marca de atraso em relação às outras. Afinal, o Iluminismo e todas as suas vertentes e metodologias não se disseminaram de maneira hegemônica, e tão pouco foram aceites pela comunidade científica unanimemente. Até o início da segunda metade do século XVIII, muitos trabalhos foram produzidos por indivíduos que ainda carregavam as bases conceituais e metodológicas vindas de períodos anteriores. Como ressaltado por Thomas Kuhn³⁶⁰, as rupturas paradigmáticas não são imediatas, e muitas vezes os novos conceitos não se sobrepõem de imediato aos velhos. Neste sentido, a obra de José Barbosa de Sá pode ser alocada nesta fase de transição, onde os paradigmas iluministas não estavam assimilados e disseminados de maneira ampla, principalmente no início da segunda metade do século XVIII, e em espaços coloniais afastados dos grandes centros. Entretanto, trabalhos com esta característica não deixavam de ser importantes para o conhecimento filosófico-natural da colônia, e podiam ganhar espaço no cenário político e científico.

A segunda metade do século XVIII, como já foi discutido nos capítulos anteriores, foi marcada por discussões e políticas que fomentavam o incentivo à pesquisa sobre a História Natural das colônias. O fato de ter dedicado o seu trabalho ao governador da capitania do Mato Grosso e Cuiabá já denota a preocupação do autor em agradar ao Estado, e ter o seu trabalho aceite e reconhecido.

Mesmo com características metodológicas díspares em relação aos outros trabalhos aqui analisados, a obra de José Barbosa de Sá insere-se no contexto de produção de conhecimento formulado para este livro. O que podemos notar, não somente no caso de Sá, mas em muitos dos autores que escreveram sobre o ambiente natural brasileiro, é uma produção científica com características locais. O fato de o trabalho de Sá não estar inserido dentro dos contextos iluministas, não o coloca em um plano secundário do ponto de vista científico para o período³⁶¹. Os fatores que circundavam o autor e o seu trabalho são fundamentais para compreendermos os processos de produção de conhecimento como sendo, em muitos casos, particulares

³⁵⁹ CAMPOS, 2012.

³⁶⁰ KUHN, 2009.

³⁶¹ KUHN, 2009.

de um determinado local³⁶². Não estou me referindo a determinismo geográfico, mas sim às características relativas ao produtor, ao receptor do trabalho e aos objetivos práticos e científicos que o levaram a produzir o texto, e ao tipo de circulação de conhecimento que tinha acesso.

Do ponto de vista do instrumental, é fácil qualificar e estabelecer padrões de comparação entre comunidades científicas, seus agentes e os trabalhos produzidos por eles (como quando dizemos quem foi o primeiro a inventar o microscópio), mas, em se tratando de conhecimento filosófico, e em especial para o século XVIII, acredito que a produção científica não possa ser analisada a partir deste prisma³⁶³.

Neste sentido, o trabalho de Sá e o contexto no qual o autor e a sua obra estavam inseridos demonstram o quanto não havia uniformidade em termos de produção de conhecimento no Império Português, sem que isso signifique que não havia produção científica avançada, ou relevante para determinados contextos. O que temos, com o trabalho de Sá, é um exemplo de exceção dentro de um contexto maior. Em termos quantitativos relativos ao número de espécies descritas, o trabalho de José Barbosa de Sá pode ser considerado como um dos maiores para aquele período.

Diante do tabela de trabalhos que foram apresentados, passamos para uma análise centrada no tabela tipológico de produtores e as relações com formas de poder estabelecido, tentando compreender o cenário e as intenções de produção de conhecimento no Brasil e sobre o Brasil.

³⁶² LIVINGSTONE, 2013.

³⁶³ SHAPIN, 1999.

4. PODER, SIMBÓLICA SOCIAL E CIÊNCIA

As disputas de poder entre os Impérios marítimos europeus, ao longo do século XVIII, mas principalmente na segunda metade do século, foram constante objeto de análise da historiografia recente e constituem um importante cerne para a compreensão das políticas de Estado em relação aos espaços coloniais. A relação entre o poder, a conquista e a manutenção de territórios coloniais, rotas comerciais, frotas marítimas, interesses econômicos, estratégicos e políticos são intrínsecos à análise e ao entendimento deste processo de disputa entre as potências europeias setecentistas. Neste contexto, a ciência não esteve alheia, e passou a ter um expressivo caráter utilitarista, onde boa parte dos trabalhos deveriam ter como objetivo uma exploração organizada em prol de um maior conhecimento das rotas marítimas, dos territórios coloniais, dos instrumentos de medição e observação, e claro, das potencialidades naturais³⁶⁴. Boa parte da literatura científica produzida neste período só pode ser compreendida mediante as relações de poder estabelecidas entre os mais variados indivíduos e nações, que estavam conectados com a ideia de que conhecimento é poder. Pensar na literatura científica do século XVIII como proveniente de um cenário intelectual voltado, exclusivamente, para os estudos filosóficos, acaba por excluir uma parcela significativa de produtores de trabalhos e as relações destes com o seu produtor ou encomendador.

No caso do Império Português, boa parte dos trabalhos filosófico-naturais foi de fato produzida com o intuito de reconhecer os espaços coloniais, e assim, exercer maior poder sobre o território e as populações indígenas. Nesta conjuntura estão inseridos, como autores, não apenas a classe de intelectuais, mas um complexo mais vasto de agentes ligados ao Estado, seja direta ou indiretamente, mas que estavam conectados ao pensamento de se aumentar o conhecimento sobre as potencialidades naturais das colônias. Os funcionários do Estado, de um modo geral, desde o início da segunda metade do século, estavam empenhados em angariar agrados da Coroa e procuravam desenvolver trabalhos com o objetivo de servir aos interesses do Estado³⁶⁵.

Das relações que envolviam a produção, circulação e reconhecimento dos trabalhos produzidos naquele período, podemos dizer que as relações de poder, hierarquia ou a posição social ao qual o agente produtor estava inserido eram determinantes, não apenas para as ideias expressas nos trabalhos, mas também para a recepção do trabalho no ambiente científico³⁶⁶, ou seja, sua aceitação e o nível de importância

³⁶⁴ DOMINGUES, 2013. Ângela Domingues estabelece comparação entre os relatos de Cook, Byron e Bougainville, para compreender a formação das literaturas de viagens deste período sobre o Brasil (DOMINGUES, 2013: 371-372).

³⁶⁵ BRIGOLA, 2003; DOMINGUES, 2001.

³⁶⁶ LIVINGSTONE, 2013.

que poderia ganhar. A sociedade de corte e todas as relações que intrinsecamente se teciam em seu seio, fizeram parte das relações de poder que coexistiam com a própria formação, produção, aceitação e divulgação do conhecimento. Ao longo do tempo, estas relações foram se modificando, mas sem deixar de existir. Os trabalhos, que antes eram frequentemente dedicados a um mecenas ou importante figura ligada ao Estado, passaram a ser enviados e dedicados às sociedades e academias científicas³⁶⁷. O estabelecimento de relações sociais e políticas fazia parte de um sistema no qual a ciência estava intimamente conectada com o poder.

4.1. POLÍTICAS DE INCENTIVO À AVERIGUAÇÃO DAS POTENCIALIDADES NATURAIS DAS COLÓNIAS

Neste contexto, desde o início do século XVIII, no reinado de D. João V (1689-1750), podemos observar uma maior circulação de agentes, livros, ideias e correspondência entre os mais variados agentes, seja em Portugal, em países do norte da Europa ou nas colónias³⁶⁸. O Império Português estava conectado por vias marítimas³⁶⁹, e através delas não havia apenas circulação derivada do comércio, mas também uma intensa circulação de textos, fossem eles meras trocas de correspondências, ofícios, receitas comerciais, sermões ou textos científicos.

Na primeira metade do século XVIII, boa parte do pensamento científico circulava através da troca de correspondência entre diplomatas, funcionários da Coroa, e intelectuais³⁷⁰. Os conteúdos dessas cartas eram os mais variados, e através delas, o conhecimento científico circulava e era validado. Este cenário não se modificou para a segunda metade do século XVIII, muito pelo contrário, se intensificou. O volume de trabalhos escritos a partir de meados do século em relação às questões políticas, econômicas e científicas dedicado à averiguação das potencialidades naturais das colónias, especialmente o Brasil, é inegavelmente maior. Motivado por interesses políticos, econômicos e acadêmicos, é notável o aumento do interesse do Estado português em ampliar seus conhecimentos sobre as colónias. Este interesse traduziu-se em um significativo aumento do número de agentes, inseridos em contextos coloniais ou não, que buscavam produzir trabalhos específicos sobre a geografia, sobre as populações indígenas, ou escrever sobre o ambiente natural das colónias e apresentar mecanismos que deveriam ser utilizados pelo Estado para potencializar o conhecimento e a

³⁶⁷ BIAGIOLI, 2003: 379-389. Em seu livro, Mario Biagioli analisou as práticas científicas e a maneira como o conhecimento é formado, é aceito e se molda de acordo com as relações políticas e sociais. Seu estudo é baseado na carreira de Galileu, e em como este cientista circulou pelo ambiente de corte e se automodelou de acordo com o seu lugar social. Para Biagioli, ciência e poder não podem estar desvinculados, pois são matéria intrínseca de um mesmo processo.

³⁶⁸ FURTADO, 2012.

³⁶⁹ ALENCASTRO, 2010.

³⁷⁰ FURTADO, 2012.

utilização dos recursos naturais para o comércio, e para as ciências. Muitos foram os agentes inseridos nos contextos coloniais, mas não só, que se debruçaram sobre este tema, e muitos foram os documentos produzidos por eles. Esta documentação, em grande parte manuscrita, pode ser analisada no sentido de compreendermos como estes processos de apreensão e utilização dos recursos naturais ocorreram.

Esta maior movimentação de intelectuais no reinado de D. João V, por sua vez, incentivou o início de um processo de rejuvenescimento da classe intelectual portuguesa, formando assim uma *República de Letras*. Foi neste período que algumas mudanças foram iniciadas e proporcionaram uma maior abertura intelectual, seja com a circulação de indivíduos, livros, ideias, correspondência, ou como a criação de espaços vocacionados para a produção científica, como ocorre com a formação da Academia Real da História Portuguesa³⁷¹. Júnia Ferreira Furtado discutiu amplamente este processo através da obra, correspondência e carreira diplomática de D. Luís da Cunha (1662-1749). Homem de letras e de confiança do rei, ultrapassou os limites da carreira diplomática, e teve papel fundamental no processo de circulação de conhecimento entre Portugal e os países do norte da Europa. Uma de suas principais funções foi a de se encarregar de selecionar e comprar os mais modernos livros do período, e enviar para Portugal para que pudessem compor a Biblioteca Real. Alguns desses exemplares estavam mesmo incluídos na lista de livros proibidos pela Inquisição³⁷².

Este é um dos muitos exemplos de intelectuais portugueses que saíram do Reino e fizeram o périplo europeu ainda na primeira metade do século XVIII. Poderíamos dar vários exemplos representativos de agentes que fizeram o *grand tour* pelas principais instituições de ensino da Europa, e arregimentaram os mais modernos pensamentos científicos em torno da situação político-científica portuguesa. De fato, essa circulação de agentes pelas instituições científicas acontecia desde a Idade Média³⁷³, e se intensificou, como um curso natural da formação e produção de ciência na Europa. Um outro exemplo emblemático de agentes portugueses que empreenderam o *grand tour*, foi António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783).

Ribeiro Sanches nasceu em 1699 em Penamacor, uma vila no centro de Portugal. Por ser cristão-novo, deixou o país ainda jovem e nunca mais regressou. Seus estudos foram iniciados na Universidade de Coimbra, em princípios do século XVIII, transferindo-se mais tarde para a Universidade de Salamanca, Espanha, onde recebeu o título de Doutor em Medicina, em 1724. Sua vida e sua obra foram exaustivamente estudadas pelo renomado historiador português Maximiano Lemos³⁷⁴, e continua sendo objeto de estudos ainda hoje, dada a importância dos impactos de seus pensamentos

³⁷¹ FURTADO, 2012.

³⁷² FURTADO, 2012; DENIPOTI & LIMA E FONSECA, 2011.

³⁷³ GRANT, 2009.

³⁷⁴ LEMOS, 1911.

e obras em algumas das principais reformas implementadas na educação e na saúde, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. A peregrinação de Ribeiro Sanches por grandes centros intelectuais da Europa, e as influências que absorveu vindas destes centros, são claramente identificadas em seus trabalhos, e influenciaram as políticas científicas e educacionais em Portugal. Em seu périplo europeu, o médico português passou por Génova, Montpellier, Bordéus e Londres, onde esteve em contato com intelectuais locais e pôde apreender novas vertentes científicas, e exercer Medicina. Depois, partiu para a Holanda, onde conviveu e foi discípulo do célebre médico Herman Boerhaave. Mais tarde, em 1731, sendo recomendado pelo próprio Boerhaave, Ribeiro Sanches partiu para a Rússia para exercer a função de médico do exército, ganhando fama e prestígio, o que o levou a ser nomeado médico pessoal da czarina Ana Ivanovna. Em 1739, foi nomeado membro da Academia de Ciências de São Petersburgo, e no mesmo ano, recebeu a mesma nomeação para a Academia de Ciências de Paris³⁷⁵. Na lista de sócios da Academia das Ciências de Lisboa, consta a nomeação de Ribeiro Sanches, em 22-05-1780.

Por motivos conturbados, pois acabou sendo envolvido em intrigas de Estado, Ribeiro Sanches partiu de São Petersburgo para Paris (onde viveu até a sua morte, em 1783), e ali teceu importantes conexões com a mais alta intelectualidade francesa, absorvendo os pensamentos iluministas e participando ativamente na construção de um novo ambiente científico em Portugal. Neste período, foi extenso o número de textos escritos por Ribeiro Sanches, e sua fama intelectual ganhou ainda mais destaque. Suas principais obras abordaram temas relacionados com a Medicina, a Educação e a História Natural³⁷⁶.

Ribeiro Sanches tinha uma influente rede de contatos e através dela expunha seus pensamentos e seus trabalhos. Nela, estavam Dom Luís da Cunha (1662-1749), Denis Diderot (1713-1784), Buffon (1707-1788), Leonhard Paul Euler (1707-1783), Herman Boerhaave (1668-1738), D'Alembert (1717-1783), Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782); Joseph-Nicolas Delisle (1688-1768), Étienne-Maurice Falconet (1716-1791), além de outros, como o seu sobrinho, o médico José Henriques Ferreira³⁷⁷.

Assim que chegou em Paris, Ribeiro Sanches estabeleceu uma importante ligação com Dom Luís da Cunha. As ideias do diplomata e do médico português confluíam em vários pontos, e uma parceria se estabeleceu. Tal conexão de pensamentos pode ser verificada no texto escrito em 1730 por Dom Luís da Cunha *Método com que se*

³⁷⁵ FURTADO, 2012; LEMOS, 1911; BOTO, 1998; RAMOS JUNIOR, 2013.

³⁷⁶ Ainda em Portugal, Ribeiro Sanches escreveu em 1726 o *Discurso Sobre as Águas de Penha Garcia*. A convite de Diderot, escreveu o verbete sobre doenças venéreas para a *Encyclopédie*. Nos anos seguintes, o médico português publicou suas principais obras para o âmbito político e científico português: *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1756) *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (sendo uma das mais importantes e influentes para o período) (1760); *Metodo para Aprender e Estudar a Medicina* (1763), e por fim, em 1779, a *Mémoire sur les Bains de Vapeur en Russie*.

³⁷⁷ CONCEIÇÃO, 2018c.

deve estudar e ensinar a filosofia e medicina moderna, no qual recebeu colaboração de Ribeiro Sanches. Segundo Júnia Ferreira Furtado, neste texto de Dom Luís da Cunha, é possível notar alguns elementos que depois foram implementados pelo Marquês de Pombal em suas reformas (1750-1777)³⁷⁸.

Mesmo que nunca tenha retornado a Portugal, Ribeiro Sanches foi figura de importante destaque na composição de muitas das políticas científicas e educacionais implementadas em Portugal ao longo do século XVIII. Conectando-se com figuras centrais do Estado português, como Dom Luís da Cunha e o Marquês de Pombal, suas ideias (mesmo que não na totalidade) puderam ser incorporadas nas reformas pombalinas. Ribeiro Sanches participou ativamente na construção das bases políticas e científicas para uma reestruturação da Universidade de Coimbra, em particular nos processos de desenvolvimento e reforma do pensamento médico e educacional³⁷⁹. Militante para que a Coroa portuguesa aumentasse os incentivos para que os intelectuais fizessem o *périple europeu*³⁸⁰, suas ideias, seus trabalhos, suas críticas, foram abundantes e circularam por todo o Império, e fora dele. Sua obra, já há muito discutida e analisada pela historiografia, é vasta e variada. São estudos, textos e cartas³⁸¹ trocadas entre seus colegas de profissão e indivíduos ligados ao Estado. Ideias postas no papel, fossem publicadas ou não, tendo sido lidas ou não, os textos de Ribeiro Sanches dissertavam sobre muitos aspectos da produção de conhecimento científico de seu período e circularam entre sua extensa rede de contatos.

Tais redes, que hoje são estudadas como sendo na maior parte das vezes informais e auto-organizadas, faziam com que o conhecimento produzido nos espaços coloniais ganhasse um maior alcance através da circulação de textos, ideias e/ou propostas, entre agentes dentro do complexo do Império Português. Partindo de um local, ampliavam as trocas de informações e conhecimento para uma dimensão mais global, criando, assim, dinâmicas auto-organizadas de produção e circulação de conhecimento³⁸².

Neste sentido, sabe-se que Ribeiro Sanches escreveu algumas páginas, em momentos distintos, sobre as colônias e suas potencialidades naturais que pudessem ser utilizadas pela Coroa, e fez com que tais textos circulassem através de suas redes. E é neste aspecto que o nosso interesse repousa.

³⁷⁸ FURTADO, 2012: 142; CONCEIÇÃO, 2017; CONCEIÇÃO, 2018c.

³⁷⁹ FURTADO, 2012; LEMOS, 1911; BOTO, 1998; RAMOS JUNIOR, 2013.

³⁸⁰ FURTADO, 2012.

³⁸¹ Os conteúdos das cartas eram variados, contudo, como parte das políticas das reformas implementadas pelo Marquês de Pombal diziam respeito às colônias e aos estudos filosófico-naturais em território colonial, parte desta correspondência também devia tratar deste assunto, afinal, ao longo daquele período, os intelectuais, estando em Portugal ou em países estrangeiros, estavam preocupados com a situação das colônias e com o reconhecimento das potencialidades daqueles locais, e claro, preocupados com a questão do reconhecimento e estabelecimento das fronteiras.

³⁸² ANTUNES & POLÓNIA, 2016; POLÓNIA & ANTUNES, *ed.*, 2017a; POLÓNIA & ANTUNES, 2017b.

Os textos conhecidos que abordaram este tema são, o *Discurso sobre as Colónias, sobre a América portuguesa e sobre a Agricultura*, de 1763; as *Considerações sobre o governo do Brasil desde o seu estabelecimento até o presente tempo*, de 1777; *Sobre as lavouras e fábricas de tabaco do Brasil*, de 1778; e *Dos efeitos do descobrimento da América e conquistas, e se as colónias devem ser regidas pelas mesmas leis que o centro do Reino de que dependem*³⁸³, cuja data é desconhecida³⁸⁴. Além destes textos específicos, Ribeiro Sanches fez menção em suas principais obras à situação das colónias e sua exploração organizada para que os domínios naturais pudessem ser devidamente utilizados para a Medicina e o comércio, como ocorre nas *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, de 1760; e no *Metodo para Aprender e Estudar a Medicina*, de 1763.

É dentro deste complexo de trabalhos escritos por Ribeiro Sanches, alguns dos quais diziam respeito às colónias, sua natureza, suas potencialidades naturais úteis para o comércio, para a Medicina e para a História Natural, que encontrei um manuscrito inédito sobre as colónias, concretamente o Brasil, datado de 1763. O enredo em torno do manuscrito, além de muito interessante, é de extrema importância para a compreensão da multimodal rede de contatos e trocas de correspondência de Ribeiro Sanches, pois esta envolvia não somente a circulação de ideias entre ele e o seu interlocutor, mas também a circulação destas para o Brasil. Além disso, nos serve como exemplo para entendermos como o conhecimento pôde circular dentro e fora do Império, e nos abre uma via de interpretação dos jogos de poder que cingiam a produção de conhecimento e a circulação e validação deste nos meios científicos e políticos do Império Português³⁸⁵.

Para iniciar o enredo em torno do manuscrito de Ribeiro Sanches, que tratou sobre as potencialidades naturais do Brasil, vou envolver alguns intelectuais portugueses do início e final do século XX. Tais indivíduos fizeram pesquisas em moldes positivistas, onde toda a vida e obra de um determinado autor era exaustivamente estudada e compilada em grandes e volumosos trabalhos. Neste contexto, é possível notar que a circulação de textos entre Ribeiro Sanches e seus interlocutores foi intensa. Também notamos que as relações hierárquicas que metodizavam esta circulação de conhecimentos estavam baseadas em conexões entre a ciência e o poder.

Maximiano Lemos (1860-1923), médico e docente da cadeira de História da Medicina na Universidade do Porto, em sua obra *Ribeiro Sanches: a sua vida e a sua obra*, de 1911, afirmou que o médico havia escrito e enviado para D. Vicente de

³⁸³ Boa parte destes textos encontram-se microfilmados e disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional de Portugal. Outros já estão publicados. E a grande maioria foi listada e analisada por Maximiano Lemos.

³⁸⁴ LEMOS, 1911.

³⁸⁵ CONCEIÇÃO, 2017; CONCEIÇÃO, 2018c; CONCEIÇÃO, 2019.

Sousa Coutinho (1726-1792)³⁸⁶, no ano de 1763, 25 páginas manuscritas sobre as colônias. Segundo ele:

*A colocação em Paris de D. Vicente de Sousa Coutinho como nosso ministro teve uma feliz influência sobre a vida do nosso ilustre compatriota. Pouco tempo depois de sua chegada, Sanches dirigiu-lhe um manuscrito sobre as colônias, que Innocencio conseguiu ver, mas cujo paradeiro não pudemos averiguar. A seu respeito encontramos esta nota entre os papeis do medico portuguez: Diz Sanches: Disto escrevi 25 folhas de papel para o Sr. Dom Vicente de Sousa Coutinho no anno de 1763: queira Deus que valha alguma coisa para o serviço da humanidade e de Portugal*³⁸⁷.

Outro indivíduo que escreveu sobre Ribeiro Sanches, foi o renomado professor de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Victor de Sá (1921-2004). Em 1980, em sua obra intitulada *Ribeiro Sanches: dificuldades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos*, afirmou que o médico português havia escrito um texto, em 1763, intitulado *Discursos sobre as Colônias, sobre a América portuguesa e sobre a Agricultura*. Victor de Sá ainda acrescentou que: «A respeito deste manuscrito, que Innocêncio descreve no Dicionário Bibliográfico Portuguez, afirmava Maximiano Lemos desconhecer-se o seu paradeiro, situação que ainda hoje perdura»³⁸⁸.

Innocêncio Francisco da Silva (1810-1876), importante bibliógrafo, membro da Academia das Ciências de Lisboa, e autor do *Diccionario Bibliographico Portuguez*³⁸⁹, incluiu Ribeiro Sanches em seu *Diccionario*, juntamente com uma extensa lista de suas obras, muitas conhecidas já naquele período, outras até então inéditas.

Innocêncio fez menção aos tais papéis escritos por Ribeiro Sanches sobre o Brasil, dizendo:

*A segunda obra é um trabalho económico-político, e de notável importância para aquele tempo, acerca da América Portuguesa, empreendido e concluído em 1763, a instancia do ministro Conde de Oeiras, depois Marquês do Pombal, que, como se sabe, tinha em grande consideração a ciência e conhecimentos do doutor Sanches, e não se declinava de consulta-lo com frequência sobre negócios de variado interesse público*³⁹⁰.

³⁸⁶ D. Vicente de Sousa Coutinho foi um importante e influente embaixador português em Paris.

³⁸⁷ LEMOS, 1911: 176, destaque nosso.

³⁸⁸ SÁ, ed., 1980: 146.

³⁸⁹ Uma obra monumental, por vezes referida apenas por *Dicionário de Inocêncio*, é constituída por 23 volumes. O intuito do *Diccionario* era dar continuação à *Bibliotheca Lusitana* (elaborada por Diogo Barbosa Machado e publicada entre 1741 e 1758). O objetivo era catalogar e sistematizar obras, textos e cartas de autores portugueses.

³⁹⁰ SILVA, 1867.

Innocência ainda nos dá mais informações, de entre as quais a transcrição de uma parte da carta de Ribeiro Sanches:

Existe, pois, o borrão original, e quanto é de supor autographo, que assim o denunciam a assinatura do autor, e as emendas e entrelinhas que aparecem em quase todas as folhas, sendo aliás escripto em character mui elegível, que de certo não envergonharia os bons amanuenses daquele tempo. Não tem frontispício, rosto, ou titulo especial, e começa por uma carta dirigida ao ministro, da qual me pareceu conveniente deixar aqui registros ao menos os primeiros períodos³⁹¹.

Innocência transcreveu a introdução do manuscrito, onde Ribeiro Sanches descreveu porquê havia planejado e escrito um trabalho sobre as colônias. Ele disse que: «Esta carta é datada de Paris a... de Outubro de 1763, Occupa as folhas 1 a 3», e assim iniciou a transcrição:

Illmo. E exmo. Sr. — O amor que conservo para a pátria, e o desejo de servir e agradar a v. ex^a., me incitaram prometer-lhe que escreveria sobre a agricultura, sobre o commercio, e sobre a população da America portuguesa. Comecei logo a dispor o que tinha apontado pela leitura nesta matéria, a combinar as differencas que se acham entre as nossas colónias, e as das mais nações; comecei a comparar as diferentes constituições do governo politico de França, Inglaterra e Hollanda com a nossa: e então é que me apercebi da dificuldade de executar o que na verdade prometti com facilidade. E largaria totalmente de parte todos os materiaes que tenho prompts, se não esperasse que v. ex^a. me animasse e me dirigisse no que por fim determino escrever. Pedindo-lhe perdão, exmo. Sr., do estylo rasteiro em que escreverei, da desordem da composição, e do ténue e limitado discurso nas consequências que tirarei. Tenho tudo contra mim; achaques, idade, uma frialdade de favor e de proteção (que desanimaria ao mais intrépido zoloso e amante do bem comum) que peço a v- ex^a. considerar são obstáculos mais que bastantes para deprimir o mais elevado ingenho em qualquer produção litteraria. O único esforço que me fica é somente aquella tão benigna e tão agradável proteção que v. ex^a. me concede: e que se o meu animo descahir no que tenho ideiado, que se fortificará facilmente, se experimentar que v. ex^a. quizer ler este papel, notar e borrar tudo o que não for da dua aprovação. E ficarei bastante recompensado se souber e me aperceber que este meu trabalho não será totalmente inútil. Como auguro a v. ex^a. para o bem da pátria os maiores aumentos, quero já de antemão poupar-lhe aquelle tempo que consumiria em ler e notar os autores que tenho lido, e leio ainda para compor estes tão mal ordenados discursos. Porque não chega a tanto a minha vaidade

³⁹¹ SILVA, 1867.

[sic] *que o que sahir da minha pena será jamais approved, se o amor e desejo de proteger-me não tiver a maior parte nos sufrágios a meu favor, etc. R.S.*³⁹².

É possível escrever muito mais sobre todo este enredo, e as hipóteses sobre o porquê tal manuscrito ter se perdido. Poderia buscar nestas personagens que se dedicaram aos estudos dos textos escritos por Ribeiro Sanches, muitos mais elementos. Estes são suficientes para apresentar o manuscrito inédito escrito por Ribeiro Sanches e que se encontrava, de acordo com os autores acima citados, desaparecido³⁹³.

Localizado na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Portugal, sem assinatura ou nomeação de destinatário, catalogado como sendo de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, militar baiano que escreveu diversos trabalhos sobre a natureza brasileira na segunda metade do século XVIII (sobre o qual trataremos pormenorizadamente ao longo do livro), encontra-se o manuscrito intitulado: *Apontamentos para descobrir na America Portuguesa a quellas produçoens naturaes que podem enriquecer a Medecina, e o Commercio*³⁹⁴.

Fazendo uma leitura rápida, na folha 6, há uma clara indicação da autoria do manuscrito:

«Instruções e qualidades dos que havião de indagar as produções das terras de Ultramar». Já nas Cartas que escrevi sobre a Educação da Mocidade, como também no Methodo para aprender e ensinar a Medicina, mostrei evidentemente,

³⁹² SILVA, 1867.

³⁹³ Innocência ainda continuou com a descrição do manuscrito que pôde ler: «Seguem-se as folhas 4: Introdução aos discursos sobre a America portuguesa e finda na folha 12 verso. — As folhas 13: Discurso 1º sobre as colónias. — A folhas 21: Discurso 2º da colónia da America portuguesa. (Acha-se infelizmente mutilado o volume, faltando-lhe as folhas de 28 a 72, em que se compreendiam os discursos 3º, 4º, 5º e parte do 6º versando este ultimo sobre a Agricultura. — As folhas 82: Discurso 7º sobre a cultura e commercio do assucar. — As folhas 90: Discurso 8º sobre a planta tabaco, das suas preparações e do seu commercio. E a folha 103 começa uma serie de §§ sem ordem de numeração, mas com os títulos seguintes: — Dos eclesiásticos que habitariam nos domínios de ultramar portuguez. As folhas 106: Propõe-se o estado ecclesiastico nos domínios de ultramar portuguez. A folhas 112: Digressão sobre o governo politico do Paraguay pelos padres da Companhia de Jesus. As folhas 116: Governo ecclesiastico do Brasil, bispos e curas. As folhas 122: Conclusão. — E finalmente, termina a folhas 124 com uma espécie de peroração, que aos leitores que nisso interessarem não desagradará verem aqui transcripta. (Innocencio), Diz assim: "Aqui tem v. exª. O que pude até agora escrever sobre a America. Peço-lhe perdão mui humildemente, se não estiver este leve trabalho digno de sua atenção, e não merecer também ocupar nelle alguns momentos. Bem conheço nelle os defeitos que me foi impossivel evital-os. Achaques, dores, fraqueza são as consequências de uma idade passada com tristeza, trabalhos, e infinitos males, para que fui parece mais nascido, do que para conhecer os homens e conversal-os. Não citei autores, quando citei os costumes e as leis das nações de que falo, porque sei são conhecidos a v. exª. Eu já tive a honra de lhe representar que somente tomava este leve trabalho, para que fosse signal, ainda que tosco, do muito que lhe devo, como fo mui alto conceito que concebi das suas excelentes virtudes, trazendo-lhe à memoria aquelles objetos que v. exª. um dia poderá ser estabelecerá e formará tão felizmente, como os desejo ver, ou pelos vindouros, para utilidade e summa gloria de uma terra, que tanto toma v. exª., senhor, mil vezes de ocupar tão desagradavelmente o seu tempo; e também que viva persuadido que fico com o maior respeito para obedecer a jamais a v.exª, cuja mui illustre pessoas guarde Deus muitos annos. — Dezembro 3 de 1763" R.S.».

³⁹⁴ SANCHES, 1763; CONCEIÇÃO, 2017: 519-533.

*me parece, que jamais se introduziu em Portugal a Sciencia da Physica Geral, e Particular, se não pelos Portuguezes que viessem aprender estas sciencias nos Reinos que florescem hoje, e que desse mofo o ordenarão os Reios D. João 2º, D. Manoel, e D- João 3º. Sabemos que em Portugal não se conhece hum Jardim de Botanica, nem hum Repositório da História Natural, nem na Corte, nem na Universidade. Logo he impossível, que haja Medico algum ou qualquer homem de letras portugueses, que não saísse do Reino, que tenha a mínima instrução nestas sciencias*³⁹⁵.

É evidente que o texto anônimo foi escrito por Ribeiro Sanches, e que se trata de um dos manuscritos citados por Maximiano Lemos em 1911, Victor de Sá em 1980 ou por Innocêncio Francisco da Silva em 1876³⁹⁶. O que não consigo dizer é se o manuscrito depositado na Biblioteca Nacional, é o que foi endereçado a D. Vicente de Sousa Coutinho ou ao Marquês de Pombal. O que de fato é possível aferir, é que este manuscrito é um dos que foi escrito por Ribeiro Sanches sobre as colônias, e neste caso com ênfase no Brasil. Além disso, sabemos agora que Ribeiro Sanches não escreveu apenas um, mas pelo menos dois textos sobre o mesmo tema e endereçou a agentes diferentes, em territórios diferentes e com funções de confiança no âmbito do Estado português. O conteúdo presente nas páginas manuscritas deixa claro o objetivo de Ribeiro Sanches que, por se tratar de um texto com caráter político-científico, se propunha discutir as políticas do Estado sobre o reconhecimento e exploração dos recursos naturais coloniais.

Já nas obras anteriores a este manuscrito de 1763, o médico português tratou da importância da História Natural para o Reino português, e da importância de se ensinar Botânica nas escolas médicas. A crítica e a apresentação de uma proposta direcionada a esse aspecto já estava presente nos textos de Ribeiro Sanches, contudo, não estava diretamente relacionado com o território brasileiro³⁹⁷.

4.2. APONTAMENTOS PARA DESCOBRIR NA AMERICA PORTUGUEZA A QUELLAS PRODUCÇOENS NATURAE S QUE PODEM ENRIQUECER A MEDECINA, E O COMMERCIO: UM MANUSCRITO SOBRE AS COLÓNIAS DE ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES

O cenário político-científico em Portugal nesse período estava totalmente voltado para a construção de bases que pudessem organizar a ciência no país, de acordo com o pensamento iluminista. A classe letrada criticava a Coroa e apresentava pos-

³⁹⁵ SANCHES, 1763: fl. 6, destaque nosso. A numeração está de acordo com a que foi feita, à lápis, pelos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal.

³⁹⁶ CONCEIÇÃO, 2017; CONCEIÇÃO, 2018c; CONCEIÇÃO, 2019.

³⁹⁷ CARVALHO, 1987: 30-35.

síveis soluções para o enriquecimento intelectual do país. Seguindo esta dinâmica, o manuscrito de Ribeiro Sanches, que está dividido em quatro partes: *Introdução; Alguns meios para descobrir as produções do Brazil e para virem no conhecimento dos Medicos e dos Mercadores Portuguezes; Instruções e qualidades dos que havião de indagar as produções das terras de Ultramar; e Obrigação destes Botanicos na indagação da História Natural das Conquistas e Colonias Portuguezas.*

No texto, o autor expõe alguns dos pontos que foram adotados pelo Marquês de Pombal em suas reformas, não apenas na Universidade, mas nas políticas de Estado, como por exemplo o incentivo à averiguação e implantação de culturas agrícolas, assim como a verificação de plantas nativas das colónias que pudessem servir para a Medicina.

Ainda na introdução, ele afirmou que:

*Se a America Portugueza estivesse estabelecida desde a sua primeira origem na agricultura ununiversal e no commercio, teríamos hoje muitos conhecimentos das suas procucções que totalmente ignoramos. Parece que até agora não se avaliou aquelle domínio se não para dominar os gentios, e tirar ouro das suas minas; não considerando por riqueza aquella que provem da agricultura*³⁹⁸.

Neste contexto, segundo Ermelinda Pataca³⁹⁹, uma das instruções de Vandelli enquanto coordenador das Viagens Filosóficas na Universidade de Coimbra pós-reforma, foi o levantamento de dados pelos naturalistas, no que diz respeito à constituição química dos solos propícios para o cultivo de vegetais. Um incentivo claro à agricultura nos espaços coloniais. A autora também citou Ribeiro Sanches, e evidenciou a preocupação do médico em relação a este tema, no trabalho, também de 1763, *Metodo para Aprender e Estudar a Medicina...* Pataca ressaltou a crítica de Ribeiro Sanches em relação às políticas de fomento a respeito dos estreitamentos de relações entre a Metrópole e suas colónias no ultramar. Ribeiro Sanches já havia sugerido no *Metodo para Aprender e Estudar a Medicina...*, que a Coroa deveria focar as energias em reconhecer, nas colónias, as matérias naturais que pudessem servir não somente para a agricultura e comércio, mas também para a prática da Medicina⁴⁰⁰, argumento este que é reforçado nos *Apontamentos* de 1763⁴⁰¹.

Estes argumentos críticos à Coroa feitas por agentes como Ribeiro Sanches, e os demais denominados de *estrangeirados*, foram basilares para uma significativa parcela da historiografia recente que analisou este tema, construindo-se, assim, a ideia de

³⁹⁸ SANCHES, 1763: fl. 4.

³⁹⁹ PATACA, 2006: 30-32.

⁴⁰⁰ SANCHES, 1763.

⁴⁰¹ CONCEIÇÃO, 2019.

que havia um atraso intelectual em Portugal. Ora, é preciso haver um filtro quando analisamos estas críticas, pois estes agentes estavam inseridos em um contexto específico, e buscavam, através de seus textos, chamar atenção para seu próprio trabalho e ideias, na tentativa de validar o conhecimento que estavam produzindo. Como veremos nos próximos capítulos, o número de trabalhos e a qualidade da produção científica na segunda metade do século XVIII, não comprova a ideia de um atraso intelectual, ou até mesmo dos estudos de reconhecimento das potencialidades naturais da colônia. Que de fato houve uma má utilização dos recursos naturais coloniais, pode ser verdade, mas não são fatores fundamentais que possam confirmar a ideia de uma sociedade científica atrasada, seja na Metrópole ou na colônia.

Além deste manuscrito, sabe-se que houve circulação de cartas entre Ribeiro Sanches e Sebastião José de Carvalho e Melo. Para Júnia Ferreira Furtado, o conteúdo destas cartas é, de certa forma, uma incógnita⁴⁰², mas é notável o fato de que o Marquês de Pombal recorreu a Ribeiro Sanches na altura em que estava promovendo as reformas pombalinas, ainda que não tenha adotado todas as propostas feitas pelo médico. Nos *Apontamentos* de 1763, é possível perceber muitas das ideias adotadas pela Coroa portuguesa em relação ao ensino e à averiguação das potencialidades naturais das colônias, trazendo assim alguns fragmentos de informações dos possíveis conteúdos discutidos por ambos, em cartas.

Neste contexto, Ribeiro Sanches não somente apresentou o que para ele seriam as atitudes corretas da Coroa em relação às colônias, como também fez críticas contundentes à Universidade de Coimbra e ao ensino de Medicina:

*Aquelle dinheiro que dispende a Universidade de Coimbra com trinta Estudantes de Medecina cada hum com 40 annos, podia empregar-se com maior utilidade do Estado na educação dos Estudantes que proponho, que na daqueles médicos dos quaes não necessita hoje o serviço real*⁴⁰³.

Em uma outra passagem de sua carta, ele discursou sobre os benefícios de se conhecer a terra, e as possibilidades variadas de produções que dela poderiam ser extraídos, e afirmou que o Rei, por si só, não seria capaz de averiguar, conhecer e trabalhar nessa questão, e precisaria de um grupo de profissionais com conhecimentos específicos que pudessem fazer o trabalho:

Mas um Rei ainda que esteja animado daquêle animo creador, imitando sempre a Omnibenificencia do Altissimo de quem he imagem na terra, não pode por

⁴⁰² FURTADO, 2012.

⁴⁰³ SANCHES, 1763: fl. 6v.

si só ver tudo, examinar tudo, e ordenar tudo. He necessário usar de Geographos, de Medidores de terras, de homens instruídos na História Natural, na Chimica, na Metallurgia para que depusessem estes conhecimentos adquiridos pelo seu trabalho, no Archivo do Tribunal Economico do Estado, para dalli sair as ordens executivas, que satisfizessem a sua destinação. Se semelhante tribunal estivesse estabelecido no Reino, se as rendas que tem, e que podia ter, fossem fundadas unicamente no trabalho, e na indústria, já os seus domínios de Ultramar, ainda que dilatadíssimas, estarião examinadas pelo menos na superfície⁴⁰⁴.

Para Ribeiro Sanches, o ambiente natural colonial deveria ser avaliado no sentido de se conhecer o que de melhor poderia ser extraído e cultivado. Conhecer o ambiente natural do Brasil, era, para além das questões estratégicas de demarcação territorial, de comércio e controle, uma maneira de obter o maior número possível de conhecimentos sobre Filosofia Natural e Medicina, principalmente.

Em linhas gerais, o texto de Sanches dissertou sobre as vantagens dos conhecimentos em História Natural para a economia, agricultura e ciência. Para isso, exemplificou, a partir da análise de outros países como Inglaterra, Holanda e Espanha, como estes países puderam enriquecer seu comércio e sua ciência através de estudos filosófico-naturais de suas colônias:

Bem me apercebo que me faltam forças, engenho e notícias individuais daquele continente para conseguir tudo o que tenho pensado nesta matéria. Estas dificuldades me determinaram a escrever por tratados separados tudo o que tenho sobre a América. E para tentar as minhas forças, quis neste primeiro, tratar de que modo se deviam buscar os remédios, as especiarias, e outras produções, para aumentar as artes mecânicas, que estão já conhecidas pelos Castellanos, Ingleses, e Holandeses, tanto nos seus domínios na América como na Índia Oriental, e na África. E também de que modo se podiam descobrir outras muitas produções ignoradas até agora na Medicina e no Comércio⁴⁰⁵.

Este mesmo argumento também foi utilizado por Domingos Vandelli em uma carta ao Marquês de Angeja⁴⁰⁶, alguns anos mais tarde, em 1777, onde exaltou o sucesso das Expedições Filosóficas realizadas por outros países e a valorização dada por estes aos estudos filosófico-naturais de suas possessões ultramarinas:

⁴⁰⁴ SANCHES, 1763.

⁴⁰⁵ SANCHES, 1763: fl. 1.

⁴⁰⁶ KURY, 2008.

*Esta utilidade a tem sentido as mais nações, mandando, nestas e noutras ocasiões, em companhia de matemáticos, naturalistas inteligentes. Assim o tem praticado a Czarina de Moscóvia, os franceses, ingleses e dinamarqueses, que sabem tirar das ciências naturais todo o proveito que são capazes de produzir*⁴⁰⁷.

Esta preocupação de equivalências em relação aos demais centros europeus permeou boa parte das discussões e do pensamento filosófico no cenário político e científico português ao longo do século XVIII, mas principalmente na segunda metade do século, quando se intensificaram as iniciativas para se implementar uma metódica averiguação dos recursos naturais das colônias, baseadas na ideia de uma organizada exploração destes recursos, a partir dos estudos filosóficos. Do ponto de vista metodológico, Ribeiro Sanches, e outros agentes, como Vandelli, usaram deste argumento para construir seus discursos.

Na sequência do manuscrito de Ribeiro Sanches, nos subcapítulos *Alguns meios para descobrir as produções do Brazil e para virem no conhecimento dos Medicos e dos Mercadores Portuguezes*⁴⁰⁸ e *Obrigações destes Botânicos na indagação da História Natural das Conquistas e Colonias Portuguezas*⁴⁰⁹, ele manteve sua vertente crítica ao Estado português em relação ao conhecimento da História Natural das colônias e a utilização destes recursos para a Medicina e para o comércio. Para ele, as ciências da natureza, e o ensino e prática da Medicina, deveriam ser confluentes, afirmando que a Botânica era uma matéria necessária no trabalho de reconhecimento das potencialidades naturais das colônias, e que os médicos deveriam ser instruídos sobre os usos e aplicações das plantas e minerais na Medicina.

Na sequência de seus argumentos para que Reino português pudesse ter maior aproveitamento econômico e científico de seus territórios coloniais, em especial o Brasil, Sanches discursou sobre a importância do ensino superior e da reforma proposta por ele em relação à Universidade de Coimbra, ressaltando que deveria haver maior intercâmbio dos intelectuais portugueses entre os centros do norte da Europa, evidenciando que a circulação de agentes era de suma importância para a construção do conhecimento:

Se uma vez se assentar por cousa certa, que necessita o Estado conhecer as produções dos seus domínios, e tirar delas toda a utilidade possível, ninguém duvidará que lhe são necessários homens instruídos, mas ainda na economia dos Estados. Buscará logo o Estado homens dotados destes conhecimentos, e emprega-los na indagação que propomos. Já mandando cinco ou seis estudantes de Medicina

⁴⁰⁷ KURY, 2008.

⁴⁰⁸ SANCHES, 1763: fl. 4v.

⁴⁰⁹ SANCHES, 1763: fl. 7v.

*de idade de dezoito até vinte anos, dotados de gênio, e engenho, são e robustos, capazes de trabalho corporal e de ânimo (o ofício de Boticário e de Naturalista, ou como nós dizemos, de Herbolário, é para caminhar por montes e serras exposto a todos os temporais e a muitos perigos) a aprender a Botânica, e a História Natural em primeiro lugar; e em segundo, aquela Astronomia prática do fazer uma Carta Geográfica, tomar as alturas, marcar as longitudes, conhecimentos necessários no exercício da História Natural nos Climas e nas terras ignoradas, ou pouco conhecidas*⁴¹⁰.

Por se tratar de um texto escrito em 1763, momento em que políticas de Estado marcadas pelos ideais do Marquês de Pombal estavam sendo implementadas, principalmente no que concerne às reformas educacionais, percebemos que a discussão de Ribeiro Sanches, suas críticas e seus apontamentos para as possíveis tomadas de medidas para que houvesse maior reconhecimento do Mundo Natural do Brasil, se encaixam perfeitamente no contexto do período, e iam de encontro ao pensamento de outros intelectuais, como no caso de Luís António Verney (1713-1792); João Jacinto de Magalhães (1722-1790); Teodoro de Almeida (1722-1804); Manuel do Cenáculo (1724-1814); José Monteiro da Rocha (1734-1819)⁴¹¹.

De fato, ao longo de toda a segunda metade do século XVIII, podemos notar nos mais variados documentos, escritos por diversos agentes, críticas muito similares às de Ribeiro Sanches (1763). Por exemplo, anos depois, em um texto sobre a Botânica escrito pelo também médico Manoel Joaquim de Souza Ferraz⁴¹², em 1792, ele expôs sua crítica, e falou sobre a necessidade de o Estado português conhecer melhor as potencialidades naturais do Brasil.

Ferraz disse que:

Se as muitas forças igualmente o meo desejo ardente de que o amor desta sciencia se excite e se propague entre a mocidade Portugueza ou seja o primeiro a facilitar-lhe o caminho e os meios de instrução; porem esto he hum grande empresa e só pertencerá a hum poderoso braço-tal como o do estado; só ele pode fomentar os progressos da Botanica, permiando aquelles que ahi se applicação e se distinguem: fornecendo-lhes os meios necessários para viajarem e fazerem descobertas que serão uteis a toda a sociedade [...] Tudo ahí está coberto do espeço veo da ignorância, e só a Portugal pertence a glória de o rasgar; para quando pois

⁴¹⁰ SANCHES, 1763: fl. 6v.

⁴¹¹ CARNEIRO & SIMÕES, 2000.

⁴¹² Darei maior ênfase à figura de Manoel Joaquim de Souza Ferraz e sua obra no Capítulo 4.4. Brasileiro, formado em Medicina em Montpellier, foi sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, exerceu Medicina na cidade do Porto por quatro anos antes de seu regresso ao Brasil em 1795. Trabalhou em Minas Gerais no vice-reinado do Conde de Resende e posteriormente foi para o Rio de Janeiro.

*difere ele esta importante operação, que toda a republica dos sábios da Europa espera com impaciência? Quanto não seria então aumentada a historia natural e a matéria Medica*⁴¹³?

Notamos que mesmo com uma diferença de vinte e nove anos entre os textos de Ribeiro Sanches e Ferraz, a preocupação que permeava o ideário dos intelectuais portugueses, permanecia relativamente a mesma. A situação político-científica de Portugal e suas colônias, e as mudanças que se iniciaram em 1750 e culminaram com as políticas implementadas por D. Maria I, incentivavam a intelectualidade portuguesa a escrever sobre temas relacionados com a ciência e o reconhecimento das potencialidades naturais de suas colônias. E este cenário perdurou até inícios do século XIX. As políticas de incentivo à produção de conhecimento e as críticas feitas pela intelectualidade portuguesa, estivesse ela em Portugal ou no estrangeiro, devem ser tomadas como norte para entendermos as preocupações e as necessidades urgentes, relativas a ciência. No entanto, este não deve ser um baluarte para definirmos o nível qualitativo da ciência daquele período.

4.3. REDES DE CONTATO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO ENTRE PORTUGAL E BRASIL

Salvo os aspectos relativos ao discurso de Ribeiro Sanches sobre a necessidade de implementar políticas mais incisivas para os estudos filosófico-naturais no Brasil, ainda é possível lançar outras vias de análise, não apenas para o manuscrito em si, mas para toda uma complexa rede de circulação de conhecimentos e agentes que envolveu o texto e o pensamento de Ribeiro Sanches sobre o Brasil e suas potencialidades naturais, e que podem servir de exemplo para o contexto daquele período, que foi, na perspectiva que procuro adotar, marcado por uma intensa circulação de conhecimentos, baseada, em grande medida, na relação entre ciência e poder.

Como já foi exposto, os agentes produtores de conhecimento científico, ao longo de século XVIII, tinham como via para fazer circular as suas ideias, a troca de correspondência entre um extenso número de indivíduos que constituíam uma complexa rede de contatos, informal e auto-organizada⁴¹⁴. Esse fenômeno de circulação de trabalhos, que era constituído quantitativamente por textos manuscritos, aconteceu em todo o Império Português. Ribeiro Sanches era um agente ativo — escrevia muito e tinha uma vasta rede de contatos. Podemos dizer que, para ele, era evidente que se escrevesse para D. Vicente de Sousa Coutinho e para o Marquês de Pombal, poderia ter suas ideias mais facilmente aceitas e assimiladas pela comunidade científica,

⁴¹³ FERRAZ, 1792: fl. 273, destaque nosso.

⁴¹⁴ CONCEIÇÃO, 2018c; CONCEIÇÃO 2019; FURTADO, 2012.

validando, desta forma, o seu trabalho. Este é um cenário onde os jogos de poder estavam inseridos em uma sociedade de corte, onde a posição social, assim como suas relações interpessoais e políticas, eram fundamentais para que o seu trabalho fosse aceito, reconhecido e validado⁴¹⁵.

As redes de contatos de Ribeiro Sanches ultrapassaram os limites da França e Portugal, e chegaram até ao Brasil através de uma outra carta escrita por ele, e endereçada a seu sobrinho que vivia no Brasil — o médico José Henriques Ferreira⁴¹⁶. Argumentos coincidentes aos dos *Apontamentos* de 1763 podem ser notados nesta carta, que possivelmente foi escrita em 1788.

Tal carta foi transcrita e levada a público pelo próprio José Henriques Ferreira, em seu trabalho sobre a cochonilha, em 1788. Neste trabalho, ele afirmou que:

[...] também escreveu para aqui alguns capítulos de huma carta que me escreveu de Paris o Doutor Antonio Ribeiro Sanches em resposta de outra em que eu lhe participava ano 8^a da Academia; que tinha aqui procurado estabelecer e de outras matérias e produções deste País⁴¹⁷.

Neste trabalho, o sobrinho de Ribeiro Sanches, além de tratar das questões específicas relativas ao cultivo, utilização e comércio da cochonilha (como já foi analisado nos capítulos anteriores), fez críticas relacionadas à situação da averiguação das potencialidades naturais do Brasil, da transposição e plantio de espécies de plantas que pudessem ser úteis para a agricultura, e transcreveu um longo trecho da carta enviada pelo tio, onde Ribeiro Sanches deixou transparecer, mais uma vez, suas críticas e ideias para que a Coroa soubesse reconhecer e utilizar os recursos naturais de sua colônia⁴¹⁸.

Na transcrição de parte da carta que recebeu do tio, nota-se que Ribeiro Sanches reclamou da falta de droguistas e de uma melhor organização sobre os produtos naturais importantes para a Medicina. Ele disse que:

Não há em Lisboa o droguista Real que propus a suma com seu correspondente assalariado para procurar estes produtos naturaes e mandar-los com a sua descrição e para que servem e que usos se faz delles pelos nativos da terra: este mesmo correspondente com ordem de procurar dos naturaes de que remédios uzão para

⁴¹⁵ BIAGIOLI, 2003.

⁴¹⁶ José Henriques Ferreira foi um importante intelectual em território brasileiro. Foi médico do vice-rei Marquês de Lavradio. Acumulou funções como médico do Hospital Real, e participou ativamente na fundação da Academia Científica ou Academia de Medicina e História Natural do Rio de Janeiro, em 1772.

⁴¹⁷ FERREIRA, [s.d.]: 342. O texto foi transcrito a partir do manuscrito original depositado na Academia das Ciências de Lisboa (*Memorias de Fizica e Economicas que não Tiveram Lugar nas Coleçoens da Academia*).

⁴¹⁸ FERREIRA, [s.d.].

*curar as suas queixas, fendas, fraturas, gálicas, cancaros. Sem fazer avanços, e sem gastos jamais haverá nem sciencias, nem artes, nem comercio, nem estado Civil*⁴¹⁹.

Importa notar que esta transferência de discurso e circulação de saberes entre Ribeiro Sanches e seu sobrinho amplia ainda mais a ideia de que o conhecimento produzido, seja na Europa ou nos espaços coloniais, não ficou restrito a um pequeno número de agentes. Os argumentos de Ribeiro Sanches circularam em, pelo menos, três vias distintas — D. Vicente de Sousa Coutinho, o Marquês de Pombal e José Henriques Ferreira. Isto sem contarmos que existe uma possibilidade notável de que D. Luís da Cunha também possa ter tido acesso aos papéis escritos por Ribeiro Sanches sobre as potencialidades naturais do Brasil. Afinal, a conexão do médico com o embaixador foi próxima e ativa.

Neste período, a existência de complexas redes de contatos e trocas de correspondência e trabalhos, entre os mais variados agentes, gerou um extenso volume de textos científicos, e críticos, a respeito da História Natural do Brasil. As ideias, as críticas e o conhecimento circulavam para além das fronteiras entre a Metrópole e a colônia. A prova é que Ribeiro Sanches, que nunca voltou a Portugal e tão pouco esteve no Brasil, referiu no texto de 1763, e voltou a citar na carta enviada ao sobrinho, por exemplo, alguns produtos naturais, suas qualidades e meios de produção, como a *Quina*, a *Ipecacuanha* e o *óleo de Copaíba*⁴²⁰. Este tipo de informação chegou até ele através de trabalhos escritos por outros agentes, o que demonstra que o conhecimento a respeito do ambiente natural brasileiro circulava de maneira ampla no século XVIII.

Na figura 3, é possível notar através da análise das conexões entre Ribeiro Sanches e os agentes envolvidos em sua troca de correspondência, sobre as potencialidades naturais do Brasil, a circulação de conhecimento a partir da rede de contatos estabelecido entre eles.

A circulação de ideias era fundamental para que a ciência pudesse se desenvolver, se recodificar e formar bases próprias em cada comunidade científica⁴²¹. No entanto, para isso, as questões políticas tinham que ser ultrapassadas e as relações de poder entre os agentes tinham que ser estabelecidas. A simples produção de conhecimento não era suficiente para se fazer validar. Este conhecimento tinha que ser aceito, e para isso, as barreiras políticas tinham que ser ultrapassadas. No Império Português, esse processo de circulação de conhecimento, que envolvia os jogos de poder, não foi menor que em outras localidades, o que podemos verificar são diferenças marcantes no processo, como por exemplo, a falta de livros impressos, o que não determinou

⁴¹⁹ FERREIRA, [s.d.]: 342.

⁴²⁰ SANCHES, 1763; FERREIRA, [s.d.].

⁴²¹ RAJ, 2010; RAJ, 2013.

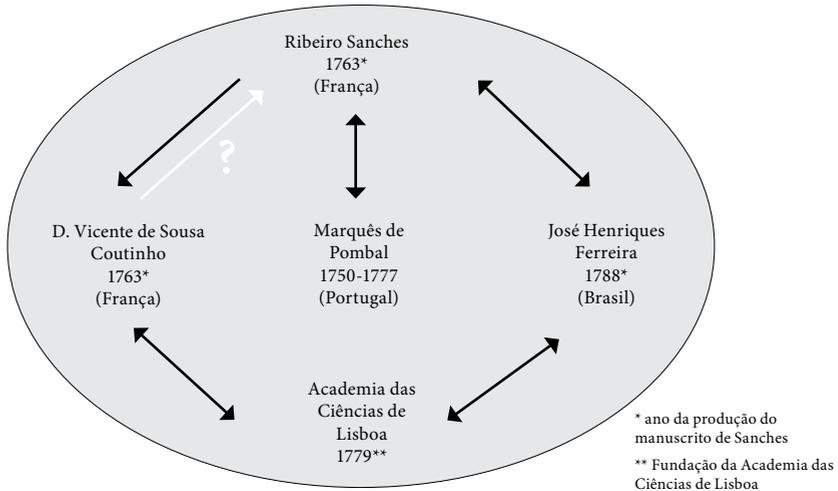


Fig. 3. Conexões e circulação de conhecimento envolvendo Ribeiro Sanches
 Fontes: SANCHES, 1763; FERREIRA, [s.d.]; SILVA, 1867; SÁ, ed., 1980

um menor número de trabalhos, nem tão pouco, um isolamento ou um menor grau de desenvolvimento científico, mas, traduz muito sobre as políticas que envolviam a produção e a divulgação do conhecimento naquele período.

No século XVIII, apesar de ser notório o pequeno número de trabalhos impressos a circular, em relação ao volume de manuscritos, não se pode dizer que isso gerou um aprisionamento de ideias dentro de espaços confinados, ou apenas dentro do Império Português. O conhecimento científico, sobre os mais variados temas, circulava e era validado através dessas redes informais auto-organizadas⁴²² de agentes que estavam, tanto na colônia, em Portugal ou em outras localidades fora do Império. E creio que isso fica claro, quando analisamos um caso como o de Ribeiro Sanches. Como existiam muitos agentes, diplomatas, médicos, intelectuais, inseridos nas colônias e nos centros do norte da Europa, o conhecimento circulava e se difundia através desta complexa rede que envolvia muitos territórios e uma grande diversidade de agentes⁴²³.

A circulação destes indivíduos no ambiente científico europeu e colonial, a circulação de suas ideias, de seus textos, nos abre uma via de análise para a compreensão de como o conhecimento científico era produzido, assimilado e reconfigurado de acordo com as especificidades de cada localidade⁴²⁴. Isso não implica que a análise se torne regional, mas, tentando desprender-se da ideia de que só havia construção de conhecimento científico nos grandes centros. Se fecharmos o cerne da discussão

⁴²² ANTUNES & POLÓNIA, 2016; POLÓNIA & ANTUNES, ed., 2017a; POLÓNIA & ANTUNES, 2017b.

⁴²³ FURTADO, 2012.

⁴²⁴ RAJ, 2010; RAJ, 2013; LIVINGSTONE, 2013.

no ambiente europeu, ou no colonial, excluímos algumas possibilidades de análise e deixamos de lado algumas características singulares do processo de construção do conhecimento científico. No caso de Portugal e do Brasil, isso é evidente. Primeiro, porque a circulação do conhecimento não se dava apenas entre o Reino e a colônia, mas sim em um universo mais amplo, que envolvia muitos agentes e territórios. Se pensarmos no processo como sendo circulatório e não unidirecional, podemos perceber que o conhecimento se difundia de maneira muito mais complexa, e que seus processos de transformação e reconfiguração se davam em vários momentos, em diversos territórios e pelas mãos dos mais variados agentes produtores. Este processo de circulação e reconfiguração de ideias é evidente através da análise do texto de Ribeiro Sanches (1763), e seus interlocutores.

4.4. CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE INSERÇÃO SOCIAL: OS CASOS DE JOSÉ MONTEIRO DE CARVALHO E DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO

Corroborando a ideia de circulação de conhecimento, e as políticas para um melhor conhecimento dos domínios coloniais, tanto para a ciência quanto para o comércio, temos mais alguns exemplos, e mais algumas vias de compreensão que demonstram até que ponto as políticas do Estado e as ideias dos reformistas foram empreendidas. E de que maneira as relações de poder foram influentes neste processo de produção, circulação e validação do conhecimento.

Em relação a isso, temos diversos exemplos no âmbito da produção de conhecimento filosófico-natural das colônias. Um deles, foi o caso de José Monteiro de Carvalho⁴²⁵. Para nossa análise, a obra de 1765 *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes* é relevante para corroborarmos a ideia de que a validação da produção científica dependia de fatores políticos e sociais, em alguns casos, mais do que da própria competência e capacidade intelectual do autor. Monteiro de Carvalho é exemplo de uma classe de produtores de trabalhos sobre a natureza das colônias, que estava inserida e conectada com os contextos políticos do Estado, que necessitava reconhecer e dominar as potencialidades naturais de suas colônias.

Sargento-mor e engenheiro, José Monteiro de Carvalho ficou conhecido pela alcunha de «bota abaixo», depois de sua atuação na reconstrução do centro de Lisboa pós-terremoto de 1755⁴²⁶. Sua atuação como engenheiro-militar foi fundamental durante o período pombalino. Sua obra mais relevante foi o *Plano para a reedificação*

⁴²⁵ Não farei aqui uma análise dos conteúdos de sua obra, mas tratarei de seu trabalho relacionando-o com o ambiente ao qual estava envolvido, e as relações de poder que puderam auxiliar para que o seu *Diccionario* pudesse ser impresso.

⁴²⁶ CARVALHO, 1987.

da cidade, um resultado de seus estudos sobre as praças, ruas e edifícios públicos de Lisboa após o sismo.

Para compor seu *Diccionario*, José Monteiro de Carvalho deixou a sua função como militar e engenheiro, e iniciou uma compilação de espécies de animais e plantas das colônias portuguesas. Esta compilação não foi fruto de suas próprias observações, apesar de algumas espécies europeias poderem ter sido descritas pelo próprio autor, a maioria foi extraída de trabalhos escritos por outros indivíduos, e que chegaram até ele vindos das colônias. Este fato corrobora a ideia de que havia certa circulação destes textos, mesmo que manuscritos, e que o conhecimento sobre as espécies das colônias acabava atingindo um número significativo de agentes, tendo sido utilizado e ressignificado por indivíduos que, muitas vezes, nunca estiveram em contato direto com as espécies que estavam descrevendo.

Dedicado ao «Ill.^{mo} Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios do Reino», o *Diccionario* foi organizado de acordo com o padrão comum para a época, estruturado por ordem alfabética, sem qualquer separação entre as espécies de animais e plantas, e tão pouco organizado de acordo com o local onde poderiam ser encontradas. Somente sobre as espécies brasileiras ele catalogou e descreveu 98, das quais 51 são descrições de plantas, 42 de animais, 1 de mineral e 4 de insetos⁴²⁷ (lista completa — Anexo 8). Suas descrições são curtas e privilegiaram os aspectos físicos das espécies. No prólogo, o autor explicou qual era o seu objetivo com o *Diccionario*, e salientou que não trataria das questões relacionadas à Medicina, por não ser o seu campo de estudo e atuação:

Muitos Autores tem escrito sobre esta maneira, porem em methodo histórico, e em idiomas não vulgares a todos, cujos escritos além de não facilitarem o total conhecimento, não concordão uniformemente na figura, virtudes, e qualidades de cada objecto em particular, razão, por que parece terem escrito por tradição, e não por conhecimento próprio. [...] e para o Supplemento deste Diccionario, que continuamos com laborioso cuidado, exporemos o que formos descobrindo para utilidade da historia natural, desviando-nos sempre da parte, que toca á Medicina, que não he a nossa profissão, só sim conhecer verdadeiramente a figura, virtudes, e propriedades das plantas, e mais cousas, de que tratamos, segundo a noticia dos Autores, que melhor tratarão desta matéria, e a experiência dos habitadores das terras, por onde temos andado⁴²⁸.

⁴²⁷ A lista completa pode ser consultada nos anexos deste livro — Anexo 8.

⁴²⁸ CARVALHO, 1765.

O autor apresentou, também nas primeiras páginas, os pedidos e licenças que foram dadas para que seu trabalho pudesse ser impresso: «Licenças do Santo Officio, pelo Fr. Pedro da Conceição Cafeaes; Do Ordinario, Censura do Reverendo Diogo Barbosa Machado; Do Paço, censura do M. R. P. M. Francisco José da Congregação do Oratório», fechando, assim, o ciclo recorrente para que um trabalho pudesse ser validado e impresso.

O caso do *Diccionario* de Monteiro de Carvalho é exemplo singular deste processo de produção científica. O período em que foi produzido e impresso diz muito sobre sua importância neste cenário político. Em 1765, as políticas de incentivo às averiguações das potencialidades naturais estavam sendo construídas. Foi neste mesmo período, por exemplo, que Ribeiro Sanches escreveu o documento sobre as colónias (1763).

O historial do *Diccionario* de José Monteiro de Carvalho é ainda útil para corroborar a ideia de que, mesmo sem estarem impressos, os textos acabavam por circular. Como já foi dito, o *Diccionario* foi quase todo produzido a partir de descrições feitas por outros indivíduos, e esses conteúdos, provavelmente foram escritos a partir de observações empíricas em território colonial e depois enviados para a Metrópole. Esse tipo de trabalho, que apenas descrevia as espécies em listagem corridas, também foi muito comum na segunda metade do século XVIII. Não é possível dizer quais foram os manuscritos utilizados por José Monteiro de Carvalho para formar o seu *Diccionario*, mas é muito provável que ele tenha utilizado textos que nunca chegaram a se tornar públicos como o: *Breve Notícia Das principaes aves que ha em o estado do Brezil* [...]; *Breve Notícia Dos Principaes Animaes que se criam em o estado do Brezil* [...]; *Breve Notícia Das Principaes Arvores de Fruto do estado do Brasil*⁴²⁹, de autoria anônima⁴³⁰ e sem data. Este manuscrito, que está depositado na Academia das Ciências de Lisboa, é composto por uma extensa listagem de descrições de animais muito similares, em estilo, às que foram colhidas e publicadas por José Monteiro de Carvalho.

Para além de uma análise dos conteúdos de seu *Diccionario*, o que interessa aqui é perceber o processo de aceitação do trabalho e as prováveis relações que foram precisas para isso acontecer. O fato de o *Diccionario* de Monteiro de Carvalho ter sido impresso, está intimamente ligado à sua relação com o Estado e aos serviços que prestou. Quando pensamos nas relações de poder que envolviam a produção do conhecimento científico, notamos que, por vezes, foram influenciadoras no processo de divulgação, e principalmente impressão de obras. Existem grandes disparidades

⁴²⁹ *Breve Notícia das Principais Aves que há no Estado do Brasil* [...], [s.d.]; *Breve Notícia das Principais Rios do Estado do Brasil* [...], [s.d.].

⁴³⁰ Segundo alguns autores, muitas vezes por questões estratégicas e sigilo de informações, este tipo de produção anônima se tornou comum no século XVIII (DOMINGUES, 2013: 386-387).

entre os trabalhos que acabaram por ser impressos e aqueles que permaneceram manuscritos (como salientamos anteriormente, o número de trabalhos manuscritos é superior ao de impressos). Muitos destes manuscritos poderiam ter sido impressos, e ter sua circulação mais facilmente garantida, e por outro lado, muitos dos trabalhos impressos o foram pois os agentes produtores estavam inseridos em ambientes e contextos que facilitavam os processos de aceitação e divulgação.

Esta situação, que na segunda metade do século XVIII foi fomentada pelo Estado e suas políticas de incentivo, não passou despercebida de alguns autores setecentistas que já observavam este processo de seleção dos trabalhos, e criticavam a prática. Este foi o caso de Domingos Alves Branco Muniz Barreto⁴³¹, que, em finais do século criticou a forma pouco criteriosa com que algumas obras acabaram por ser impressas em detrimento de outras, que segundo o militar tinham mais precisão de detalhes e informações. A crítica de Muniz Barreto foi direcionada a Manuel Ferreira da Câmara⁴³² (1762-1835) (que, por sua vez, era figura de destaque no cenário político do Brasil), pois, segundo ele, Câmara cometeu alguns erros de cálculo e deu informações erradas sobre o rendimento de um engenho de cana-de-açúcar, na obra *Ensaio da descrição física e económica da comarca de Ilhéus na América*⁴³³, e ainda assim, conseguiu que seu trabalho fosse publicado nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*.

Muniz Barreto ainda pode servir para mais um exemplo deste processo de aceitação e validação de trabalhos. Como vimos no capítulo 3.2, no ano de 1778, ele estava percorrendo a região sul do Brasil e escreveu um trabalho sobre a então capitania do Rio Grande de São Pedro⁴³⁴ — seus limites geográficos, qualidade do solo, populações nativas e potencialidades naturais. Um típico trabalho de reconhecimento, feito em uma região que, naquela altura, necessitava de mais atenção por parte do Estado. Talvez por ter percebido que as relações de poder, as questões políticas e econômicas e a sua posição social fossem mais relevantes do que a produção e qualidade de textos em si, é que Domingos Alves Branco Muniz Barreto, a exemplo de José Monteiro de Carvalho, tenha dedicado este trabalho a figuras de destaque no cenário político e científico português.

⁴³¹ SILVA, 1999.

⁴³² Foi um engenheiro e político brasileiro.

⁴³³ Nizza da Silva faz referência a diversas obras de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, onde se pode notar as críticas ácidas do militar em relação às políticas do Estado. Há um outro manuscrito, citado por ela, chamado: *Observações que mostraram não só o crime de rebelião que temerária e sacrilegamente intentaram alguns moradores da Capitania de Minas do Brasil, mas a legítima posse que têm os senhores reis de Portugal daquelas conquistas*, 1793. Neste caso, as críticas dizem respeito à Inconfidência Mineira (1789), onde Domingos Alves Branco Muniz Barreto se mostrou contrário aos separatistas, pois ele acreditava que isso representaria perda territorial (SILVA, 1999: 204). O manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal (COD. 1123).

⁴³⁴ BARRETO, [s.d.].b. Transcrição completa nos anexos — *vd.* Anexo 6.

Muniz Barreto fez três cópias deste manuscrito sobre a capitania do Rio Grande de São Pedro, e endereçou-as a figuras distintas, em períodos distintos, buscando, assim, a garantia de que seu trabalho fosse lido e pudesse ser aceito e utilizado pelo Estado. Em uma das versões, ele não fez menção direta a um destinatário, no entanto citou um ministro no final de seu texto (possivelmente Martinho de Melo e Castro, que foi secretário de Estado da Marinha e do Ultramar de 1770 a 1795), ressaltando que a sua inteligência poderia ser fator de relevância para que pudesse elevar o comércio e a agricultura daquela região:

Sendo pois quanto me ocorre sobre as providências que podem tirar aquella Continente do íntimo, e decadente estado em que se acha, deve-se esperar, que hum Ministro tão inteligente, como temos a fortuna de admirar o faça ao estado de perfeição e esplendor, fazendo que tanto o Comercio, como a Agricultura, dem ali as mãos, como convém por serem os dous objetos em que se firma a grandeza dos Soberanos, a felicidade, e a ventura dos Povos⁴³⁵.

Uma outra cópia foi oferecida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho (ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos de 1795 a 1801). Nesta versão Muniz Barreto ressaltou os motivos que o levaram à Capitania do Rio Grande de São Pedro⁴³⁶:

Ao Il^{mo}. E Exm^o. Srr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da marinha e Domínios Ultramarinos [...] As reflexões que contem o prezente Discurso são produzidas pela experiência de quatro annos em

⁴³⁵ BARRETO, [s.d.]: fls. 15-16. A numeração dos fólhos deste manuscrito foi feita por quem organizou o códice 6941 da secção de manuscritos reservados da Biblioteca Nacional de Portugal. A transcrição é própria, e utilizarei sempre a numeração feita pela BNP.

⁴³⁶ Um tema não diretamente correlacionado com a discussão, mas muito interessante, pode ser notado no documento de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Ele retratou aspectos naturais da capitania de Rio Grande São Pedro, que por sua vez foi criada em 1760, depois que os portugueses conseguiram conquistar todo aquele território do domínio espanhol. No entanto, a capitania era dependente do Rio de Janeiro, tornando-se autónoma apenas em 1807, quando foi elevada a Capitania Geral, com o nome de capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. No texto de Muniz Barreto, uma passagem muito interessante demonstra a crítica do militar em relação ao fato de a capitania estar dependente politicamente do Rio de Janeiro, e não ter autonomia para tomar decisões e gerir o próprio território, e as produções que dele podem ser extraídas. O militar ressaltou, em 1778, a necessidade de se separar a capitania e torná-la independente, o que de fato só viria a ocorrer em 1807. Muniz Barreto argumentou: «Quando S. Mag.e se digne atender a probreza da quellas moradores, e por consequência á ruína de hum tão vasto Continente, não estará [fl. 8v.] conseguida a felicidade sómente em se crear de novo, sem outras ponderações, huã Cap.na separada, e com governo independente, como deve ser, nomeando-lhe Sua Mag.e Capitão General, Bispo, Ministros, e mais Empregos assim Civis, e de Fazenda, como Ecclesiasticos; convem tambem que todos os que forem nomeados sejam pessoas habeis, e escolhidas para promover huã nova criação, ou para mais bem dizer, pessoas inteligentes como se necessita para semelhantes estabelecimentos, e que as providencias, que se devem, alem da aquellas, sejam tão conformes entre si, que por ellas se consiga ver-se esse Reino, só pelo que respeita á quella parte das suas Conquistas, rico, poderoso, e florecente» (BARRETO, [s.d.]: fls. 8-9).

*que girei todo o Continente do Rio Grande de S. Pedro, tendo ao mesmo tempo a honra de fazer a Camoanha viva, q. naquella Fronteira principiou contra os Hespanhoys no anno de 1774 e finalizou no de 1778*⁴³⁷.

A terceira cópia, de 1790, foi escrita em Lisboa e enviada e «Dedicada Ao Exm^o e Rm^o Snr Bispo titular do Algarve e Confessor da Raynha Nossa Senhora»⁴³⁸ — possivelmente Dom José Maria de Mello⁴³⁹. Ao contrário das outras versões dos manuscritos, nesta, Muniz Barreto fez um breve discurso, onde apresentou os motivos que o levaram a escrever o trabalho e a dedicá-lo ao bispo⁴⁴⁰:

A fatal situação de desprezo e abatimento em que se acham as admiráveis e ricas Conquistas do Brasil, estando condenados os seus habitantes, a huma profunda ignorância como se a pouco tivessem sahido das mãos da barbaridade, me fez empreender o meyo de salvar da ultima ruina, pela presente descripção a mais util e principal parte da que lhe novo descuberto, q se denomina = Continente do Rio Grande de S. Pedro.

Não témi encontrar os revezes de huns chamados políticos da Nação que com facilidade hoje aparecem, os quaes com facilidade, e importuras não so tem feito espalhar, mas acreditar que depende a conservação das mesmas Conquistas da frouxidão dos seus habitantes, e da decadência delas. As suas razoens tem tão pouca força q hum homem de medianos conhecimentos e ainda hum mesmo Indio, mais superior aos outros em viveza, bastaria para os contradictar e convencer.

Qual será Exmo Snr, pois aquelle que possa conceder, q hum homem considerado no estado bárbaro possa conhecer as suas obrigaçoens para com Deos e para com o seu Rey. Que fidelidade, que obediência q constância e q repeito, e temor as Leys se pode esperar de hum gentio e ainda de hum Portuguez educado como aquelles?

Estes indignos, e falços projectistas que constituem o terror, e o pprobrio daquele Paiz, e q com as suas máximas fazem o ludibrio, e a vergonha da Nação que as adopta não só se não devem ouvir mas devem ser excluídos da Sociedade, como inimigos della.

Não podendo pois eu recear, q semelhante cizãna pudesse ter entrada na alta e virtuosa compriensão de V Exa encitado de hum puro zêlo de procurar, não só o melhoramento daqueles Paizes, mas a gloria e autilidade da Nação, valendo-me

⁴³⁷ BARRETO, [s.d.].d.

⁴³⁸ BARRETO, 1790: fl. 1.

⁴³⁹ MONTEIRO, 1974: 28.

⁴⁴⁰ Transcrevo aqui o discurso introdutório na íntegra, pois acredito que a compreensão dos motivos que levaram Muniz Barreto a escrever e dedicar nesta cópia para o bispo fiquem mais claras.

das noticias e experiênciã adquirida em três annos de campanha, que fiz naquelle Continente, me atrevi a formas humas forças, e informes observações, sobre a fertilidade do mesmo Continente, seu Commercio, Agricultura, e Navegação, as quaes bastando q fossem de V. Exa percebidas quando tenho a honra de lhas dedicar, sô me se deva a V. Exa as mais acertadas providencias, q ali se necessitão e quaes se podem esperar de Hum Sabio e dem Hum Politico, como V. Exa. Hê.

Quando V. Exa se dgne ao Lado de Huma tão Pia e Compassiva Soberana, proteger os meus mal contestados projectos, fazendo produzir deles, pela sua sciencia e atividade fixas e uniformes regras, e tirem este Continente indigente Estado em q se acha, eu não só darei por venturosos os trabalhos, e fadigas, com q sem luzes me propuz a tal empresa, mas q sensível ao beneficio e reunido aos naturaes daquele Paiz, apelidaremos a V. Exq por Protector nosso titulo este o mais glorioso a hum Hêroe, e ao mesmo tempo a mais util a humanidade. Deos prospere os annos a V. Exa e o Guarde, como necessitamos.

Lisboa 16 de Março de 1790.

Beja a mão de V. Exa.

O mais obrigado e fiel Criado

Domingos Alvarez Branco Muniz Barreto⁴⁴¹.

As dedicatórias e o discurso de Muniz Barreto deixam clara a sua intenção de ter o trabalho aceito pelo Estado, chamar a atenção para os problemas considerados por ele e, quem sabe, receber os agrados da Coroa. Para tanto, optou por remeter seu trabalho para indivíduos com cargos de confiança no âmbito político e religioso. O bispo titular do Algarve, que talvez tenha sido naquele período, um dos indivíduos mais próximos da rainha D. Maria I; além dos ministros de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos: D. Vicente de Sousa Coutinho e Martinho de Melo e Castro. A tentativa de entrar nos jogos de poder e estabelecer boas relações com os agentes que poderiam aceitar o seu trabalho, podem servir para demonstrar que Muniz Barreto buscava converter as suas experiências e estudos em algo útil para o conhecimento do Estado, descolando assim da ideia de que o trabalho foi fruto da pura curiosidade de um indivíduo.

Muniz Barreto escreveu sobre aquilo que julgou que os seus interlocutores gostariam de ler, e que mais valorizariam, o que para o período era uma prática recorrente⁴⁴². O mesmo podemos dizer de José Monteiro de Carvalho. Contudo, ao contrário de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, o engenheiro conseguiu ter o seu trabalho aprovado e publicado sob os auspícios do Estado, enquanto Muniz Bar-

⁴⁴¹ BARRETO, 1790: fls. 2-5, destaque nosso.

⁴⁴² DOMINGUES, 2013; PIMENTEL, 2003.

reto, como veremos ao longo deste livro, continuou produzindo inúmeros trabalhos sobre a natureza do Brasil, e nunca conseguiu que fossem publicados.

Uma outra questão está associada ao fato de Muniz Barreto ter direcionado seus textos a figuras de destaque do universo político. Havia uma indicação, partindo da Metrópole para as colónias, salientando a importância do envio dos estudos feitos em território colonial para o ministro da Marinha e Ultramar. Alguns destes trabalhos foram utilizados pela Coroa para conhecer as potencialidades naturais locais, e assim, poder desenvolver medidas mais ajustadas para a possível utilização dos recursos⁴⁴³. A este respeito, depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, nos papéis relativos ao Brasil, especificamente à Bahia, encontra-se um ofício de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, enviado em 1791 ao então secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, onde mencionou dois de seus trabalhos: *A Civilização dos Índios do Brasil e De agricultura, comércio e navegação do Rio Grande de São Pedro*⁴⁴⁴. Nota-se com isso, que o militar continuou estabelecendo contato com o Estado, através de sua conexão com o ministro Martinho de Melo e Castro, avisando sobre a continuidade de seus trabalhos.

Estas questões políticas, associadas às variáveis relativas à posição social, relações de poder entre quem escrevia o trabalho e para quem escrevia, influenciavam, não somente a produção, mas a circulação das obras — que poderia ser facilitada com a sua impressão. A posição social do indivíduo também poderia ser fator relevante na própria produção de conhecimento, na escolha do material, da apresentação e do público-alvo. Neste sentido, a construção do conhecimento não pode ser desvinculada destas questões, ciência e poder caminhavam lado a lado, e este aspecto não foi uma exclusividade do século XVIII.

Mesmo assumindo que nem todos os processos de construção de conhecimento se deram dentro da esfera de ação direta dos Estados, como no caso de Muniz Barreto, isso não permite desconsiderar a análise da forma como a sua produção e disseminação se relacionou com as esferas de poder⁴⁴⁵, muito pelo contrário, permite-nos abrir ainda mais o leque de possibilidades para compreender a produção científica do período.

Por vezes, ao longo do século XVIII, as relações de poder parecem ter sido mais influentes nos processos de construção de conhecimento e circulação, do que a própria qualidade ou utilidade do trabalho em si. Centenas de textos sobre a natureza das colónias foram escritos e permaneceram manuscritos, sem que houvesse uma maior circulação destes entre a comunidade científica, ou sem que o trabalho ganhasse maior notoriedade e prestígio fora das bordas do Império Português. Mesmo figu-

⁴⁴³ FIGUEIRÔA *et al.*, 2004.

⁴⁴⁴ AHU_CU_005-01, Cx. 75, D. 14504.

⁴⁴⁵ POLÓNIA *et al.*, 2016: 5-8.

ras de destaque, como António Nunes Ribeiro Sanches, tinham que submeter seus trabalhos ao julgamento das políticas de Estado, e mesmo assim, não tiveram todos os seus trabalhos publicados.

De todo modo, o que podemos verificar é que os critérios para determinar a validação do trabalho através de sua publicação nem sempre seguiam parâmetros puramente científicos. Muitas vezes, os fatores políticos e sociais influenciavam muito mais do que a qualidade daquilo que havia sido produzido. Muitos outros casos devem ter sido similares ao de Muniz Barreto, que impulsionado pelas políticas e incentivos do Estado, escreveu e submeteu trabalhos sobre a natureza da colônia para um número variado de agentes ligados a Coroa, estabelecendo, desta forma, sua própria rede de contatos.

Neste cenário, onde as relações de poder definiam a produção e validação do conhecimento, não podemos deixar descrever e contextualizar, alguns dos importantes centros de produção e circulação de conhecimento, em particular pelas suas diretas relações com instâncias de poder político.

4.5. ACADEMIAS, JARDINS E GABINETES: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E NORMATIVA CIENTÍFICA

A partir de meados do século XVIII, também é possível notar uma progressiva preocupação em se criar, nos espaços coloniais, associações que pudessem abrigar os intelectuais residentes na colônia, e assim servirem como centros de estudo, e contribuir para um melhor controle dos trabalhos que estavam sendo realizados em território colonial. Este foi o caso das academias científicas, que começaram a surgir desde o início do século, como a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725) e a Academia dos Felizes (1736-1740), ambas formadas com a intervenção e apoio de D. João V⁴⁴⁶. Apesar de as universidades, enquanto centros de formação, estarem todas na Europa, havia instituições na colônia que formavam técnicos, principalmente militares, e que serviam de centros aglutinadores para aqueles que estavam fazendo trabalhos científicos espalhados pelo território colonial.

No final do século XVIII, sentiu-se a necessidade de formar, na cidade do Rio de Janeiro uma academia científica que pudesse ser utilizada pelos intelectuais das mais variadas áreas que viviam e trabalhavam no Brasil. Como a extensão territorial era demasiado grande, e o número de viajantes a serviço da Coroa que produziam trabalhos sobre Filosofia Natural dos variados territórios necessitavam de uma certa organização antes do envio do material para Lisboa, criou-se, em 1772, a Academia

⁴⁴⁶ KANTOR, 2004; REIS, 2010. Disponível em <<http://en.calameo.com/read/00154101295bdf8ebd71a>>.

Científica do Rio de Janeiro⁴⁴⁷, com o apoio do Marquês de Lavradio⁴⁴⁸ e o aval da Coroa portuguesa⁴⁴⁹. A importância desta Academia foi lembrada por alguns dos agentes daquele período, por exemplo Baltasar da Silva Lisboa, em um texto de 1786 — *Discurso Historico, Politico e Economico dos Progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o Estado do Brazil*, onde o autor disse que foi a partir do trabalho empreendido naquele espaço (de recepção e produção de conhecimento científico) que algumas das potencialidades naturais da colônia começaram a ser divulgadas, não apenas dentro dos limites do Império, mas também fora dele⁴⁵⁰.

A Academia Científica do Rio de Janeiro foi idealizada pelo vice-rei, visando o desenvolvimento de novas culturas para a América portuguesa, reunindo estudiosos, cientistas e pesquisadores de diversas áreas⁴⁵¹. Este espaço serviria para que os especialistas pudessem reunir para discussões sobre as suas pesquisas, e para encontrar soluções que pudessem fomentar os estudos sobre as potencialidades naturais da colônia, principalmente a agricultura, de um modo mais uniforme.

Um outro ponto fundamental no funcionamento das academias era a sua utilização pelos sócios como um espaço onde pudessem organizar os materiais de estudo coligidos para depois os remeter para Portugal. Os sócios desta Academia Científica do Rio de Janeiro produziam memórias sobre os mais variados assuntos, e os seus trabalhos circulavam não somente entre os sócios fixados na colônia, mas também os apresentados em outros espaços. Entretanto, a Academia foi fechada em 1779, pois a Coroa acusou alguns de seus membros de subversão⁴⁵².

Mais de uma década depois da criação da Academia Científica do Rio de Janeiro, outros espaços foram formados — como a Casa de História Natural, em 1784. Esta Casa foi pensada por Luís de Vasconcelos e Sousa⁴⁵³, criada na cidade do Rio de Janeiro, e serviu de espaço de apoio para as atividades de coleta de espécies zoológicas e botânicas⁴⁵⁴. Já a Sociedade Literária do Rio de Janeiro foi por sua vez criada em 1786, e constituiu-se como um centro de estudos em História Natural, cujo foco seria a pragmatização e utilização imediata dos produtos naturais que eram coletados na

⁴⁴⁷ Também chamada de Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro; Academia de Ciências e História Natural; Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica. Os fundadores atuavam, em grande parte, como médicos (PATACA, 2006: 262).

⁴⁴⁸ O Marquês de Lavradio foi vice-rei entre 1769-1778. Foi um grande fomentador, e implementou diversas medidas para a pesquisa e desenvolvimento da agricultura no Rio de Janeiro, dando destaque para o anil e a cochonilha (PATACA, 2006).

⁴⁴⁹ PATACA, 2006: 262-268.

⁴⁵⁰ LISBOA, 1786: 39-40.

⁴⁵¹ PATACA, 2006: 255.

⁴⁵² PATACA, 2006: 262-268.

⁴⁵³ Luís de Vasconcelos e Sousa, 4.º conde de Figueiró (Portugal, 1 de novembro de 1742 — Rio de Janeiro, 24 de março de 1809).

⁴⁵⁴ PATACA, 2006: 272-274.

colônia⁴⁵⁵. Como se pode observar, a produção de conhecimento sobre o Brasil, na segunda metade do século XVIII, não ficou restrita às academias europeias, mesmo que estes centros não se tenham mantido ativos por muito tempo. De todo modo, estas associações eram disseminadoras de conhecimento, fosse este produzido na colônia ou vindo da Metrópole, promovendo, desta forma, uma significativa circulação de conhecimento filosófico-natural entre a Europa e o Brasil.

Muitos intelectuais discutiram a importância de se implementar, em território colonial, tais academias científicas. Antônio Nunes Ribeiro Sanches, por exemplo, na carta enviada ao sobrinho — José Henriques Ferreira — falou sobre a formação da Academia Científica do Rio de Janeiro, e credibilizou a iniciativa do sobrinho em participar ativamente na implementação deste centro de produção de saberes:

O haver se formado essa academia por insinuação de VMce e estabelecer-se pela inteligente proteção do Exmo. Senhor Marquês do Lavradio; acho da maior consequência da utilidade do Comercio do Reino; se em Lisboa quizerem entrar no gênio das nações que pensam na sua conservação; e aumento do que até agora estamos muito atrasados⁴⁵⁶.

Desde que Ribeiro Sanches escreveu os *Apontamentos* de 1763, muitas políticas foram implementadas neste sentido. A formação da Academia no Rio de Janeiro foi apenas uma delas. No entanto, para além das questões científicas que envolviam a formação e manutenção destes centros de pesquisa e ensino em território colonial, não podemos deixar de notar a intenção da Coroa por trás da formação desses espaços. É evidente que o incentivo à pesquisa era primordial, mas as reuniões de intelectuais em território colonial deveriam ser feitas em espaços coordenados e dominados pelo poder régio, para que assim a Coroa pudesse ter um maior controle das ações destes intelectuais. As articulações de poder, em suas formas típicas do Antigo Regime, também podem ser verificadas nestas iniciativas de incentivo à ciência, sendo de notar a preocupação de se manter uma ligação, e um controle, das suas atividades, por outras instituições congêneres existentes ou criadas na Metrópole.

O historiador Rômulo de Carvalho tratou desta questão, utilizando como exemplo a formação do Jardim Botânico na Metrópole. Ele usou trechos de uma carta de Pombal onde o Marquês recusou e criticou o plano para a construção do jardim botânico da Universidade de Coimbra. Os motivos da desaprovação de Pombal, segundo Rômulo de Carvalho, estavam baseados em questões econômicas, pois os custos totais excediam as expectativas do ministro⁴⁵⁷. O Jardim Botânico, devido a estas restrições,

⁴⁵⁵ KURY & MUNTEAL FILHO, 1995: 105-122.

⁴⁵⁶ FERREIRA, [s.d].

⁴⁵⁷ CARVALHO, 1987: 60-64.

acabou sendo formado com um espaço menor do que o esperado, e com um número reduzido de espécies. É de fato relevante notarmos como as questões políticas sempre estiveram entranhadas no desenvolvimento da ciência, e não foi exclusivo do caso português. Através da obra de Kapil Raj⁴⁵⁸, que analisou em seus estudos o caso das possessões britânicas e francesas na Índia, é possível compreender estes processos como sendo intrínsecos das comunidades científicas. Os estudos de Kapil Raj podem ainda servir para se compreender as diferenças entre tais comunidades, sem que isso represente, necessariamente, comparações baseadas em parâmetros qualitativos.

Um outro exemplo importante, nesta conjuntura, é o do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, que teve o início de sua história quando D. José I, após o terremoto de 1755, se mudou para a Ajuda. Alguns anos depois, em 1768, transformou-se em Real Jardim Botânico, cuja organização foi delegada a Domingos Vandelli, que transpôs para Lisboa parte do acervo do jardim botânico da sua cidade natal, Padova. Domingos Vandelli não iniciou os trabalhos no Jardim da Ajuda sozinho, tendo contado com Júlio Mattiazi (?-1794), o primeiro jardineiro de Horto Botânico de Padova, de 1768 a 1794⁴⁵⁹. A partir dos trabalhos neste espaço, Vandelli coordenou os naturalistas formados na Universidade de Coimbra. O Jardim da Ajuda foi um importante espaço para a recepção dos trabalhos que eram feitos em Portugal e nas colônias, e também um importante centro de difusão das instruções de recolha de dados para os agentes que estavam conectados com a produção filosófica-natural⁴⁶⁰.

Em relação a estes espaços, o maior e mais importante foi, sem dúvida, a Academia das Ciências de Lisboa, que concentrava o maior envolvimento do Estado, e um grande número de sócios. Foi criada em 1779, como um projeto pensado e elaborado por D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva (1719-1806) — 2.º Duque de Lafões e José Francisco Correia da Serra (1750-1823) — o Abade Correia da Serra. No seu núcleo inicial, ainda se destacam as figuras de Luís António Furtado do Rio de Mendonça e Faro — 6.º Visconde de Barbacena (1754-1830), e de Domingos Vandelli (1735-1816). Tida como exemplo para o período, desde a sua fundação, a Academia das Ciências de Lisboa teve papel fundamental neste processo de fomento às pesquisas científicas nas colônias, através do apoio do Observatório Astronómico, do Gabinete de História Natural, do Gabinete de Física, e do Laboratório de Química, que eram ligados à Universidade de Coimbra. Além disso, a Academia distribuía prêmios aos trabalhos que apresentavam propostas para resolução de problemas, como por exemplo, a deficiente utilização de recursos naturais, tanto em Portugal, quanto nas colônias. Também promoviam a publicação dos trabalhos produzidos nas colônias, e sobre as colônias, nas *Memórias da Academia: Memórias*

⁴⁵⁸ RAJ, 2010; RAJ, 2013.

⁴⁵⁹ PATACA, 2006; DEAN, 2013.

⁴⁶⁰ PATACA, 2006.

de Agricultura (1788-1791), nas *Memorias Economicas* (1789-1815), e nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1797-1856)⁴⁶¹.

A partir destas políticas de base, os seus membros produziram trabalhos que de alguma forma circularam e auxiliaram os agentes a realizar os estudos filosófico-naturais nos espaços coloniais, e fora deles. Por ser a mais importante fundação para o período, pois angariava a maior parte dos recursos e a atenção do Estado, e aglomerava a maior parte dos intelectuais, a Academia das Ciências de Lisboa e os indivíduos ligados a ela, acabaram por se destacar no cenário de produção de conhecimento sobre a natureza dos espaços coloniais. Muitos foram os trabalhos produzidos pelos seus sócios correspondentes, mas foi igualmente numeroso o número de trabalhos produzidos e encaminhados para a instituição, no intuito de se conseguir reconhecimento pessoal e do trabalho realizado através da sua publicação nas *Memorias*.

Nestes espaços específicos, o conhecimento poderia ser exposto, discutido, reformulado e depois transmitido, seja em forma de trabalhos escritos, remessas de espécimes de animais e plantas, tratados e trocas de correspondência entre os sócios, e entre estes e suas redes de contatos. Neste caso, as academias científicas podem ser consideradas como um *locus*⁴⁶² de produção de conhecimento, e como veremos em outras análises, muitos foram os trabalhos que circularam entre estes espaços.

Diante disso, duas vias de análise são possíveis: podemos analisar o papel destas academias apenas como espaços isolados dentro de um contexto maior, no âmbito científico do período, ou podemos pensar nesses espaços como um local de discussão, aprimoramento, difusão, circulação e reconfiguração do conhecimento produzido, que conectavam indivíduos e seus trabalhos em uma complexa rede de trocas e circulação. As academias científicas instaladas no Brasil ao longo do século XVIII, mas principalmente na segunda metade do século, podem ser consideradas como espaços basilares para que o conhecimento filosófico-natural produzido na colônia pudesse ser transferido entre indivíduos, seja em território colonial ou não, segundo mecanismos de validação de conhecimento. Estes poderiam, como vimos, ser de natureza política e/ou científica. Mesmo com problemas de implementação e funcionamento, as academias científicas tiveram papel fundamental nos processos de construção de conhecimento sobre as potencialidades naturais das colônias. A circulação de ideias entre os membros dessas academias; o fato de estes espaços terem sido utilizados para reuniões e discussões filosóficas; a produção dos trabalhos, preparação e posterior envio para Lisboa dos resultados obtidos; tornaram-se fatos relevantes no que diz respeito à produção do conhecimento, sua assimilação e disseminação entre o Brasil e Portugal. A partir do momento em que os trabalhos produzidos nas colônias

⁴⁶¹ AMARAL, 2012; SILVA, 2015.

⁴⁶² RAJ, 2010; RAJ, 2013.

chegavam até Portugal, o conhecimento neles contido poderia sofrer outro processo de absorção e reconfiguração no âmbito das academias portuguesas.

Muitos agentes envolvidos nos processos de reconhecimento do ambiente natural do Brasil utilizaram estes espaços, não apenas para ter acesso ao conhecimento produzido na Europa, mas também para buscar a validação daquilo que estava sendo produzido e que se pretendia enviar para a Metrópole. Por sua vez, e para a produção de seus trabalhos, muitas vezes, estes indivíduos acabaram por utilizar alguns dos textos produzidos pelos membros das academias científicas, que tinham por objetivo instruir aqueles que pretendiam contribuir com a produção de conhecimento sobre a natureza das colônias.

Do trabalho produzido dentro do complexo das academias científicas, não podemos deixar de notar aqueles que foram elaborados com o intuito de fornecer indicações relativas aos métodos de recolha de dados sobre a natureza, a enviar aos mais variados agentes, principalmente aqueles que estavam em território colonial e que não tinham formação acadêmica em História Natural. No conjunto dos trabalhos produzidos sobre Filosofia Natural das colônias na segunda metade do século XVIII, estes textos instrutivos tiveram um papel relevante na divulgação dos interesses da Coroa em envolver indivíduos «não treinados» nos estudos sobre o Mundo Natural.

Um dessas instruções foi publicada pela Imprensa Régia, em 1781: as *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa, sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museo Nacional*, cujo objetivo era formar um museu nacional com coleções de espécimes coletadas nas colônias, e em Portugal:

Considerando, pois, a Academia das Ciências de Lisboa, cujos trabalhos se encaminham todos ao bem público, a grande utilidade, que de uma semelhante Coleção, sendo bem ordenada, pode resultar para o adiantamento das Artes, Comercio, Manufaturas, e todos os mais ramos da Economia; propôs-se o projeto de formação nesta Capital um Museo Nacional, onde principalmente se juntem e conservem os productos, ao menos os mais notáveis, que se acham dentro do Reino e suas colônias (1781)⁴⁶³.

Além destas iniciativas que saíam do cerne da Academia, também havia um número significativo de textos instrutivos produzidos por indivíduos ligados à Academia.

Em 1779, alguns anos antes da publicação oficial das Instruções da Academia, Vandelli escreveu as *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar*, um documento para instruir agentes nos estudos filosóficos. Neste texto, Vandelli dei-

⁴⁶³ *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa, sobre as remessas dos productos [...], 1781.*

xou claro alguns pontos que deveriam ser seguidos por aqueles indivíduos que não tinham qualquer formação em História Natural. Para ele, os aspirantes a naturalistas deveriam seguir algumas regras básicas, pois um bom trabalho de História Natural não se resumia apenas a conhecer e dar nomes aos animais, plantas e minerais, mas também se destinava a «conhecer, para os animais, a sua anatomia, maneira de viver e o modo de se multiplicarem e de se alimentarem; para as plantas, o seu interesse económico e virtudes medicinais; para os minerais, as suas propriedades»⁴⁶⁴.

Segundo Lorelai Kury, para a escrita deste texto, Vandelli baseou-se em um outro documento⁴⁶⁵ com as mesmas características e que pretendia os mesmos objetivos, escrito em 1759 pelo discípulo de Lineu, Eric Anders Nordblad — *Instructio peregrinatoris*. As duas obras, a de Vandelli e a de Nordblad e Lineu, ressaltavam a necessidade de observação e anotação cuidadosa a respeito das plantas, dos animais, dos minerais, das populações autóctones, do clima e da geografia, além de se salientar a importância das técnicas de coleta de espécimes e da produção dos respetivos desenhos⁴⁶⁶.

Alguns anos mais tarde, em 1788, Vandelli publicou o livro *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural: extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos: e a Memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos*⁴⁶⁷. Neste trabalho, escreveu sobre algumas instruções para que os mais variados agentes pudessem produzir trabalhos filosóficos com alguma linearidade de conceitos e técnicas descritivas, principalmente aquelas estabelecidas por Lineu em sua sistemática.

Também em 1781, os naturalistas ligados ao Real Museu da Ajuda, a Vandelli e à Universidade de Coimbra, julgaram ser necessário haver instruções para que agentes nos espaços coloniais pudessem realizar trabalhos de História Natural com certa orientação. O texto redigido por eles, que possivelmente contou com a participação de Alexandre Rodrigues Ferreira, dissertou sobre métodos de conservação de espécimes naturais⁴⁶⁸. No texto *Methodo de Recolher, Preparar, Remeter, e Conservar os Productos Naturais. Segundo o Plano, que tem concebido, e publicado alguns Naturalistas, para o uzo dos Curiozos que visitaão os Certoins, e Costas do Mar* dissertaram sobre os possí-

⁴⁶⁴ CARVALHO, 1987: 58.

⁴⁶⁵ Ainda segundo Lorelai Kury, para escrever suas instruções para os naturalistas, Vandelli pode ter se baseado em outras obras, tais como: *Fragen na eine Gesellschaft Gelehrter Männer, die auf Befehl Ihro Majestät des Königes von Dännemark nach Arabien reisen*, Johann David Michaelis, 1763; *Le voyageur naturaliste ou Instructions sur ler moyens de ramasser les objets d'histoire naturelle et de les bien conserver*, Lettsom, 1775; *Avis pour le transport par mer des arbres, des plants vivaces, des semences, et de diverses autres curiosités d'histoire naturelle*, de Duhamel Du Moceau, e *Mémoire instructif sur la manière de rassembler, de préparer, de conserver, et d'envoyer les diverses curiosités d'histoire naturelle*, de Étienne-François Turgot (KURY, 2008: 76).

⁴⁶⁶ KURY, 2008: 75; PEREIRA & CRUZ, 2012: 115-134.

⁴⁶⁷ VANDELLI, 1788.

⁴⁶⁸ FIGUEIRÔA *et al.*, 2004; PATACA, 2006: 91.

veis motivos que poderiam levar os espécimes a se corromperem, e depois apontaram o que para eles seriam as melhores técnicas de conservação. No entanto, no último parágrafo, os autores alertaram seus leitores para o fato de que seus apontamentos poderiam ser úteis, mas que a prática seria a melhor maneira de se conhecer e aplicar as técnicas: «Persuadimo-nos que é quanto se deve dizer, o exposto acima: enquanto a prática, que é para cada um o melhor livro, não sugere outras ideias»⁴⁶⁹.

Para além dos naturalistas de formação, outros indivíduos escreveram instruções, mesmo que breves, sobre os processos de recolha de dados e métodos de preparo e envio para a Metrópole. Um exemplo deste tipo de agente, que procurou dar algumas indicações de como as coletas de espécimes e as descrições deveriam ser feitas, foi o médico português Manoel Joaquim de Souza Ferraz em sua *Memoria sobre a Botanica, as vantagens, que della rezultão para a praxe Medica* [...], em Março de 1792⁴⁷⁰ (transcrição — Anexo 5). O trabalho de Ferraz, ao contrário dos de seus contemporâneos, permaneceu manuscrito na secção da *Colecção de memorias fizicas e economicas oferecidas a Academia Real das Sciencias de Lisboa que não puderão entrar nas coleccoens impressas*, não chegando por isso a ser impresso.

Manoel Joaquim de Souza Ferraz licenciou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra e em Medicina na Universidade de Montpellier. Intitulado sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa em 2 de março de 1792, viajou para o Brasil, chegando à cidade do Rio de Janeiro no final do século, onde participou ativamente nas políticas de incentivo para que se criasse na cidade um Jardim Médico-Botânico⁴⁷¹, corroborando esta ideia com suas críticas e incentivos aos usos e conhecimentos sobre a Botânica por parte dos médicos⁴⁷².

É possível notar no texto de Manoel Joaquim de Souza Ferraz alguns dos mesmos argumentos já analisados em outros manuscritos, como no de Ribeiro Sanches, onde a Botânica é ressaltada como ferramenta basilar para os estudos sobre a natureza, e ainda, nos estudos médicos. Ao longo de seu discurso, ele corroborou suas ideias com as de outros indivíduos que dissertaram sobre a importância dos conhecimentos sobre as plantas, tais como Jean-Antoine Chaptal (1756-1832)⁴⁷³; João Vigier (1662-

⁴⁶⁹ *Methodo de Recolher, Preparar, Remeter e Conservar os Productos Naturais* [...], 1781.

⁴⁷⁰ Um outro texto de relevância escrito e publicado por Ferraz nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, foi *Observação Anatômica de um feto humano, que em consequência de um parto laborioso passou à bexiga urinária de 1799*. Neste trabalho, o médico discutiu sobre a importância da Anatomia para um maior conhecimento e eficiência da prática médica. Fez críticas ao sistema de ensino no Reino e a falta de especialistas nesta área do conhecimento.

⁴⁷¹ *Carta do médico Manoel Joaquim de Souza Ferraz para o conde de Resende, D. José Luiz de Castro*. Registro da correspondência do vice-reinado para a corte, códice 69, vol. 5 — 1790-1795. Título do fundo: Secretaria de Estado do Brasil, Código do fundo: 86. Data do documento: dezembro de 1795, Local: Rio de Janeiro, Folha (s): 263 a 264v. <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=309&sid=53>.

⁴⁷² SILVA, 1999: 59.

⁴⁷³ Monsie — Paris, 30 de julho de 1832) — foi um químico e estadista francês. Estudou Química na Universidade de Montpellier, obtendo o doutorado em 1777, estabelecendo-se a seguir em Paris.

-1723)⁴⁷⁴; Albrecht von Haller (1708-1777)⁴⁷⁵; Friedrich Hoffmann (1660-1742)⁴⁷⁶, e claro, Vandelli e Lineu.

Ferraz iniciou seu texto sobre a Botânica e as suas utilidades para a *praxe* médica, e as melhores técnicas para identificar, coletar e preparar as espécies de plantas, citando o sistema lineano como base fundamental para o estudo da Botânica:

Depois que o principio dos Botânicos, o immortal Linneo nos facilitou o estudo da Botânica reduzindo a hum systema e mostrou-nos ao mesmo tempo os seus progressos quazi por todo o orbe.

Desde então a sociedade tem obtido as maiores vantagens já por florescerem as artes e o comercio e já pelas descobertas que tem enriquecido a matéria medica. E quanto além disto seja deleitosa, e amável esta sciencia, ninguém deixa de conhecer, excepto aquelle que ignora ainda os seus primeiros rendimentos, ou se aparta do sentimento comum.

Eu vou succintamente mostrar os atractivos da Botanica; quanto ella seja scientifica; como se aprende e em fim quantas vantagens della resultao para a praxe Medica⁴⁷⁷.

O mesmo autor também citou Vandelli e a importância do trabalho do naturalista para o desenvolvimento da ciência em Portugal, afirmando que «[...] Nenhum outro mais ardente desejo tem o meo celebre mestre o Doutor Vandelli; a quem devemos a obrigação de nos ter aberto o caminho das sciencias naturaes e de nos ter com tanto zelo ensinado os seus primeiros elementos [...]»⁴⁷⁸.

Escreveu sobre a Botânica e os elementos que a compõem, sobre a fisiologia vegetal, a química vegetal, e sobre como o botânico deve observar o Reino Vegetal, recolher as espécies, prepará-las, catalogá-las e classificá-las, segundo o sistema lineano:

Eu passo a descrever o methodo de bem preparar as plantas, ede fazer hum bom hervario. Todas as vezes que o novo Botanico fez herborizar, trará consigo alguns cadernos de papel pardo jassas longo e grosso, para ahi meter as plantas que colher (cada uma entre duas ou quatro folhas, segundo a sua substancia)

⁴⁷⁴ Comerciante de drogas português nascido na França, autor da famosa *Farmacopeia Ulissiponense, galenica e chymica, que contem os principios, deffiniçoens e termos gerais de uma e outra Pharmacia* (1716), a primeira obra de química farmacêutica impressa em Portugal.

⁴⁷⁵ Foi um médico, poeta, fisiologista e naturalista suíço.

⁴⁷⁶ Foi um químico e médico alemão.

⁴⁷⁷ FERRAZ, 1792: 267. A numeração que utilizo aqui para localizar as páginas do texto de Manoel Joaquim de Souza Ferraz foi feita à mão no documento original que se encontra depositado na Academia das Ciências de Lisboa. Creio, assim, que a localização e futura utilização do manuscrito sejam facilitadas. Nos anexos, constará a transcrição completa do documento, com as páginas numeradas da mesma maneira (Anexo 4).

⁴⁷⁸ FERRAZ, 1792: 274.

*havendo cuidado de as bem entender, e abrir, e de não se lhes arrancar haste alguma essencial; ao contrario, as folhas radicais, que parecerão superfulas, os frutos, e as raízes devem ser conservadas, ao menos quando isso for possível, porque muitas vezes sem estas partes ellas não se pode reduzir. Advirta-se também que as plantas não devem ser colhidas, se não quando estiverem em flor e em fruta (seis=se for possível) porque só neste estado mostram ellas claramente os caracteres, que os distinguem. Estando assim preparados se meterão em huma imprensa, onde porem as carxosas não deve, ser muito apprimidas porque perderão a sua cor natural, que facilmente se conserva preparando-lhes... por cima hum ferro quente. De dois em dois dias se mudarão para outros cadernos secos; e assim se continuará estas manobras athé que já estando secas se applicarã sobre o papel branco, onde serão coladas com alguns pedacinhos de papel untados em huma dissolução de goma Arabica. Isto estando feito, se escreverá por baixo o nome de gênero, e da espécie, emfim todas se arranjarão segundo a ordem systematica de Lineo. Deste methodo he que eu me tenho servido com o maior sucesso para a composição do meo hervario, onde estão as plantas com o mesmo aspecto natural; como se pode ser na pequena coleção de plantas exóticas, que eu reso oferecer a esta Academia, para que mereca hum lugar no seu museo [...]*⁴⁷⁹.

Como manual instrutório para recolha de espécimes, o texto de Ferraz não pode ser comparado aos de Vandelli e Eric Anders Nordblad, contudo Ferraz demonstrou estar atento aos princípios do sistema lineano e às políticas do Estado português. Vale ressaltar que Vandelli mantinha uma estreita troca de correspondências com Lineu, e que a sistemática lineana foi reconhecida como instrumento útil e necessário, tanto pela Universidade de Coimbra, quanto pela Academia das Ciências de Lisboa. O fato de Ferraz enaltecer Vandelli e os seus métodos, liga-o, afinal, a correntes mais vastas de produção e de reconfiguração de conhecimento circulantes na Europa, por certo reconduzidos por ele para o Brasil, onde exerceu.

Manoel Joaquim de Souza Ferraz também ressaltou a importância de se conhecer as plantas medicinais locais, ou seja, não apenas aquelas que constavam nos manuais e livros de Botânica e Medicina, mas as plantas que poderiam ser encontradas nas colônias. Ele exemplificou, contando a história de sua passagem pela ilha espanhola de Ibiza, relatando que, «Como os seus campos estavam muito florescidos, eu logo me decido a hir a terra hervorizar naquelle novo theatro da natureza, o qual na verdade me deliciava pela sua fertilidade»⁴⁸⁰. Foi então que se deparou com um indivíduo extremamente doente e sem cuidados médicos, e resolveu ajudar o homem minis-

⁴⁷⁹ FERRAZ, 1792: 269-270.

⁴⁸⁰ FERRAZ, 1792: 271.

trando algumas ervas locais. Para tanto, ele saiu em expedição para reconhecer o território e localizar as espécies de plantas locais:

Contudo quis meter em pratica os meios curativos indicados e juntamente ensinados para que lhe fizesse hum uso assíduo, afim de tentar e obter algum sucesso, porquanto eu ordenei a este doente de se retirar a sua cabana, que poco distava e prometi-lhe de ver logo, pois queria procurar plantas para lhe fazer remédios⁴⁸¹.

Mesmo que de maneira muito concisa, Manoel Joaquim de Souza Ferraz tratou do modo como os estudiosos deveriam recolher as espécies, as catalogar e descrever.

É difícil aferir a circulação deste tipo de documento, principalmente como o de Manoel Joaquim de Souza Ferraz, que não foi impresso. Contudo, podemos procurar elementos que nos forneçam dados para averiguar até que ponto as instruções da Coroa e da Academia para que os agentes em território colonial fizessem averiguações sistemáticas do Mundo Natural, foram efetivamente levadas a cabo. As políticas da Coroa em relação aos estudos filosófico-naturais sobre as colônias acabaram por se implementar, e muitos agentes, ligados ao Estado, à Universidade de Coimbra ou à Academia das Ciências de Lisboa, acabaram por conhecer as instruções sobre os estudos da natureza, e produzir manuais que pudessem auxiliar tais estudos, como provam os trabalhos já citados de Alexandre Rodrigues Ferreira, António Nunes Ribeiro Sanches e Domingos Vandelli.

Estas instruções atingiram um significativo número de agentes em território colonial, muitos deles indivíduos que não tinham conexões diretas com o Estado, com a Universidade ou com as academias científicas. Tais indivíduos aplicaram em território colonial os conhecimentos técnicos necessários para produzir conhecimento sobre o território e as suas potencialidades naturais. Neste ponto, a produção científica, mais uma vez, se interconectou com as intenções do poder.

E é sobre este cenário de produtores que receberam as instruções de recolha de dados vindas da Europa e estabeleceram relações de poder, trocas e negociações tanto com agentes locais, quanto metropolitanos, que vou me centrar na última parte deste livro.

⁴⁸¹ FERRAZ, 1792: 271.

III

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO NATURAL DO BRASIL

Nos capítulos anteriores, procurei traçar o cenário de produção científica sobre a natureza do Brasil, a partir das relações de poder estabelecidas entre os agentes produtores dos trabalhos e seus interlocutores, a partir das políticas de fomento que foram implementadas pelo Estado que, em muitos casos, seguiram as linhas de pensamento de diversos agentes, como Ribeiro Sanches, Domingos Vandelli, Manoel Joaquim de Sousa Ferraz, Domingos Alves Branco Muniz Barreto e outros. Agora, foco na análise de dois estudos de casos, os quais assumo como representativos do complexo de produtores de trabalhos filosófico-naturais da segunda metade do século XVIII, ou seja, agentes sem formação acadêmica específica em História Natural — não naturalistas de formação.

A historiografia costuma englobar estes produtores e seus trabalhos dentro do complexo das Viagens Filosóficas⁴⁸². Contudo, como procurei demonstrar nos capítulos anteriores, creio que este grupo tão heterogêneo e os trabalhos produzidos por eles, têm características próprias, relacionadas com diversos fatores, principalmente o local da produção, a posição social do autor — hierarquia e disputas de poder, circulação de conhecimento, e os processos de reconfiguração que envolveram a produção do trabalho.

O primeiro estudo de caso é referente ao trabalho de Domingos Alves Branco Muniz Barreto sobre a natureza encontrada por ele na comarca de Ilhéus. O segundo caso de estudo é o de Francisco António de Sampaio, que produziu um trabalho sobre espécies de animais e plantas da vila da Cachoeira, também na Bahia. Ambos estavam na mesma capitania, em períodos próximos. Contudo, saliento que a escolha destas duas obras não tem relação direta com este fato, mas sim com os conteúdos dos trabalhos e os contextos nos quais ambos os autores estavam inseridos.

Antes de iniciar a apresentação e análise das fontes, procurarei esclarecer alguns conceitos que serão utilizados nesta última parte do livro e que foram previamente delineados nos capítulos introdutórios. Tais conceitos são fundamentais para compreender a produção de conhecimento desenvolvida, tanto por Muniz Barreto quanto por Sampaio, e sintetizam o que acredito ter sido uma das principais características dos trabalhos produzidos sobre a natureza do Brasil — processos de reconfiguração e circulação de conhecimento.

⁴⁸² PATACA, 2006; DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006; BRIGOLA, 2003; CARVALHO, 1987.

5. PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO, RECONFIGURAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO

Novas correntes historiográficas têm traçado perfis mais complexos para a produção de conhecimento em espaços coloniais, a partir de análises não apenas dos contextos que as envolveram, mas também das relações do autor com outros indivíduos, com a circulação de trabalhos, com questões políticas e sociais locais, com os processos de trocas, negociação e resistência em relação ao conhecimento que apreendiam a partir do contato com diversos locais e indivíduos. Tudo isso sob a imposição dos jogos de poder⁴⁸³.

Para compreendermos a produção de conhecimento daquele período, é preciso, pois, traçar um panorama sobre o agente produtor, o porquê de ter escrito o trabalho, para quem escreveu, e confrontá-los com os contextos aos quais ele estava inserido. A produção de conhecimento seria então baseada em muito mais do que as simples trocas culturais, onde as culturas dos povos dominadores eram impostas e incorporadas pelos dominados, quase sem nenhuma resistência. Procurarei a partir daqui iniciar esta linha de análise a partir das propostas de Kapil Raj, que percebeu esses processos de construção de conhecimento nos espaços coloniais como *sincréticos*⁴⁸⁴.

Raj, analisando o caso das possessões inglesas e francesas na Índia, compreendeu que tais processos sincréticos são intrínsecos à própria formação da ciência, e que este processo de formação pressupõe trocas, negociações, escolhas, e intercâmbio de elementos entre culturas distintas. Todos estes elementos são inerentes às relações de comunicação entre grupos sociais heterogêneos, ou seja, envolvem diferentes culturas, costumes e tradições. Quando ocorre o contato entre estas partes, e se desenvolve um convívio entre estes grupos distintos, surgem «adaptações» nos vários aspectos culturais ou científicos, fazendo com que um grupo incorpore o sistema do outro, sem que isso pressuponha a eliminação de um ou outro sistema. Este processo sincrético não tem um fim marcado, ele é contínuo⁴⁸⁵. É também uma via de múltiplas direções, na qual importam os desequilíbrios nas relações de força, sem que isso signifique que a cultura dos dominadores prevaleceu, inalterada, sobre a dos dominados.

⁴⁸³ LIVINGSTONE, 2013; PRATT, 1992; RAJ, 2010; RAJ, 2013.

⁴⁸⁴ RAJ, 2010; RAJ, 2013.

⁴⁸⁵ RAJ, 2010; RAJ, 2013.

A partir desta ideia, abre-se espaço para uma outra perspectiva, influenciada por Mary Louise Pratt⁴⁸⁶. Para Pratt, a ideia de *transculturização*⁴⁸⁷ pode explicar a formação da cultura e da ciência nos espaços coloniais, especialmente na América colonial. Este processo, resultante da influência de elementos de outras culturas, que ocorre quando um indivíduo adota uma cultura diferente da sua, não implicaria, necessariamente, conflitos entre os grupos. Neste caso, o receptor não pode controlar facilmente o que provém da cultura dominante, pois esta acaba por determinar, em graus diferentes, o que deve ou não ser absorvido pelo receptor. Este seria um fenômeno de enriquecimento cultural, que está ligado às transformações de padrões culturais locais, a partir da adoção de novos padrões vindos através das fronteiras culturais, em encontros envolvendo sempre diferentes etnias e elementos. Os processos de transculturização não podem ser analisados baseados apenas em uma única característica, unilateralmente, como sugeriu Mary Louise Pratt, mas sim em combinação com as propostas de Raj. Considero, portanto, que ambas as perspectivas são complementares, no sentido de que se processam trocas entre ambos os lados, em diálogo constante, que apesar das relações de poder, das dimensões políticas, sociais e econômicas, acabavam por se traduzir em processos sincréticos de produção de conhecimento. Neste sentido, a ideia de que o receptor não tem domínio sobre aquilo que recebe do grupo dominante, não se encaixaria em todos os casos, principalmente no âmbito da produção científica, fato comprovado a partir da análise das fontes documentais aqui proposta. Nos processos de construção do conhecimento, a escolha dos modelos, teorias, referenciais, métodos, ferramentas, esteve sempre presente. Observando as fontes, é possível perceber este processo como sendo sincrético e transcultural⁴⁸⁸.

Se tentarmos transferir este conceito e aplicá-lo para o caso da formação de conhecimento sobre o Mundo Natural do Brasil, podemos dizer que este processo sincrético se iniciou ainda no século XVI, quando os portugueses desembarcaram no Novo Mundo, e continuou ao longo de todo o período colonial. Tais processos podem ser relacionados com vários elementos: ciência europeia; conhecimento nativo (indígena e dos colonos); observação empírica; relações de poder.

Ainda de acordo com as propostas de Kapil Raj, podemos referir o conceito que, de fato, auxiliou na compreensão dos processos de construção de conhecimento formados pelos dois estudos de caso que aqui tratarei: o conceito de *reconfiguração*.

⁴⁸⁶ PRATT, 1992.

⁴⁸⁷ Termo pensado por Mary Louise Pratt da seguinte forma: «The term “transculturation” [...] in the title sums up my efforts in this direction. Ethnographers have used this term to describe how subordinated or marginal groups select and invent from materials transmitted to them by a dominant or metropolitan culture» (PRATT, 1992: 6).

⁴⁸⁸ CONCEIÇÃO, 2018b.

Os processos de reconfiguração do conhecimento, que também acontecem em *zonas de contato* (conceito estabelecido por Pratt)⁴⁸⁹, distinguem-se dos processos sincréticos, que são contínuos. Neste entendimento, a reconfiguração gera necessariamente um produto final, ou seja, existe um desfecho materializado. Tais processos acontecem em um momento específico, e em um *locus* específico. A reconfiguração se dá a partir do encontro de vários elementos, que juntos são utilizados pelo produtor do trabalho, que os incorpora e ressignifica, gerando assim um trabalho concluído. O desafio nas análises que se seguem, foi o de compreender quais foram os elementos que estiveram envolvidos no processo de construção de conhecimento nos trabalhos de Domingos Alves Branco Muniz Barreto e de Francisco António de Sampaio.

Para tanto, e associado a este processo de reconfiguração, incorporei um outro elemento de análise, a importância do local⁴⁹⁰ — o *locus*, onde acontece a reconfiguração. Compreender a ciência produzida na colônia como fruto destes processos de reconfiguração e circulação de conhecimento, associados à influência de fatores locais que são únicos de cada comunidade, tornou-se fundamental. Cada local e o local em si, contém pessoas que estão envolvidos em contextos sociais, religiosos e geográficos distintos entre si. Tais pessoas, por sua vez são pragmáticas na escolha daquilo que querem apreender, e definem reconfigurar o conhecimento de acordo com uma série de fatores que acreditam fazer sentido, não apenas para si próprios, mas também para a comunidade que irá receber e validar o trabalho produzido.

Como o processo de construção do conhecimento não é linear e tão-pouco produzido a partir de um modelo único para todas as comunidades, a influência de fatores externos: ideias, padrões, teorias vindas de outras localidades, de outros indivíduos; tornam a produção científica com características próprias do local no qual ela foi produzida, levando-se em conta as características específicas do produtor do trabalho, para quem ele produziu, assim como questões políticas, sociais e econômicas, além das ferramentas que utilizou para construir o seu trabalho/conhecimento. Assim, a ciência pode ser praticada e formada em diferentes espaços, e a partir destes fatores variados. O caráter local (espaço como constituinte do sistema de interações entre os agentes) da produção científica leva em consideração processos de resistência, de trocas, de negociação⁴⁹¹, que são estabelecidos a partir da relação entre os indivíduos e entre a ciência e poder.

⁴⁸⁹ O conceito de zona de contato foi formulado e utilizado por Mary Louise Pratt, no livro *Imperial eyes: studies in travel writing and transculturation*. Pratt assim o definiu: «[...] contact zones, social spaces where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often in highly asymmetrical relations of domination and subordination — like colonialism, slavery, or their aftermaths as they are lived out across the globe today [...]» (PRATT, 1992: 4).

⁴⁹⁰ LIVINGSTONE, 2013.

⁴⁹¹ LIVINGSTONE, 2013; RAJ, 2013; RAJ, 2010.

Exposto isto, passo para a análise das fontes, partindo dos pressupostos do conceito de reconfiguração, levando em consideração a importância do local de produção como determinante nos processos de construção de conhecimento sobre o Mundo Natural do Brasil. Por produção local de conhecimento, refiro-me não apenas à interação entre o produtor do trabalho e os agentes locais, fossem indígenas ou colonos, mas à sua própria localização geográfica e à sua posição dentro do sistema científico e político em que estava inserido⁴⁹².

Os dois estudos de caso que se seguem, podem representar parte do cenário de produção de conhecimento do espaço colonial do Brasil na segunda metade do século XVIII. Eles representam também uma específica tipologia de conhecimento produzido no Império Português sobre Filosofia Natural: um conhecimento sincrético, em que a reconfiguração envolveu trabalhos anteriores, do Brasil e da Europa, e onde os conhecimentos locais, de indígenas ou colonos, se misturaram com aqueles que vinham de fora da colônia. Com estas ferramentas teóricas, creio poder provar, com mais propriedade, que a produção de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil no século XVIII, extrapola, em muito, quer os agentes, quer os trabalhos, quer os propósitos das chamadas Viagens Filosóficas que têm absorvido a atenção de tantos trabalhos historiográficos. Estas fazem parte de um todo mais vasto, a cuja complexidade este livro vem procurando aproximar-se.

⁴⁹² CONCEIÇÃO, 2018b; CONCEIÇÃO, 2019b.

6. UM MANUAL QUE TODOS POSSAM USAR: AS OBSERVAÇÕES FILOSÓFICO-NATURAIS DE DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO

De todos os agentes produtores de conhecimento filosófico-natural sobre a natureza brasileira, na segunda metade do século XVIII, os militares podem ser colocados entre aqueles que, quantitativamente, produziram um significativo volume de trabalhos. Talvez por estarem em um extrato social que os mantinha conectados com as questões políticas e estratégicas, e porque facilitavam o contato com os incentivos do Estado, ou por terem uma formação que envolvia elementos específicos, como técnica de desenho, e algum conhecimento sobre História Natural, que os capacitava para desenvolver trabalhos de averiguação das potencialidades naturais⁴⁹³.

De maneira geral, a historiografia costuma englobar os agentes produtores de trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil, dentro do complexo dos naturalistas de formação e atuação profissional, que estavam, no mesmo período e sob os auspícios das instituições científicas e do Estado, desenvolvendo estudos nos territórios coloniais. Sendo assim, todo aquele que escreveu, desenhou, descreveu, classificou, observou, anotou, remeteu espécimes, relatou os costumes e usos da natureza pelas comunidades autóctones, analisou a qualidade do solo para plantio ou tratou de questões de transplantações de espécies, acabou sendo denominado como naturalista. Mesmo que o trabalho desenvolvido tenha as características de um trabalho filosófico-natural, devemos tomar o cuidado em não designar todos estes agentes como tendo sido naturalistas, já que, afinal, a formação de cada um e a atuação profissional no momento em que escreveram o trabalho devem ser consideradas como elementos marcantes na produção do conhecimento, e refletidas no trabalho final. Sendo assim,

⁴⁹³ Um exemplo de trabalho produzido por um militar com técnicas de desenho bem elaboradas foi o de Antonio José de Freitas Noronha (Declarado Tenente do Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, em 1789, sendo depois promovido pelo Príncipe Regente a Capitão, em 1801), que aquarelou diversas espécies de árvores frutíferas da Ilha de Santa Catarina, no ano de 1803: *Livro segundo que consta da configuração das árvores e frutas silvestres nomeadas na relação adiante escrita e numerada, de clarando-se ao pé de cada uma dellas, a sua altura, o tempo em que se colhem, como se comem, e os seus prestimos, e são todas quantas há neste Departamento / cuja deligencia me encarregou o Ill. mo S.or Coronel Joaquim Xavier Curado, Governador do mesmo [...]* (disponível em versão online na BNP Digital — <<http://purl.pt/14383>>). Do ponto de vista do discurso filosófico, não encontramos muitos elementos nas descrições de Noronha, que são rápidas, simples, e não descrevem em pormenor as espécies, dando ênfase, principalmente, ao fruto que delas poderiam ser colhidos, e a época que frutificavam. Contudo, os desenhos são detalhados, e seria possível apenas através deles conseguir identificar as espécies. O trabalho de Noronha, é normalmente alocado dentro do complexo de obras feitas por especialistas em desenhos aquarelados.

o trabalho produzido carrega consigo as particularidades relacionadas com muitos elementos, e a formação e atuação profissional do produtor é um deles⁴⁹⁴.

A partir deste argumento, analisarei os manuscritos do militar Domingos Alves Branco Muniz Barreto como sendo produto de um exame filosófico-natural que teve como objetivo e resultado, estudos que envolviam muitos mais fatores do que o simples conhecimento sobre as espécies de plantas medicinais. Aqui, os aspectos políticos, sociais, econômicos e científicos se misturaram, e geraram um resultado final que, a meu ver, é representativo da tipologia de trabalhos sobre a natureza do Brasil na segunda metade do século XVIII.

Muniz Barreto já figurou nas discussões ao longo deste livro. Os trabalhos do militar foram variados, e envolveram discussões políticas e econômicas, com críticas ácidas à Coroa e ao funcionamento das capitanias e das averiguações das potencialidades naturais que poderiam ser cultivadas ou extraídas do Brasil. Tratou da situação dos indígenas, da utilização dos recursos naturais para o comércio, e até mesmo, da situação política de algumas capitanias⁴⁹⁵. Muniz Barreto percorreu boa parte do território brasileiro em finais do século XVIII — da capitania do Rio Grande de São Pedro à capitania da Bahia de Todos os Santos. Nasceu na Bahia em 1748 e morreu no Rio de Janeiro em 1831. Foi capitão do Regimento de Estremoz, sargento-mor de infantaria e governador do presídio da Ilha de São Paulo, antiga comarca da Bahia⁴⁹⁶, e cavaleiro professo na Ordem de S. Bento de Aviz.

A partir da análise de seus trabalhos, que foram muitos⁴⁹⁷, é possível notar que o militar fazia parte de um estrato social que o aproximava de figuras de destaque da política imperial. Talvez por este motivo, Muniz Barreto tenha participado tão ativamente de discussões relativas à política e economia da colônia, e ainda, tenha se inserido dentro do complexo de produtores de trabalhos sobre o Mundo Natural do Brasil. Em relação à sua participação no cenário científico, o qual é centro desta discussão, não existem nos registros da Academia das Ciências de Lisboa menção ao

⁴⁹⁴ CONCEIÇÃO, 2018b.

⁴⁹⁵ O trabalho mais completo sobre o autor foi finalizado em 1998, por Maria Luísa Martins Delerue, que estudou aspectos políticos de algumas obras de Muniz Barreto (DELERUE, 1998). Em trabalho mais recente, Rodrigo Osório Pereira defendeu em 2009, uma dissertação de mestrado onde Branco Muniz figurou com destaque na análise: *A Ciência na Colonial Comarca de Ilhéus: Uma análise dos estudos Botânicos dos Funcionários Naturalistas da Região (1772-1808)*. Outro autor que citou a importância dos manuscritos de Muniz Barreto foi o de Juciene Ricarte Apolinário: *Plantas Nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América Portuguesa* (APOLINÁRIO, 2013).

⁴⁹⁶ MARTINS, 2008a; PEREIRA, 2009; DELERUE, 1998.

⁴⁹⁷ *Relação com a descrição de parte da Comarca dos Ilhéus; Plano sobre a civilização dos índios; Observações que mostram não só o crime de rebelião que temerária e sacrilegamente intentaram alguns moradores da capitania de Minas Gerais, no Brasil, mas a legítima posse de tem os senhores reis de Portugal daquelas conquistas; Observações sobre a prosperidade de Novo Império do Brasil; Observações relativas a Agricultura, Commercio, e Navegação do Continente do Rio Grande de S. Pedro no Brasil; Descrição de parte da Comarca dos Ilheos da Capitania da Bahia dirigida à Academia R. das Sciencias de Lisboa* (Biblioteca Pública do Porto) e *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia* (Academia das Ciências de Lisboa); *Plantas do Certão do Gram Pará; Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios e sublevados nas vilas, aldeias das comarcas dos Ilhéus, Norte na capitania da Bahia*.

nome de Muniz Barreto, portanto, não foi nomeado sócio daquela instituição. Apesar de se ter referido à Academia em um de seus trabalhos, e de o ter enviado para a instituição, não encontrei nenhum tipo de troca de correspondência entre o militar e a Academia. Contudo, a conexão de Muniz Barreto com as políticas de incentivo à averiguação das potencialidades naturais do Brasil é evidente nos seus trabalhos, tanto sobre a capitania do Rio Grande de São Pedro, quanto sobre a comarca de Ilhéus⁴⁹⁸.

Domingos Alves Branco Muniz Barreto dedicou boa parte de seus estudos às comunidades indígenas, e também à Filosofia Natural. Suas observações sobre a natureza do Brasil são singulares e têm um forte componente empírico, o que de fato, foi defendido pelo autor como caminho para o conhecimento e para a prática científica.

Os documentos que analisarei tiveram um interessante percurso, e sua história começou em setembro de 1791, quando o militar enviou um requerimento, endereçado à rainha D. Maria I, solicitando um ano de licença para ir à Bahia⁴⁹⁹, pois estava, na ocasião, no Rio de Janeiro. Não temos os registros recebidos por Muniz Barreto, mas de fato, foi-lhe autorizada a viagem para a Bahia, e lá ele começou a escrever os trabalhos sobre as plantas medicinais da comarca de Ilhéus⁵⁰⁰.

De seus estudos naquela comarca há duas cópias manuscritas de um mesmo texto; uma relação de produtos que foram recolhidos e enviados para Lisboa; e um último, com duas cópias, contendo as estampas e as instruções de recolha de dados sobre as plantas medicinais. Ambos os documentos fizeram parte do mesmo estudo, e provavelmente foram enviados em conjunto, acabando por se separar posteriormente. Hoje, estão dispersos em três centros documentais portugueses, catalogados com nomes distintos, sem indicação de autoria ou data⁵⁰¹: no Arquivo Histórico do Museu Bocage está a *Relação dos produtos que se remetem*⁵⁰²; na Academia das Ciências de Lisboa, encontram-se os documentos sobre a *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia*⁵⁰³ e as estampas *Plantas do Certão do Gram Pará*⁵⁰⁴. Já na Biblioteca Pública Municipal do Porto, temos cópias dos mesmos manuscritos que foram enviados à Academia, intitulados pelos arquivistas da Biblioteca como *Descrição de parte da Comarca dos Ilheos da Capitania da Bahia dirigida à Academia R. das Sciencias de Lisboa*⁵⁰⁵, e *Ervas Medicinais do Brasil*⁵⁰⁶. Partes destes manuscritos foram

⁴⁹⁸ CONCEIÇÃO, 2018c.

⁴⁹⁹ AHU — Baía, cx. 193, doc. 52; AHU_ACL_CU_005, Cx. 194, D. 14121.

⁵⁰⁰ CONCEIÇÃO, 2018c.

⁵⁰¹ Usarei aqui os títulos que foram conferidos pelas instituições que mantêm a guarda de cada um dos documentos.

⁵⁰² AHMB — REM 634.

⁵⁰³ BARRETO, [s.d.].a.

⁵⁰⁴ BARRETO, [s.d.].e. Transcrição completa nos anexos — Anexo 9.

⁵⁰⁵ BARRETO, [s.d.].c.

⁵⁰⁶ O manuscrito BPMP — MS 436 (com as estampas das plantas), segundo pesquisa feita pela Biblioteca Pública do Porto, pertencia ao Visconde de Balsemão — Luís Pinto de Sousa Coutinho, primeiro visconde de Balsemão (1735-1804). Importante político do século XVIII, foi governador da capitania de Mato Grosso (1769-1772), secretário de Estado durante o reinado de D. Maria I, guarda-mor da Torre do Tombo, e sócio da Academia das Ciências de Lisboa.

compilados em uma pesquisa recente, finalizada e publicada em 2008 por Ana Paula Martins. Martins reconheceu a autoria dos manuscritos, a datação (1793) e vinculou o manuscrito com as estampas das plantas medicinais, depositado na Academia das Ciências de Lisboa *Plantas do Certão do Gram Pará*, a Muniz Barreto.

Em sua pesquisa nos arquivos da Academia das Ciências de Lisboa, Martins comparou e encontrou equivalências entre o manuscrito com as estampas das plantas e os que têm a dissertação filosófica sobre as espécies. No documento *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia* é possível encontrar indicações, dadas por Muniz Barreto, ao número das estampas que correspondiam a cada uma das espécies que foram descritas no manuscrito com a dissertação filosófica. Além disso, as descrições das plantas, as aldeias percorridas e a lista dos produtos enviados eram equivalentes às estampas do manuscrito *Plantas do Certão do Gram Pará*. Contudo, em sua pesquisa, Ana Paula Martins não mencionou as cópias dos documentos, tanto aqueles com a descrição filosófica, quanto com as estampas, que estão depositados na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Tais manuscritos encontram-se, também, sem assinatura e catalogados separadamente, tal como na Academia das Ciências de Lisboa. No caso do manuscrito com as estampas das plantas, não há nenhuma assinatura na primeira folha.

Ainda referente à pesquisa feita por Ana Paula Martins⁵⁰⁷, podemos destacar um outro manuscrito utilizado pela autora para chegar à autoria dos demais: Trata-se da *Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios e sublevados nas vilas, aldeias das comarcas dos Ilhéus, Norte na capitania da Bahia*⁵⁰⁸, com duas cópias depositadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Torre do Tombo em Lisboa. Neste documento, Muniz Barreto faz menção aos outros trabalhos escritos por ele, como o *Plano para a civilização dos índios*, ao manuscrito sobre a capitania do Rio Grande de São Pedro, e ainda, ao manuscrito sobre *Comarca dos Ilheos da Capitania da Bahia*, apontando o exato ano em que realizou os estudos filosóficos sobre as plantas medicinais da comarca de Ilhéus. Assim, foi possível chegar, com absoluta certeza, à autoria dos manuscritos, podendo acoplá-los como sendo fruto de um mesmo estudo⁵⁰⁹.

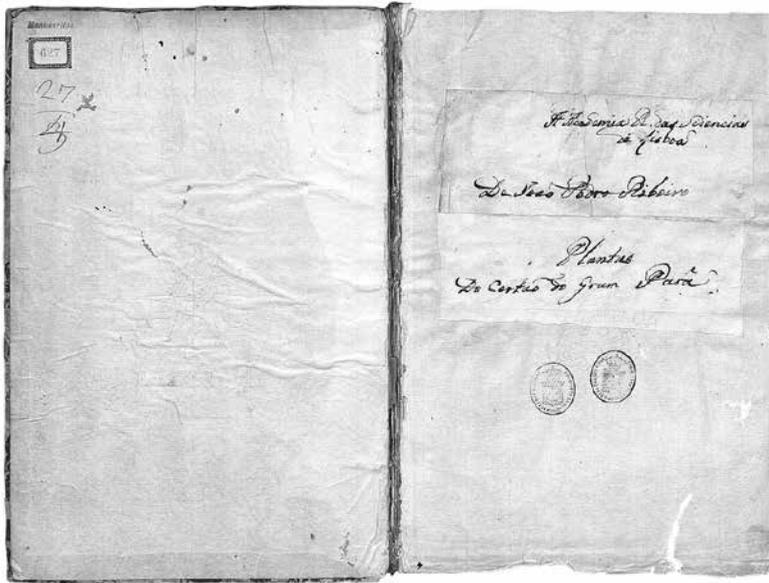
Um outro ponto interessante em relação à confusa catalogação dos manuscritos de Muniz Barreto, pode ser notado na primeira página do documento com as estampas das plantas (depositado na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa). O manuscrito está catalogado como tendo sido produzido por João Pedro Ribeiro (1758-

⁵⁰⁷ MARTINS, 2008a.

⁵⁰⁸ BARRETO, [s.d.].g.

⁵⁰⁹ CONCEIÇÃO, 2018c.

-1839)⁵¹⁰, antigo sócio da Academia das Ciências de Lisboa, um importante escritor e um dos primeiros pesquisadores a nível historiográfico dos documentos existentes nos arquivos portugueses. Podemos notar a mudança de autoria na ilustração abaixo:



II. 5. Capa do manuscrito sobre as Plantas Medicinais de Muniz Barreto
Fonte: BARRETO, [s.d]e

Como se pode observar na cópia da primeira página do manuscrito, foram colados pequenos pedaços de papéis em cima do que deveria ser o título original e o nome do autor. Por esse motivo, este documento ficou por tanto tempo desvinculado de seu verdadeiro produtor.

O que é possível concluir é que os textos fazem parte do mesmo estudo e da mesma viagem, e foram divididos e organizados pelo autor para atender propósitos diferentes, muito possivelmente porque tinham finalidades, objetivos e interlocutores variados. O manuscrito sobre as aldeias e os índios sublevados que ali viviam foi dedicado ao governador da capitania da Bahia, D. Fernando José de Portugal e Castro, e à rainha. Este manuscrito é interessante para se perceber as políticas de controle do Estado sobre as populações indígenas, principalmente no que se refere à catequização e ao uso da mão-de-obra, como justificou o próprio Muniz Barreto:

⁵¹⁰ Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi também presbítero secular, conselheiro da Fazenda, cronista dos domínios ultramarinos e censor régio do Desembargo do Paço.

*A riqueza que oferecem as conquistas pela variedade das suas produções não se pode aproveitar sem que primeiro se tente a melhor civilização dos índios que estão aldeados naquele vasto continente e costumá-los a agricultar, para depois passar a amansar aos que se acham embrenhados e seguindo os erros do paganismo*⁵¹¹.

Além disso, é possível notar as técnicas utilizadas pelos militares para a produção de mapas. O manuscrito contém cinco mapas das aldeias percorridas por Muniz Barreto, sendo estas aldeias as mesmas que ele percorreu para catalogar as plantas medicinais, com o número de habitantes, localização geográfica, descrição das casas e demais construções. Nele, Muniz Barreto afirmou que o objetivo de sua viagem pelas aldeias não foi revelado aos indígenas, que foram levados a acreditar que ele queria apenas obter conhecimento sobre as plantas medicinais locais, e os usos que os autóctones lhes imprimiam:

*Como o Exmo. Governador e Capitão General tinha aprovado a representação que lhe fiz, de que por modo algum devia-se [espalhar] o fim de semelhante diligência, nem fazer-se pública, para que os índios se não pusessem em desesperação, timidez e inquietações, divulguei que o meu destino era fazer algumas observações sobre a história natural naquela rica comarca [...]*⁵¹².

Já os manuscritos sobre as plantas medicinais, foram oferecidos e enviados à Academia das Ciências de Lisboa⁵¹³.

O *Diário de viagem pela Comarca de Ilhéus*⁵¹⁴ tem um interessante discurso sobre a importância de se conhecer o ambiente natural do Brasil. Suas observações procuravam relatar a geografia e a navegabilidade dos rios da região, a fertilidade do solo, a presença de minerais, as culturas agrícolas, as populações indígenas e seus usos e costumes em relação às plantas locais para a cura de variadas moléstias. O militar ainda deu ênfase ao processo de recolha de dados e formação de conhecimento sobre

⁵¹¹ BARRETO, [s.d.].g.

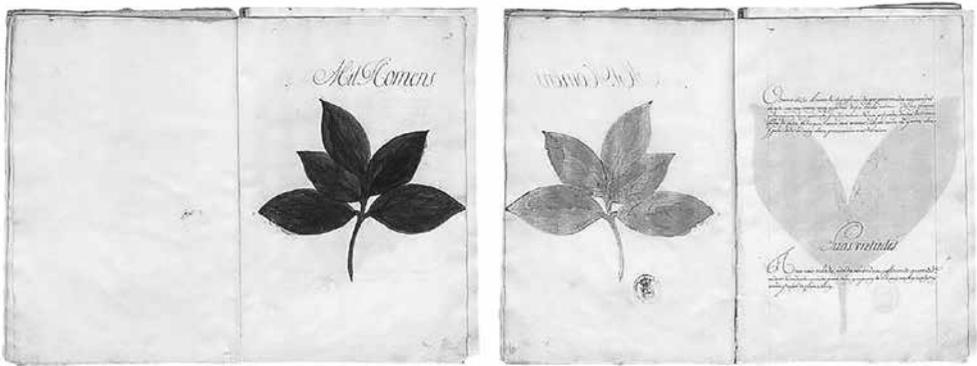
⁵¹² BARRETO, [s.d.].g.

⁵¹³ Nesta análise, a discussão será centrada nos manuscritos filosóficos naturais, uma vez que os relatos das tribos indígenas e das aldeias são descrições físicas e populacionais. Destes trabalhos há duas cópias manuscritas, uma está na Academia das Ciências de Lisboa e a outra na Biblioteca Pública Municipal do Porto. No Arquivo Histórico do Museu Bocage, é possível verificar a lista dos objetos e espécies que foram coletadas por Muniz Barreto e remetidas a Portugal.

⁵¹⁴ Outro agente, contemporâneo de Muniz Barreto, e que escreveu sobre as potencialidades naturais da Comarca de Ilhéus, foi o engenheiro Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá (1762-1835). Nasceu no Brasil, e estudou na Universidade de Coimbra, na mesma turma de José Bonifácio, e escreveu alguns textos sobre a História Natural. Foi tornado sócio da Academia das Ciências de Lisboa em 1793 (ao contrário de Muniz Barreto que nunca o foi), e publicou alguns trabalhos nas *Memorias Economicas da Academia* (ao contrário de Muniz Barreto que nunca teve seus textos publicados). Um dos textos publicados foi o *Ensaio de descrição física, e económica da Comarca dos Ilheos na America*, de 1789. Neste texto, Ferreira da Câmara descreveu a comarca, e citou algumas das mesmas aldeias que foram percorridas por Muniz Barreto. Além disso, ele relatou algumas espécies de plantas, que também foram notadas e catalogadas por Muniz Barreto (VARELA, 2007: 150-175).

as plantas medicinais locais, a partir de suas próprias formulações do que seria mais útil para os indivíduos que viessem a utilizar o seu trabalho em pesquisas de campo.

Sendo assim, na segunda parte do estudo Muniz Barreto iniciou o texto dando indicação de como estampou as espécies, e seguiu assinalando o que para ele deveria ser a melhor maneira de se verificar as qualidades e préstimos das plantas, e explicou o melhor modo que se deveria utilizar para recolher as espécies. Por fim, desenhou e deu a descrição física e os usos de praticamente todas as plantas que foram inicialmente descritas. A maneira como ele organizou o trabalho com as estampas pode ser examinado na ilustração abaixo.



Il. 6. *Plantas do Certão do Gram Pará*

Fonte: BARRETO, [s.d.]e

Por fim, o número de cópias dos manuscritos sobre as plantas medicinais da comarca de Ilhéus feitas pelo militar e o fato de uma delas ter acabado com o Visconde de Balsemão, denota, uma vez mais, que Muniz Barreto tinha claro interesse em que os seus trabalhos circulassem e acabassem por ser aceites e utilizados pelos intelectuais na Metrópole.

Na análise que aqui proponho, vou utilizar as cópias que estão na Academia das Ciências de Lisboa, e a análise será centrada nos processos de construção de saberes por Muniz Barreto, a partir dos processos de reconfiguração do conhecimento sobre as plantas medicinais, e do carácter local do trabalho produzido pelo militar.

6.1. AS REGRAS DE MUNIZ BARRETO PARA RECOLHA, PREPARAÇÃO, DESCRIÇÃO E ENVIO DAS ESPÉCIES DE PLANTAS

Em uma altura em que os mais variados agentes ligados ou não à Coroa estavam inseridos no contexto de averiguação das potencialidades naturais e da construção de conhecimentos filosófico-naturais sobre o Brasil, a figura deste militar, no meu

entendimento, se destacou e ao mesmo tempo se configurou como um exemplo dos produtores de trabalhos de História Natural da segunda metade do século XVIII. Farei a análise do trabalho de Muniz Barreto a partir de um enfoque científico, buscando compreender a maneira e os motivos que o levaram a escrever um trabalho sobre plantas medicinais. Para tanto, inicio este estudo com quatro perguntas: O que viria a ser um conhecimento, ou trabalho, útil, na concepção de Domingos Alves Branco Muniz Barreto? Como o trabalho deveria ser produzido? Para quem? Com que objetivo? Estas, provavelmente, foram perguntas feitas pelo próprio Muniz Barreto quando iniciou as suas pesquisas no interior da capitania da Bahia. Ao longo de seu trabalho, ele procurou respondê-las, dando ao seu leitor não somente o conhecimento sobre as espécies de plantas, mas também os métodos que utilizou, porque os utilizou, para quem os pensou, e qual era o seu objetivo.

Farei a análise partindo do último parágrafo do manuscrito com as descrições de sua *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia*⁵¹⁵, e passarei, em sequência, para as primeiras páginas do manuscrito com as estampas das plantas e com os apontamentos de Muniz Barreto sobre suas técnicas de coleta de dados.

Começo ressaltando o fato de Muniz Barreto ter remetido seu trabalho à Academia das Ciências de Lisboa. Ele avisou sobre os objetivos daquele estudo logo nas primeiras páginas, salientando que:

*Quando essa respeitável e sábia Academia se queira servir de receber esta memória, apesar das suas irregularidades, mistura e confusão, poderá comunicar-me os meios pelos quais deverei adiantar as minhas observações, pois, ainda que o método e o estilo que sigo sejam muito alheios da ciência, ainda de um mediano naturalista, quem não sabe se qualquer dos sócios de que a mesma Academia se compõe é capaz de reduzir à regra aquilo que não é próprio das minhas forças, mas, talvez, de outro mais iluminado; não fazendo também conta a mesma Academia da falta de termos próprios de que usam na sua linguagem os naturalistas ex professo, porque creio que, deixando de parte esse obstáculo, se poderia isso não só disfarçar, mas permitir, reduzindo-se a modo que todos entendessem o que lessem, que todos pudessem escrever o que vissem e descobrissem. Regra esta que faria estender mais o comércio e adiantar a indústria*⁵¹⁶.

⁵¹⁵ O manuscrito que utilizo nesta análise é a cópia que está depositada na Academia das Ciências de Lisboa. Trabalho com os originais, em associação com a versão transcrita e impressa por Ana Paula Martins. A numeração das páginas virá de acordo com a versão manuscrita e a versão impressa, pois assim, acredito que o acesso à fonte se torne facilitada. Lembro que a cópia deste manuscrito que se encontra na Biblioteca Pública Municipal do Porto é exatamente igual à da Academia das Ciências de Lisboa. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 374 (25); BPMP — MS 688 (vd. BARRETO, [s.d.]a).

⁵¹⁶ BARRETO, [s.d.]a: 302v., destaque nosso.

Neste parágrafo, o militar deixou claro que o seu objetivo era escrever um trabalho que todos pudessem ler e utilizar. Ele ressaltou para a Academia, que reconhecia suas limitações sobre os conhecimentos específicos de História Natural no que diz respeito a coleta de espécies e catalogação. No entanto, não deixou de indagar sobre uma possível conexão com os agentes ligados à Academia que poderiam utilizar o seu trabalho como matéria-prima para estudos mais complexos. É claro que aqui vemos, mais uma vez, o estabelecimento de um diálogo de corte, onde a aceitação do trabalho estava diretamente relacionada com o *status* do produtor. Contudo, é interessante notar que o militar tentou produzir um trabalho com características próprias, reconhecendo o fato de não ser um naturalista de formação e admitindo que isso imprimiria características distintas ao seu estudo.

Ele ainda se referiu às estampas das plantas, procurando deixar clara a sua metodologia de recolha de dados:

[...] quanto às estampas que remeto, sei que essa Academia poderá notar o não serem estampadas as ervas e arbustos proporcionalmente no seu todo e raiz, o que não pus em prática tanto porque o tempo me não sobrava como por me parecer que semelhante sistema somente sem ser acompanhado da estampa do verdadeiro tamanho, feitio e cor da folha não é o mais próprio, porque ainda um perito ervolário, por estampas reduzidas a pequeno ponto, não poderá procurar de modo algum o que se lhe pedir, quanto mais os que disso não tiverem inteligência⁵¹⁷.

Assim, ele finalizou o texto filosófico-natural, deixando claro que o seu objetivo com aquele trabalho era produzir algo que pudesse ser utilizado por outros indivíduos, fossem eles intelectuais vindos da Metrópole, ou indígenas.

No entanto, a maior parte do discurso explicativo de sua metodologia para elaborar seus trabalhos estão no manuscrito com as estampas das plantas medicinais.

Em *Plantas do Certão do Gram Pará* (transcrição — Anexo 9), Muniz Barreto descreveu quais foram as suas *Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais e fazer recolher as suas ramas e raízes em tempos próprios, não só do modo que apontam os melhores autores, mas segundo as reflexões que tenho feito a este respeito*. Neste documento notamos que o militar tinha algum conhecimento das técnicas utilizadas pelos naturalistas para recolha de espécies de plantas, e para a sua catalogação. Contudo, ele imprimiu ao trabalho o conhecimento derivado de suas próprias experiências, e criou o que para ele seria um sistema ideal de observação e coleta de dados — um conhecimento produzido a partir das próprias experiências, e daquilo que coligiu de outros indivíduos.

⁵¹⁷ BARRETO, [s.d.]: 291v.-292.

Muniz Barreto desenvolveu seu próprio sistema de catalogação e descrição das espécies — baseado quase exclusivamente no conhecimento indígena (matéria sobre a qual tratarei com pormenores no próximo capítulo), pois, segundo ele, a observação do conhecimento indígena sobre os usos das plantas era a melhor maneira de ampliar a utilização do seu trabalho por pessoas não instruídas no assunto, e que pudessem, desta forma, encontrar e saber a utilidade de cada uma das espécies que estavam sendo catalogadas. Seu trabalho pode ser considerado como um manual técnico de recolha de plantas medicinais que pudesse ser utilizado por qualquer indivíduo. E o militar deixou isto muito claro em seu texto:

Sobre as ervas medicinais de que remeto a cópia, suposto que as suas ramas não estampadas com toda a exatidão, assim em feitio e cor como em sabor [...]; porque, ainda que seja muito útil que nas estampas, a bem do que vou advertir, se pratique este meu sistema, que é de estampar uma pequena parte da rama de qualquer vegetal ou arbusto de modo que por elas, ainda sem inteligência, se possa procurar nos campos o que se precisar, nem por isso (com mais juízo e vagar do que não tive) se devem também deixar de estampar no todo os mesmos vegetais, demonstrando o seu caule, ou tronco, a sua configuração etc.⁵¹⁸.

Desta forma, na primeira página do manuscrito, o militar descreveu sua técnica e os motivos que o levaram a produzir um trabalho, que segundo ele, continha características próprias.

Ele ainda explicou o método que utilizou para estampar as plantas, deixando claro que reconhecia aqueles que eram comumente utilizados, e depois apresentou o que, para ele, seria o melhor método:

Alguns usaram, para estampar com mais facilidade, de fazer grudar em cima do papel com certa resina quaisquer folhas, asseverando que a sua duração seria a de muitos séculos. Porém, e muito que assim este não é o modo de estampar, porque a natural folha mostra assim o que na verdade é, por este sistema a cor em poucos dias, ou logo de todo fica perdida. Não sucederá isto estampando-se logo com a imprensa do meu uso porque, além de não definir coisa alguma de quanto em si contêm os mesmos vegetais, se lhe dá depois a sua natural cor de um modo particular que também para isso sigo, a qual fica sempre conservada com a espécie de verniz de que uso por cima, depois de os figurar, não aprovando de modo algum

⁵¹⁸ BARRETO, [s.d.]: fl. 2, destaque nosso.

*as estampas de fumo que em quanto a mim fazem aumentar depois a reflexão e o trabalho, quando por elas se pretenda fazer algum exame ou combinação*⁵¹⁹.

Como já discutido nos capítulos anteriores, muitos agentes escreveram sobre as técnicas que deveriam ser utilizadas para estampar e recolher espécies de plantas em território colonial, como Manoel Joaquim de Souza Ferraz, Vandelli, e a própria Academia das Ciências de Lisboa — com as instruções de 1781 aos sócios correspondentes. Na *Memoria da Academia*, por exemplo, a técnica para recolha de plantas é descrita da seguinte forma:

*[...] se colherão as plantas pequenas com raiz, tronco, folhas, flores e frutos. Das plantas, que não produzem no mesmo tempo as flores e os frutos, se colherão dois pés, cada qual tenha huma das duas coisas. [...] Para se secarem estes ramos, ou plantas inteiras, depois de se estenderem perfeitamente todas as suas folhas entre dois papeis pardos, se comprimirão em huma imprensa, ou debaixo de huma taboa carregada de pezos, mudando de papeis huma ou duas vezes no dia, até que esteja de todo extrahida a sua humidade. Para maior segurança, depois dessa operação, sera conveniente expor por algum tempo ao calor do sol estas plantas, quando se tirão a última vez da imprensa. Feito isso, se estenderão segunda vez os indivíduos de cada espécie separadamente em diversos papeis, os quais se acamarão em caixas de Flandres [...]*⁵²⁰.

Domingos Alves Branco Muniz Barreto não indica se teve acesso a essas instruções, mas podemos notar que ele tinha algum conhecimento sobre isso, e que acabou por reconfigurar as técnicas que deveriam ser utilizadas, criando um sistema que pode não ter sido totalmente novo, mas tem características particulares. Como vimos na Parte II, esta não foi uma prática exclusiva de Muniz Barreto. Muitos outros acabavam por adotar medidas próprias para realizar os estudos.

Continuando com seus métodos para distinguir as plantas e suas propriedades medicinais, o militar relatou os melhores meios «pelo que pertence ao conhecimento dos mesmos vegetais, suas qualidades e préstimos», ressaltando que conhecia algumas das técnicas de observação e de comprovação das qualidades medicinais utilizadas pelos naturalistas:

Para conhecer a qualidade dos vegetais, alguns julgaram dela e de seu grau de temperamento pelo mais ou menos aromático ou malcheiroso e ainda pelas

⁵¹⁹ BARRETO, [s.d.]: fls. 2-3, destaque nosso.

⁵²⁰ *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa [...]*, 1781: 29.

*cores, porém isto é debaixo de uma combinação que a todo o instante falha, porque nem tudo o que cheira bem tem qualidades quentes e nem tudo o que cheira mal qualidades frias, que esta era a regra geral. Outros quiseram que tais conhecimentos estivessem no tato tomado entre as ervas, julgando seca a que pela sua consistência era dura, e toda a que era branda por úmida, o que também pode falhar, como falha muitas vezes*⁵²¹.

É evidente que ele tinha conhecimento a respeito das técnicas utilizadas pelos botânicos, médicos e naturalistas para reconhecer as características medicinais das plantas, e ainda fica claro que Muniz Barreto conhecia os princípios básicos da teoria humoral, onde a saúde do corpo dependia do equilíbrio entre os humores, que eram constituídos por quatro elementos: sangue (quente e úmido); fleuma (fria e úmida); bÍlis-amarela (quente e seca); e bÍlis-negra (fria e seca). Para reequilibrar os humores, o indivíduo deveria ingerir substâncias que contivessem um ou mais dos elementos, a depender da doença que os acometia. Por essa razão, no caso das plantas medicinais, era primordial reconhecer as qualidades humorais, no intuito de se verificar a sua utilidade e o grau de eficiência⁵²².

Para testar o tal grau de eficiência das plantas, ele relatou o modo mais apropriado para isto, corroborando com opiniões que extraiu de outros autores, e escolhendo o melhor sistema para utilizar em seus próprios estudos:

*Sendo três as diferentes opiniões que a este respeito se têm seguido, e seguem, parece-me que a mais certa é a do sabor que na boca nos der qualquer folha, se bem que se deve proceder nestas provas com toda a cautela, tanto para que não diversifique do seu próprio gosto, como do dano que pode resultar dos venenos cujo sabor se divide em áspero, e este de três qualidade: amargo, agudo, azedo, insípido e doce*⁵²³.

Esta técnica, observada por ele, era frequentemente utilizada para testar espécies de plantas desconhecidas, sempre se baseando na teoria hipocrática e galênica. De maneira geral, as plantas eram conhecidas por suas características organoléticas, ou seja, a partir dos testes relacionados com o gosto, o odor, a textura, associados às condições relativas ao ambiente no qual poderiam ser encontradas⁵²⁴. Na teoria humoral, quatro eram os gostos tidos como primários para se identificar a qualidade das plantas: *amargo, azedo, salgado e doce*. Estas, por sua vez, eram associadas a pares de qualidades dentro do complexo de especialidades galênicas, sequencialmente: *quente*

⁵²¹ BARRETO, [s.d.]: fl. 3, destaque nosso.

⁵²² CONCEIÇÃO, 2018b; SILVA, 1999: 93; DIAS, 1999: 92-103.

⁵²³ BARRETO, [s.d.]: fls. 3-4.

⁵²⁴ CONCEIÇÃO, 2018c.

e seco, seco e frio, frio e húmido e húmido e quente⁵²⁵. Ou seja, para cada sabor, havia uma dupla de qualidades humorais que deveriam ser analisadas.

Sobre este aspecto, é interessante notar que Muniz Barreto reconfigurou o conhecimento sobre a teoria humoral ao desenvolver as suas próprias anotações sobre as melhores maneiras de se reconhecer as propriedades medicinais das plantas da comarca de Ilhéus, acrescentando alguns sabores e associando-os às qualidades galênicas de cada uma delas. Segundo ele:

O sabor áspero da primeira e segunda qualidades são os que apertam mais ou menos; um e outro têm qualidades terrestres e frias. O terceiro, que é o que modifica a língua, fica a sua qualidade em meio grau de temperamento. As amargas são de natureza terrestres, tendo algumas partes quentes e muito sutis. As agudas, sendo as que mordem a língua, são excessivamente quentes. As agras azedas são frias e de sutis partes. As insípidas, ou desabridas, constam de partes frias e aquosas. As doces, que de britam são quentes, porém debaixo de um calor temperado, que não incendeia. Além destas, há algumas que, sendo untosas, ou oleosas, são aquosas, e outras que em si têm duas qualidades: amarga e aguda. Aqui é que devem trabalhar os que tiverem perícia nestes conhecimentos⁵²⁶.

Esta prática, de acrescentar novas qualidades às plantas, não foi exclusividade dos estudos de Muniz Barreto. Na verdade, podemos dar alguns exemplos de autores que escreveram sobre as propriedades e usos de plantas medicinais, e que ultrapassaram as designações da teoria humoral para reconhecer as qualidades das plantas (*amargo, azedo, salgado e doce*), tais como João Curvo Semedo (1635-1719)⁵²⁷; Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731)⁵²⁸; Manoel Rodrigues Coelho (1687-?)⁵²⁹; Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762)⁵³⁰. No momento em que a recolha de informações estava sendo feita, os estudiosos descobriam que não era possível, ou suficiente, tentar encaixar as qualidades das plantas apenas em quatro categorias. Sendo assim, este tipo de reconfiguração de conhecimento era prática recorrente, e fruto das experiências empíricas de cada autor.

Após relatar sobre as qualidades das plantas e a melhor maneira de as identificar, Muniz Barreto deu sequência ao seu método, e passou a dissertar sobre as melhores maneiras de se recolher os espécimes, salientando que o pior período seria a temporada de chuvas, pois a planta se enfraqueceria. Esta preocupação do

⁵²⁵ DIAS, 1999: 92-103.

⁵²⁶ BARRETO, [s.d.]: fls. 3-4, desta que nosso.

⁵²⁷ Nas obras: *Polianteia Medicinal; Notícias Galênicas e Químicas*, 1697; *Atalaia da Vida contra as Hostilidades da Morte*, 1720.

⁵²⁸ *Ancora Medicinal*, 1731.

⁵²⁹ *Pharcopeia Tubalense*, 1735.

⁵³⁰ *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica*, 1735.

militar corrobora o princípio galênico de que o ambiente e suas variações poderiam ser fatores influenciadores nas qualidades medicinais das plantas. Ele ainda alertou seus leitores para que houvesse atenção no período certo para se colher os frutos das plantas, pois assim seria mais fácil assegurar uma maior conservação e utilidade para determinada espécie. Em relação a isso, ele advertiu sobre diferenças no período de colheita entre a Europa e o Brasil, pois:

*Se a semente, [...] for a que tiver a virtude, devo advertir que, suposto nos países da Europa costumem recolher as sementes depois de terem secado de todo no arbusto, no Brasil se devem recolher logo que principiarem a secar, pois, do contrário, e seguindo-se o mesmo que ali se pratica pela proximidade da zona e ardência do sol, este fará evaporar toda a sua virtude*⁵³¹.

Para o século XVIII, não há uma regra única que se refira ao melhor período para se coletar as sementes das plantas medicinais. Na verdade, para cada planta havia um período específico, que estava relacionado com as questões geográficas e climáticas. Esta regra de Muniz Barreto não se encaixa dentro dos princípios adotados pelos botânicos, médicos, farmacêuticos ou naturalistas do período, mas trata-se de uma observação própria, provavelmente fruto de seu particular entendimento do que seria mais eficiente neste quesito, ou talvez possa ser alguma indicação que recebeu dos indígenas que conheciam as sementes. Seja qual for, vemos aqui, mais uma vez, um processo de construção de conhecimento baseado na reconfiguração de princípios que Muniz Barreto absorveu de várias frentes: conhecimento científico específico sobre o tema, observações empíricas e conhecimento que recebeu das populações indígenas.

Já sobre o transporte das espécies, o militar pouco aprofundou. Ele apenas afirmou que os exemplares deveriam ser enviados em «vasilhas de barro vidrado»⁵³². Contudo, a partir da lista de espécies enviadas por ele, é possível notar que foram seguidas algumas regras para o envasamento e transporte. Por exemplo, nas remessas 22 e 23, ele disse que enviou: «Óleo de mucuiba-assu, cuja fruta vai na boceta nº 13; e Óleo de mucuima-merim, cuja fruta vai na boceta nº 14»⁵³³, muito possivelmente nos tipos de vasos que ele próprio descreveu⁵³⁴. Ele teve o cuidado de colocar em

⁵³¹ BARRETO, [s.d.]: fl. 4.

⁵³² BARRETO, [s.d.]: fl. 4.

⁵³³ AHMB — REM 634.

⁵³⁴ Lista completa da remessa enviado por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que está depositada no Arquivo Histórico do Museu Bocage (remessa 634). Segundo consta na lista, o militar enviou: «1. Pedra betumosa do morro de Amaro Mendes; 2. Ocre amarelo do outeiro do Giz; 3. Ocre branco do outeiro do Giz; 4. Cipó-de-cruz, chamado de pau-de-santa-cruz; 5. Frasquinho com tinta de jectibá; 6. Estopa de jectibá; 7. Baga de louro; 8. Fruta que se assemelha à pimenta-da-ásia; 9. Couros tintos com lama preta da Vila de Santarém; 10. Terra ou lama que tinge de preto; 11. Lã de embirossu; 12. Erva em rama de Grasso; 13. Mucuiba-assu; 14. Mucuiba-merim; 15. Andás ou sapecoeranas; 16. Frutas com a configuração de miolos e de que extraí o óleo qual o frasquinho nº 17; 17. Franco com óleo da dita fruta;

vasos, separando o óleo da fruta, uma prática que estava de acordo, por exemplo, com as instruções da Academia relativas ao transporte das plantas. Nas *Instruções*⁵³⁵, é clara a indicação de que o transporte deveria ser feito de maneira individual, para que se conservassem todas as propriedades das espécies⁵³⁶.

Neste contexto, onde podemos alocar o militar baiano, os estudos de História Natural acabavam por ser constituídos como uma atividade de valor utilitário imediato⁵³⁷. O objetivo dos agentes que faziam estudos sobre o Mundo Natural era encontrar um Sistema Natural no qual pudessem identificar, classificar e agrupar as espécies a partir de sua essência⁵³⁸, e neste caso, seria o das propriedades medicinais. Além disso, este sistema deveria ter uma estrutura primária que pudesse servir como base para a classificação das espécies, o que podemos notar claramente no texto de Muniz Barreto.

Ao finalizar sua dissertação sobre como recolheu, preparou e classificou as espécies de plantas, o militar sequenciou as estampas com suas respectivas descrições e virtudes medicinais.

*Guitôco cheiroso — Cresce a sua caule a altura pouco mais de huma vaza, as suas folhas, que deitão para partes oppostas, são do mesmo feitio, tamanho, orla, divisão e cor, que se mostra, dendo hum pel em todas, e pela sua caula muito perceptivel, assim como os filamentos, que se observão com hum carocinho no fim, como huma especie de semente. O seu sabor hé doce aromatico. Suas virtudes — Serve a sua raiz sendo cozida para cristeis purgativos, e para banhos contra a parlesia, eterícia, e o seu talo e folhas cozidas provoca as ourinas*⁵³⁹.

Muniz Barreto utilizou a mesma técnica descritiva para todas as plantas, e é possível notar que ele aplicou os mesmos métodos para descrever e estampar cada uma das espécies, introduzindo contributos ao que deveriam ser os métodos para recolher, preparar e classificar.

Um último detalhe que compõe os métodos de Muniz Barreto para identificar as espécies de plantas medicinais, aponta para uma vertente crítica — que por sinal foi prática recorrente em seus textos. A crítica foi dirigida aos médicos da colônia

18. Gravatá-coroá; 19. Frasco com a fruta que se assemelha a azeitonas; 20. Cabos de jussara, sendo o da grossura de uma polegada o que serviu para a experiência que fiz com o cabo de linho-cânhamo; 21. Jussara em rama; 22. Óleo de mucuiba-assu, cuja fruta vai na boceta nº 13; 23. Óleo de mucuima-merim, cuja fruta vai na boceta nº 14».

⁵³⁵ *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa* [...], 1781.

⁵³⁶ *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa* [...], 1781.

⁵³⁷ BRIGOLA, 2003: 365.

⁵³⁸ HANKINS, 2002: 145.

⁵³⁹ BARRETO, [s.d.]: 40, destaque nosso. Numeração do manuscrito com as estampas da biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Não utilizo aqui a transcrição feita por Ana Paula Martins, pois a publicação das estampas das plantas no livro *O Gabinete de Curiosidade de Domenico Vandelli* não está completa.

e as práticas médicas utilizadas por eles. Segundo Muniz Barreto, apenas os indígenas tinham o conhecimento sobre as plantas medicinais e as utilizavam de maneira ampla. O militar ainda afirmou que a utilização pelos médicos de espécies de plantas recém-descobertas, não era uma prática comum, e que:

[...] ainda que se faça uma grande descoberta nesse interessante artigo, os únicos indivíduos que se aproveitaram disso, como se aproveitam, são os índios, a cujos lugares não chegam os médicos deste país, que nada mais fazem para um costume abusivo que esgotarem os miseráveis enfermos com sangrias, confiando mais nas moléstias que são de mais porte de terras e minerais etc. do que nos vegetais que têm no seu próprio continente, e cheios de vigor, até pela pronta aplicação que dele se pode fazer enquanto estão em toda a sua força; pois, quando muito, só fazem dar grande consumo a malvas, chicória, borragens, ou flores de viola, com o que pretendem curar todas as enfermidades que no seu princípio também as mais delas são apelidados por simples defluxos⁵⁴⁰.

É possível que a incorporação de novas espécies de plantas nas boticas e na prática médica pudesse ser dificultada, contudo é importante ressaltar que estas críticas, que eram comuns, não apenas nos discursos do militar, mas também feitas pelos mais variados agentes, não devem ser tomadas como norte para caracterizar um cenário total, principalmente em se tratando do conhecimento, utilização e circulação de plantas — não apenas em território colonial, mas em todo o Império⁵⁴¹.

Dentro do contexto no qual estes agentes estavam inseridos, a crítica era parte fundamental do trabalho e dizia respeito, muitas vezes à posição social à qual estava inserido e aos interlocutores que receberiam o trabalho. No entanto, tais críticas não podem ser tomadas como fator primordial para compreendermos o cenário político-científico do período, como já tratei nos capítulos anteriores. No caso das plantas, principalmente as medicinais, a utilização, o conhecimento e a circulação entre os médicos e boticários era disseminada, e constituía, inclusive, uma importante parcela da economia do período⁵⁴². Somado a isso, principalmente na segunda metade do século XVIII, houve uma intensificação dos incentivos às pesquisas sobre plantas medicinais, fato este que, inclusive, fomentou o interesse de Muniz Barreto para pesquisar e escrever um trabalho sobre as plantas medicinais da comarca de Ilhéus.

⁵⁴⁰ BARRETO, [s.d.]: 4, destaque nosso.

⁵⁴¹ É o mesmo caso das críticas contundentes feitas pelos intelectuais portugueses, que fizeram o périplo europeu, em relação à política e à educação. Muitos historiadores basearam as suas análises no caráter puramente crítico das fontes documentais produzidas por este grupo específico de agentes, que direcionavam seu discurso e suas críticas às questões políticas e econômicas do Reino, sempre estabelecendo parâmetros de comparação com países estrangeiros, como Inglaterra e França. Neste sentido, o cenário científico de Portugal acabava por ser colocado como inferior em relação ao de outras localidades construindo-se assim, a ideia de uma ciência atrasada.

⁵⁴² DIAS, 2007: 129-173; BRACHT, 2017; SILVA FILHO, 2017.

Depois desta análise dos métodos de recolha de dados elaborados por Muniz Barreto, podemos passar para a análise dos conteúdos de seu discurso filosófico-natural.

6.2. A DISSERTAÇÃO FILOSÓFICO-NATURAL: PROCESSOS DE RECONFIGURAÇÃO E CARÁTER LOCAL DO CONHECIMENTO

Antes de iniciar esta análise, é preciso reforçar algumas bases conceituais fundamentais. Primeiro, é preciso salientar que o trabalho de Muniz Barreto foi desenvolvido a partir de seu contato direto com as populações indígenas que habitavam as aldeias da região percorrida por ele. E depois, que Muniz Barreto deixou evidente que utilizou todo o conhecimento possível, proveniente destas populações autóctones, para construir o seu estudo sobre as plantas medicinais. Neste sentido, o trabalho do militar baiano contém todos os elementos que permeiam os processos de reconfiguração do conhecimento⁵⁴³. Como já foi discutido no início deste capítulo, tais processos de reconfiguração do conhecimento ou ressignificação, podem acontecer em zonas de contato, a partir do envolvimento de variados agentes, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos. Poderiam, ainda, envolver os jogos de poder e hierarquia entre os agentes participantes neste sistema de reconfiguração⁵⁴⁴.

Tais processos, por sua vez, podem ser alicerçados nas escolhas e trocas de informações entre os agentes, tendo em conta as relações de poder e hierarquia que, muitas vezes, são impostas aos subjugados⁵⁴⁵, mas sobretudo, indagando sobre até que ponto esta troca não fez parte de um processo de triagem, em que, em algum momento, a escolha em relação ao que oferecer, e ao que absorver não foi totalmente determinada pela hierarquia. Neste contexto, a hierarquia e o poder não são notados como únicos elementos no processo de reconfiguração, mas sim como sendo parte de um processo de trocas e interações muito mais complexos. É por essa razão, mais uma vez, que tratamos aqui de processos de reconfiguração (que envolvem uma extensa circulação de conhecimentos), construção, extensão, encontro, poder, resistência e negociação, que por sua vez ocorrem no âmbito das interações transculturais⁵⁴⁶. Circulação de conhecimento (o termo circulação serve como contraponto à ideia de difusão, ou disseminação ou transmissão), portanto, implica incremento, e não simplesmente reprodução em outros espaços de estruturas e noções previamente formadas. Sobre este aspecto, Muniz Barreto pode ser tomado como exemplo, pois, como vimos até agora, o militar não se limitou a reproduzir o conhecimento que recebeu para construir suas instruções para recolha de dados, antes fez suas próprias adições.

⁵⁴³ RAJ, 2010; RAJ, 2013.

⁵⁴⁴ CONCEIÇÃO, 2018b.

⁵⁴⁵ PRATT, 1992.

⁵⁴⁶ RAJ, 2010; RAJ, 2013; PRATT, 1992.

Para a análise do trabalho de Muniz Barreto sobre as plantas medicinais da Bahia, é preciso, primeiro, ressaltar e assimilar o seu contato com as populações autóctones, e considerar que este processo de trocas de conhecimento não teve um agente principal que tenha participado de forma exclusiva no processo de construção do conhecimento. Como veremos, não há uma figura de destaque, mas sim um processo de interação. A questão aqui será compreender que estes processos de circulação e reconfiguração do conhecimento, no qual Muniz Barreto se encaixa, têm em seu cerne intrínsecas relações de poder e trocas, e que estas relações e trocas ocorriam entre todos os agentes envolvidos. Sendo assim, o conhecimento formado passa a ser um produto não totalmente europeu, e não totalmente autóctone — é um processo sincrético⁵⁴⁷. Por esta razão, ainda é preciso levar em consideração o caráter local nos processos de construção de conhecimento, pois, no caso do trabalho de Muniz Barreto, o *locus*⁵⁴⁸ acabou por determinar algumas características específicas do conhecimento produzido. No caso do trabalho de Muniz Barreto, o fator local definiu não apenas as plantas que ele catalogou, mas também o conhecimento sobre elas, na medida em que colheu as informações das populações indígenas locais. Para cada aldeia, novos agentes foram envolvidos⁵⁴⁹.

A partir destes argumentos, passo agora para a análise do manuscrito, na tentativa de demonstrar como estes processos podem ser verificados no trabalho de Muniz Barreto, em que o estabelecimento da relação de poder e hierarquia entre ele e os indígenas não significou a ausência de escolhas entre ambos os envolvidos no processo. Como veremos, as plantas analisadas e catalogadas pelo militar foram trazidas até ele pelos indígenas, e em grande maioria, foram selecionadas por eles. No entanto, Muniz Barreto não se lançava ao conhecimento autóctone de maneira cega. O militar procurou fazer suas próprias experiências em relação aos conhecimentos que os indígenas, ou colonos, traziam até ele. Para isso, realizou testes, tirou prova, experimentou a técnica que lhe fora ensinada, e muitas vezes corrigiu as informações que lhe foram dadas, desenvolvendo, como veremos, um processo completo de reconfiguração.

Neste manuscrito, Muniz Barreto relatou sua viagem pelas aldeias, destacando todo o processo de construção de conhecimento sobre as plantas locais. A partir deste estudo, que envolveu diversos agentes locais, é que o militar produziu o manuscrito com as estampas das plantas e as regras para um melhor conhecimento sobre cada uma delas. Por isso, o manuscrito foi dividido em duas partes — *Introdução e Observações*. Na breve introdução, ele escreveu sobre os estudos que fez, e alertou o receptor do trabalho — a Academia das Ciências de Lisboa —, que mesmo não sendo um naturalista de formação, possuía sabedoria e luzes para se lançar ao desafio de

⁵⁴⁷ CONCEIÇÃO, 2018c; CONCEIÇÃO, 2017.

⁵⁴⁸ LIVINGSTONE, 2003.

⁵⁴⁹ CONCEIÇÃO, 2018b.

escrever sobre as plantas medicinais. Agradeceu ao ouvidor da comarca de Ilhéus (Francisco Nunes da Costa), e à rainha D. Maria I.

Em seu discurso de oferta do trabalho, demonstrou conhecer a prática da Academia em conceder prêmios às memórias que lhes eram submetidas, demonstrando ter tido algum interesse neste assunto. Referiu-se ao fato de ter feito suas observações no período de um mês, reconhecendo ter sido pouco tempo, e por isso não ter observado com mais minúcia cada uma das espécies. E aproveitou para criticar autores que escreveram sobre a mesma matéria:

Pode também a mesma Academia certificar-se da verdade e singeleza das mesmas observações, sem que obste o não aprofundar muitas coisas que requereriam mais tempo e sossego e que não podiam caber nos limites do apressado giro de um mês, cuja falta poderia bem remediar com a patranha se para mim tivera passado aquela espécie de contágio que atacou a alguns que têm oferecido a essa ilustre Academia sobre os produtos do Brasil várias relações, consistindo a sua glória em dizerem coisas novas, ainda que assaz sejam fabulosas⁵⁵⁰.

Muniz Barreto referiu-se ao período de sua viagem como não tendo sido o mais propício para as observações, pois as espécies analisadas não estavam no período de reprodução. E ainda ressaltou que tinha o desejo de classificar as plantas de acordo com a sistemática lineana — «e quando florescem os mais deles, ou quase todos, para se poderem reduzir à classe de Lineu, o que não pude transferir»⁵⁵¹, mas advertiu que não o fez, pois a época não era propícia, não estando muitas das espécies de plantas em seu estágio de desenvolvimento próprio para observação. Somava-se a isso o fato de que ele não teria tempo para finalizar o trabalho, pois não poderia esperar pelo período ideal (lembro aqui que seu objetivo quando da formação deste trabalho estava dividido, pois o foco principal era a observação das tribos indígenas para fins de controle).

Passando para as suas observações filosóficas, iniciou com a descrição geográfica do local de onde partiu, e do local de sua chegada. Neste momento, as características relativas à navegabilidade dos rios foram notadas e anotadas. Além disso, Muniz Barreto alertou a Academia que não trataria das populações indígenas, pois julgou que este tema não era interessante para aquela sociedade científica. Neste ponto fica clara a intenção do militar quando escolheu separar seus estudos de acordo com os interesses de seus interlocutores, e por isso, escreveu uma memória em separado sobre as populações nativas⁵⁵².

⁵⁵⁰ BARRETO, [s.d.]a: fls. 285v.-286.

⁵⁵¹ BARRETO, [s.d.]a: fls. 285v.-286.

⁵⁵² BARRETO, [s.d.]g.

Ao contrário de muitos dos trabalhos sobre plantas ou animais, em que as espécies são colocadas em ordem alfabética ou separadas de acordo com suas propriedades medicinais, o que temos no trabalho de Muniz Barreto é uma dissertação filosófico-natural em que o autor relatou todo o processo de construção de conhecimento a partir de suas próprias observações e também a partir de todo o conhecimento que lhe foi transmitido pelas populações locais, de acordo com as aldeias percorridas. Para cada novo povoado visitado, um novo começo discursivo, empírico e de recolha de dados. Neste discurso, todos os agentes, que no entendimento de Muniz Barreto pudessem ter algum conhecimento sobre as plantas, foram incorporadas ao discurso, que será analisado a partir de agora.

Muniz Barreto percorreu algumas aldeias, selecionou plantas medicinais em cinco delas⁵⁵³, e deixou claro, desde o início, que faria uso dos conhecimentos das populações locais para compor seu trabalho, como podemos verificar no excerto abaixo:

*Chegando a Vila de Santarém, nela procurei conhecer os índios que fossem mais famosos em conhecimentos de ervas medicinais, produzidas na famosa Ilha de Guiepe [...]. Ainda que eles me assegurassem não ser então o tempo próprio para esse exame, como já disse, e bem o sabia, contudo embarquei com oito índios no porto da mesma vila [...]*⁵⁵⁴.

Todavia, mesmo sendo avisado pelos indígenas de que a época não seria propícia para o estudo, ainda assim, ele decidiu seguir viagem⁵⁵⁵.

O processo de reconfiguração do conhecimento sobre as plantas medicinais feito por Muniz Barreto começa a clarificar-se quando analisamos seu discurso sobre sua chegada à Ilha de Guiepe. Que segundo ele:

*Por não achar nesta mesma ilha casa alguma, mandei formar pelos índios uma pequena palhoça, quanto bastasse para resguardar da intempérie do ar e para poder estampar as ervas que por eles me fossem apresentadas, que são as que constam da primeira relação até o nº 28, com as virtudes que por largas experiências são conhecidas dos mesmos índios, entre os quais com mais sossego e vagar, se podem fazer progressos*⁵⁵⁶.

⁵⁵³ Ilha de Guiepe; Villa de Santarem dos Índios; Povoação de Jequié; Aldeia de S. Fidelis dos Indios; Aldeia dos Indios de Nossa Senhora dos Prazeres. Salientamos que, nos mapas modernos, não encontramos referência a nenhuma destas aldeias, muito provavelmente ainda devem constituir em pequenas povoações, ou não mantiveram os nomes do século XVIII. A lista completa com todas as plantas catalogadas encontra-se no Anexo 9.

⁵⁵⁴ BARRETO, [s.d.]: fl. 290v., destaque nosso.

⁵⁵⁵ Em parte, esta decisão, pode ser compreendida pelo fato de Muniz Barreto não ter como missão apenas as verificações das plantas, mas também, a observação das populações indígenas sublevadas (BARRETO, [s.d.]:g).

⁵⁵⁶ BARRETO, [s.d.]:a. fl. 291, destaque nosso.

A partir daqui o militar estabeleceu uma troca de conhecimentos entre ele os indígenas, e alguns colonos. Partia do militar a ordem para que fossem coletadas espécies de plantas medicinais, mas a escolha das plantas a trazer ao conhecimento de Muniz Barreto foi feita pelos indígenas. Em alguns momentos, como veremos nesta análise, o militar pediu espécies específicas, mas, em alguns casos, não conseguiu exatamente o que procurava.

Muniz Barreto estava atento a tudo o que pudesse ser útil para a medicina, e como vemos para o comércio também, e como o conhecimento local era primordial, o autor recorria aos agentes que pudessem fornecer dados sobre as espécies locais. Temos aqui um exemplo:

Tendo conseguido o principal fim que me conduziu a essa vila, me pus em marcha para o Cairu pelo mesmo caminho de Jequié. Antes de embarcar neste porto tive notícia que em uma das casas daquela vizinhança havia um homem pardo de idade de 80 anos, que suposto não tinha ali nascido, contudo vivia nele a perto de 40 anos de curar aos moradores daquele circuito com ervas medicinais de que tinha grande conhecimento e experiência. Isso me fez demorar aqui mais tempo do que pretendia⁵⁵⁷.

Desde logo, podemos notar, uma vez mais, que Muniz Barreto buscava contato com todos os agentes locais, principalmente aqueles indivíduos mais experientes, que para ele eram sempre os mais velhos da comunidade. Estes indivíduos ganharam papel de destaque no estudo do militar, que, quando não encontrava figuras experientes para trocar informações, se lamentava.

Como já referido, ele tentou construir um catálogo de estampas que pudesse ser utilizado por qualquer indivíduo, mas principalmente, por aqueles que possuíam pouco ou nenhum conhecimento sobre as espécies. Além disso, ele demonstrou ter algum receio quanto ao conhecimento sobre as plantas que os indígenas referiam. Sendo assim, depois de receber as espécies trazidas pelos indígenas, ele decidiu que deveria realizar testes, para ter certeza de que sua estampa e as descrições que as seguiam, fariam algum sentido para outros agentes, e que estes pudessem, então, encontrar as espécies de plantas a partir das estampas feitas por ele:

Para melhor me persuadir do que afirmaram depois que estampeei os mesmos vegetais, mandei diferentes vezes, por dois índios que nenhuma inteligência tinham dessa matéria, procurar de mistura entre outras ervas aquelas, ou aquela que me parecia, para o que lhes dava a estampa, e com efeito consegui que por ela me

⁵⁵⁷ BARRETO, [s.d.]: fl. 294v., destaque nosso.

*trouxessem o mesmo que lhes pedia; e eis aqui a melhor serventia que têm as estampas com o verdadeiro tamanho, cor e feitio da folha de que tratam, além de ter já feito o primeiro exame de perguntas aos mesmos ervolários índios pelas estampas, o nome e a propriedade dos mesmos vegetais, que, por estarem em tudo semelhantes às ramas que me trouxeram, nada diferiram de quanto anteriormente tinham asseverado*⁵⁵⁸.

Nota-se que existiu uma relação de troca, mas ela não foi baseada em uma via única de transmissão e recepção do conhecimento. Muniz Barreto testou, não somente o conhecimento que recebeu, mas também o conhecimento reconfigurado por ele. E ainda assim não ficou satisfeito:

*Depois, na volta que fiz para a mesma vila de Santarém, nela procurei certificar-me com um índio de avançada idade, e que por isso me não pôde acompanhar: e com muita inteligência e experiência daquelas ervas, de quanto me asseveraram aqueles índios, cuja verdade ficou bem indagada, porque por cada uma das estampas me foi dando os mesmos nomes e préstimos de que eu já tinha feito lembrança, só com a diferença de que em algumas, pela maior experiência, aumentou ele as suas virtudes [...]*⁵⁵⁹.

Voltando para a aldeia de Santarém, ele ainda procurou um indígena mais experiente, e mais uma vez, testou suas estampas, as descrições e as qualidades que havia designado para cada uma delas.

Em alguns momentos, Muniz Barreto saiu de seu «gabinete», deixando assim a condição receptiva de informações, e foi ao campo na tentativa de fazer suas próprias observações e recolha de dados. Por vezes, corroborou suas observações empíricas locais, com algum conhecimento específico que extraiu da literatura europeia que tratava sobre o tema, como no caso dos trabalhos de Lineu e Garpard Bauhin (1560-1624)⁵⁶⁰, buscando encontrar similitudes entre a espécie que estava observando e as que foram catalogadas por agentes europeus. Neste caso, afirmou:

Também observei, por todos os campos e lados das estradas da Vila de Santarém, uma grande quantidade, nascida espontaneamente, de uma espécie de algodão, cobertas as suas miúdas sementes de uma felpa muito fina, porém muito

⁵⁵⁸ BARRETO, [s.d.]: fls. 291-291v., destaque nosso.

⁵⁵⁹ BARRETO, [s.d.]: fl. 292, destaque nosso.

⁵⁶⁰ Naturalista e médico suíço. Seus trabalhos: *Pinax Theatri Botanici, sive Index in Theophrasti, Dioscoridis, Plinii, et botanicorum qui a seculo scripserunt opera*, escrita em 1596 e publicada em Basileia no ano de 1671; e *Enumeratio plantarum ab herboriis nostro saeculo descriptorum cum eorum differentiis* (1620). O trabalho de Bauhin ganhou destaque, pois ele foi um dos primeiros a tentar encontrar um sistema binominal para classificar plantas. Em seu trabalho botânico, classificou espécies de plantas nativas da Suíça, atribuindo a cada espécie um nome científico.

*curta, de forma que de modo algum se poderá fiar, e, enquanto a mim, só servirá para acolchoados, e creio ser a que Gaspar Bauhino chamou Xilon arboreum, e Lineu, Bombax*⁵⁶¹.

Esta planta não foi estampada, e ele tão-pouco descreveu em pormenor a espécie observada. No entanto, é possível aferir que Muniz Barreto se referia a uma espécie de algodoeiro conhecido como *Mafumeira* (*Ceiba pentandra*), e que, na verdade, não corresponde à mesma espécie classificada por Bauhin e Lineu, pois as espécies *Xilon arboreum* e *Bombax* são nativas do Índico. Além disso, creio que Muniz Barreto não tenha utilizado os textos originais de Bauhin e Lineu. Vejamos.

Na *Memoria sobre o algodão, sua cultura e fabrica*⁵⁶², escrita pelo Padre João de Loureiro⁵⁶³, dentre muitas espécies citadas e estudadas pelo jesuíta na tentativa de dar conhecimento sobre o maior número possível de espécies que pudessem ser úteis, podemos notar que as duas espécies (*Xilon arboreum* e *Bombax*) foram citadas, assim como os autores que primeiro as descreveram e catalogaram (Bauhin e Lineu). A memória de João de Loureiro foi publicada nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa* em 1789. O que podemos notar aqui é a possibilidade de que Muniz Barreto tenha tido acesso às publicações da Academia, mas pode não ter tido às obras botânicas de Bauhin e Lineu. Este fato, ainda assim, configura a existência da circulação de textos entre Portugal e Brasil, principalmente entre os agentes que estavam inseridos em círculos políticos e científicos que envolvessem as classes dominantes. Também se nota que Muniz Barreto estava atento, não apenas ao conhecimento autóctone, mas também aos estudos que estavam sendo feitos em território europeu.

Seguindo suas observações a partir do conhecimento indígena, temos mais uma mostra do processo de reconfiguração. Neste caso, uma vez mais, o militar fez testes para provar a eficiência das técnicas e conhecimento dos indígenas:

*Trazendo-me um índio uma pouca de casca de árvore chamada jectibá, que me disse sendo pisada dava de si tinta preta capaz de usar dela na escrita, logo fiz pôr em prática esta observação, que não produziu bom efeito, porque nunca azevichou a mesma tinta, nem ainda usando da ferrugem do ferro, que é a que vai no frasquinho n° 5*⁵⁶⁴.

⁵⁶¹ BARRETO, [s.d.]: fl. 292, desta que nosso.

⁵⁶² LOUREIRO, 1789: 32-40.

⁵⁶³ Foi um jesuíta, missionário, paleontologista, médico e botânico, que viveu, entre 1710/1717-1791.

⁵⁶⁴ BARRETO, [s.d.]: fl. 293.

Por não se tratar de uma planta medicinal, Muniz Barreto não a estampou, mas, como não ficou satisfeito com o resultado da técnica indígena em relação a extração de tinta da casca do *Jequitibá*⁵⁶⁵, ele continuou fazendo testes até obter algum resultado mais conclusivo, que o levou a uma outra descoberta:

*Reparei, porém, depois que extrai a mesma tinta, que aquela casca, depois de macerada, se reduzia a uma espécie de estopa, o que, movendo-me a fazer mais séria reflexão, trabalhei de modo que consegui pô-la no grau de perfeição que mostra o embrulho nº 6, que enquanto a mim é de melhor qualidade que a ordinária de que se usa, chamada de embira, sem que obste na observação que se fizer não dar maior cordão, como se necessita, pois que a casca que macerei estava em pequenas e curtas lascas*⁵⁶⁶.

Sua experiência o levou a encontrar um tipo de material importante para as empresas de cordoaria, e para a construção de embarcações, a qual difere da espécie de árvore que era comumente utilizada como matéria-prima, a *embira*. Ainda, segundo ele, esta tinha mais qualidade que a outra já amplamente conhecida e utilizada.

A *Embira*, a qual Muniz Barreto se referiu, era uma espécie de árvore⁵⁶⁷ conhecida e utilizada no século XVIII, justamente como matéria-prima para empresas de cordoaria. Podemos verificar a importância desta espécie, no estudo do médico Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), publicado em 1810, *Dissertação sobre as Plantas do Brazil, que podem dar linhos propios para muito usos da Sociedade, e suprir a falta do Canhamo, indagadas de ordem do Principe Regente Nosso Senhor, por Manoel Arruda da Camara, Doutor em Medicina*⁵⁶⁸. Segundo Câmara, existiam, no Brasil, dois tipos de *Embira*: a *Embira branca*⁵⁶⁹ ou *Jangadeira*, e a *Embira vermelha*⁵⁷⁰, e ambas eram úteis para a construção de embarcações⁵⁷¹. Com este tipo de observação, fica claro que a atenção do militar, assim como da maioria dos agentes que estudavam as potencialidades naturais da colônia, não se limitava apenas àquilo que, de momento, se propunha a observar e estudar. Os recursos naturais úteis para o comércio, estavam intrinsecamente envolvidos nos discursos filosófico-naturais.

⁵⁶⁵ O *Jequitibá* aparece no texto de Domingos Vandelli, de 1789, publicado nas *Memorias da Academia*, como uma excelente espécie para extração de madeira para construção naval.

⁵⁶⁶ BARRETO, [s.d.]: fl. 293, destaca nosso.

⁵⁶⁷ *araticum-folha-de-salgueiro*.

⁵⁶⁸ CÂMARA, 1810.

⁵⁶⁹ *Embira branca* ou *Jangadeira*: «A casca desta planta he filamentoza, delas se faz grande numero de cordas para os uzos comuns do paiz: huma carga de cascas da Jangadeira ou Embira branca [...] que eles põe a macerar por alguns dias, a fim de amaciá-la, e fazê-la mais flexível». (CÂMARA, 1810: 47).

⁵⁷⁰ *Embira vermelha*: «A Embira (*Lecythis*) dá estopa, i que não servindo para cordas, tem com tudo hum uso grande para calefato das embarcações». (CÂMARA, 1810: 49).

⁵⁷¹ CÂMARA, 1810: 46-49.

Uma das últimas observações de Muniz Barreto não foi sobre as plantas medicinais, mas sim sobre mais um tipo de matéria-prima. Nesta passagem, a atenção do militar em relação aos conhecimentos e usos dos recursos naturais dados pelas populações nativas fica novamente evidente, pois, segundo ele:

Encontrando nessa estrada um grande pau, que vinha puxado por bois para o porto de Jequeriçá, reparei que para o arrastar não usavam os comboeiros de cordas de linho, mas sim de uma espécie de estriga grossa e maltorcida. Fazendo parar aquela condução, perguntei aos que a dirigiam a razão de não usarem do linho, e me responderam: que nas puxadas de pau pesados, ou pela sua consistência, ou pelo seu vulto, não havia coisa que resistisse como a chamada jussara de que usavam, se bem que os cabos, nesse trabalho, poucas semanas ou dias duravam. Isso me fez logo pretender uma necessária e curiosa experiência, e, mandando cortar, assim que cheguei à aldeia, por um índio que disse tinha inteligência, uns poucos de pés daquele arbusto que estivessem na sua verdadeira sazão, os mandei macerar do mesmo modo que ali se usa e os guardei em rama, para, com mais vagar, depois que me recolhesse à cidade, fazer o meu cálculo sobre a sua força comparada com a do cânhamo⁵⁷².

Depois de recolher amostras de *Jussara (Euterpe edulis)*⁵⁷³, Muniz Barreto iniciou seus experimentos para testar a veracidade daquilo que ouviu sobre a resistência de seus fios:

Com efeito, mandando preparar dois cabos do comprimento de 3 braças, e da grossura de uma polegada, um de linho cânhamo, e outro de Jussara, quebrou este, depois de suspender os pesos pelo espaço de 5 minutos com 6 pelo espaço de 5 minutos com 6 @, e 5£, e o de cânhamo por 6^{1/2} minutos com 3 quintais, e 4£; diferença esta muito considerável, pela qual vim a conjecturar, que toda a sua força momentânea procede, em quanto nova, pelas partes úmidas, que em si conserva, e que absorvidas estas perdem de todo a sua atividade: e não duvido; porque pondo eu de infusão em água o mesmo cabo de Jussara por 12 horas, e fazendo depois segunda observação, e exame, sustentando então os pesos por 7^{1/2} minutos quebrou com 7@, e 1£; d que bem evidente é o que vai em nº 20, assim como a sua rama em nº 21. De qualquer modo não se pode duvidar da útil serventia, pois que sem despesa da Real Fazenda se puxam os paus, naqueles cortes, ao porto de Mar⁵⁷⁴.

⁵⁷² BARRETO, [s.d.]:a: fl. 300v., destaque nosso.

⁵⁷³ Palmeira típica da Mata Atlântica.

⁵⁷⁴ BARRETO, [s.d.]:a: fl. 301, destaque nosso.

Por sua experiência, ele chegou à conclusão de que havia alguma diferença de resistência entre as espécies, mas que não era significativa, e que por isso, a utilização da *Jussara* poderia ser viabilizada. A experiência minuciosa de Muniz Barreto na tentativa de comparar a resistência entre as duas espécies, pode ser compreendida dentro do complexo que envolveu a transplantação, cultivo e utilização do linho-cânhamo.

Ainda no final do século XVIII, havia alguma dificuldade em se produzir a planta cânhamo no Brasil, que sofria com a adaptação climática⁵⁷⁵. Por isso, era comum os estudiosos⁵⁷⁶ estarem atentos a todas as espécies de plantas que pudessem servir para substituir o cânhamo, como no caso de José Henriques Ferreira e o estudo sobre a *Guaxima*⁵⁷⁷, uma planta cuja fibra poderia ser usada para fins têxteis.

Alguns anos mais tarde, já no início do século XIX, ainda era possível notar que a preocupação por encontrar um substituto, ou uma espécie auxiliar, para o linho-cânhamo, ainda permeava os textos dos agentes envolvidos nas averiguações das potencialidades naturais do Brasil. Por exemplo, no trabalho de Manuel Arruda da Câmara⁵⁷⁸, é possível notar que o tipo de testes realizados por ele, foram relativamente similares aos feitos, anos antes, por Muniz Barreto. De maneira sumária, podemos dizer que as técnicas de Câmara foram implementadas da seguinte forma: tira-se a casca, macera-se e bate — «para afrouxar o seu tecido». Depois disso, bate-se e macera-se em água por 2 ou 3 dias, cuidando para que a casca nunca fique seca⁵⁷⁹.

Um outro ponto interessante que podemos estabelecer entre Muniz Barreto e Câmara, reside no discurso. De certa forma, Muniz Barreto tentou introduzir em seu trabalho a metodologia de construção discursiva comumente desenvolvida pelos intelectuais que tiveram seus trabalhos publicados nas *Memórias Económicas da Academia*, como Manuel Arruda da Câmara e muitos outros. Desta forma, o discurso seguia uma lógica que começava com uma introdução sobre a espécie, com todas as informações possíveis, seguido da tipologia de testes aplicados, os resultados obtidos e por fim, as considerações sobre a análise.

Seguindo seu trabalho, ele voltou a fazer estudos empíricos. Tendo uma má experiência ao provar uma determinada planta, o militar voltou a recorrer às figuras experientes daquela localidade, que não lhe deram informações sobre a amarga planta que provou.

⁵⁷⁵ DEAN, 2013: 7.

⁵⁷⁶ Como Domingos Vandelli, no texto *Memoria sobre as Produções Naturaes do Reino, e das Conquistas, primeiras materias de diferentes Fabricas, ou Manufacturas* (VANDELLI, 1789b).

⁵⁷⁷ FERREIRA, 1789.

⁵⁷⁸ CÂMARA, 1810.

⁵⁷⁹ CÂMARA, 1810: 26.

Na manhã seguinte, saindo de passeio ao campo, observei, em uma continuada distância, alguns arbustos, de que o maior não excedia a duas braças de altura, e que é o que se vê na estampa nº 41, que representa dele uma /pequena galha. Cortando um ramo, levei uma das suas folhas e parte da sua haste à boca, e me deu nela um amargo tal que não perdeu em quatro horas, por mais que lavasse depois a boca. Recolhendo-me à povoação, procurei saber o seu nome, do qual nenhum morador me deu notícia, e só afirmava o mesmo ervolário velho a quem mandei chamar, e algumas outras pessoas, ter virtude usada em banho para moléstias cutâneas⁵⁸⁰.

Sua busca por descobrir de que espécie de planta se tratava não acabou. Segundo ele, acabou por descobrir o nome da planta e suas qualidades medicinais, quando chegou à aldeia de Cairú. Lá, ele conseguiu estampar, descrever e dar as qualidades medicinais da amargosa planta, chamada pelos nativos de *Grasso*⁵⁸¹.

Esta hé a Erva amargosa que achei na Povoação de Jequié, sem que me dessem noticia do seu nome, que depois no Cairú vim a descobrir, cresce a altura de três braças ou mais. «Serve para curar impigens, e sarna: uzada em banho»⁵⁸².

Partindo para outra aldeia, Muniz Barreto deu continuidade à sua pesquisa, seguindo sempre o mesmo método de recolha de conhecimento sobre as plantas.

Da povoação de Uma segui por terra para a aldeia dos índios de S. Fidélis, que fica distante légua e meia, por serem estes igualmente experientes de ervas medicinais. Muito satisfeito fiquei nessa observação porque aprontou-me o regente dessa aldeia seis índios, os mais experientes ervolários; e para me darem notícia de todas as frutas silvestres, me mostraram os mesmos índios muitas ervas que eram as mesmas que eu já tinha estampado da ilha de Guiepe, e, concordando em umas a respeito das virtudes que aqueles índios me tinham dado, diferiram em outras, do que vim a conjecturar que, além daqueles préstimos já sabidos, ainda restavam alguns, e talvez restarão outros, asseverando também que esse não era o tempo de produzirem outros muitos vegetais de que tinham conhecimento, além dos que vão estampados desde o nº 48 até o nº 70⁵⁸³.

⁵⁸⁰ BARRETO, [s.d.]: fls. 295-295v., destaque nosso.

⁵⁸¹ A partir da descrição, das virtudes, e da estampa de Muniz Barreto, não foi possível ter a certeza sobre a espécie da planta. Apesar de a estampa de Muniz Barreto nos remeter à *babosa*, as qualidades medicinais descritas por ele não são compatíveis.

⁵⁸² BARRETO, [s.d.]: fl. 42.

⁵⁸³ BARRETO, [s.d.]: fl. 297v., destaque nosso.

Na aldeia de S. Fidelis dos Índios, ele catalogou dez plantas. Uma das que foi descrita e estampada a partir das indicações dos indígenas, foi a *Ipecacuanha* (*Ipecacuanha chamada do mato*):

A caule principal deste arbusto cresce o mais a altura de duas braças e meia. Os seus ramos ou galhos se dividem para partes oppostas, ou em cruz, e do modo que se ve. A sua folha hé em tudo semelhante assm em cor, como em feitio a que se mostra. O seu sabor hé amargoso.

As suas virtudes e usos medicinais são também descritas:

*A sua raiz cozida, e bebida a tintura serve para fazer expurgar com suavidade a gonorrhoea curando-a, ou estancando-a ao mesmo tempo*⁵⁸⁴.

A *Ipecacuanha* foi uma das plantas mais conhecidas e utilizadas em território colonial, desde o século XVI, para o tratamento de moléstias gastrointestinais⁵⁸⁵. Boa parte dos intelectuais do século XVIII citaram esta planta e suas qualidades medicinais, mas também salientaram a sua importância e a necessidade de se aumentar o fomento de uma exploração e cultivo organizados dessa espécie de planta⁵⁸⁶. As observações a respeito da presença de espécies de *Ipecacuanha* em território colonial brasileiro eram comuns, assim como a sua utilização, tanto pelos europeus, quanto pelas populações indígenas⁵⁸⁷.

Nos mesmos estudos de campo em que catalogou a *Ipecacuanha*, Muniz Barreto andava à procura de uma outra planta, chamada *Andá*. Nesta passagem, é possível notarmos que a escolha da planta que deveria ser catalogada partiu do militar, e não dos indígenas, o que pressupunha algumas pesquisas e conhecimentos prévios ao seu trabalho de campo:

Fiz também toda a possível diligência nesses matos para descobrir a árvore que dá o fruto de que trata Piso a respeito do Brasil na sua História Natural, dando-lhe o nome de andá, pelo qual é inteiramente desconhecido dos índios, e por ele seriam baldadas todas as indagações se eu me não tivesse prevenido de levar em minha companhia uma fruta, pela qual, conhecendo os índios o que eu

⁵⁸⁴ BARRETO, [s.d.]: fl. 50.

⁵⁸⁵ SILVA FILHO, 2016: 122-141; ASSIS, 1999: 205.

⁵⁸⁶ A *Ipecacuanha* aparece nos discursos, por exemplo, de António Nunes Ribeiro Sanches — tanto na carta que enviou ao seu sobrinho José Henriques Ferreira, quanto na carta que Sanches enviou para o Marquês de Pombal em 1763. Domingos Vandelli, em 1789, também salientou a importância econômica da *Ipecacuanha*, e ressaltou sobre a necessidade de haver um maior número de estudos sobre a espécie.

⁵⁸⁷ CONCEIÇÃO, 2018b.

*procurava, me asseveraram que entre eles era conhecida por sapecueranas, e que agora não era a estação própria de as recolher, e me disseram as havia muito mais adiante do sítio a que pude chegar, podendo somente adquirir as que vão na boceta n.º 15, que foram colhidas no ano anterior*⁵⁸⁸.

Como afirmou Muniz Barreto, esta planta foi descrita por Guilherme Piso (Willem Pies, 1611-1678), em sua *Historia naturalis Brasiliae*, 1648⁵⁸⁹, no Cap. XXIII *De Anda arbore, ejusque facultatibus*⁵⁹⁰. Segundo consta nos indicativos de Piso, as sementes do *Andá* eram excelentes purgativos, e foram administradas no tratamento de moléstias, tanto por europeus quanto por indígenas. No entanto, os nomes que hoje são reconhecidos como tendo sido utilizados para denominar esta planta pelos indígenas, ou por colonos, são díspares daquele referido por Muniz Barreto — *Sapecueranas* (em São Paulo e no Rio de Janeiro são conhecidas por: *Indayaça*, *Purga de gentio*; em Minas Gerais, por: *Coco de purga*, *Purga dos paulistas*, *Fruta d'arara*)⁵⁹¹. Concluimos, assim, que a *Sapecuerana* poderia ser uma espécie diferente, contudo, com as mesmas propriedades medicinais que interessavam a Muniz Barreto, coincidentes com as do *Andá*, e também com as da *Ipecacuanha*, pois ambas as espécies eram ministradas como purgativos.

Como Muniz Barreto não pôde colher as sementes das *Sapecueranas*, pois não era a época de frutificação, recolheu amostras das sementes secas que os indígenas tinham colhido no ano anterior, e enviou-as em sua remessa (remessa n.º 15)⁵⁹². Sendo assim, não as estampou.

Dentre todos os detalhes que aqui tentei analisar e demonstrar, na tentativa de utilizar o trabalho de Muniz Barreto como comprovativo de que os processos de reconfiguração do conhecimento envolviam muitos elementos, agentes e circulação de conhecimento, finalizamos esta demonstração com um último aviso de Muniz Barreto à Academia das Ciências de Lisboa. Ele afirmou que no fim de sua viagem, nas últimas aldeias (Caribé, Jequiriçá, Estiva, Jaguaripe, Ilha de Itaparica) por onde passou, não encontrou «pessoa inteligente» que lhe pudesse fornecer informações sobre os produtos naturais da região. Sendo assim, não fez nenhuma observação filosófico-natural.

A evidência de que o trabalho de Muniz Barreto foi uma construção compartilhada de conhecimento fica clara quando o próprio autor afirma ser necessário estar

⁵⁸⁸ BARRETO, [s.d.]: fl. 298, destaque nosso.

⁵⁸⁹ PISON, 1648. *Historia naturalis Brasiliae* foi o primeiro livro a descrever e dar usos médicos a espécies de plantas do Brasil. Guilherme Piso utilizou descrições feitas pelos alemães George Marcgraf e H. Gralitzio, e também de João de Laet. A obra foi financiada, e por isso, também dedicada ao Conde Maurício de Nassau (FRANÇOZO, 2010).

⁵⁹⁰ PISON, 1648: 72-73.

⁵⁹¹ Informações extraídas de: <http://www.mast.br/multimidia/botanica/frontend_html/artigos/index-id=39.html> e <<http://www.colecionandofrutas.org/joanesiaprimceps.htm>>.

⁵⁹² AHMB — REM 634.

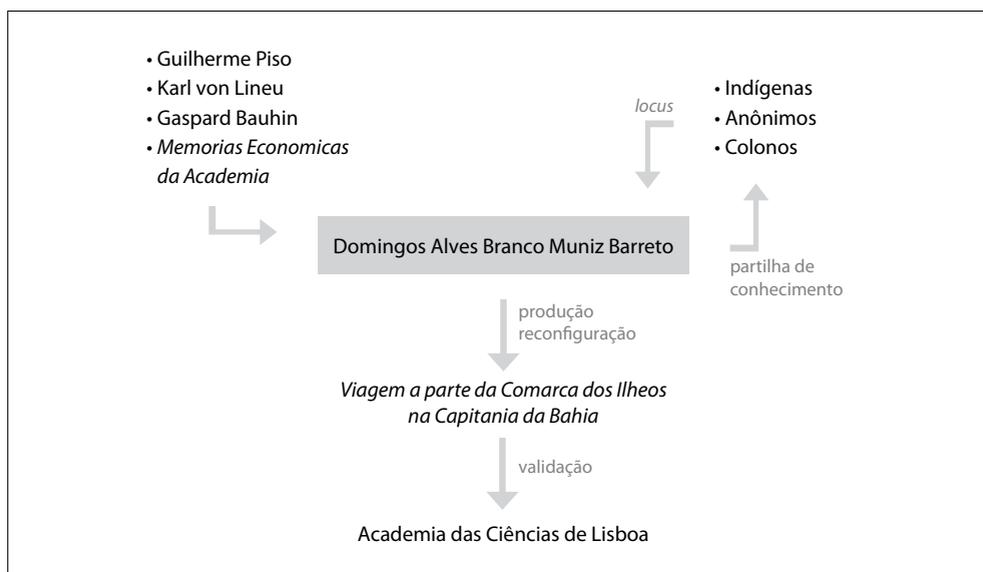


Fig. 4. Reconfiguração de conhecimento no trabalho de Domingos Alves Branco Muniz Barreto sobre as plantas medicinais da comarca de Ilhéus

em contato com pessoas que conhecem o local e suas matérias-primas. Este tipo de clareza de informação, quanto ao fato de o conhecimento ter sido formado a partir de trocas entre variados agentes, não é tão clara em outros trabalhos, o que torna os manuscritos de Muniz Barreto mais interessantes para testar as hipóteses avançadas e as teorias que assumi como pertinentes para as análises deste livro.

Em síntese, e para finalizar, procurei demonstrar, na tabela abaixo, os processos de reconfiguração de conhecimento no trabalho de Muniz Barreto. Tanto a dissertação filosófica quanto as estampas das plantas com suas descrições e propriedades medicinais, se configuram como um exemplo de como estes processos de construção de conhecimento sobre as potencialidades naturais do Brasil foram sendo construídas a partir do encontro de várias culturas, conhecimentos, práticas, materiais, locais e populações, associados à circulação de conhecimentos em todo o Império, e fora dele.

Neste processo de construção de conhecimento baseado na reconfiguração e no caráter local, não podemos deixar de salientar a figura das populações autóctones, que foram claramente envolvidas por Muniz Barreto na construção de seu trabalho sobre as propriedades medicinais das plantas da comarca de Ilhéus. No dois manuscritos filosófico-naturais do militar baiano, assistimos a um processo de recepção, assimilação e integração de conhecimento em sua forma mais plena, associando-se conhecimento europeu a conhecimento indígena. Ele se valeu plenamente do conhecimento autóctone para desenvolver suas pesquisas, e deixou isso claro ao

longo de seu texto. Para ele, essa interação era primordial, e a construção de um conhecimento específico sobre as espécies de plantas medicinais locais deveria ser construído a partir da interação com as populações indígenas e os colonos, e sempre que possível buscava em autores europeus algum conhecimento específico. Não posso, porém, comprovar se esse foi um processo com reciprocidade, isto é, que as populações indígenas tenham recebido e incorporado o conhecimento europeu sobre as espécies em causa. Pelo contrário, parece haver evidências, acima apontadas, de que, com alguma frequência, Muniz Barreto atuava como intermediário na transmissão de conhecimento entre as várias tribos, e os seus «homens sábios», acumulando e partilhando conhecimento recolhido nos vários espaços por onde passou.

Uma das questões centrais no livro de David Livingstone *Putting Science in its place*⁵⁹³, gira em torno da importância do local, ou lugar, poder ou não influenciar a produção científica. A partir da análise do trabalho de Muniz Barreto, cremos que este ponto se confirma, positivamente. Sim, o local pode ser fator de influência na produção de conhecimento, tanto no que diz respeito à transmissão do conhecimento, quanto àquilo que se observa e a maneira como se observa. Afinal, a reconfiguração processa-se em zonas de contato — no *locus* criado por Muniz Barreto à medida que foi entrando em contato com as populações locais. Os contributos do «local» no trabalho de Muniz Barreto podem ser analisados, não apenas nos objetos de estudo, as espécies que ele catalogou, mas também no próprio método de recolha, identificação e descrição, mais do que de classificação, por ter recorrido ao conhecimento das populações nativas e a técnicas locais, tendo acabado por assumir um caráter próprio. Neste caso, não é apenas a geografia que importa, mas todos os agentes e mecanismos associados à transmissão, produção, circulação e validação do conhecimento⁵⁹⁴.

Passo agora para o último estudo de caso que, no meu entendimento, contém muitas características que corroboram esta mesma ideia.

⁵⁹³ LIVINGSTONE, 2013.

⁵⁹⁴ CONCEIÇÃO, 2018b.

7. A HISTÓRIA NATURAL DA VILA DA CACHOEIRA NA BAHIA DE FRANCISCO ANTÔNIO DE SAMPAIO

Neste último estudo de caso, procuro demonstrar uma outra face da produção e dos produtores de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil, e que, a exemplo dos militares, está igualmente representada no universo de análise: os médicos/cirurgiões. Francisco Antônio de Sampaio e os trabalhos produzidos por ele estão inseridos dentro do contexto de uma produção compartilhada, mas onde a variabilidade de elementos envolvidos tem uma complexidade diversa da do caso anterior. Na verdade, Sampaio e Muniz Barreto estavam próximos, temporal e geograficamente, contudo os seus trabalhos têm características distintas.

Primeiro, apresento o autor e sua obra, que envolve importante troca de correspondência, e processos de circulação de conhecimento entre Sampaio e vários agentes em território colonial e europeu.

Em sequência, analiso sua obra, dividida em duas partes (Reino Vegetal e Reino Animal), na tentativa de compreender como os processos de reconfiguração do conhecimento podem ser observados em seu trabalho. A análise dos tomos I e II será feita de maneira separada, pois foram produzidos com alguma diferença temporal, o primeiro em 1782, e o segundo em 1789, e porque foram produzidos a partir de metodologias diferentes.

7.1. O AUTOR, A OBRA E A BUSCA DE VALIDAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO

Francisco Antônio de Sampaio nunca frequentou o curso de Medicina, apesar de ter recebido autorização para atuar como cirurgião e médico em 1762⁵⁹⁵. Dizia-se «partidista em ambas as Faculdades do Senado e no Hospital de São João de Deus», um dos mais antigos do Brasil, o que me leva a crer que ele era o médico oficial da Vila da Cachoeira⁵⁹⁶, e provavelmente o único. Nasceu em Vila Real, Portugal, e

⁵⁹⁵ ANTT — CHR. D. José I, liv. 70, fl. 282v.

⁵⁹⁶ Elevada ao *status* de «vila» em 1698, a Vila da Cachoeira teve seu apogeu no final do século XVIII, pois, sua economia viveu períodos efervescentes, que conseqüentemente favoreceram a sociedade como um todo. Houve um certo aumento no volume populacional, e a Vila chamou a atenção como um centro em expansão. Pelo porto da Vila de Cachoeira transitaram produtos importantes para a economia colonial, como o tabaco, a farinha de mandioca, o ouro, e a carne-seca. Um episódio interessante também chama atenção para a relevância da Vila de Cachoeira, pois em 1817, Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), que foi um médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil, especialmente a região da Amazônia, e Johann Baptist von Spix (1781-1826), naturalista alemão, aportaram na Vila da Cachoeira, que usaram como ponto estratégico para planejar e iniciar as expedições pelo interior daquela região, e também para realizar alguns estudos filosófico-naturais (PESSOA, 2007).

mudou-se para o Brasil possivelmente em 1748. Mais tarde estabeleceu-se na Vila da Cachoeira — capitania da Bahia. Das poucas informações sobre a sua vida e trajetória profissional, algumas foram dadas por ele próprio, através de sua troca de correspondência com a Academia das Ciências de Lisboa. Sabe-se, por exemplo, que ele nunca voltou a Portugal, que trabalhou e escreveu seu texto na Vila da Cachoeira, e que viajou pelas capitanias do Rio de Janeiro e Espírito Santo, passando algum tempo nestes locais, onde aprendeu métodos de cura locais⁵⁹⁷.

O seu trabalho não é inédito para a comunidade científica atual, já foi citado em alguns textos⁵⁹⁸. Talvez a mais antiga referência tenha sido feita por William Joel Simon⁵⁹⁹, que ressaltou o fato de Francisco António de Sampaio⁶⁰⁰ já estar desenvolvendo estudos baseados nos princípios de Lineu, mesmo antes de Alexandre Rodrigues Ferreira aportar no Brasil para desenvolver seus estudos filosóficos. Em 2008, parte dos manuscritos foi publicado no Brasil pela editora Dantes⁶⁰¹, com título modificado para *Eu observo e descrevo*⁶⁰². Segundo os pesquisadores envolvidos no livro, os conteúdos publicados seriam parte de uma cópia do trabalho de Sampaio encontrado na Biblioteca do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Nesta edição, a obra não está completa, contendo apenas seleções de alguns trechos do trabalho de Sampaio, e cópias das cartas que ele enviou para a Academia das Ciências de Lisboa.

Algumas décadas antes, em 1969, uma versão transcrita de maneira completa, porém, com as estampas em preto e branco, foi publicada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com introdução e pesquisa do então chefe da divisão de manuscritos, Darcy Damasceno⁶⁰³. Contudo, existem poucos trabalhos⁶⁰⁴ onde os textos de Francisco António de Sampaio tenham sido objeto de uma análise pormenorizada, não apenas de sua obra e da sua importância para o cenário científico do período, mas também dos contextos nos quais esteve envolvida.

Para a análise que proponho, o que me chamou atenção, não foram os coloridos desenhos de plantas e animais contidos nas obras de Sampaio, mas sim os conteúdos descritivos dos Reinos Vegetal e Animal, e a metodologia utilizada por ele, que foi baseada na associação de conhecimentos locais pré-estabelecidos, na utilização

⁵⁹⁷ CONCEIÇÃO, 2018a.

⁵⁹⁸ RIBEIRO, 2006: 59-84; PEREIRA & DENIPOTI, 2016: 170-183; KURY & NOGUEIRA, 2018; PATACA, 2006.

⁵⁹⁹ SIMON, 1983.

⁶⁰⁰ SIMON, 1983.

⁶⁰¹ A publicação faz parte do mesmo complexo onde foi publicado o texto de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, no livro *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*, 2008.

⁶⁰² MARTINS, 2008b.

⁶⁰³ Os originais encontram-se depositados e disponíveis em versão online na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: SAMPAIO, 1782; SAMPAIO, 1789; DAMASCENO, 1782.

⁶⁰⁴ Timothy D. Walker é um dos pesquisadores que se refere a Francisco António de Sampaio como um exemplo dos agentes produtores de conhecimento sobre plantas medicinais no Brasil. O professor da University of Massachusetts Dartmouth tem publicado e apresentado alguns trabalhos em que Sampaio é figura de destaque entre os agentes produtores de conhecimento sobre plantas medicinais. Ver em: WALKER, 2016: 161-192; WALKER, 2018.

e incorporação de alguns trabalhos e teorias de extrema relevância para o período, assim como na rede de relações interpessoais estabelecidas por ele com agentes em território colonial e na Metrópole.

Em primeiro lugar, é preciso salientar que a sistemática lineana é utilizada na obra de Sampaio em muitas das descrições de animais. O autor procurou classificar as espécies que viu, de acordo com o sistema lineano, e quando não encontrou correspondência avisou o seu leitor que a espécie não havia sido classificada pelo botânico sueco, partindo, assim, para a sua própria descrição, e tentativa de classificação da espécie. Por exemplo, quando tratou dos Quadrúpedes e descreveu a espécie de Bugio chamado *Guariba*, Francisco António de Sampaio primeiro apresentou a classificação que encontrou no sistema lineano: «Linneu a descreve: Simia Belzebul, cauda barbara nigra, cauda prehensili, extremo pedibus bruneis etc», e depois fez a sua própria: «Eu a vejo, e descrevo: Guariba, o maior dos Bogios Brasileenses...»⁶⁰⁵. Além da incorporação da classificação lineana para as espécies que fossem compatíveis, ele as descrevia anatomicamente, e dava os usos medicinais, quando isso se aplicava.

No caso das plantas, Sampaio anotou as virtudes e usos medicinais, e separou as 83 plantas de acordo com suas características fármaco-médicas: «dos resolutivos; dos detergentes; dos incrassantes para o uso interno; dos adstringentes; dos purgantes e emético; dos desobstruentes; dos contravenenos, e febrífugos; dos diaforéticos; dos antivenéreos; dos anticolicos; dos antiespasmódicos; dos refrigerantes, e temperantes para o uso externo».

Quanto às descrições e usos das plantas, ainda é possível destacar um outro ponto relevante. Sampaio citou dois autores e suas obras — os médicos Manoel Rodrigues Coelho — *Pharcopeia Tubalense* (1735) e Francisco da Fonseca Henriques — *Ancora Medicinal* (1731). Ambos os autores, e suas obras, já eram amplamente conhecidos no final do século XVIII, e seus trabalhos sofriam críticas por parte dos estudiosos do período⁶⁰⁶. Inserido neste contexto, ele adotou uma abordagem diferente daquela que utilizou com a sistemática lineana; ao invés de adotar a abordagem teórica ou a metodologia de Coelho e Henriques, Sampaio advertiu sobre alguns pormenores em relação a determinadas plantas e seus usos na Medicina. Em alguns casos, ele deixou claro que o seu conhecimento era mais preciso em relação ao de Coelho e Henriques.

Por exemplo, na página 176 do tomo I sobre o Reino Vegetal, Francisco António de Sampaio descreveu e deu as virtudes e usos dos *mundobins* de acordo com seus

⁶⁰⁵ SAMPAIO, 1789.

⁶⁰⁶ DIAS, 2007.

conhecimentos sobre a planta (*edição XI — Dos Antiespasmódicos*). Em sequência, no que ele denominou de *Advertência*, citou ambos os autores:

*Esta é a verdadeira, e sincera descrição dos Mundobins, e não a que se lhes fazem Manoel Rodrigues Coelho na sua Pharmacopea Tubalence, em que diz não ter rama, nem forma de planta, e Francisco da Fonseca Henriques na sua Ancora Medicinal, que lhes dá o sabor semelhante ao dos feijões; o que tudo é engano, erro crasso como se colhe do que acabo de expor*⁶⁰⁷.

Para já, não darei maior ênfase na análise dos conteúdos do trabalho de Sampaio, isso será feito ao longo dos próximos pontos. Aqui, fica apenas uma explanação geral da metodologia empregada por ele na produção dos textos, pois temos alguns elementos relevantes para analisar, disponibilizados pela sua troca de correspondência com a Academia das Ciências de Lisboa.

A produção de seu trabalho, esteve, como todas as apresentadas até aqui, envolta em tramas políticas, oligárquicas e de poder. Analisando apenas os conteúdos de suas obras, não é possível compreender a dinâmica destes processos e, tão-pouco, o objetivo do autor ao construir o trabalho. Contudo, em quatro cartas escritas por ele e endereçadas à Academia das Ciências de Lisboa nos anos 1783, 1788, 1789, 1793 (Anexo 4)⁶⁰⁸, temos muitos elementos que demonstram as dinâmicas estabelecidas entre os produtores de trabalhos e seus interlocutores na busca de validação do seu trabalho.

Em 1783, Francisco António de Sampaio escreveu, sem nome de destinatário, a primeira carta endereçada à Academia das Ciências. Nesta carta ele apresentou-se, disse não ter formação acadêmica, e assumiu que seus conhecimentos foram adquiridos de maneira empírica em território colonial. Contou que tinha dado início a um projeto onde escreveria a *Historia dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brazil pertencente à Medicina*, e disse estar enviando para a Academia o primeiro tomo deste trabalho, que então tratava do Reino Vegetal.

[...] depois de correr, com engenho naturalmente curioso, os mais notáveis lugares do Rio de Janeiro, Capitania do Espirito Santo e Bahia, estabelecendo a minha residência na Vila da Cachoeira, e entregando-me por uma natural propensão ao estudo da Medicina, Cirurgia e Farmácia, e fazendo nele os progressos que o País me pode permitir, por meio de uma continuada lição dos livros, procurei

⁶⁰⁷ SAMPAIO, 1782: 176. Tradução própria, feita a partir do manuscrito original da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss22949/mss22949.pdf>.

⁶⁰⁸ Utilizarei a transcrição dos originais das cartas depositados na Academia das Ciências de Lisboa, e que foram publicadas no capítulo de livro *Natureza Ilustrada: Estudos sobre Filosofia Natural no Brasil ao longo século XVIII* (CONCEIÇÃO, 2016: 142-179). Há também a transcrição das cartas nos anexos deste livro, Anexo 4.

*com diligência no decurso de trinta e cinco anos de Brasil, e vinte e quatro de uso pratico do curativo, alcançar alguns conhecimentos mais particulares das produções medicinais deste continente, observando quanto pode a minha exaço as suas diferentes naturezas, formações, espécies, vegetações, e o diverso mecanismo com que cada uma delas opera no corpo humano seus diferentes efeitos: e reconhecendo os enormes erros com que destas mesmas produções tem escrito muitos autores, já alterando as suas substâncias, e configurações, já acrescentando ou diminuindo as suas virtudes, talvez por imperícia dos observadores, ou credulidade nas tradições, me determinei a fazer umas breves descrições das mais notáveis produções em todos os três reinos, com as suas virtudes e usos, e ao menos daquelas que me são mais familiares na pratica e experiência, desenhando-as em estampas debuxadas à face dos mesmos originais no seu estado natural com a maior exaço e clareza que eu pudesse conseguir [...]*⁶⁰⁹.

No final desta primeira carta, que provavelmente foi enviada junto com o tomo I, Sampaio pediu que a Academia recebesse, não somente o seu trabalho, mas a si próprio, pedindo a proteção da Academia, e prometendo continuar trabalhando em favor daquela instituição e da Coroa.

Com um intervalo de cinco anos desde a primeira carta, Sampaio escreveu mais três, nos anos de 1788, 1789 e 1793. Nestas cartas, sentindo-se mais livre para expor seus pensamentos e críticas, ele agradeceu a boa recepção da Academia a respeito de seu trabalho, o que sugere que ele recebeu cartas vindas da Academia, das quais, no entanto, não encontrei registros. Anunciou ainda que tinha problemas com seu pintor, o que me faz supor que alguns dos desenhos podem ter sido feitos por esse indivíduo, já que afirmou que o: «Ardente desejo de ser solícito nos preceitos de V. Ex.^a, me fez passar de Médico à Geógrafo, fiz certa descrição; mas com o desgosto de não o poder agora concluir por contratempos do meu Pintor»⁶¹⁰. Por essa razão, pediu desculpas pelo atraso no término dos tomos sobre os animais e os minerais, e não apenas isso, ele também pediu à Academia que lhe fosse concedido o estatuto de sócio correspondente. Na lista de sócios correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa consta, de fato, a nomeação de Sampaio, contudo ela só foi registrada no ano de 1798, ou seja, 15 anos após ter enviado a primeira carta à Academia juntamente com o tomo referente às plantas.

Outro pormenor interessante: Sampaio afirmou que era constantemente multado por exercer cirurgia e medicina sem ter formação acadêmica, e disse julgar absurdo

⁶⁰⁹ Transcrição própria, feita a partir dos originais que estão depositados na Academia das Ciências de Lisboa. *Correspondencia da Academia Real das Sciencias desde 1780 ate 1790*, p. 233, p. 282, p. 402, destaque nosso.

⁶¹⁰ *Correspondencia da Academia Real das Sciencias desde 1780 ate 1790*.

ainda ter que comprovar a própria eficiência como médico e cirurgião depois de longos anos de profissão:

*As condenações continuadas pelos Delegados do Proto-medicato de Lisboa, principalmente a de 1786 em que todos os Professores desta Vila fomos multados cada um pelo de Medicina em 70\$000, e pelo de cirurgia em 52\$ — tem posto inteiro embaraço dos meus experimentos [...]*⁶¹¹.

Sampaio usou este fato para justificar o atraso na continuação de sua obra. Em sequência, colocou-se como um humilde servo da Academia e da rainha, e disse que daria continuidade no trabalho como naturalista. Boa parte dos agentes que produziram trabalhos filosófico-naturais neste período, somavam muitas funções no momento em que estavam desenvolvendo seus estudos sobre o ambiente natural. Contudo, esta clareza em afirmar que estava desenvolvendo atividades paralelas, não aparece em muitos discursos. Francisco Antônio de Sampaio queria ser reconhecido como um naturalista, e justificarei esta afirmação ao longo desta análise.

Na última carta, temos mais alguns elementos interessantes.

Fica claro, diante de uma citação de Sampaio, logo no início da carta, que ele tinha contato estabelecido com o sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e juiz de fora da Vila de Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro (1760-1817)⁶¹², que também produzia trabalhos como naturalista no Brasil e mantinha estreitas relações com os agentes ligados à Academia, à Coroa e, por isso, às políticas de fomento aos estudos filosófico-naturais no Brasil. Segundo Sampaio, foi Amorim de Castro quem lhe entregou esta última carta. Nela, a Academia cobra por ainda não ter enviado os trabalhos referentes aos Reinos Animal e Mineral, e não fez qualquer justificativa quanto ao fato de Sampaio ainda não haver sido nomeado sócio correspondente.

Em resposta à Academia, Sampaio disse ter enviado o restante do trabalho, mas, ao que tudo indicava, a caixa com todo o material havia sido extraviada ou havia se perdido. Afirmou Sampaio que:

⁶¹¹ *Correspondência da Academia Real das Sciencias desde 1780 ate 1790.*

⁶¹² Joaquim de Amorim Castro (1760-1817) nasceu na Bahia. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e doutorou-se em Leis. Era Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, e teve cargos de relevância política no Brasil, além de Juiz de Fora da Vila da Cachoeira a partir de 1788, foi desembargador no Rio de Janeiro, Juiz da Coroa e da Fazenda, e possuía propriedades agrícolas. Foi tornado sócio da Academia das Ciências de Lisboa em 1780, e mantinha relações, por exemplo, com Domingos Vandelli e Baltasar da Silva Lisboa (PATACA, 2006: 44). Dentre a documentação produzida por ele, destacamos os trabalhos que foram publicados nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa: Memoria sobre a Cochonilha do Brasil*, 1790, tomo II, p. 135-143; *Memoria sobre o Malvaisco do districto da Villa da Cachoeira no Brasil*, 1791, tomo III, p. 392-399.

*Pelo Doutor Joaquim de Amorim Castro, Juiz de Fora desta Villa da Cachoeira, em 14 de Abril de 1787, tive eu a honra de receber estimável conta que V. Ex.^{as} me remeterão, com a data de 10 de Novembro de 1785 resposta da que com o primeiro Tomo da História dos Reinos vegetal, Animal e Mineral pertencente a Medicina envie; e como V. Ex.^a me rogaram a continuação de coisas novas, o de 1º de satisfazer os seus preceitos, foi estímulo bastante para eu prosseguir o principiado projeto. Sem perda de tempo eu pus em execução o 2º Tomo com 104 espécies de animais, quadrúpedes, aves, anfíbios, peixes, insetos e mariscos; todos descritos nas suas figuras, e cores, e muitos na sua grandeza estampados; anatomizados todos, e com virtudes Mediciniais muitos: tudo de baixo da ordem e termos de Linneu [...] Ultimamente Exmos. Senhores, em 10 de junho de 1789, Livro, Relicário, e carta, tudo em um caixão pregado eu remeti, e na tampa com letras grandes: Para a Invicta Academia Real das Ciências de Lisboa; com efeito para a Bahia o enviei a sujeito fidedigno com o rogo de o remeter a V. Ex.^{as}, e como tem sido tão demorada a resposta, eu penso que levaria descaminho; por isso que vou rogar com a maior instância e brevidade na resposta a V. Ex.^{as} que me certifiquem se com efeito foi lá o caixão recebido ou por cá desencaminhado [...]*⁶¹³.

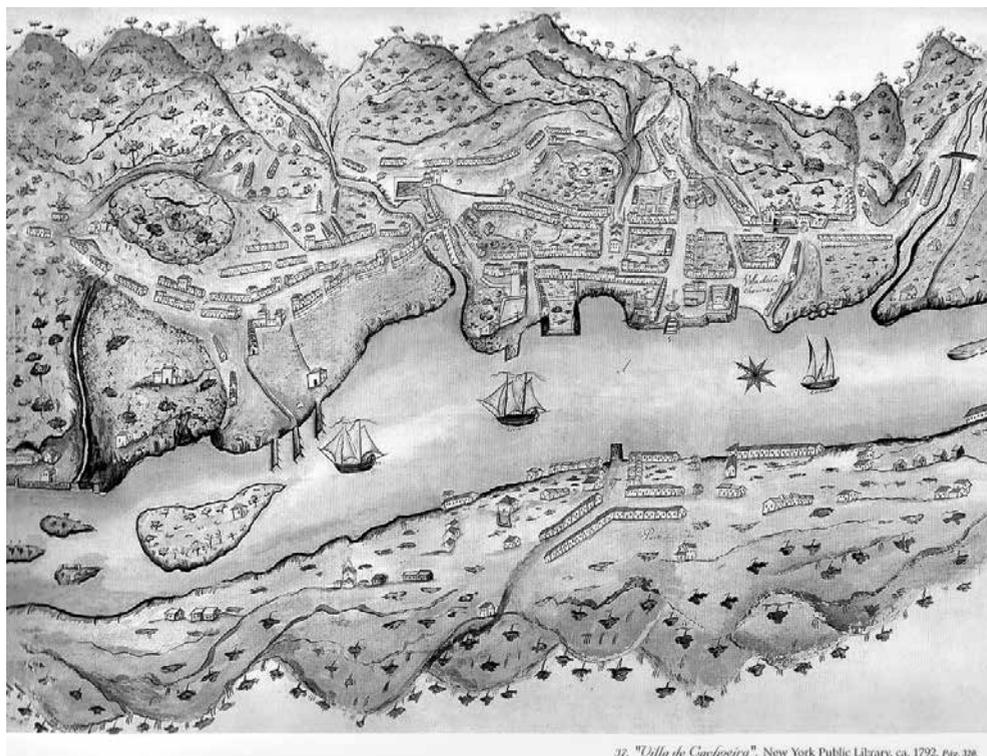
Não existem registros que forneçam dados para saber, exatamente, o que aconteceu com a caixa enviada por Sampaio, e tão-pouco sobre o paradeiro de um mapa, o relicário com a face de D. Maria I, e o texto sobre o Reino Mineral. Contudo, é fato que o material não se encontra na Academia das Ciências de Lisboa, cujo destino era o esperado. A maior parte do material, ao que parece, se perdeu e foi parar nas mãos de outros agentes.

Em uma pesquisa sobre mapas que pudessem ilustrar a Vila da Cachoeira no final do século XVIII, deparei-me com um exemplar, facilmente disponível em acervos online, e que chamou a atenção por dois motivos: primeiro, porque o mapa está datado de 1792, depois, porque não foi feito por um cartógrafo, tão-pouco se parece com mapas produzidos por militares, que tinham excelente técnica. Em uma análise pormenorizada do mapa, que não contém assinatura, é possível observar algumas semelhanças entre a descrição que Francisco António de Sampaio fez do mapa que ele afirmou ter produzido, e que teria sido extraviado antes de chegar à Academia das Ciências de Lisboa. Na carta enviada para a Academia, em 1793, esclarece que o mapa:

Hera a descrição desta villa da cachoeira, desde a primeira caza que foi um ingenho de fazer açúcar até o estado presente; com um Mapa mostrando esta Villa da cachoeira vista do Porto de S. Felix e este visto daquele até o oriente,

⁶¹³ Correspondencia da Academia Real das Sciencias desde 1780 ate 1790, destaque nosso.

e pelo meio do Rio Paraguaçu e pelo meio delle lanchas, canoas com remeiros, barcos, e dagua essa de mar e rio mostrando o rumo na aonde corre e donde vem. Além disto descriptas as plantacoens e manufacturas dos tabacos, das farinhas, dos açucares, tudo com estampas iluminadas e números das Almas não só desta Freguesia da cachoeira, mas tão bem de mais sete que o seu Termos compreende⁶¹⁴.



II.7. Mapa da Villa de Cachoeira, 1792

Na ilustração abaixo, é possível perceber que a descrição geográfica e física é exatamente a mesma. À direita, é possível ver o nome do *Porto de S. Felix*. Atravessando o *Rio Paraguaçu*, temos a *Villa da Cachoeira*, com todos os pormenores de sua geografia e disposição das construções, inclusive do porto.

Temos outros elementos que corroboram a ideia de que este mapa pode ser, na verdade, o mapa produzido por Francisco António de Sampaio. As cores, as linhas do desenho, a simplicidade dos traços, as técnicas de aquarelamento, são muito similares às dos desenhos, tanto das plantas quanto dos animais feitos nos tomos I e II

⁶¹⁴ *Correspondencia da Academia Real das Sciencias desde 1780 ate 1790, destaque nosso.*

(alguns desenhos podem ser observados nos próximos subcapítulos). Mas, principalmente, através de uma análise paleográfica, é possível notar sensível semelhança entre as letras. A escrita, por exemplo, de *Villa da Cachoeira* (à direita), é a mesma que encontramos no tomo II sobre os animais.

Além disso, posso incorporar mais elementos a esta discussão. Este mapa anônimo da Vila da Cachoeira já foi citado em diversos trabalhos contemporâneos, que diferiram quanto à sua possível autoria, e ainda, quanto ao seu depósito legal. Alguns não denominaram o possível autor, colocando-o como a nônimo⁶¹⁵. Outros, apontaram a autoria para Joaquim de Amorim Castro (1750-1817), que teria incorporado este mapa ao seu trabalho sobre o tabaco — *Memória sobre as espécies de Tabaco que se cultivam na Vila da Cachoeira*, de 1792. No entanto, segundo consta, esta memória do juiz de fora da Vila da Cachoeira, contendo o mapa, deveria estar depositado na George Arents Collection da New York Public Library⁶¹⁶, ou na Biblioteca Nacional de Portugal⁶¹⁷. Contudo, não encontrei o registro desse mapa em nenhum dos acervos documentais mencionados. Há uma outra indicação da localização deste trabalho no Arquivo Histórico Ultramarino⁶¹⁸. Na descrição do manuscrito, não consta nenhum mapa, apenas os desenhos dos processos de fabricação do tabaco. Sendo assim, diante desta confusa referência sobre a localização, tanto do mapa, quando do trabalho de Joaquim de Amorim Castro, no qual ele estaria contido, não consegui dar exatamente a cota para que o mapa seja consultado em sua versão original.

Quanto ao fato de o mapa poder estar incorporado na *Memória sobre o tabaco*, de Joaquim de Amorim Castro, podemos ressaltar que, de todo, esta hipótese é plausível. Como já referido, Amorim Castro era o juiz de fora da Vila da Cachoeira e sócio correspondente da Academia, com o qual Francisco António de Sampaio teceu estreita relação. Tudo o que fora produzido por Sampaio com o intuito de ser enviado para a Academia, passou pelas mãos de Amorim Castro. Ermelinda Pataca⁶¹⁹,

⁶¹⁵ Como se afirma no trabalho de Nestor Goulart Reis: *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

⁶¹⁶ Informações publicadas em «Coleção — Imagens Período Colonial — Bahia». Disponível em <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-bahia/671/>>. Este mapa também foi publicado em 1948, no trabalho de Robert Smith *Some Views of Colonial Bahia*. Smith associa o mapa a Joaquim de Amorim Castro (SMITH, 1948).

⁶¹⁷ Ermelinda Pataca, mencionou este manuscrito de Joaquim de Amorim de Castro, que segundo ela está localizado na Biblioteca Nacional de Portugal, BNP — COD. 9323. A autora também salientou o fato de o trabalho de Amorim Castro ter sido publicado por José Roberto do Amaral Lapa, no trabalho: *O Tabaco Brasileiro no Século XVIII (Anotações aos Estudos sobre o Tabaco de Joaquim de Amorim Castro)*. «Stvdia», n.º 29 (1970) p. 57-144 (PATACA, 2006: 46). No entanto, não encontrei nenhuma das referências dadas por Pataca. Maria Nizza da Silva também mencionou os trabalhos de Amorim Castro, ressaltando que em 1789, ele havia esboçado um trabalho sobre a *História Natural segundo o sistema de Lineu*, e que neste trabalho ele havia descrito algumas espécies de animais. Nizza da Silva, também mencionou o trabalho sobre o tabaco, mas nada consta que nele estive contido um mapa da Vila da Cachoeira (SILVA, 1999: 195).

⁶¹⁸ BA: AHU_ACL_CU_005-01, D. 13.297 e 13.302, Cat. Exp. Baía 94, Cruz e Silva 140, AHU_ICONm_005_G, D. 93.

⁶¹⁹ PATACA, 2006: 348.

por exemplo, sugeriu que alguns dos trabalhos de Amorim Castro tenham recebido a colaboração de Francisco António de Sampaio, principalmente no referente aos desenhos. Seria possível que Joaquim de Amorim Castro tivesse ficado com o mapa e incorporado ao seu próprio trabalho? Fica agora a pergunta em relação aos outros objetos extraviados, e que nunca chegaram até a Academia das Ciências de Lisboa. Será que foram enviados?

7.2. CIRCULAÇÃO, PRODUÇÃO E VALIDAÇÃO DO CONHECIMENTO

Toda essa trama envolvendo Sampaio, a produção de seu trabalho, suas cartas para a Academia, o seu material perdido, e sua relação com o juiz de fora da Vila da Cachoeira, reforça a ideia de que as relações entre ciência e poder podem ilustrar um cenário de produção científica envolto em disputas, onde a posição social do produtor, muitas vezes, valia mais que o próprio trabalho. Além disso, vemos mais uma vez que os incentivos da Coroa, e a participação da Academia das Ciências de Lisboa nos processos de incentivo e divulgação para que trabalhos filosófico-naturais fossem feitos a respeito da natureza do Brasil, atingia um grande número de agentes em território colonial.

Neste cenário, assim como foi numerosa a participação dos militares, também foi o de agentes sem uma formação acadêmica, cujas atuações profissionais eram fruto de estudos e conhecimentos empíricos. Dentro desta classe, os médicos sem formação acadêmica eram numerosos, e em grande parte produziram trabalhos sobre as espécies de plantas medicinais da colônia e sua aplicabilidade na medicina local, e no comércio. Francisco António de Sampaio não era um erudito de formação acadêmica, mas mesmo inserido em um contexto excêntrico aos centros de poder e de saber acadêmico, não somente do ponto de vista das relações interpessoais, mas também do ponto de vista do território, pôde contatar com trabalhos científicos que estavam inseridos nos mais elevados centros intelectuais da Europa, como os de Lineu, Manoel Rodrigues Coelho e Francisco da Fonseca Henriques, e ainda contatar com um importante círculo de intelectuais e funcionários da Coroa que estavam conectados com a Academia das Ciências de Lisboa.

Neste sentido, volto para as discussões relativas ao local e a influência da posição social na produção de conhecimento em espaços coloniais. A posição social de um indivíduo e sua rede de contatos, assim como o acesso que poderia ou não ter a determinadas obras de relevância para o seu período, deve ser levada em consideração quando pensamos no processo de construção do conhecimento. A ciência, apesar de ter sido compreendida por muito tempo como exclusivamente do domínio das classes dominantes, ganhou novas dimensões e novos agentes

produtores⁶²⁰. A participação de indivíduos não inseridos nestes contextos tornou a produção de conhecimento nos espaços coloniais mais complexa, com características particulares em cada local.

Francisco António de Sampaio não era um homem de elite, mas também não podemos considerá-lo algo muito distante desses círculos, pois ele era, provavelmente, o único médico e cirurgião da Vila da Cachoeira, e conseguiu se conectar com agentes de significativa influência no âmbito político e científico. Assim, podemos dizer que, como afirmou Biagioli, em *Galileu Cortesão*⁶²¹, a prática científica pode ser diretamente relacionada com a posição social do indivíduo, e com a busca deste por se inserir nos contextos sociais que pudessem elevar suas chances de ter o seu trabalho aceito e validado pela comunidade científica. O fato de Sampaio ter conseguido estabelecer uma conexão com a Academia das Ciências de Lisboa, e seu trabalho ter sido aceito pelos membros da Academia, diz muito sobre esses jogos de poder e influência, assim como diz muito o fato de parte de sua obra ter sido «extraviada», ou o fato de ter levado tanto tempo para ser nomeado sócio correspondente.

Fica claro, através da leitura de suas cartas, que Sampaio teve algum contato com as instruções da Academia para que agentes inseridos nos contextos coloniais se dispusessem a descrever e classificar o ambiente natural. Este acesso pode ter sido intermediado pelo próprio Joaquim de Amorim Castro. Em uma de suas cartas, por exemplo, Sampaio disse que fez, e continuaria fazendo, seus trabalhos debaixo das ordens e termos de Lineu, e que esperava que o mesmo fosse útil para a Academia e para o Reino — prática recorrente entre os produtores de trabalho que pretendiam ganhar os auspícios da Academia e do Estado. De alguma forma, Sampaio pôde aplicar e transformar os conhecimentos que absorveu a partir de seus estudos empíricos e da prática diária em ministrar as plantas locais na cura de doenças, associado à leitura de outros trabalhos, à medida que foi escrevendo seu próprio. Muito do conhecimento ali transcrito foi baseado em informações que recebeu de outros agentes, muitos dos quais eram indivíduos locais que conheciam, não apenas a planta, mas também a sua utilização na Medicina⁶²².

O que tentei demonstrar até aqui, através desta explanação geral do trabalho e da rede de contatos de Francisco António de Sampaio, foi a maneira como em Portugal e no Brasil o conhecimento circulava não em uma via única, mas em uma ampla e complexa rede de agentes que envolvia indivíduos em vários pontos do Império e fora dele⁶²³. Através da circulação de agentes, trabalhos impressos, manuscritos,

⁶²⁰ RAJ, 2010; RAJ, 2013.

⁶²¹ BIAGIOLI, 2003: 41-52.

⁶²² CONCEIÇÃO, 2018a.

⁶²³ DOMINGUES, 2001.

instruções emitidas pelo Estado, seja através da universidade ou das academias, o conhecimento científico atingia todos os recônditos do Império⁶²⁴, e era utilizado, transformado e reconfigurado, antes de chegar a ser publicado ou tornado público através da circulação entre os agentes.

Muitas vezes, e no caso do Império Português isso é emblemático, o fato de trabalhos como o Francisco António de Sampaio nunca terem sido publicados não significou a não circulação e divulgação do mesmo. Por exemplo, na publicação dos textos de Sampaio feita pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1969, Darcy Damasceno, diretor da biblioteca no ano da publicação da obra, disse que os manuscritos, exceto o que dizia respeito aos minerais, foram enviados para o Brasil, por Emilio Joaquim da Silva Maia (1808-1859)⁶²⁵, juntamente com outros trabalhos que pertenciam à biblioteca particular de Manuel Joaquim Henriques de Paiva⁶²⁶, e doados ao Instituto Histórico no ano de 1853, e posteriormente à Sociedade Farmacêutica Brasileira. Desconhecemos o caminho feito pelos textos de Sampaio até chegar a Henriques de Paiva. O que podemos dizer é que havia uma grande circulação de textos entre os sócios correspondentes da Academia. A rede que existia entre estes agentes, no final do século XVIII, era complexa e englobava todo o Império. Como já discutimos na Parte II, temos alguns exemplos que demonstram o quanto esta circulação foi intensa — como no caso de Vandelli que teceu uma rede de contatos com agentes que estavam nas colônias⁶²⁷, e também fora do Império, como Lineu⁶²⁸, ou como Ribeiro Sanches.

No quadro abaixo, tento ilustrar de que maneira, no trabalho de Sampaio, se podem observar os processos de circulação, reconfiguração e validação.

⁶²⁴ DOMINGUES, 2001.

⁶²⁵ Nasceu no Brasil, foi médico, professor, secretário e diretor da seção de Anatomia comparada e Zoologia do Museu Nacional. Era membro da Academia Imperial de Medicina e da Academia Filosófica, sócio efetivo e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁶²⁶ Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) foi um médico e químico português. Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Nasceu na cidade de Castelo Branco, Portugal. Era filho do boticário português Antônio Ribeiro de Paiva e sobrinho do boticário João Henriques de Paiva. Seu pai Antônio Ribeiro de Paiva era sobrinho de Antônio Nunes Ribeiro Sanches. Dados extraídos do *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/paimanjohe.htm#producao>>.

⁶²⁷ PATAÇA, 2006.

⁶²⁸ KURY, 2008.

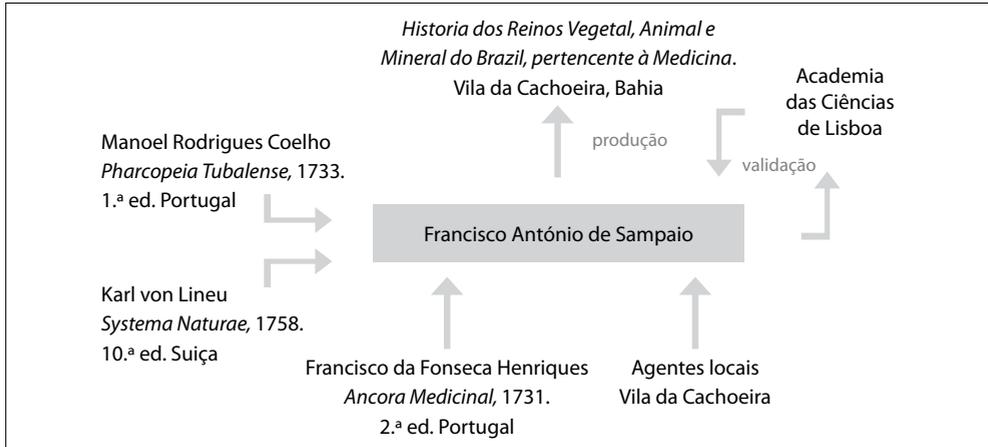


Fig. 5. Circulação, produção e validação de conhecimento, Francisco António de Sampaio

Neste quadro, demonstro a maneira como o conhecimento circulou, e a partir daí, Sampaio pôde produzir seu trabalho e buscar a validação por seus pares. Este tipo de transferência de conhecimento era comum, pois havia uma intensa circulação de agentes e textos. Ao contrário do que pudemos notar nas análises dos trabalhos de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, não há, na obra de Sampaio, uma clara evidência de que tenha utilizado o conhecimento de populações indígenas para construir o seu trabalho, mas sim algumas indicações de que este processo ocorreu, por vias empíricas mais complexas, através de sua própria experiência e da observação da aplicabilidade do conhecimento que outros agentes davam a determinadas espécies de plantas. Já no caso do segundo tomo, sobre os animais, a reconfiguração do conhecimento foi mais complexa, pois envolveu o esforço de Sampaio em basear os seus estudos na sistemática lineana, o que, como veremos, se tornou um trabalho árduo e difícil.

7.3. PRODUÇÃO LOCAL E OS PROCESSOS DE RECONFIGURAÇÃO: CLASSIFICAÇÕES EM TORNO DO REINO VEGETAL

O primeiro tomo do trabalho de Francisco António de Sampaio, tratou das plantas medicinais da Vila da Cachoeira. Por ser médico e cirurgião, foi neste tomo que ele conseguiu desenvolver melhor as suas aptidões, com descrições das plantas feitas integralmente por ele, passando a introduzir alguns conhecimentos específicos, vindos de outros agentes, quando detalhou os seus usos e virtudes. Apesar de o tomo I não ter tantas referências explícitas a processos de reconfiguração, isso não significou que o conhecimento não tenha sido construído de maneira compartilhada. Como ele seguiu a mesma metodologia dissertativa para descrever todas as plantas,

julguei não ser necessário analisar todas. Por isso, vou demonstrar, de modo geral, como o trabalho foi construído, baseando-se em uma série de conceitos, associados ao seu conhecimento empírico e ao conhecimento de agentes locais que foram incorporados em sua narrativa.

Tabela 2. Distribuição das plantas catalogadas por Francisco Antônio de Sampaio

Francisco Antonio de Sampaio - Tomo I - Reino Vegetal											
Dos Resolutivos	Dos Detergentes	Dos I[n]crassantes para o uso interno	Dos Adstringentes	Dos Purgantes, e Eméticos	Dos Desobstruentes	Dos Contravenenos e Febrifugos	Dos Diafóricos	Dos Antivéreos	Dos Anticólicos	Dos Antiespasmódicos	Dos Refrigerantes e Temperantes para uso externo
Jarrinha	Tanberom	Oity	Banana verde e Bananeira	Bistata	Jam Virandim	Contraerva	Gityrana	Salça Parrilha	Biqaba	Mundobins	Coirana
Argueiro, ou Mubungü	Mandioca	Cipó de chumbo de Minas	Pao Pomba	Velame	Capêba	Duzdi	Ninga	Carôba	Androba	Biqaba	Mariana
Banana curta chamada de S. Thomé	Vassorinha	Erva de Passarinho	Cajazeira	Ipecacuanha	Gravatá de Cana	Jerema	Abobora do Matto		Orcha de Onça		Erva, ou Folha de Costa
Fedegoso	Folhas do Velame	Andazeiro	Araçá Guayaba	Ganicleira	Sapé	Erva de Bicho	Contraerva		Abutua		Mandacarú
Malícia de Mulher	Christa de Galo	Orucu	Genipapeiro	Pinham	Leite de Gameleira	Mamoeiro Macho	Cordio de S. Francisco		Almecega do Brasil		Maxixe
Malvas do campo	Erva de Passarinho		Cajazeiro	Mamonã	Café	Tamarindos					Cana de Macaco
Pimenteira Malagueta	Folha, ou Erva de Fogo			Bucha de Paulista	Abutua, ou Pareira Brava	Raiz de Jarinha					Cana de açúcar
Cuiaté				Bucha Menor de Paulista	Canela	Pizangueira					
Mentrato				Areticum-Apé		Pimenta Malagueta					
Baboza				Cipó de Ajuda		Pimenta Cumari					
Abutua				Marinhoiro		Matapasto					
				Canafistola							

Fonte: SAMPAIO, 1782

Na tabela acima, estão dispostas todas as plantas descritas por Sampaio, de acordo com as características medicinais referidas por ele. Nota-se, pois, que a maior parte das plantas descritas pelo autor não teve associação direta com o uso de conhecimentos adquiridos através de seu contato com outros agentes (fossem eles locais ou não), sem, no entanto, significar que estes não existiram. Nas plantas que estão marcadas com cor cinza veremos indicações de que Sampaio incorporou conhecimentos vindos de outros agentes, normalmente denominados por ele como «gente da terra» ou «vulgo». Este é o caso da:

Folha, ou erva de fogo. Virtudes, e uso: esta planta hé pouco conhecida do vulgo, e menos dos Professores de Medicina, mas eu posso atestar, pela experiência, que me tem dado o seu uso, que nam só hé hum excelente deterativo de qualquer chaga sórdida, mas que nam tenho visto em toda a Farmacia remédio de mais eficaz e prezentanea virtude para todo o gênero de combustoens [...]»⁶²⁹.

⁶²⁹ SAMPAIO, 1782: 30-31, destaque nosso. A transcrição foi feita a partir dos manuscritos originais e a numeração das páginas virá de acordo com a versão original manuscrita.

Já as que estão grifadas em preto, foram aquelas em que o autor advertiu sobre as referências recolhidas sobre os seus usos em Manoel Rodrigues Coelho e Francisco da Fonseca Henriques. Este é o caso da:

Batata: Advertência: Francisco da Fonseca Henriques na sua Ancora Medicinal (1) Da segunda impressão cap. X pag. 219, confunde as Batatas purgantes com outras que o não são. De raízes que merece o nome de batatas tenho eu conhecimento de oito espécies, que são de Batatas propriamente ditas 3. Batata branca, roixa, e amarela. O inhame, o Cará, o Mangará, o tamotarana, e o corredor. Todas estas sam domesticas, e suposto que cada huma diversa na figura cor, cheiro, e sabor; contudo todas são alimentícias, e saborosas, porem não há entre ellas huma que possa equivocar-se com a batata purgante em nenhum dos referidos accidentes; porque ella difere em todos das restantes, e goza a mesma igualdade no atributo de domestica.*

Manoel Rodrigues Coelho na sua Farmacopea Tubalense (2) Parte 1. Cap. 27, pag. 216, diz que as batatas do Brazil, chamadas por outro nome inhames sam humas raízes groças de trez espécies a saber, brancas, rôxas, e amarelas, e que as brancas se costumão secar em talhadas, e reduzir a pó, com o que se purgam os habitantes de suas terras: esta proposição hé totalmente falsa; porque há batatas brancas como tenho exposto, que não são purgantes, mas antes bem salutíferas, e saborosas, e não menos diferentes⁶³⁰.*

Como Francisco António de Sampaio fez referência ao número da página da citação feita por ele, relativa a ambos os autores, fica evidente que ele tinha acesso aos livros originais. As advertências aos trabalhos de Coelho e Henriques, como já referido anteriormente, estão dentro do complexo crítico daquele período, pois ambos os trabalhos estavam sendo contestados, pois novos estudos e novos usos medicinais foram sendo atribuídos às plantas que ambos os autores trabalharam.

Em uma outra descrição, além da advertência aos autores, Sampaio ainda associou usos dados por indivíduos locais. Como veremos a seguir, por ter experiência com a ministração das plantas locais na Medicina, Sampaio assimilava os conhecimentos de outros agentes à sua prática diária e observação de longos anos naquele território. Neste caso, podemos observar que houve processos sensíveis de reconfiguração. Vejamos o que é dito em relação à *Contraerva*:

Neste Paiz hé a contraerva pouco conhecida por este nome. O vulgo a trata com o de raiz de Teyû querendo persuadirnos ser descoberta a sua virtude por este animal, que vendo-se mordido das cobras com quem costuma ter formidáveis

⁶³⁰ SAMPAIO, 1782: 69-71, destaque nosso.

pelejas, corre logo a procurar a contraerva, e comendo-a, volta para a batalha supondo-se já livre do veneno que a cobra lhe comunicara.

Manoel Rodrigues Coelho (1) Pharmacopea Tubalense. Part. 1 pag. 227, citando a Pomet, divide a contraerva em duas espécies distintas, confessando a controvérsia, que há entre os Escritores sobre a efsencia, e figura desta Planta, e concluindo emfim, serem as folhas donde produz a sua flor.*

Eu devo com pura sinceridade afirmar, que fazendo a indagação que me foi possível pelos habitantes mais antigos, e curiosos mais experimentados, não pude descobrir outra especie de contraerva mais que a que acabo de descrever. Hé bem verdade que houve hum que me mostrou huma erva a que chamava contra erva; porem em nada era semelhante, por cuja cauza fiquei entendendo que lhe faltava o conhecimento desta Planta⁶³¹.

Nesta passagem, Sampaio associou o próprio conhecimento ao de agentes locais e ao de Manoel Rodrigues Coelho, na tentativa de determinar com exatidão a erva à qual estava descrevendo.

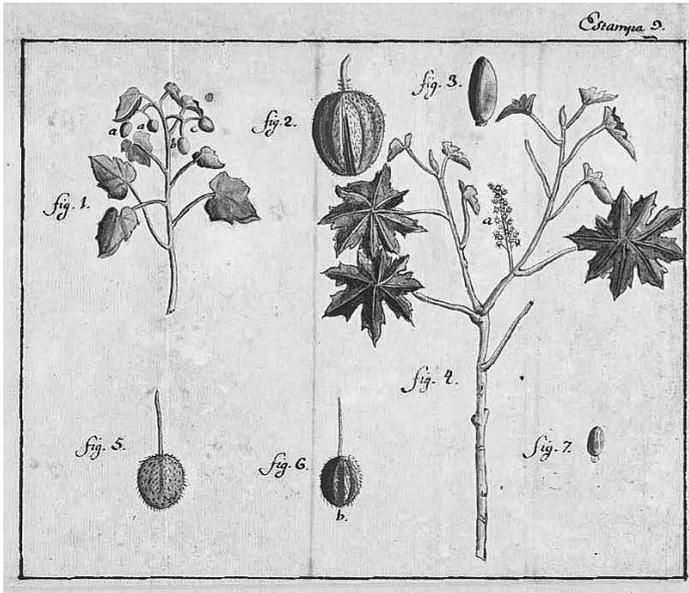
Para além destas características, temos alguns pontos a salientar sobre a construção discursiva empreendida por Sampaio. Como, por exemplo, a continuação de uma metodologia descritiva baseada nas similitudes e simpatias⁶³² entre espécies já muito conhecidas e as novas que estavam sendo observadas. A descrição baseada nas similitudes fica clara quando ele tratou da *Malva*: «A Malva chamada do campo hé huma erva muito semelhante ao Malvaisco de Portugal; porem nunca chega a ter tanta altura; no mais, Eu descubro muito pouca diferença»⁶³³. Este discurso baseado nas similitudes, foi utilizado desde o século XVI pelos europeus que catalogaram espécies nativas do Brasil.

Este mesmo recurso, baseado na busca por similitudes, também foi utilizado por Sampaio quando a planta descrita não tinha correspondência com as europeias. Nestes casos, a descrição foi feita com o maior número possível de detalhes para que a planta pudesse ser identificada; tais como as características que envolviam a planta em seu habitat, o método para conseguir encontrar a determinada espécie, seguido, é claro, de sua estampa pormenorizada:

⁶³¹ SAMPAIO, 1782: 124-128, destaque nosso.

⁶³² FOUCAULT, 2014.

⁶³³ SAMPAIO, 1782: 13.



II. 8. Estampa: Mariana,
Francisco Antônio de Sampaio
Fonte: SAMPAIO, 1782

Há pelas circunvizinhanças das lagoas e lugares palozos humaerva com o nome de Mariana. O seo tronco hé à maneira de cipó de muito branda consistência, arrasta-se pela terra, e brota folhas, e flores, a quem sucedem humas miudíssimas sementes. As suas folhas sam do comprimento de sinco ou seis dedos transversos, finas e lizas: ella lança seos ramos em cada hum dos quaes produz huma folha de diferente figura: (Vejamos a fig. (4) da Estamp. 19) e ahi acharemos hum ramo de Mariana. A letra (aa) mostra duas flores que sempre sahem de dentro daquela folha que dizia ser diferente das outras: esta se conserva sempre dobrada, e se abre unicamente a força, mas logo torna a sua natural figura por gozar de virtude elástica. Na fig. (5) se vê a dita folha aberta, e na sua grandeza natural mostrando o principio das suas flores. Ora esta folha fechada, ou dobrada conserva ordinariamente huma substancia mucoza muito clara, cuja virtude logo explicarey. A fig. (6) hé huma flor na sua própria, e natural grandeza, tam debil e delicada, que ao menor toque dos rayos do sol se murcha, e seca⁶³⁴.

Nesta descrição da *Mariana*, a técnica de estampar, associada à descrição com as indicações de todas as partes e suas correspondências, são mescladas com o discurso filosófico sobre a espécie. Ao mesmo tempo, Sampaio utilizou técnicas de descrição avançadas, retratando as plantas a partir das características de sua fisiologia vegetal — classificação sexual das plantas, que era baseada em análises das partes das

⁶³⁴ SAMPAIO, 1782: 186-189.

plantas quanto à forma e função. Este tipo de descrição começou a ser usada pelos estudiosos a partir da segunda metade do século XVIII, sendo gradualmente adotada, e passando a ser dominante nas últimas décadas do século.

A utilização desta metodologia descritiva fica mais clara quando Francisco António de Sampaio descreveu a espécie de *Cajueiro*. O discurso se iniciou com os dados relativos à localização geográfica da planta, ou seja, onde a espécie poderia ser encontrada:

Duas espécies de cajueiros se acham neste Brazil, huma silvestre que somente pelos campos agrestes se encontra, e outra domestica, quero dizer, que nasce, e se cria pelos cercados, hortas, e semelhantes partes, à que vulgarmente se dá o nome de cajueiros mansos; destes hé que eu vou fazer a descrição; e nos outros tocarey de passagem.

Em sequência, ele descreveu a planta, indicando todos os pormenores através de indicações de todas as partes descritas e estampadas. Sampaio utilizou uma técnica aplicada pelos naturalistas (como Lineu) para designar exatamente a que parte da planta ele estava se referindo, por exemplo: «A letra (qqq) indica os cachos de flores». Neste caso, podemos notar que as estampas faziam parte do contexto descritivo e útil para que a planta pudesse ser reconhecida por qualquer indivíduo: técnica que era utilizada pelos naturalistas para estampar todas as partes de uma determinada espécie (Il. 12):

Hé pois o cajueiro (mando) huma grande arvore enriquecida de folhas, e em dezembro, e janeiro de flores, e frutos. O seo tronco hé na grossura correspondente a grandeza dos ramos: ele hé coberto de huma casca grossa sempre fendida em muitas partes, de cor cinzenta, e logo de pouca distancia da terra lança grossos ramos. A fig. 5 da estampa 6 mostra fielmente a ponta de hum ramo com folhas, flores, e frutos em todos os estados desde flor até fruto sazonado. A letra (qqq) indica os cachos de flores: em (rr) sam dous cajus recém nascidos, nas extremidades dos quaes se achão já formadas as suas castanhas: em (s) hé outro já mais crescido mudando a cor roixa para verde como se vê na figura: em (xx) se mostram as castanhas dos cajus (zz) muito mayores, que a do maduro; na letra (t) que a compasso que caju cresce, a castanha diminue. Ora este caju (t) se vê na figura em estado de perfeita maturação, na qual ocupa a grandeza, e forma de hum pero verdeal, e só com a diferença na cor legitima, e fiel, que mostra a estampa, suposto que também se achão outros vermelhos; com a advertência que humas arvores os produzem vermelhos, e outras da cor, que mostra a figura; porem ellas entre si em nada diferem.

Como todo discursivo filosófico-natural, as características relativas ao gosto, cheiro, e princípios humorais também foram lembradas na descrição:

Hé o caju fruto muito sucozo; a sua substância hé branda, não tem em toda ella semente, ou pvide, tudo hé polpa: o seo cheiro hé aromático, o sabor hé hum doce subácido, e adstringente: extrahido o suco ficão humas fezes, ou bagaço na boca seco, que ordinariamente deita fora por inútil.

Assim como as possíveis utilidades:

O suco de caju (creyo, que por adstringente) põem nodoas em qualquer pano que caya; tam renitentes, que só a beneficio de muito trabalho em muitos mezes se tirão: delle fazem vinho, e agoardente, que produz os mesmos efeitos, que a fabricada de vinho de uvas.

E novamente, descreveu algumas das características específicas da planta, utilizando termos técnicos da fisiologia vegetal:

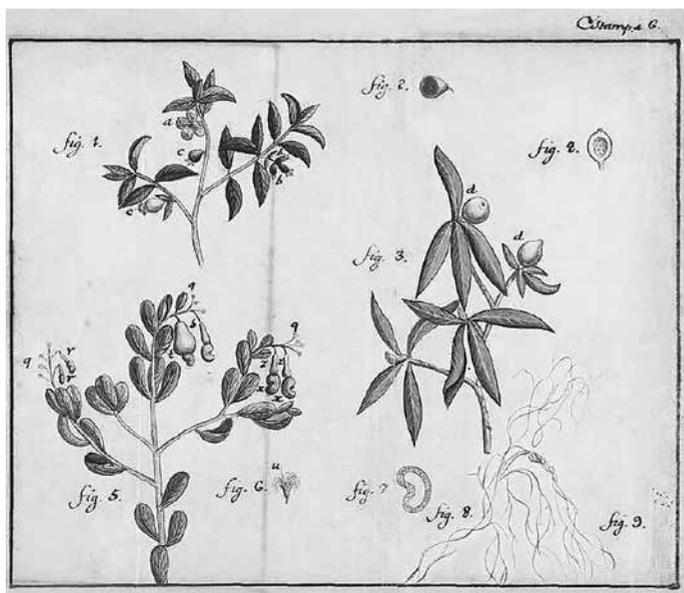
Mas tornando hum passo atraz, vou amostrar a flor do cajueiro com a sua própria grandeza, e formalidade na fig. 6: ella hé pentepetala, ornada de trez anteras, e hum pistilo mais alto que as anteras, na extremidade do qual se diviza com dificuldade huma dilicada grossa a semelhança de antera (v).

Quando descreveu a castanha da fruta caju, passou da fisiologia vegetal para a busca de similitudes, que foram muito além da simples busca por correspondências com outras espécies de plantas:

Na extremidade do caju se produz a castanha propriamente denominada castanha de caju: ella hé ordinariamente do comprimento de huma grande polegada, e de diâmetro meya; eu fallo no estado da sua ultima perfeição; então hé coberta de huma casca grossa à sua proporção. Depois desta, segue-se outra casca tênue de igual consistência à das castanhas de Portugal, e mesmo de semelhante côr; esta segunda, e delicada membrana cobre imediatamente a medula ou substancia interna da castanha de caju, que hé em duas partes dividida.

Ora esta crassa, e externa hé formada de trez laminas à maneira do crânio humano, a externa, e interna são compactas, e medianamente duras, e ainda mais a exterior; porem a que ocupa o espaço entre ambas, hé fertilizada de poros irregulares na figura; os quais se achão replectos de hum licor escuro, crasso, e víscido em grande maneira corrosivo, e inflamável, de sorte, que quando se lança no fogo para se assar a castanha (único meio de lhe tirar a medula) faz elevar huma lavareda admirável, e exala em fumo hum vapor insoffrivelmente fétido, e tão corroente, que penetrando as fimbrias da roupa que os circunvezinhos assistentes tem vestida, nella experimentão pouco menor estrago, que aquelle que costuma fazer a agoa forte. Na fig. 7 se mostra distintamente huma destas castanhas partida em linha recta, fazendo nella ver as partes internas todas de que acabo de fazer a narração.

Il. 9. Estampa: *Cajueiro*,
Francisco Antônio de Sampaio
Fonte: SAMPAIO, 1782



Por fim, descreveu algumas características da árvore:

*O cajueiro, natural, e artificialmente por incizoens feitas na sua casca, distila hum licor hum pouco viscoso, que com o sol, e com o ar se concreta, e transforma em goma muito semelhante a que se nos conduz da Europa debaixo de nome de gomarabia, com a única diferença de ser de cor tirante a vermelha transparente; mas da mesma consistência*⁶³⁵.

A estampa referente ao *Cajueiro* contém todas as minuciosas indicações que Sampaio foi descrevendo ao longo de seu discurso filosófico.

Todo o discurso de Sampaio sobre a fisiologia da espécie que estava descrevendo preparava o seu leitor para a apresentação das virtudes e usos que poderiam ser aplicados com aquela planta. Como já referimos anteriormente, a maioria dos usos foi dado sem a incorporação direta de conhecimentos vindos de outros agentes. No entanto, no caso do caju foi diferente:

Virtudes, e uso — O vulgo do Brazil crê por tradição antiga ser o caju hum bom antivenéreo, virtude, que eu na verdade nunca lhe alcançey; mas antes sou testemunha ocular, de que o seu abuzo hé gravemente prejudicial, porque (creio eu) excita tão grave fermentação nos humores que della resulta hũa acrimonia tal, que brota em sarna, furúnculos, prurito, e semelhantes efeitos bem molestos, e pertinazes.

⁶³⁵ SAMPAIO, 1782: 66-69.

O certo hé, que o sabor não hé desagradável suposto hum pouco adstringente, e o cheiro bem aromático. Com a casca externa da castanha do caju partida crua, e posta sobre qualquer parte do corpo, se colhem os mesmos efeitos, que dos mais violentos scaroticos: em huma palavra o seo óleo hé muito mais corrosivo que as cantaridas, e semelhantes remédios cáusticos. A substancia ou medula da castanha hé de hum sabor agradável. Com ella se temperão varias espécies de doces, e guizados; mas deve ser moderado o seu uso por ser dotada de natureza nimiamente cálida por olioginoza, e excitar disúrias, extrangurias, affectos hemorrhoidaes, e semelhantes queixas. Da goma, que da arvore se extrahe tenho eu uzado felizmente por incrassante, colhendo delas melhores efeitos, que daquela a que dão o nome de goma-arabia⁶³⁶.

Como comumente acontecia nas descrições dos usos da planta, não apenas as características medicinais eram retratadas, mas também alguns dos seus usos culinários. Medicina e alimentação eram indissociáveis⁶³⁷, e este tipo de observação era comum em praticamente todos os trabalhos sobre usos de plantas na Medicina. Em relação específica ao caju, conhecimentos médicos sobre as possíveis utilizações desta fruta circularam pela Europa desde o século XVI, e sua utilização e eficácia foi contestada ao longo do tempo, pelo que, no final do século XVIII, esta espécie já não tinha tanta expressão entre os médicos e boticários⁶³⁸.

Sampaio seguiu a mesma lógica discursiva e descritiva para mais de 80 plantas, a partir de uma mescla de conhecimentos específicos sobre Botânica, e com algumas indicações de conhecimentos locais sobre determinados usos medicinais.

O que de fato é interessante notar neste tomo, é a mistura de conceitos. Ao mesmo tempo que Sampaio compara a castanha de caju com o cérebro humano, na tentativa de clarificar a aparência daquele fruto, utilizou termos técnicos como *pistilo* e *antera*, desenhando todas as partes da planta em pormenor — técnica que não era exclusiva de Sampaio, pelo contrário, era utilizada por indivíduos treinados e com conhecimentos específicos sobre o assunto. A questão aqui é que Francisco António de Sampaio não era naturalista de formação, os seus conhecimentos eram empíricos, e ainda assim, ele frequentemente imprimiu nas suas obras algumas das técnicas desta classe de letrados.

O tomo sobre os vegetais é representativo de um período em que havia uma extensa circulação de conhecimentos e ideias, e a produção de conhecimento filológico-natural em territórios coloniais se baseava, em grande parte, nesta associação entre a apreensão empírica do produtor do trabalho, as obras que foram produzidas nos contextos europeus, e os conhecimentos locais que há muito tempo eram difundidos, através das práticas e da circulação destes agentes.

⁶³⁶ SAMPAIO, 1782: 66-69, destaque nosso.

⁶³⁷ DIAS, 2007.

⁶³⁸ BRACHT, 2013.

Estas características ficam ainda mais claras no tomo II, sobre o Reino Animal. Neste caso, mesmo com acesso a trabalhos produzidos e validados nos mais reputados meios científicos, Sampaio encontrou algumas dificuldades para construir o seu trabalho baseando-se exclusivamente nessa literatura europeia.

7.4. POTENCIALIDADES E LIMITES NA OBRA DE FRANCISCO ANTÓNIO DE SAMPAIO — O USO DA SISTEMÁTICA LINEANA

Como já referido, a difusão e implementação da sistemática lineana encontrou, no período em estudo, resistências no meio acadêmico. A adoção do sistema de Lineu, no caso português, serviu, muitas vezes, como porta de acesso ao circuito internacional conectado com a Academia das Ciências e com as políticas do Estado. Neste período de transição entre paradigmas, os produtores de trabalhos sobre a natureza puderam associar as suas observações empíricas com a ajuda de um novo método: a sistematização proposta por Lineu. Estes filósofos naturais não se limitavam simplesmente a descrever, mas procuravam contribuir para a construção de uma ordem metodológica

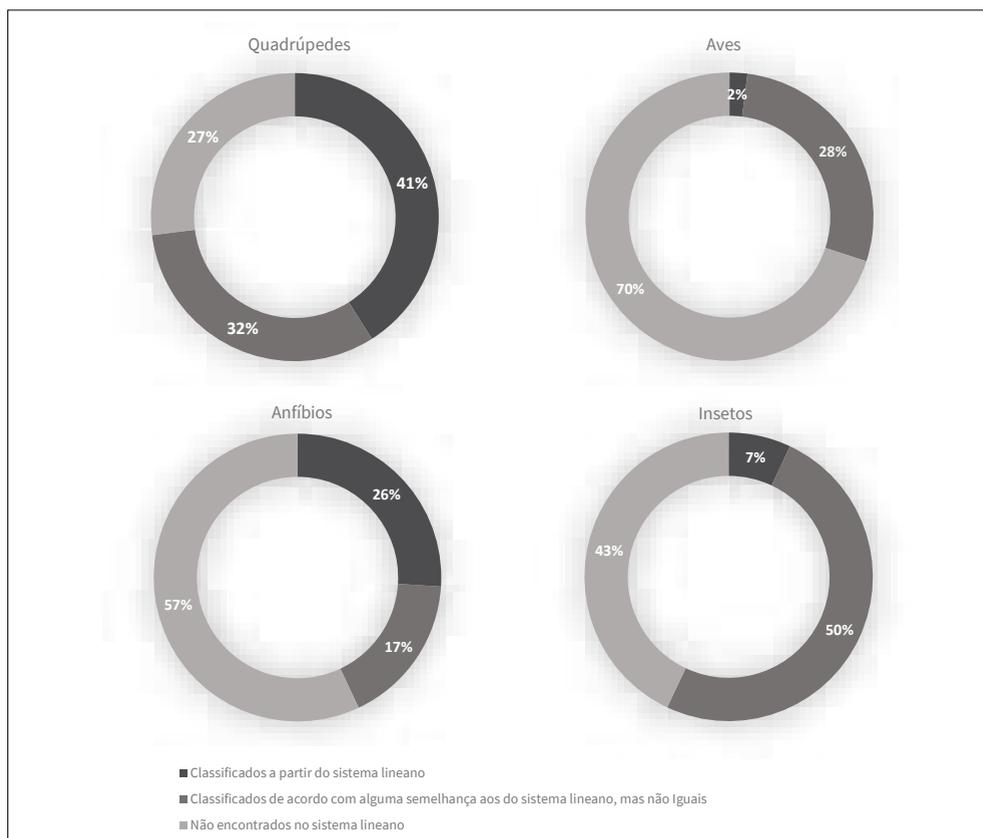
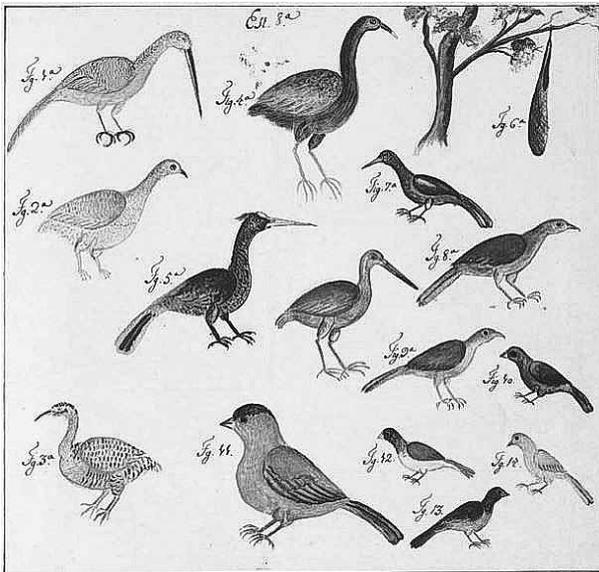


Fig. 6. Percentagem de animais que Francisco António de Sampaio classificou de acordo com a sistemática lineana

de classificação e alocação das espécies em uma sistemática que pudesse ser utilizada como um manual, por todos, principalmente nos espaços coloniais, onde a variedade de espécies desconhecidas era extremamente numerosa. Além da possível utilização de sistemas classificatórios, como o de Lineu, os filósofos ainda podiam recorrer aos manuais que estavam sendo produzidos, por exemplo, pela Academia das Ciências, ou por indivíduos como Vandelli, que dissertaram sobre o que e como deveria ser observado.

Sampaio, como veremos, apesar de evidentes tentativas, não conseguiu adotar a sistemática lineana por completo, mesclando, desta forma, a sua própria metodologia para conseguir descrever os animais que observou. E mesmo quando encontrou determinadas espécies na sistemática de Lineu, ainda assim acrescentou o seu conhecimento empírico e fez a sua própria identificação. O tomo sobre o Reino Animal, pode ser considerado um trabalho reconfigurado, na medida em que Francisco António de Sampaio buscou corroborar suas próprias observações com a tentativa de implementar a sistemática lineana ao seu trabalho. Os gráficos da figura 6 demonstram até que ponto a sistemática lineana foi útil para Sampaio.

Como podemos ver nos gráficos, Sampaio dividiu o seu trabalho em quatro classes, descrevendo no total 99 espécies. Os números falam por si só. A única classe de animais na qual Sampaio pôde aplicar, com expressão quantitativa, a sistemática lineana, foi nos Quadrúpedes. Por sua vez, em se tratando das Aves, Sampaio usou quase que exclusivamente as suas próprias descrições, não encontrando no trabalho de Lineu quase nenhuma correspondência. Tal como ocorre no caso da *Sabiá verdadeira*⁶³⁹:



Il. 10. Estampa: *Sabiá verdadeira*, Francisco António de Sampaio
Fonte: SAMPAIO, 1789

⁶³⁹ Esta espécie foi classificada em 1823 por Lichtenstein: *Sabiá verdadeira* (*Turdus fumigatus*).

Se Linneu trata da ave, que presente descrevo, eu lhe não acho a descrição: Porem vejo esta: Sabiá denominada verdadeira, com a grandeza de hum tordo; collo curto; bico subdepresso com a mandíbula superior mais extensa, o ápice adunco, e junto a base huma limitada crista de finísimos cabêllos; nares parvas, valvulosos; olhos sphericos, convexos, com a iris escura; prunella negra, pálpebras claras; cauda rotundata; pernas, e pes calvos tetradactyles; unhas grandes; curvadas, agudas. Côr escura, por baixo menos; as margens das remiges, e rextrices negras. Vide fig. 8ª, estampa 8ª.

Havita em matos maiores, denominados verdadeiros; nutre-se de frutas. Canta com suavidade, e alguma imitação ao melro, mas unicamente nos 6 mezes do verão. Conserva-se em gaiola, e he o fim, para que se caça⁶⁴⁰.

Por sua vez, a única ave que Sampaio encontrou no *Systema naturae*, foi a *Jacupemba*, e mesmo assim, acrescentou sua própria descrição:

Jacupemba: Descreve Linneu o Jacu-pema:

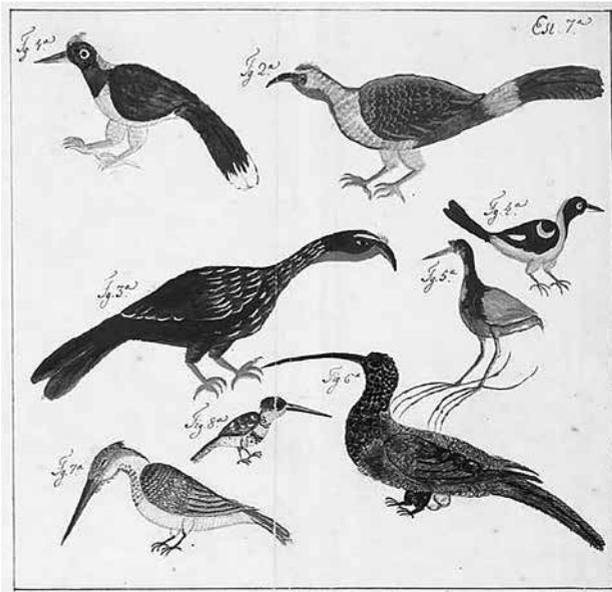
Cristata Meleagris capite pennis erectis cristato temporibus violaceis. Gallapavo Brasiliensis, etc. Habitat in America Australi.

Gula carúncula, compressa, rubra, ut in antecedente; capite supra crista oblonga pennacea, absque carúncula.

Eu com o original a vista descrevo: Jacu-pema, ou pemba com a grandeza de huma pequena galinha, mais extenso, e menos ventroso; cabeça, e bico gallinaceo; ouvidos orbiculares, cobertos de oennas; nares obovatas, subtuberculo-valvulosas; olhos grandes, a pálpebra inferior por tegumento; pupila grande, preta, muito convexa; íris carmesim; pálpebra superior ciliata delicadissimamente; cabeça cristada de penas miúdas, suberectas, principalmente junto ao bico; faces, temporas, e gula calvas, e esta de carúncula compressa, rubra, presemada de raros pêllos, curtos, prêtos, como a base superior do bico; collo hum pouco extenso, como também femores, pernas e dêdos. Por baixo penas de cor plumbacea, e na circinferencia delas huma orla albicante; por sima das temporas maculas também albicantes. Cauda extensa, rotundata, subviridatre escura, e assim as remiges. Dorso, uropygio subcroceo, e na extremidade das penas deste huma orla mais clara, assim como nas tectrices; unhas compressas, ferinas, por baixo cavadas. Vide fi. 2ª, estampa 7ª.

Habita pelos matos, vòa com velocidade, principalmente fugindo dos inimigos; nutre-se de frutas, e a sua carne he muito saborosa.

⁶⁴⁰ SAMPAIO, 1789: 76-77, destaque nosso.



II. 11. Estampa: *Jacupemba*,
Francisco Antônio de Sampaio
Fonte: SAMPAIO, 1789

Anatomia: Todas as suas partes internas são como da galinha. Nos machos a trachea saindo das fauces desce pelo collo por baixo da cútis até o fim da região thoracica, e tornando a voltar sobe unida até o lugar das clavículas, e ahi se introduz para o pulmão. Os ovos são como de pomba, mais oblongos⁶⁴¹.

Entretanto, mesmo quando não encontrou os correspondentes em Lineu, Sampaio tentou aplicar a metodologia descritiva do naturalista sueco, segundo a qual as descrições dos animais deveriam ser feitas de acordo com uma ordem lógica discursiva que se iniciava com o nome da espécie, teorias sobre ela, o gênero, a espécie, os atributos, os usos. Para terminar, o autor deveria dissertar sobre toda a história já contada por outros autores sobre o determinado animal, ou planta. É o que Michael Foucault denominou de «Literaria: Toda a linguagem depositada pelo tempo sobre as coisas é repelida no último limite, como um suplemento em que o discurso se narresse a si mesmo e relatasse as descobertas, as tradições, as crenças, as figuras poéticas»⁶⁴². As descrições deveriam buscar não apenas as semelhanças entre espécies, mas principalmente as diferenças⁶⁴³. Foi o caso da descrição da *Jacupemba*, pois quando Sampaio comparou uma espécie de animal descrita por Lineu, com aquela que estava sendo observada por ele, acabou por seguir exatamente este processo, procurando, através das diferenças, as similitudes, para descrever aquilo que viu.

⁶⁴¹ SAMPAIO, 1789: 63-65, destaque nosso.

⁶⁴² FOUCAULT, 2014: 209.

⁶⁴³ FOUCAULT, 2014: 226.

Ainda segundo Foucault, entre 1775 e 1795, em relação à organização dos seres, poucas foram as modificações introduzidas. As descrições e classificações eram feitas com o intuito de compilar os seres em grupos com características próximas, apresentando as diferenças entre as espécies ali contidas, formando «um tabela em que todos os indivíduos e todos os grupos, conhecidos ou desconhecidos, poderão encontrar o seu lugar»⁶⁴⁴. Para isso, era necessário recolher todas as informações, sobre todos os aspectos relativos à espécie, através, não apenas das observações empíricas, mas principalmente, através da literatura que a descreveu anteriormente. Neste contexto, não havia dissociação entre o que era mito, ciência ou literatura. Tudo era passível de anotação e útil para dar o maior conhecimento possível sobre a espécie, fosse ela conhecida ou não⁶⁴⁵. Esta formação de conhecimento, através da *literaria*, pode ser observada no último excerto escolhido para análise deste tomo sobre os animais.

Sampaio descreveu uma espécie de cobra constritora — a *Jibóia* e, para descrevê-la, ele usou todo o conhecimento possível:

Gyboia: Faz Linneu a descripção desta serpente.

Scytala B. etc.

Habitat in America, constringit, et deglutit capras, oves, etc.

Corpus cinereo-glaucum: maculis dorsalibus nigris. Lateralibus annulatis nigris, disco albo. Ventratibus oblongis, quae è punctis nigris concatenatis.

Eu com ella presente vejo: Gyboia, serpente grande com a cabeça depressa, olhos brilhantes, de noite phosphoricos; nares similunares, boca rasgada; língua teres, bifurcada; dentes superiores, e inferiores iguaes todos, fortemente prezoz nas mandíbulas com os ápices agudos, voltados para o cntro. O corpo cuberto de esquama imbricata branda; côr cineracea flavescente, com manchas pelo dorso orbiculares, e similunares pelos lados. A extensão do corpo até vinte palmos. He tarda nos movimentos; o morso se dirige a preza, ou defensa, sem veneno. Vide fig. 2ª, estampa 13. Habita pelos matos, e campos; nutre-se de animaes, viados, pacas, cotias, periás, e similhantes, que pega assim: põem-se em lugar, em que crê passar a preza: firma a extremidade da cauda e hum tronco de arvore: oculta-se, e espera. Vem o animal, pega-o com os dentes, enrola-se nelle, aperta-o até exalar a vida: cobre-o de hum muco, que lança pela boca, e engole-o pela cabeça, contundindo-lhe os ossos, que pode.

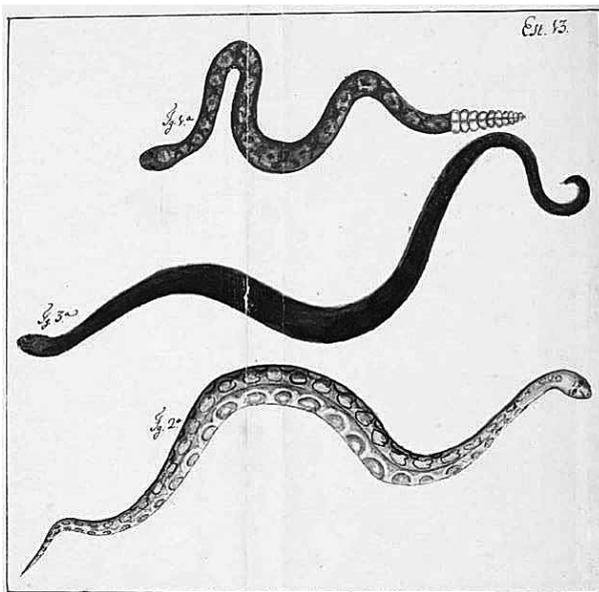
Tem acontecido mamarem estas serpentes leite dos peitos das molheres que criam, no acto do sonno de noite com tanta suavidade, e brandura, que a molher não sofre o mínimo incommodo. Poucos tempos há, que nesta Villa da Cachoeira

⁶⁴⁴ FOUCAULT, 2014: 315.

⁶⁴⁵ FOUCAULT, 2014: 56-57.

se vio esse acontecimento em huma molher, que, acordando de noite na cama, vio huma serpente destas mamando em hum dos seus peitos; assustou-se, gritou, acudirão outras pessoas, matarão a serpente, e lançou quantidade de leite pela boca, que tinha extrahido do peito da molher.

Anatomia: A trachea he fina, extensa, até o pulmão, o qual vesicular, principia fino canal, e vai alargando até se fazer amplo, e diminuindo para a extremidade, fabricado de huma tênue membrana no interno áspera. O coração conserva na sua base o ventrículo quase separado, e o mais corpo compacto, tenso. Daqui principia o fígado, hum corpo quase teres com a extensão de dous palmos; substancia, e cor hepática commua. Das fauces segue hum amplo canal, e junto ao coração principia o isophago também amplo, de membrana tênue, muito elástica com o mesmo comprimento de dous palmos de sorte, que, intrado nelle o ar, se vê nimiamente inflado. No fim está o ventrículo compacto; segue o colon (sem os mais) amplo, e aos lados elle dous corpos lívidos, clausurados em tenuissimas membranas, rugads, e na parte superior dous canaes cm ovos da grandeza de chumbo grosso de espingarda. Daqui o recto até o anus distante 8 dêdos transversos do ápice da cauda⁶⁴⁶.



II. 12. Estampa: *Jibóia*,
Francisco António de Sampaio
Fonte: SAMPAIO, 1789

⁶⁴⁶ SAMPAIO, 1789: 142-146, destaque nosso.

O autor começou apresentando o nome vulgar do animal, seguido do nome científico que foi dado por Lineu, em associação com as descrições do naturalista sueco. Em seguida, afirmando ter a espécie à sua frente, Sampaio fez a sua dissertação filosófico-natural sobre a *Jibóia*, englobando em seu discurso, não apenas as características físicas do animal, mas também o *habitat*, a sua alimentação, o modo de capturar o bicho, sua anatomia, e a *literária*, que neste caso incluiu um elemento folclórico. Um processo de reconfiguração, produção compartilhada de conhecimento entre Sampaio, Lineu e todo o conhecimento popular sobre aquela espécie⁶⁴⁷.

Ainda é preciso salientar um último ponto nesta análise sobre Reino Animal. Para termos a real dimensão do quanto o *Systema naturae* foi útil para Francisco António de Sampaio, decidi fazer, também, um trabalho de identificação das espécies de acordo com a nomenclatura binominal. Assim, poderei primeiro tentar descobrir qual a edição do *Systema* que Sampaio utilizou, e ainda, comprovar se as espécies que ele afirmou ter encontrado no sistema classificatório de Lineu, estavam mesmo corretas. Esta pesquisa me levou a perceber, com mais clareza, a dificuldade encontrada por Sampaio em utilizar o *Systema naturae* como um manual para a seu trabalho. As tabelas abaixo, demonstram que alguns dos animais que Sampaio apontou como não constando no *Systema naturae*, na verdade foram identificados por Lineu e publicados nas edições de 1758 ou 1766. Há também alguns casos, em que mesmo os animais que Sampaio afirmou estarem na sistemática lineana, na verdade não constam em nenhuma das edições. Das espécies que ele afirmou serem semelhantes, mas não tinha convicção se eram as mesmas, muitas acabaram por realmente ter sido classificadas por Lineu. De todo modo, ficou impossível saber a qual das edições do *Systema naturae* é que Francisco António de Sampaio teve acesso, pois muitas das espécies constam na edição de 1758, e outras nas de 1766.

Ressalto ainda, que os nomes que estão destacados, são de espécies para as quais não foi possível encontrar a classificação binominal.

O resultado desta pesquisa pode ser verificado nas tabelas abaixo:

⁶⁴⁷ CONCEIÇÃO, 2018a.

Tabela 3. Nomes dos Quadrúpedes catalogados por Francisco António de Sampaio, com a classificação binominal atual

Francisco António de Sampaio, tomo II — Reino Animal, Quadrúpedes		
Encontrados no sistema lineano e descritos por Sampaio	Com semelhanças	Descritos por Sampaio e indicados como não tendo sido encontrados no sistema lineano
Guariba <i>Simia belzebul</i> LINNÆUS, 1766	Macaco <i>Paniscus S. Caudata</i>	Guigó <i>Callicebus coimbrai</i> KOBAYASHI & LANGGUTH, 1999
Preguiça <i>Bradypus tridactylis</i> LINNÆUS, 1758	Çagui <i>Iacchus S. Caudata</i>	Tatu verdadeiro <i>Dasybus novemcinctus</i> LINNÆUS, 1758
Tamanduá Guaçú <i>Myrmecophaga Jubata</i> LINNÆUS, 1758 (<i>Myrmecophaga tridactyla</i>)	Tatuí (Tatu) <i>Dazybus Cingulis novem</i>	Mocó <i>Kerodon rupestris</i> WIED-NEUWIED, 1820
Tamanduá Mirim <i>Tetradactyla M., Tamandua tetradactyla</i> LINNÆUS, 1758	Lontra <i>Lueris. M.</i>	Caximbenguelé (caxinguele) <i>Sciurus aestuans</i> LINNÆUS, 1766
Tatu Peba <i>Sexcinctus D. cingulis senis, Euphractus sexcinctus</i> LINNÆUS, 1758	Peria (Preá) <i>Lepus. Cauda nulla</i>	Capyvara <i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> LINNÆUS, 1766
Guatí Mundé <i>Nasua.</i>	Cotia <i>Aguti. Mus</i>	Anta <i>Tapirus terrestres</i> LINNÆUS, 1758
Porco Espinho <i>Erinaceus Americanus albus</i>	Cateto <i>Hydrochaeres, e Capybara</i>	
Paca <i>Pacca. Mus, Mus Brasiliensis – Cuniculus paca</i> LINNÆUS, 1766		
Porco verdadeiro <i>Tajacu sus-Pecari tajacu</i> LINNÆUS, 1758(?)		

Fonte: SAMPAIO, 1789

Tabela 4. Nomes das Aves catalogadas por Francisco António de Sampaio, com a classificação binominal atual

Francisco António de Sampaio, tomo II — Reino Animal, Aves		
Encontrados no sistema lineano e descritos por Sampaio	Com semelhanças	Descritos por Sampaio e indicados como não tendo sido encontrados no sistema lineano
Jacupemba <i>Cristata Meleagris – Meleagris gallopavo</i> LINNÆUS, 1758	Beija-flor <i>Minimus Trochilus</i> LINNÆUS, 1758	<u>Pega Brasiense (aves)</u>
	Rei Congo <i>Persicus Oriolus</i> LINNÆUS, 1766	Jacu verdadeiro <i>P. jacucaca</i> SPIX, 1825
	Viuva ou Encontro <i>Orpheus T.</i>	Araquán <i>RAFINESQUE, 1815</i>
	Cordeal <i>Dominicana L.</i>	Sofrei (Sofreu) (Corrupião) <i>Icterus jamacaii</i> GMELIN, 1788
	Caboré <i>Mosquitos Throchilus</i>	Napupe <i>Crypturellus parvirostris</i> WAGLER, 1827
	Rola cascavel <i>Passerina columba/Columba sylvestris</i>	Zabelê <i>Crypturellus noctivagus zabele</i> SPIX, 1825
	Outra espécie de Rola <i>Passerina columba/S. maculis</i>	Sabiá verdadeira <i>Turdus fumigatus</i> LICHTENSTEIN, 1823
	Tapiranga <i>Tanagra cardinalis/Bresilia Tanagra</i>	Sabiá Coca <i>Turdus rufiventris</i> VIEILLOT, 1818
	Picapao <i>Europeae sitta</i>	Sabiá da Praia <i>Mimus gilvus</i> VIEILLOT, 1807
	Maçarico <i>Alcedo/Alcyon macroura cristata caerulescens</i>	Azulão <i>Cyanocompsa brissonii</i> LICHTENSTEIN, 1823
	Colhereira <i>Platalea ajaja</i> LINNÆUS, 1758	Caboucolinho (caboclinho) <i>Sporophila</i> STATIUS MULLER, 1776

	Papa-capim <i>Sporophila leucoptera</i> VIEILLOT, 1817
	Corió <i>Oryzoborus angolensis</i> LINNÆUS, 1766
	Canario <i>Serinus canaria</i> LINNÆUS, 1758
	Anúm <i>Crotophaga ani</i> LINNÆUS, 1758
	Bemtevi <i>Pitangus sulphuratus</i> LINNÆUS, 1766
	Frango dagoa <i>G. c. galeata</i> LICHTENSTEIN, 1818
	<u>Martim pescador 1</u>
	<u>Martim pescador 2</u>
	<u>Martim pescador 3</u>
	<u>Gaivota</u>
	<u>Sócó</u>
	<u>Ceracura (Saracura)</u>
	<u>Ceracura (Saracura) 2</u>
	Jacenan (jaçanã) <i>Jacana jacana</i> LINNÆUS, 1766
	Sabacú <i>Nycticorax nycticorax</i> LINNÆUS, 1758
	<u>Tucano</u>
	Gavião <i>Leptodon forbesi</i> SWANN, 1922

Fonte: SAMPAIO, 1789

Tabela 5. Nomes dos Anfíbios catalogados por Francisco António de Sampaio, com a classificação binominal atual

Francisco António de Sampaio, tomo II — Reino Animal, Anfíbios		
Encontrados no sistema lineano e descritos por Sampaio	Com semelhanças	Descritos por Sampaio e indicados como não tendo sido encontrados no sistema lineano
Jacaré <i>Crocodilus L.</i>	Gia <i>Marina Rana scapulis gibbosis</i>	Camaleão Brasiliense <i>Iguana iguana</i> LINNÆUS, 1758
Cobra cascavel <i>Crotalus horridus</i> LINNÆUS, 1758	Sucuriuba <i>Constrictor. C. Kalm.</i>	Camaleão papavento <i>Enyalius iheringii</i> BOULENGER, 1885
Giboia <i>Boa constrictor</i> LINNÆUS, 1758.	Aramaçá <i>Pleuonectes</i> Marcgr. Bras. 181 Aramaca	Teyú (Teiu) Género: <i>Tupinambis</i>
Cobra verde <i>Murina B. Mus.</i>	Pititinga <i>Esox Hepsetus</i>	Geraraco açú (Jararacuçu) <i>Bothrops jararacussu</i> LACERDA, 1884
Cobra de duas cabeças <i>Amphisbaena fuliginosa</i> LINNÆUS, 1758		Cerucucu (Surucucu) <i>Lachesis muta</i> LINNÆUS, 1766
Baiacu <i>Perca venenosa – Lactophrys trigonus</i> LINNÆUS, 1758		Papa-pinto (caninana) <i>Spilotes pullatus</i> LINNÆUS, 1758
		Cobra de coral tribo <i>Calliophini</i>
		Geraraca (jararaca) <i>Bothrops</i> WAGLER, 1824
		Geraraca do rabo branco <i>Bothrops neuwiedi</i> WAGLER, 1824
		Baiacu de espinho – Família: <i>Diodontidae</i>
		Sapo marino <i>L. gastrophysus</i> MIRANDA RIBEIRO, 1915
		Taóca <i>Lactophrys trigonus</i> LINNÆUS, 1758
		<u>Moreya (moreia)</u>

Fonte: SAMPAIO, 1789

Tabela 6. Nomes dos Insetos catalogados por Francisco António de Sampaio, com a classificação binominal atual

Francisco António de Sampaio, tomo II — Reino Animal, Insetos		
Encontrados no sistema lineano e descritos por Sampaio	Com semelhanças	Descritos por Sampaio e indicados como não tendo sido encontrados no sistema lineano
Caranguejo (Ossá) <i>Vca. C. brachyuros – Ucides cordatus</i> LINNÆUS, 1763	Bisouro – Ordem: <i>Coleoptera</i> LINNÆUS, 1758	Aratú <i>Goniopsis cruentata</i> LATREILLE, 1802
	Bisouro <i>Cerambyx auratus</i>	Peguarí <i>Strombus pugilis</i> LINNÆUS, 1758
	Siri <i>Punctatus C. brachyurus</i>	Atapú <i>Cassis tuberosa</i> LINNÆUS, 1758
	Ganhamum <i>Ruricula C. brachyurus</i>	<u>Lagarta</u>
	Baratta <i>Blatta ferrugínea</i>	<u>Abelha Gitaí (jata?)</u>
	Abelha oruçú <i>Brasilianorum Apis</i>	<u>Mutuca</u>
	Copim (formigas) Saccharivora F.	

Fonte: SAMPAIO, 1789

Com esta análise, não pretendo ressaltar a figura de Francisco António de Sampaio apenas como um agente de destaque em seu contexto, muito menos denominá-lo como sendo um naturalista, pois sabemos que ele não o era, em sentido pleno. Ao contrário, busco localizá-lo dentro do complexo de agentes produtores de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII, que produziram trabalhos a partir de processos de reconfiguração, que envolviam circulação de agentes, o caráter local, a circulação de ideias e o conhecimento científico, a empiria, a relação entre ciência e poder, a hierarquia, questões sociais e econômicas, assim como os possíveis materiais e métodos que tentavam aplicar aos seus trabalhos⁶⁴⁸.

Pensar na produção científica produzida em território colonial, neste caso o Brasil, sem notar as importantes inserções de conhecimento produzidos na colônia mesclados com os saberes advindos da Europa, limita o historiador na análise e leva-o

⁶⁴⁸ CONCEIÇÃO, 2018a.

a criar um discurso que vai de encontro à ideia de um conhecimento científico produzido por agentes europeus e disseminado por eles.

Para o século XVIII, mesmo que os povos colonizados não pudessem controlar o conhecimento que recebiam vindo da Europa, podiam ainda assim determinar aquilo que queriam absorver, e o transformavam de acordo com as suas próprias necessidades. É neste ponto que podemos falar em reconfiguração do conhecimento. Reconfiguração esta que poderia ser produzida em uma zona de contato, a partir da interação entre múltiplos agentes, direta ou indiretamente, alicerçados em processos de troca, negociações, observações, escolha, circulação, associados às relações de poder, hierarquia, política e economia⁶⁴⁹.

Foi a partir deste entendimento que busquei desenvolver cada uma das análises que foram feitas ao longo deste livro.

⁶⁴⁹ CONCEIÇÃO, 2018a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste livro foi demonstrar os processos de construção de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII. Para tanto, procurei clarificar os contextos políticos, sociais, econômicos e científicos no qual Portugal e suas colônias estavam inseridos. Como o foco central estava baseado em estudos sobre Filosofia Natural, julguei pertinente fazer uma rápida explanação desta área do conhecimento, tentando demonstrar quais foram as tipificações e aplicações desta disciplina ao longo do tempo. Também se tornou necessário delinear as bases teóricas que seriam aplicadas para a seleção e análise das fontes documentais.

Para compreender os processos de formação de conhecimento filosófico-natural no Brasil, utilizei um significativo volume de fontes documentais, dos quais fosse possível extrair dados para as análises e assim responder algumas perguntas enunciadas. Qual era a tipologia de agentes e de trabalhos? Para quem produziam? Por que produziam? Quais eram os objetivos destes trabalhos? Havia circulação de conhecimento no Império Português? Essa circulação de conhecimento influenciou os processos de construção de conhecimento? Havia conexão entre os autores, seus trabalhos e o pensamento ilustrado? A produção de conhecimento filosófico-natural foi feita de maneira compartilhada? Como ocorreram os processos de reconfiguração? Qual era a relação entre ciência e poder nos processos de construção de conhecimento? Diante de todas as análises feitas ao longo deste livro, creio ter contribuído para dar resposta a estas perguntas. Contudo, algumas questões devem ser ressaltadas.

Das análises empreendidas parece ter ficado claro que houve uma intrínseca relação entre a produção de trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil e os contextos políticos, econômicos e sociais conhecidos. As relações de poder estavam intimamente conectadas com a produção de conhecimento em todo o Império Português. Os interesses da Coroa moldaram a relação dos agentes produtores com o próprio conhecimento científico, e com a sua dispersão pelo Império, e fora dele. Foi possível notar que as questões econômicas, muitas vezes, foram determinantes na escolha dos estudos que deveriam ser feitos, como no caso dos estudos sobre as madeiras, assim como determinaram a escolha dos territórios observados, bem como os produtos naturais que pudessem ser úteis para as manufaturas, comércio e para a Medicina. No entanto, esta produção científica não foi baseada exclusivamente em trabalhos produzidos com a intervenção direta do Estado. Muitos agentes produziram estudos com o intuito de se inserir nos contextos políticos e científicos do período, como no caso de Francisco António de Sampaio, José Barbosa de Sá e Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

Foi devido ao expressivo envolvimento do Estado, das instituições científicas, e das iniciativas para se reconhecer as potencialidades naturais das colônias, que um grande número de indivíduos, com variadas formações e atuações profissionais, figuraram no centro dos processos de construção de conhecimento sobre o ambiente

natural brasileiro. Esta pode ser considerada como uma marca do modelo de produção de conhecimento dentro do Império Português, que acabou por imprimir características muito distintas ao ambiente científico e aos trabalhos sobre o Mundo Natural das colónias, formando uma tipologia de trabalhos muito variada.

Outro ponto marcante neste cenário de construção de saberes sobre o Brasil, esteve ligado aos processos de circulação de conhecimento entre os mais variados indivíduos, fixados em territórios dentro e fora do Império. Este conhecimento circulou através de uma extensa troca de correspondência e de trabalhos que, muitas vezes, tinham como finalidade divulgar o pensamento científico e as propostas políticas, dentro de uma rede de contatos que se estendia por vários territórios. Esta circulação esteve intimamente ligada às políticas de fomento e de implementação de novas metodologias de estudo, tanto em Portugal quanto no Brasil. Também notamos que houve uma significativa circulação de livros científicos partindo da Europa para as colónias, pois um número expressivo de agentes no Brasil teve acesso a obras que, para o período, eram consideradas como basilares para a construção de conhecimento filosófico-natural na Europa.

Mesmo diante de um cenário de trabalhos tão diverso, ainda assim, foi possível estabelecer uma característica comum a todos os trabalhos — os processos de reconfiguração de conhecimento.

Os historiadores das ciências vêm buscando, nos últimos anos, imprimir uma análise às fontes documentais que possa demonstrar o quanto o conhecimento produzido por agentes em territórios coloniais deve boa parte de suas características ao saber local, e que a influência do conhecimento produzido nas zonas centrais nem sempre teria tido o peso que muitos historiadores pensavam. O conhecimento local, seja o advindo das populações autóctones ou dos colonos, teve papel fundamental na formação do conhecimento filosófico-natural ao longo do tempo. As relações de poder e os processos de reconfiguração e circulação do conhecimento, são assim fundamentais para compreendermos a produção de saberes ao longo do século XVIII, principalmente nos espaços coloniais.

Na Parte III, busquei demonstrar a maneira como estes processos de reconfiguração se desenvolveram em trabalhos produzidos por agentes com formações e atuações profissionais completamente diferentes, mas que tinham objetivos muito próximos — produzir um trabalho filosófico-natural que pudesse ser reconhecido, tanto pelo Estado quanto pelas instituições científicas, e assim, conseguir reconhecimento, não apenas para a obra em si, mas principalmente para si próprios.

Procurei ainda compreender estes processos, considerando que os agentes produtores de conhecimento filosófico-natural da segunda metade do século XVIII não foram movidos pela simples curiosidade ou apelo das políticas do Estado. A ciência naquele período se desenvolveu a partir do envolvimento de vários elementos, de

maneira compartilhada, através da relação entre ciência e poder, associada a uma intensa circulação de pessoas e conhecimento.

Outra ideia que foi corroborada a partir deste livro é a de que a escolha do melhor sistema de classificação de espécies partia daquele que estava fazendo o trabalho, mesmo que existissem instruções para o uso de um sistema ou outro. Isso mesmo era advogado, na *Carta para o Ensino da Medicina*, por Ribeiro Sanches, que dissertou sobre a importância do ensino da Botânica pelos professores na universidade, salientando que a utilidade da Botânica para a prática médica era de extrema relevância. Em seu discurso, citou vários autores que propuseram sistemas de classificação de plantas, entre eles Lineu. Contudo, o autor afirmou que o professor é quem deveria escolher qual o método, o autor e o sistema de classificação que deveria utilizar, sem que houvesse qualquer imposição por um ou outro sistema⁶⁵⁰. Este tipo de escolha também era feito pelos estudiosos que estavam produzindo trabalhos sobre o Mundo Natural.

Neste ponto, é interessante notarmos, ainda como nota conclusiva, que os novos métodos científicos não foram consensualmente aceitos pelas comunidades científicas, perdurando uma situação de mescla de sistemas, pelo menos até o final do século XVIII. As teorias e propostas, entre as quais as relativas aos sistemas classificatórios de Lineu e Buffon, caminhavam lado a lado, sem que uma se sobrepusesse às outras⁶⁵¹. Como demonstrado por Thomas Kuhn⁶⁵², as revoluções científicas não são processos rápidos e os seus resultados não são automaticamente aceitos e utilizados, passando por um processo de assimilação, afirmação e aceitação.

Neste período final do século XVIII, ainda é possível observar que havia certa continuação nas aplicações de paradigmas anteriormente propostos, e que estes acabaram por ser mesclados com as novas metodologias. Novos conceitos não eliminavam de imediato os anteriores, e não eram adotados em unanimidade⁶⁵³. Associado a isso, também não podemos deixar de considerar as dificuldades enfrentadas por agentes em espaços coloniais, que muitas vezes não conseguiam aplicar os novos conceitos, pois o universo que estava sendo observado não se encaixava por completo nos manuais produzidos na Europa. Também por esse fato, processos de reconfiguração de conhecimentos tornaram-se não somente úteis, mas inevitáveis, aportando contributos a formas de saber mais standardizadas na Europa.

Por fim, ainda é preciso salientar um efetivo paralelismo entre estes agentes de produção de conhecimento, nomeadamente entre os acadêmicos, os empiristas/práticos/autodidatas, os europeus e os locais. Ficou evidente, a partir das análises feitas

⁶⁵⁰ CARVALHO, 1987.

⁶⁵¹ KURY, 2008: 73-84.

⁶⁵² KUHN, 2009.

⁶⁵³ KUHN, 2009.

ao longo do livro, que cada um destes agentes desempenhou um papel específico no cenário de produção de trabalhos. A partir das análises feitas ao longo do livro, é possível afirmar que havia o grupo formado pelos europeus, que normalmente eram acadêmicos, e o grupo formado pelos locais (agentes imbricados nos espaços coloniais), que eram em grande maioria empiristas/práticos/autodidatas. Da produção científica do primeiro grupo, podemos observar trabalhos com caráter filosófico e político, que tinham por objetivo colocar em pauta discussões sobre o cenário de produção de conhecimento vinculado amplamente às questões relacionadas com o Estado, a universidade e os grupos de acadêmicos. Estes foram os casos de António Nunes Ribeiro Sanches, Domingos Vandelli e outros. Do segundo grupo, podemos perceber o trabalho massivo de recolha de dados, formação de conhecimento local sobre o Mundo Natural da colónia, como nos casos de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Francisco António de Sampaio, os militares que estudaram as Araucárias, José Barbosa de Sá, e outros. Estes, como vimos, formaram a grande maioria dos autores dos trabalhos produzidos, e um grupo quantitativamente mais numeroso entre os produtores de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil, principalmente na segunda metade do século XVIII.

Ambos os grupos estiveram conectados a partir da circulação de ideias, instruções dos centros acadêmicos europeus e coloniais, e das políticas estatais. Esta conexão foi primordial para que o conhecimento fosse formado, pudesse circular e ser validado.

**FONTES DOCUMENTAIS
E BIBLIOGRAFIA**

FONTES MANUSCRITAS

- ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e (1788) — *Diarios da viagem que por ordem do Ilmo e Exmo Sr. Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres fiz de Vila Bella para a cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos rios* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal. COD 464: 2 (19-23).
- BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz [s.d.]a — *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia* [Manuscrito]. Acessível na Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 374 (25).
- [s.d.]b — *Observações Relativas a Agricultura, Commercio, e Navegação do Continente do Rio Grande de S. Pedro no Brasil Por Domingos Alz' Branco Muniz Barreto, Cavalleiro professo na Ordem de S. Bento d'Aviz, e Cap.m de Infantr.a do Regim.to de Estremôs* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. BNP — *Reservados*, COD. 6941//5. Disponível em <<http://purl.pt/27753>>.
- [s.d.]c — *Descrição de parte da Comarca dos Ilheos da Capitania da Bahia dirigida à Academia R. das Sciencias de Lisboa* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal. BPMP — *Reservados*, 3.^a série — Brasil, MS 688.
- [s.d.]d — *Observações relativas a Agricultura, Commercio e Navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil. Apresentadas ao Ilmo. e Exmo. Snr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos. Por Domingos Alz. Branco Muniz Barreto, Sargento Mor de Infantaria e Governador do Presidio, e da Ilha do Morro de São Paulo, na Cap.na da Bahia* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. FBN — COD I-29,13,28 (ms. 1831). Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1457334/mss1457334.pdf>.
- [s.d.]e — *Plantas do Certão do Gram Pará* [Manuscrito]. Acessível na Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 627.
- [s.d.]f — *NOTÍCIA da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias das comarcas dos Ilhéus e norte na capitania da Bahia* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. FBN — *Manuscritos*, 03,01,018. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000114/mssp0000114.pdf>.
- [s.d.]g — *NOTÍCIA da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios e sublevados nas vilas, aldeias das comarcas dos Ilhéus, Norte na capitania da Bahia* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. FBN — *Manuscritos*, 50, 1, 029.
- (1790) — *Observações relativas a agricultura, comércio e navegação do continente de Rio Grande de São Pedro no Brasil* [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Manuscritos do Brasil*, lv. 47. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4248608>>.
- BREVE NOTÍCIA das Principais Aves que há no Estado do Brasil. Breve noticia Das principaes aves que ha em o estado do Brezil que pretence a Croa de Portugal; Breve Noticia Dos Principaes Animaes que se criam em o estado do Brezil que pretence a Croa de Portugal; Breve Noticia De todas quentes sevandijas e Bichos se criam em o Estado do Brezil [Manuscrito]. [s.d.]. Acessível na Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 332.
- BREVE NOTÍCIA dos Principaes Rios do Estado do Brasil; Breve noticia Dos principaes rios do estado do Brezil pretencente a Croa de Portugal; Breve notivias Das Principaes Arvores de Fruto do estado

- do Brasil; Relação de Varias Raizes que se Comem no Brasil* [Manuscrito]. [s.d.]. Acessível na Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 333.
- CORRESPONDENCIA da Academia Real das Sciencias desde 1780 ate 1790. *Cartas de Francisco António de Sampaio para a Academia das Ciências de Lisboa* [Manuscrito]. [s.d.]. Acessível na Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 1944, p. 233, 282, 402.
- CORRESPONDENCIA da Academia Real das Sciencias desde 1790 ate 1800. *Cartas de Francisco António de Sampaio para a Academia das Ciências de Lisboa* [Manuscrito]. [s.d.]. Acessível na Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 1945.
- CASTRO, Joaquim de Amorim (1790) — *Relaçam das madeiras descriptas que se comprehendem no termo da Villa da Caxoeira: com amostras e estampas exactas das mesmas*. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. AHU_ICONm_0005_E, D. 33-78.
- COPIA da relação que dá Antonio Teixeira de Vasconcelos Capitão e dono da Corvetta Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Assumpção, que se acha neste porto da Villa de Paranaguá para subir à Villa de Curitiba a examinar os paos de pinho [Manuscrito]. [1772]. Acessível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal. BPMP — *Reservados*, 3.ª série — Brasil, MS-437-2.
- ERVAS Medicinaias do Brasil [Manuscrito]. [s.d.]. Acessível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal. BPMP — *Reservados*, 3.ª série — Brasil, MS 436.
- FERRAZ, Manoel Joaquim de Souza (1792) — *Memoria sobre a Botanica, e as vantagens, que della rezultão para a praxe Medica, apresentada á Academia real das sciencias de Lisboa* [Manuscrito]. Acessível na Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 375 (11), fls. 266-273.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues (1791) — *Memoria sobre os Gentios Guanaãs e Guaicurú pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*. [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. 21, 2, 027, n.º 0001. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456768/mss1456768.pdf>.
- FERREIRA, José Henriques [s.d.] — *Historia do Descobrimto da Coxonilha no Brazil da sua natureza geração, criação, colheita, e utilidades* [Manuscrito]. Acessível na Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 374 (30).
- GAYO, João Machado [s.d.] — *Viagem filozofica, que por ordem, e despeza do Ill.mo Ex.mo Snr. Joze Telles da Silva fes João Machado Gayo na Serra da Ibiapaba Capitania do Siara Grande termo de Villa Viçozza Real, desde 13 de Julho de 1784 the 6 de Agosto do d.º anno* [Manuscrito]. Acessível na Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. ACL — *Série Azul de Manuscritos*, COD 374 (14).
- INFORMAÇÃO do Coronel Affonso Bottelho de São Payo e Souza a respeito dos ditos paus [Manuscrito]. [s.d.]. Acessível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal. BPMP — *Reservados*, 3.ª série — Brasil, MS-437-3.
- LISBOA, Baltasar da Silva [1801-1803] — *Ensaio da Física vegetal dos bosques dos Ilhéus* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. BNP — *Reservados*, COD. 4561. Disponível em <<http://purl.pt/24074>>.
- LIVRO SEGUNDO que consta da configuração das árvores e frutas silvestres nomeadas na relação adiante escrita e numerada, de clarando-se ao pe de cada uma daelas, a sua altura, o tempo em que se colhem, como se comem, e os seus prestimos, e são todas quantas há neste Departamento / cuja deligencia me encarregou o Ill.mo S.or Coronel Joaquim Xavier Curado, Governador do mesmo. Vi[!] a de Nossa S[e]n[h]ra do Desterro da Ilha de Sancta Catharina. António Jozé de Freitas Noronha, Cap.m 1 de Junho de 1803. [Manuscrito]. 1803. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. BNP — *Reservados*, COD. 1902. Disponível em <<http://purl.pt/14383>>.

- METHODO de Recolher, Preparar, Remeter, e Conservar os Productos Naturais. Segundo o Plano, que tem concebido, e publicado alguns Naturalistas, para o uzo dos Curiozos que visitaõ os Certoins, e Costas do Mar.* [Manuscrito]. 1781. Acessível no Arquivo Histórico do Museu Bocage/Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Lisboa, Portugal. AHMB — Reservados.
- RELAÇÃO do exame que fizemos nos paus de pinho dos Pinhay do termo da villa de Coritiba em satisfação da ordem do Exmo. Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, que nos comunicou o Coronel Affonso Botelho de S. Payo Souza, para com os Capitães das Curvettas Antonio Teixeira de Vasconcellos, Manoel José Gavino de averiguar os comprimentos, e groçuras dos paus de Pinho...* [Manuscrito]. [s.d.]. Acessível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal. BPMP — Reservados, 3.^a série — Brasil, COD 437, MS 1.
- REQUERIMENTO do capitão de Infantaria do Regimento de Chixarro da praça do Rio de Janeiro, Domingos Álvares Branco Moniz Barreto, à rainha [D. Maria I] solicitando um ano de licença para ir para a Bahía* [Manuscrito]. [s.d.]. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. AHU-Baía, cx. 193, doc. 52; AHU_ACL_CU_005, Cx. 194, D. 14121.
- SAMPAIO, Francisco António de (1782) — *Historia dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brazil, pertencente à Medicina* [Manuscrito]: tomo I. Acessível na Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. FBN — *Manuscritos*, I–12,01,019. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss22949/mss22949.pdf>.
- (1789) — *Historia dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brazil, pertencente à Medicina* [Manuscrito]: tomo II. Acessível na Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. FBN — *Manuscritos*, I–12,01,020. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss22950/mss22950.pdf>.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro (1763) — *Apontamentos para descobrir na America Portuguesa a quellas produçoens naturaes que podem enriquecer a Medecina, e o Commercio* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. BNP — Reservados, COD. 6941//4. Disponível em <<http://purl.pt/27752>>.
- TAVARES, Antônio Rolim de Moura (1751) — *Relação da viagem, que fez o Conde da Azambuja da cidade de S. Paulo para a Villa do Cuyabá no anno de 1751* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. BNP — Reservados, COD. 546. Disponível em <<http://purl.pt/16750>>.

FONTES IMPRESSAS

- ALMEIDA, Teodoro de (1786-1800) — *Recreação filosófica, ou Diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas.* Lisboa: Regia Off. Typografica. Disponível em <<http://purl.pt/13937>>.
- BREVES INSTRUCÇÕES aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa, sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museo Nacional. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1781. Disponível em <<http://purl.pt/720>>.
- CÂMARA, Manuel Arruda da (1810) — *Dissertação sobre as Plantas do Brazil, que podem dar linhos proprios para muito usos da Sociedade, e suprir a falta do Canhamo, indagadas de ordem do Principe Regente Nosso Senhor.* Rio de Janeiro: na Impressão Regia. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=N3I-AAAAcAAJ&pg=PA25&dpq=PA25&dq=disserta%C3%A7%C3%A3o+sobre+as+plantas+do+brasil+que+podem+dar+linho&source=bl&ots=goZ9bNcduv&sig=Op tYZfmY2HKfwSc_NwIZrW-v9P0&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEWjXsfzty6jQAhUhxoMKHa05CxMQ6AEIPTAH#v=onepage&q&f=false>.

- (1982) — *Aviso aos lavradores, sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grão, ou pevides, para aumento da colheita, segundo um anúncio que se fez ao público*. In CÂMARA, Manuel Arruda da — *Obras reunidas. c. 1752-1811*. Estudo biográfico de José António Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- CARVALHO, José Monteiro de (1765) — *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes*. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do S. Officio. Disponível em <<https://archive.org/details/diccionarioportu00carv>>.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues (1938) — *Roteiro das viagens que fez pelas capitánias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, ... que acompanharam os desenhistas Joseph Joachim Freire, Joaquim Joseph Codina e o jardineiro botanico Agostinho Joachim do Cabo*. Copiado por Luiz Fernandes. «Boletim do Museu Nacional», vol. 9, n.º 2, p. 103-118.
- (2007) — *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro com a Informação do Estado Presente de 1785*. Organização de Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares. Rio de Janeiro: Kapa editorial.
- FERREIRA, José Henriques (1789) — *Memoria sobre a Guaxima*. In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias, tomo I. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=BOQAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.
- LINNÉ, Carl von (1766-1768) — *Systema naturae: per regna tria naturae, secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis, synonymis, locis*. Holmiae: Impensis direct. Laurentii Salvii. Disponível em <<http://www.biodiversitylibrary.org/item/137337#page/5/mode/1up>>.
- LISBOA, Baltasar da Silva (1786) — *Discurso Historico, Politico, e Economico dos Progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil. Offerecido a sua Alteza Real o Serenissimo Principe Nosso Senhor pelo seu mais humilde vassalo Balthezar da Silva Lisboa Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, e Oppozitor aos lugares de Letras*. Lisboa: na Officina de Antonio Gomes.
- LOUREIRO, João de (1789) — *Memoria sobre o algodão, sua cultura e fabrica*. In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias, tomo I. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=BOQAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.
- MEMORIAS ECONOMICAS da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias, 1789, tomo I. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=BOQAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.
- MEMORIAS ECONOMICAS da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias, 1790, tomo II. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=suQAAAAAYAAJ&pg=PP7&dq=Memorias+economicas+da+Academia+real+das+sciencias+de+Lisboa+Tomo+II&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKewjx_66ZnY_QAhXMExoKHeTdAN8Q6AEINDAB#v=onepage&q&f=false>.
- NORONHA, José Monteiro de (1862) — *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até as ultimas colonias do Sertão da Provincia. Escripto na Villa de Barcellos pelo Vigario Geral do Rio Negro o Padre Dr.*

- José Monteiro de Noronha no anno de 1768. Pará: Typografia de Santos & Irmãos. Disponível em <<http://www.banrepultural.org/sites/default/files/83252/brblaa905399.pdf>>.
- PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; FIGUEIREDO, José Lima de; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva, eds. (2013) — *Fauna e flora do Brasil (especialmente do Mato Grosso) segundo Joseph Barbosa de Sáa (1769): (Dialogos geograficos, coronologicos, polliticos, e naturais, escriptos [sic] por Joseph Barbosa de Sáa nesta Villa Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba — Manuscrito 235 da Biblioteca Pública do Porto)*. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/UPS. Disponível em <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/35135/Fauna%20e%20flora%20do%20Brasil%20NEHiLP_1.pdf?sequence=1>.
- PISON, Guillelm (1648) — *Historia naturalis Brasiliae, auspicio et beneficio illustriss. I. Mauritii com. Nassau...: in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Lugdun[um] Batavorum et Amstelodami: apud Franciscum; Hackium: apud Lud[ovicum] Elzevirium. Disponível em <<http://purl.pt/15103>>.
- SAMPAIO, Francisco António de (1969) — *História dos reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brasil, pertencente à Medicina*. «Anais da Biblioteca Nacional», vol. 89. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1969_00089.pdf>.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de (1825) — *Diario da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775; Exornado com algumas noticias geograficas, e hydrograficas da dita capitania, com outras concernentes á historia civil, politica, e natural della, aos uzos, e costumes, e diversidade de nações de indios seus habitadores, e á sua população, agricultura, e commercio*. Lisboa: na Typografia da Academia. Disponível em <https://books.google.pt/books/about/Diario_da_viagem_que_em_visita_e_correi.html?id=WpfIETblyp4C&redir_esc=y>.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro (1763) — *Metodo para aprender e estudar a Medicina, Illustrado com os Apontamentos para estabelecerse huma Universidade Real na qual deviam aprender-se as Sciencias Humanas de que necessita o Estado Civil e Político*. Paris: [s.n.].
- SILVA, Innocência Francisco da (1867) — *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva Applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: na Imprensa Nacional, tomo VIII (1.º suplemento).
- VANDELLI, Domingos (1788) — *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural: extrahidos das Obras de Linné, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos: e a Memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos: que offerece a Raynha D. Maria I Nossa Senhora*. Coimbra: na Real Officina da Universidade. Disponível em <<http://purl.pt/13958>>.
- (1789a) — *Memoria sobre algumas produções naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão*. In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias, tomo I. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=BOQAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.
- (1789b) — *Memoria sobre as Produções Naturaes do Reino, e das Conquistas, primeiras materias de diferentes Fabricas, ou Manufacturas*. In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias, tomo I. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=BOQAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.
- (1789c) — *Memoria sobre a preferencia que em Portugal se deve dar á Agricultura sobre as Fabricas*. In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da*

- Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias, tomo I. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=BOQAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.
- (1789d) — *Memoria sobre a Agricultura deste Reino, e das suas Conquista*. In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: na officina da Academia Real das Sciencias, tomo I. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=BOQAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.
- VARNHAGEN, F. A. de, coment. (1851) — *Tratado descriptivo do Brazil em 1587, obra de Gabriel Soares de Souza, senhor de engenho na Bahia, n'ella residente dezessete annos, seu vereador da Camara, etc.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.
- VELOSO, José Mariano da Conceição (1798-1806) — *O Fazendeiro do Brazil melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto... / colligido de memorias estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso*. Lisboa: na Regia Officina Typografica.
- (1825-1831) — *Florae Fluminensis*. Flumine Januario: ex Typographia Nationali; Parisiis: ex Off. Lithogr. Senefelder.

CARTOGRAFIA

Biblioteca Pública Municipal do Porto

- Pasta 24 (n.º 3 do Catálogo de Geografia), Fl. 14 — *Provincia do Rio Grande do Sul*.
 Pasta 24 (n.º 3 do Catálogo de Geografia), Fl. 20 — *Capitania do Ciará Grande*.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNAMO, Nicola (2000) — *Dicionário de Filosofia*. Tradução da primeira edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. 4.ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (2010) — *A rede económica do Mundo Atlântico português*. In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada — *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, p. 115-144.
- ALMEIDA, Onésimo T. (2009) — *Science during the Portuguese Maritime Discoveries: A Telling Case of Interaction between Experimenters and Theoreticians*. In BLEICHMAR, Daniela et al., ed. — *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*. Stanford: Stanford University Press, p. 78-92.
- AMARAL, Ilídio do (2012) — *Nótuas Históricas sobre os Primeiros Tempos da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri.
- ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia (2016) — *Beyond Empires: Self-Organizing Cross-Imperial Economic Networks vs Institutional Empires 1500-1800*. Leiden: Brill.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte (2013) — *Plantas Nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América Portuguesa*. In KURY, Lorelai, org. — *Usos e Circulação de Plantas no Brasil*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Kakobsson, vol. 1, p. 1-323.
- AQUINO, Francisco Melo de (2005) — *Cultivo da araucária angustifolia: análise de viabilidade económico-financeira*. Florianópolis: BRDE.
- ASSIS, Maria Camargo de; GIULIETTI, Ana Maria (1999) — *Diferenciação morfológica e anatômica em populações de "ipecaçuinha" Psychotria ipecaçuinha (Brot.) Stokes (Rubiaceae)*. «Revista Brasil. Bot.», vol. 22, n.º 2, p. 205-216.
- BACON, Francis (1992) — *Novum organum*. Tradução de António M. Magalhães. Porto: RÊS-Editora, lda.

- BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz (2008) — *O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz*. Edição e Pesquisa de Anna Paula Martins. Rio de Janeiro: Dantes.
- BETHELL, Leslie (1987) — *A note on literature and intellectual life*. New York: Cambridge University Press.
- BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (2010) — *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70.
- BIAGIOLI, Mario (2003) — *Galileu, Cortesão. A prática da Ciência na Cultura do Absolutismo*. Porto: Porto Editora.
- BRACHT, Fabiano (2013) — *Bagas ardentes e remédios para tudo: uma história da peregrinação das plantas americanas nos séculos XVI e XVII*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História. Dissertação de mestrado.
- ____ (2017) — *Ao Ritmo das Monções. Medicina, Farmácia, História Natural e Produção de Conhecimento na Índia Portuguesa no Século XVIII*. Porto: FLUP. Tese de doutoramento.
- BONATO, Tiago (2010) — *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Dissertação de mestrado.
- BOTO, Carlota (1998) — *Enciclopedismo de Ribeiro Sanches: Pedagogia e Medicina na Confeção do Estado*. «História da Educação», n.º 4. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, p. 107-117.
- BOXER, C. R. (2011) — *O Império Marítimo português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70. (Extracolecção; 47).
- BURNS, E. Bradford (1964) — *The Enlightenment in Two Colonial Brazilian Libraries*. «Journal of the History of Ideas», vol. 25, n.º 3, p. 430-438.
- BRIGOLA, João Carlos (2003) — *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ____ (2008) — *Domenico Agostino Vandelli — um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil*. In CAMARGO-MORO, Fernanda de; KURY, Lorelai, org. — *Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, p. 41-52.
- ____ (2009) — *Coleccionismo no Século XVIII. Textos e Documentos*. Porto: Porto Editora.
- CAETANO, Joaquim Oliveira; SOROMENHO, Miguel Conceição (2001) — *A Ciência do desenho: a ilustração na coleção de códices da Biblioteca Nacional*. Textos Teresa A. D. Duarte Ferreira, Ana Cristina de Santa Silva, Lígia de Azevedo Martins. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- CALAFATE, Pedro (1994) — *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CAMARGO-MORO, Fernanda de; KURY, Lorelai, org. (2008) — *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes.
- CAMPOS, Rafael Dias da Silva (2012) — *“Que de autor basta eu...”: o mundo natural nos diálogos geográficos de José Barbosa de Sá*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Dissertação de mestrado.
- CATÁLOGO dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública do Porto. Intro. Luis A. de Oliveira Ramos. Porto: BPMP, 1988.
- CONCEIÇÃO, Gisele C. (2013) — *No qual se trata do que há nos mares e rios deste Novo Mundo: a importância dos recursos pesqueiros na América portuguesa do século XVI*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História. Dissertação de mestrado.
- ____ (2016) — *Natureza Ilustrada: Estudos sobre Filosofia Natural no Brasil ao longo século XVIII*. In POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; PALMA, Monique, org. — *História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global*. Porto: FLUP, p. 142-179.
- ____ (2017) — *Evidências da circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil em um manuscrito de 1763 de António Nunes Ribeiro Sanches*. «História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)», vol. 24, p. 519-533.

- (2018a) — *Francisco António de Sampaio e sua História Natural da Vila da Cachoeira: Circulação, reconfiguração e validação da produção de conhecimento na segunda metade do século XVIII*. «Revista de História (USP)», vol. 177, p. 1-38.
- (2018b) — *Enlightening the Brazilian nature. Processes of Construction and Reconfiguration of knowledge in the late eighteenth century*. In POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele C., org. — *Connecting worlds: Production and Circulation of Knowledge in the First Global Age*. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, p. 98-125.
- (2018c) — *Science and power relations: Circulation of agents and knowledge between Portugal and Brazil in the eighteenth century*. In POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele C., PALMA, Monique, org. — *Cross-cultural Exchange and the Circulation of Knowledge in the First Global Age*. Porto: Edições Afrontamento; CITCEM, p. 15-35.
- (2019a) — *Ciência, poder e circulação de conhecimento no século XVIII: Ribeiro Sanches e o Brasil colonial*. «TOPOI: Revista de História», vol. 20, n.º 42.
- (2019b) — *Brazilian nature and the local production of knowledge: Some issues about Natural History in 18th century Portuguese Empire*. In ROQUE, Ana; BRITO, Cristina; VERACINI, Cecilia, org. — *Peoples, Nature and Environments: Learning to Live Together*. 1.ª ed. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, vol. 1, p. 277-290.
- CARVALHO, Rómulo de (1987) — *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana (2000) — *Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and their Communication Networks*. «Social Studies of Science», vol. 30, n.º 4, p. 591-619.
- CONCEIÇÃO, Gisele C.; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos (2013) — *Quando Ameijoas eram “como” Leriucus: identificação de espécies de peixes e crustáceos pelos colonizadores na América portuguesa do século XVI*. «História: Revista da FLUP», IV Série, vol. 3, p. 29-40.
- CORRÊA, Dora Shellard (2008) — *Descrições de paisagens construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII*. «Varia História», vol. 24, n.º 39, p. 135-152.
- CHARTIER, Roger (1996) — *L’Homme de Lettres*. In VOVELLE, Michel, org. — *L’Homme des Lumières*. Paris: Éditions du Seuil.
- DARNTON, Robert (1979) — *The business of enlightenment: A publishing History of the Encyclopédie, 1775-1800*. Cambridge, Mass.; Londres: The Belknap of Harvard University Press.
- (1996) — *O Iluminismo como Negócio: História da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DEAN, Warren (2013) — *A Botânica e a Política Imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, p. 1-21. Disponível em <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos>>.
- DEBUS, Allen G (2002) — *O Homem e a Natureza no Renascimento*. Porto: Porto editora.
- DELUMEAU, Jean (2011) — *A civilização do renascimento*. Lisboa: Edições 70.
- DELERUE, Maria Luísa Martins (1998) — *Entre o Reformismo Lusitano e a Independência do Brasil*. Porto: Universidade Portucalense. Tese mestrado em História Ibero-Americana.
- DE CARVALHO CABRAL, Diogo (2004) — *Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII: evidências empíricas para a região do vale do Macacu*. «Ambiente & Sociedade», vol. VII, n.º 2, jul.-dez., p. 125-144.
- (2008) — *Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820)*. «Revista Brasileira de História», vol. 28, n.º 55, janeiro-junho, p. 217-241.

- DENIPOTI, Cláudio; LIMA E FONSECA, Thais Nivea de (2011) — *Censura e mercê — os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII*. «Revista Brasileira de História da Ciência», vol. 4, n.º 2, jul.-dez., p. 139-154.
- DIAS, José Pedro Sousa (1999) — *Principais Especiarias Tropicais*. In GUERREIRO, Inácio, org. — *O Odor e o Sabor da Farmacologia Galénica*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- _____(2007) — *Droguistas, Boticários e Segredistas: Ciências e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para Ciência e a Tecnologia.
- DIAS, Maria Odila da Silva (1968) — *Aspectos da Ilustração no Brasil*. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», vol. 276, janeiro-março, p. 105-170.
- DISNEY, A. R. (2011) — *História de Portugal e do Império Português*. Cambridge: Syndicate of the Press of the University of Cambridge, vol. II.
- DOMINGUES, Ângela (2001) — *Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais do Setecentos*. «História, Ciências, Saúde-Manguinhos», vol. VIII, suplemento, p. 823-838.
- _____(2006) — *Notícias do Brasil Colonial: A Imprensa Científica e Política ao Serviço das Elites (Portugal, Brasil, Inglaterra)*. «Varia História», vol. 22, n.º 35, p. 150-174.
- _____(2013) — *Oficiais, cavalheiros e concorrentes: o «Brasil» nas viagens de circum-navegação do século das Luzes*. «Revista de Índias», vol. LXXIII, n.º 258, p. 365-398.
- DUNMORE, John (2007) — *Storms and Dreams: The Life of Louis de Bougainville*. Chicago: University of Chicago Press.
- DUPRÉ, Louis (2004) — *The Enlightenment and the Intellectual Foundations of Modern Culture*. New Haven: Yale University Press.
- FÉRNANDEZ-ARMESTO, Felipe (2008) — *Pioneiros: A história épica das explorações do homem ao longo dos séculos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- _____(2010) — *A expansão portuguesa num Contexto Global*. In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada — *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, p. 491-526.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M.; SILVA, Clarete Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho (2004) — *Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX*. «História, Ciências, Saúde-Manguinhos», vol. 11, n.º 3, p. 713-729.
- FISHER, Robin; JOHNSTON, Hugh (1979) — *Captain James Cook and His Times*. Londres: Croom Helm LTDA.
- FOUCAULT, Michel (2014) — *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70.
- FURTADO, Júnia Ferreira (2012) — *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.
- FRANÇOZO, Mariana (2010) — *Alguns comentários à Historia Naturalis Brasiliae*. «Cadernos de Etnolingüística», vol. 2, n.º 1, fev.
- GESTEIRA, Heloisa Meireles (2014) — *O astrolábio, o mar e o Império*. «História, Ciências, Saúde-Manguinhos», vol. 21, n.º 3, aug.-sept.
- GRANT, Edward (2002) — *Os Fundamentos da Ciência Moderna na Idade Média*. Porto: Porto Editora.
- _____(2009) — *História da filosofia natural do mundo antigo do século XIX*. São Paulo: Madras, p. 353-358.
- GRIBBIN, John (2005) — *História da Ciência de 1543 ao presente*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- GUILLORY, John (2010) — *Enlightening Mediation*. In SISKIN, Clifford; WARNER, William, eds. — *This is Enlightenment*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, p. 37-63.
- HANKINS, Thomas L. (2002) — *Ciência e Iluminismo*. Porto: Porto Editora.
- HALL, Alfred Rupert (1990) — *A Revolução na Ciência (1500-175)*. Lisboa: Edições 70.

- HESPANHA, António Manuel (2010) — *O caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda.
- KANTOR, Iris (2004) — *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec.
- (2012) — *Cultura cartográfica e gestão territorial na época da instalação da corte portuguesa*. In KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa, org. — *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 239-250.
- (2017) — *O tráfico negreiro na cartografia luso-afro-brasileira: a circulação da informação geográfica no Atlântico Sul*. «Revista USP», p. 81-102.
- KUHN, Thomas S. (2009) — *A estrutura das Revoluções Científicas*. Lisboa: Guerra e Paz.
- KURY, Lorelai; NOGUEIRA, A. (2018) — *Francisco Antônio de Sampaio: de cirurgião a homem de ciências (Vila de Cachoeira, Bahia, c. 1780)*. «Revista de História da Unisinos», vol. 22, p. 514-525.
- KURY, Lorelai (2008) — *A Filosofia das Viagens*. In CAMARGO-MORO, Fernanda de; KURY, Lorelai, org. — *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, p. 73-84.
- , org. (2013) — *Usos e Circulação de Plantas no Brasil*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Jakobsson, vol. 1, p. 1-323.
- , org. (2014) — *Representações da Fauna no Brasil, séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio.
- (2015) — *O Naturalista Veloso*. «Revista História», n.º 172, jan.-jun., p. 243-277.
- KURY, Lorelai; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (1995) — *Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro*. «Acervo: Revista do Arquivo Nacional», vol. 8, n.º 1-2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 105-122.
- KRAGH, Helge (2001) — *Introdução. à Historiografia das Ciências*. Porto: Porto Editora.
- LEÃO, Regina Machado (2000) — *A Floresta e o Homem*. Pesquisa e edição de texto Regina Machado Leão; Apresentação Jacques Marcovitch. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais.
- LEMOES, Maximiano (1911) — *Ribeiro Sanches: a sua vida e a sua obra*. Porto: Eduardo Tavares Martins.
- LIVINGSTONE, David N. (2013) — *Putting Science in its place: geographies of science knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- MALAQUIAS, Isabel (2012) — *A geografia do saber em António Nunes Ribeiro Sanches através do inventário da sua livraria*. «Ágora. Estudos Clássicos em Debate», n.º 14.1, p. 203-226.
- MARGÓCSY, Dániel (2014) — *Commercial visions: Science, trade, and visual culture in the Dutch Golden Age*. Chicago: The University Chicago Press.
- MARTINS, Ana Paula, ed. e pesquisa (2008a) — *O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz*. Rio de Janeiro: Dantes.
- , ed. e pesquisa (2008b) — *Eu observo e descrevo*. Rio de Janeiro: Dantes. (Gabinete de Curiosidades, 3).
- MARQUES, Vera Regina Beltrão (2005) — *Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779*. «Educar em Revista», n.º 25, p. 39-57.
- MAXWELL, Kenneth (1997) — *Marques de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- MAYR, E. (1998) — *O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança*. Brasília: Universidade de Brasília.
- MONTEIRO, Ofélia M. Caldas Paiva (1974) — *D. Frei Alexandre da Sagrada Família, a sua espiritualidade e a sua poética*. Coimbra: Por Ordem da Universidade. (Acta Universitatis Conimbricensis).
- MOTA, Lúcio Tadeu (1994) — *A guerra dos índios Kaingang. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Universidade de Maringá.
- NODARI, Eunice Sueli (2013) — *A Floresta com Araucárias: percepções distintas nos séculos XIX e XX*. In FUNES, Eurípedes et al., org. — *Natureza e Cultura: capítulos de História Social*. 1.^a ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p. 122-130.

- (2016) — *Vida e morte da Floresta com Araucária*. In CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart, org. — *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da mata Atlântica*. Curitiba: Editora Prismas.
- NUNES, Maria de Fátima (2012) — *Portugal-Brasil, 1808. Trânsito de Saberes*. In KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa, org. — *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 267.
- OGILVIE, Brian W. (2008) — *The Science of describing: natural history in Renaissance Europe*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 36-39.
- OLIVEIRA, Cláudio César dos Santos (2013) — *Ciência e história: viagens filosóficas no sertão longínquo da capitania do Ceará (1783-1814)*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PÁDUA, José Augusto (2004) — *Um sopro de destruição: pensamento político e crítico ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PARDO-TOMÁS, José (2010) — *El Libro Científico en la República de las Letras*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel (2005) — *Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro*. «Revista Brasileira de História das Ciências», vol. 3, n.º 1, jan.-jun., p. 58-79.
- PATACA, Ermelinda M. (2003) — *A confecção de desenhos de peixes oceânicos das Viagens Philosophicas (1783) ao Pará e à Angola*. «História, Ciências, Saúde-Manguinhos», vol. 10, n.º 3, set.-dez., p. 979-91.
- (2006) — *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas. Tese de doutoramento.
- (2007) — *Viagens Científicas no Império Português (1755-1808)*. In *I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra. III Simpósio Nacional Sobre Ensino de Geologia no Brasil*. Campinas: Unicamp, p. 383-390.
- (2011) — *Coletar, preparar, remeter, transportar — práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808)*. «Revista Brasileira de História da Ciência», vol. 4, n.º 2, jul.-dez., p. 125-138.
- PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; FIGUEIREDO, José Lima de; PUJOL-LUZ, José Roberto (2009) — *Os capítulos sobre animais dos “Dialogos geograficos, chronologicos, politicos, e naturaes” (1769) de Joseph Barboza de Saa e a primeira monografia sobre a fauna de Mato Grosso*. «Arquivos de Zoologia», vol. 40, n.º 2, p. 75-154.
- PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; FIGUEIREDO, José Lima de; BARROS-CORDEIRO, Karine Brenda; PUJOL-LUZ, José Roberto (2012) — *A história natural da região Centro-Oeste brasileira nos “Dialogos geograficos, chronologicos, politicos e naturaes” de Joseph Barboza de Saa (século XVIII): o primeiro inventário da fauna, flora e recursos naturais do Cerrado e do Pantanal*. Rio de Janeiro: Technical Books.
- PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins (2011) — *Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750)*. «Arquivos de Zoologia», vol. 42, p. 83-131.
- (2013) — *Remessa de animais de Santa Catarina (1791) para a ‘Casa dos Pássaros’ no Rio de Janeiro e para o Real Museu da Ajuda (Portugal)*. «Arquivos de Zoologia», vol. 44, p. 185-209.
- PUIG-SAMPER, Miguel Ángel et al. (2010) — *Expedición Malaspina: Un viaje científico-político alrededor del mundo, 1789-1794*. Madrid: Ediciones Turner.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da (2012) — *Instructio Peregrinatoris. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII*. In KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa, org. — *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 115-134.

- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; DENIPOTI, Cláudio (2016) — *The production of 18th century scientific knowledge about the Brazilian Caatinga*. «HALAC», vol. VI, n.º 1, enero-junio, p. 170-183.
- PEREIRA, Rodrigo Osório (2009) — *A Ciência na Colonial Comarca de Ilhéus: Uma análise dos estudos Botânicos dos Funcionários Naturalistas da Região (1772-1808)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana — UEFS. Dissertação de mestrado.
- PESSOA, José (2007) — *Altas de centros históricos do Brasil/José Pessôa, Giorgio Piccinato*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- PIMENTEL, Juan (2003) — *Testigos del mundo. Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración*. Madrid: Marcial Pons, Historia Estudios.
- POLÓNIA, Amélia; ANTUNES, Cátia, eds. (2017a) — *Seaports in the First Global Age: Portuguese agents, networks and interactions (1500-1800)*. Porto: U.Porto Edições.
- _____, eds. (2017b) — *Mechanisms of Global Empire Building*. Porto: Afrontamento; CITCEM.
- POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio (2012) — *Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII)*. In *Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico*. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 19-48.
- POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele C.; PALMA, Monique, orgs. (2016) — *Introdução*. In POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele C.; PALMA, Monique, orgs. — *História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global*. Porto: FLUP.
- PRATT, Mary Louise (1992) — *Imperial eyes: studies in travel writing and transculturation*. Londres; Nova Iorque: Routledge.
- PRESTES, Maria Elice Brzezinski (2000) — *A investigação da Natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- RAJ, Kapil (2010) — *Relocating Modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- _____, (2013) — *Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science*. «Isis», vol. 104, n.º 2, June, p. 337-347.
- RAMOS JUNIOR, Nelson de Campos (2013) — *Mediador das Luzes: Concepções de progresso e ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado.
- RAMINELLI, Ronald (2008) — *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda.
- REIS, Paulo César dos (2010) — *Ciências e Saberes no Rio de Janeiro Setecentista: O caso da Academia científica do Rio de Janeiro (1771-1779)*. [S.l.]: Seló Verde. Disponível em <<http://en.calameo.com/read/00154101295bdf8ebd71a>>.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira (2006) — *Bestiário Brasileiro: A fauna brasileira no imaginário colonial*. In JACOBI, Pedro; Ferreira, Lúcia da Costa, org. — *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil*. São Paulo: ANPPAS; Annabume, p. 59-84.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. (2010) — *Padrões de colonização no Império Português*. In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada — *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, p. 171-206.
- SÁ, Victor de, ed. (1980) — *Ribeiro Sanches: dificuldades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos*. Selecção, apresentação e notas de Victor de Sá. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- SAMPAIO, Francisco António de (2008) — *Eu observo e descrevo*. Rio de Janeiro: Dantes. (Gabinete de Curiosidades, 3).
- SANJAD, Nelson (2012) — *Ciência e Poder Imperial no Grão-Pará: Da expansão a desconstrução (1750-1840)*. In KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa, org. — *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação Independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 225-238.

- SANTOS, Christian Fausto Moraes dos (2005) — *Uma cosmologia do novo mundo: os diálogos geográficos de Joseph Barbosa de Sáa no ano de 1769*. Rio de Janeiro: Fundação Oswald Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Tese de doutoramento.
- SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CONCEIÇÃO, Gisele C.; BRACHT, Fabiano (2014) — *Lagostas, baiacus e sernambis: a fauna marinha da América portuguesa e o cotidiano colonizatório no século XVI*. «Portuguese Studies Review», vol. 21, p. 173-192.
- (2013) — *Porcos da metrópole e atuns da colônia: adaptação alimentar dos colonizadores europeus na América portuguesa quinhentista*. «Estudos Ibero-Americanos», vol. 39, n.º 2, p. 344-364.
- SAVOIA, Andrea Ubrizsy (1996) — *The influence of new world species on the botany of the 16th century*. «Asclepio-yo», vol. XLVIII, n.º 2, p. 163-172.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1987) — *Plantations and peripheries*. New York: Cambridge University Press.
- (2010) — *A economia do Império Português*. In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada — *A expansão marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70.
- SHAPIN, Steven (1996) — *The Scientific Revolution*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- (1999) — *A Revolução Científica*. Algés: Difel. (Memória e Sociedade).
- SIMON, William Joel (1983) — *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da (2015) — *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1979) — *Produção, distribuição e consumo de livros no Brasil colonial*. «Colóquio de letras», n.º 50, p. 22-34.
- (1999) — *A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SILVA, Maria Odila da (1968) — *Aspectos da Ilustração no Brasil*. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro», vol. 278, Janeiro-Março. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.
- (2016) — *Terapêutica e flora brasílica no contexto da farmácia portuguesa do século XVIII*. In POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele C.; PALMA, Monique, org. — *História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global*. Porto: FLUP, p. 122-141.
- SILVA FILHO, Wellington Bernardelli (2017) — *Entre as mezinhas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica, galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século XVIII nas farmacopeias do frei João de Jesus Maria*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina, org. (2007) — *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira. A Expedição Philosophica pelas Capitâneas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, volumes I, II e III.
- SMITH, Pamela H.; FINDLEN, Paula (2002) — *Merchants and marvels: commerce, science, and art in early modern Europe*. New York: Routledge.
- SMITH, Robert (1948) — *Some Views of Colonial Bahia*. «Revista da Academia Nacional de Belas Artes», 2.ª série, n.º 1.
- TEIXEIRA, D. M.; PAPAVERO, N. (2014) — *Visões da fauna e flora da Amazônia em dois raros folhetos portugueses do século XVIII incentivando a emigração*. «Arquivos de Zoologia», vol. 45, p. 35-44.
- THOMAS, Keith (2010) — *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação ao homem e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- THOMAZ, Luiz Filipe F. R. (2009) — *D. Manuel, a Índia e o Brasil*. «Revista de História», n.º 161, p. 13-57.

- VARELA, Alex Gonçalves (2007) — *A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase européia” (1783-1800)*. «Tempo», vol. 12, n.º 23, p. 150-175.
- VILLALTA, Luiz Carlos (1997) — *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In SOUZA, Laura de Mello e — *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 331-385.
- (2015) — *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- VOGEL, Christine (2017) — *Guerra aos Jesuítas. A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa*. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, p. 71-263.
- WALKER, Timothy D. (2016) — *Global Cross-Cultural Dissemination of Indigenous Medical Practices through the Portuguese Colonial System: Evidence from Sixteenth to Eighteenth-Century Ethno-Botanical Manuscripts*. In WENDT, Helge, ed. — *The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World*. Berlin: Max Planck Research Library for the History and Development of Knowledge, p. 161-192.
- (2018) — *Assimilation, Codification, and Dissemination of Indigenous Medical Knowledge within the Portuguese Maritime Empire: 16th-18th Century Ethno-Botanical Manuscripts*. In POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele C., org. — *Connecting worlds: Production and Circulation of Knowledge in the First Global Age*. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, p. 182-219.
- WULF, Andrea (2015) — *The Invention of Nature. The Adventures of Alexander von Humboldt, the Lost Hero of Science*. London: John Murray.

ANEXOS

ANEXO 1

Anexo 1. Autores de trabalhos filosófico-naturais sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII

Autores	Profissão/Ocupação
Equipe de militares que estudou as espécies de Araucária: <i>Joaquim Jozé Alvares Pereira</i> <i>Antonio Ribeiro do Valle</i> <i>Veriador Antonio Jozé d'Andrade</i> <i>Manoel Joaquim de Jezuis, Capitães Antonio Teixeira De</i> <i>Vasconcellos Manoel Jozé Gavino</i>	Militares
José Correa Rangel de Bulhões	Militar/Engenheiro
António Jozé de Freitas Noronha	Militar
José Bittencourt de Sá e Acciulli	Militar/Bacharel em Filosofia
Ricardo Franco de Almeida Serra	Militar
Carlos Julião	Militar
Francisco Manuel da Silva e Mello	Militar
João Vasco Manoel e Braun	Militar/Engenheiro
Domingos Alves Branco Muniz Barreto	Militar
José Monteiro de Carvalho	Militar/Engenheiro (Ligado do Estado)
Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres	Militar (Ligado do Estado)
Joaquim Veloso de Miranda	Clérigo/Matemático/Naturalista
João Manso Pereira	Clérigo
Simão Pires Sardinha	Clérigo/Militar
José Mariano da Conceição Veloso	Clérigo/Naturalista
Joaquim José Pereira	Clérigo
José da Costa Azevedo	Clérigo
Joaquim José Pereira	Clérigo
Manoel Arruda da Câmara	Clérigo/Médico/Botânico
Francisco António de Sampaio	Médico/Cirurgião
Joaquim de Souza Ferraz	Médico
José Henriques Ferreira	Médico
Bernardino António Gomes	Médico
José Manoel Antunes da Frota	Cirurgião-mor
Antônio da Rocha Barbosa	Medicina/Cirurgia
Antônio Nunes Ribeiro Sanches	Médico
Joaquim de Amorim e Castro	Funcionário do Estado/Juiz de Fora
Balthasar da Silva Lisboa	Direito civil e canônico/Ligado ao Estado
Visconde de Balsemão	Político (ligado ao Estado)
José Bonifácio de Andrada e Silva	Direito (político/ligado ao Estado)

Autores	Profissão/Ocupação
Martinho de Souza e Albuquerque	Político (ligado ao Estado)
Visconde de Barbacena	Político (ligado ao Estado)
Rodrigo de Souza Coutinho	Direito (ligado ao Estado)
Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio	Funcionário do Estado
Antonio Pires da Silva Pontes Leme	Matemático (funcionário do Estado)
João da Silva Feijó	Naturalista/Matemático
Manoel Galvão da Silva	Bacharel em Filosofia/Naturalista
Domingos Vandelli	Acadêmico/Naturalista/Médico
Alexandre Rodrigues Ferreira	Naturalista/Acadêmico
Vicente Jorge Dias Cabral	Bacharel em Filosofia/Naturalista
José Vieira Couto	Bacharel em Filosofia
Francisco José de Lacerda e Almeida	Matemático/Engenheiro
João Machado Gaio	Naturalista
José Barboza de Sá	Direito/Outros
Luís António de Oliveira Mendes	Direito/Outros
Jerônimo Vieira de Abreu	Comerciante/Outros
Agostinho Joaquim do Cabo	Outros/Jardineiro
Joaquim José Codina	Outros/Desenhista

Fonte: BRIGOLA, 2003; PATACA, 2006; SILVA, 1968; SILVA, 1999

ANEXO 2

Anexo 2. Trabalhos selecionados para análise

Fontes principais	
Obras	Autores
<i>Diálogos geográficos, coronológicos, políticos e naturais [...], 1769</i>	José Barboza de Sá
<i>Diccionario Portuguez das Plantas [...], 1765</i>	José Monteiro de Carvalho
<i>Ensaio da Física vegetal dos bosques dos lhéus, 1801-1803</i>	Baltasar da Silva Lisboa
<i>Observações Relativas a Agricultura, Commercio, e Navegação do Continente do Rio Grande de S. Pedro no Brasil [...], 1778</i>	Domingos Alves Branco Muniz Barreto
<i>Descrição de parte da Comarca dos Ilheos da Capitania da Bahia [...], 1793</i>	Domingos Alves Branco Muniz Barreto
<i>Relação do exame que fizemos nos paus de pinho dos Pinhay do termo da Villa de Coritiba [...], 1772-1791.</i>	Affonso Botelho de S. Payo Souza Antonio Teixeira de Vasconcellos Manoel José Gavino
<i>Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro com a Informação do Estado Presente de 1785, 2007</i>	Alexandre Rodrigues Ferreira
<i>Viagem filozofica [...] na Serra da Ibiapaba Capitania do Siara Grande termo de Villa Viçosa Real, 1784</i>	João Machado Gaio
<i>História dos reinos Vegetal, Animal e Mineral do Brasil, pertencente à Medicina, 1782 e 1789</i>	Francisco António de Sampaio
<i>Apontamentos para descobrir na America Portuguesa a quellas produçoens naturaes que podem enriquecer a Medecina, e o Commercio, 1763</i>	António Nunes Ribeiro Sanches
<i>Memoria sobre a Botanica, e as vantagens, que della rezultão para a praxe Medica, [...], 1792</i>	Manoel Joaquim de Souza Ferraz
Fontes de apoio	
<i>Diario da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro [...], 1774 e 1775</i>	Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio
<i>Livro Segundo que consta da configuração das árvores e frutas silvestres [...], 1803</i>	António José de Freitas Noronha
<i>Dissertação sobre as Plantas do Brazil, que podem dar linhos proprios para muito usos da Sociedade, e suprir a falta do Canhamo, [...], 1810</i>	Manuel Arruda da Câmara
<i>Historia do Descobrimto da Coxonilha no Brazil da sua natureza geração, criação, colheita, e utilidades, 1788</i>	José Henriques Ferreira
<i>Memorias ecoomicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1789-1790</i>	Domingos Vandelli
<i>Requerimento do capitão de Infantaria do Regimento de Chixarro da praça do Rio de Janeiro, Domingos Álvares Branco Moniz Barreto, à rainha [D. Maria I] solicitando um ano de licença para ir para a Bahia</i>	Domingos Alves Branco Muniz Barreto

Fontes principais	
Obras	Autores
<i>Relação da viagem que fez o Conde da Azambuja da cidade de S. Paulo para a Villa do Cuyabá no anno de 1751</i>	Antônio Rolim de Moura Tavares
<i>Florae Fluminensis, 1825-1831</i>	José Mariano da Conceição Veloso
<i>Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até as ultimas colonias do Sertão da Provincia, 1768</i>	José Monteiro de Noronha
<i>Discurso Historico, Politico e Economico dos Progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brasil, 1786</i>	Baltasar da Silva Lisboa
<i>Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa, sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museu Nacional, 1781</i>	Academia das Ciências de Lisboa
<i>Systema naturae, 1766-1768</i>	Carl von Linné
<i>Metodo para Aprender a Estudar a Medicina, 1763</i>	Antônio Nunes Ribeiro Sanches
<i>Diccionario Bibliographico Portuguez, 1867</i>	Innocencio Francisco da Silva
<i>Historia naturalis Brasiliae, 1648</i>	Guillelm Pison

ANEXO 3

Transcrição do manuscrito *Apontamentos para descobrir na America Portuguesa a quellas produçoens naturaes que podem enriquecer a Medecina, e o Commercio*, de António Nunes Ribeiro Sanches.

CONCEIÇÃO, Gisele C. (2017) — *Evidências da circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil em um manuscrito de 1763 de António Nunes Ribeiro Sanches*. «História, Ciências, Saúde-Manquinhos», vol. 24, p. 519-533.

[fl. 1]

«Apontamentos para descobrir na America portugueza a quellas produçoens naturaes que podem enriquecer a Medecina, e o Commercio. Paris 2 de Outubro de 1763.

Introdução

Aquele que primeiro comunicou a virtude da quina aos Castellanos fez o maior presente ao gênero humano, do que se lhe fizesse de todo o ouro e prata que tem saído da América. Esta consideração me moveu, são passados 25 anos, a argumentar todas os conhecimentos que podia adquirir, para ver de que modo se poderia estabelecer na América Portuguesa toda a sorte de agricultura e de remédios, porque considerei que são as maiores riquezas com que podia utilizar a minha Pátria.

Bem me apercebo que me faltam forças, engenho e notícias individuais daquele continente para conseguir tudo o que tenho pensado nesta matéria. Estas dificuldades me determinaram a escrever por tratados separados tudo o que tenho sobre a América. E para tentar as minhas forças, quis neste primeiro, tratar de que modo se deviam buscar os remédios, as especiarias, e outras produções, para aumentar as artes mecânicas, que estão já conhecidas pelos Castellanos, Ingleses, e Holandeses, tanto nos seus domínios na América como na Índia Oriental, e na África. E também de que modo se podiam descobrir outras muitas produções ignoradas até agora na Medicina e no Comércio.

É observação constante na Historia Natural, que em qualquer parte do Globo Terrestre [fl. 2] habitado onde o calor, ou o frio for igual, que nesse lugar nascem as mesmas plantas, e as mesmas árvores. Observaram os Botânicos que nos Alpes se acham em certos lugares as mesmas plantas que nascem em Suécia, e em Sibéria, não obstante ser desigual a altura do Polo. A raiz de Jen-Sem (*ginseng*) que nasce naturalmente na Tartária Oriental nos campos que bordam o Rio Amur, e achou felizmente o Pe. Lafitau no Canadá. A canela de Ceilão, se acha em Sumatra, e na Ilha de S. Thomé, lugares na linha equinocial.

Desta observação incontestável, comecei a indagar em que lugares nasciam as drogas, ou remédios que se empregam na Medicina, em que altura de Polo, que grau de calor ou de frio lhes é natural, e se no Brasil desde o Rio das Amazonas até o Rio de Janeiro pelo menos, existiam as mesmas disposições para nascerem nestes dilatados domínios os mesmos remédios e as mesmas produções.

Confrontei no Globo Terrestre aquela parte da Índia Oriental e a América Castelhana, donde nos vem as especiarias, e as drogas, e achei que o nosso Brasil fica na mesma Latitude; que o calor e a humidade é quase em tudo semelhante. E não foi tão sem fundamento esta combinação, que a não pudesse provar pela história.

Relata o Pe. Vieira nas suas Cartas, que quando se descobriu o Brasil acharam nos seus Campos os Portugueses, abundância do Zimzibre (Gengibre). E que El Rei D. Manuel todo absorto na conquista, e aumentos da Índia Oriental, mandara arrancar e destruir esta planta. Como a primeira Praia que se descobriu nesta parte do Mundo, foi a Bahia de todos os Santos a 13 Grãos de Latitude Austral, naturalmente se persuadirá qualquer que nestes lugares nascia espontaneamente o Zimzibre. Esta

mesma planta nasce nos campos de latitude na Índia Oriental na latitude de quase 13 graus. Os Ingleses transplantarão esta planta nas Ilhas que possuem na América, situadas dentro do Trópico de Câncer.

Temos no Brasil em muitas Capitâneas entre a Bahia de Todos os Santos [fl. 3] e o Rio de Janeiro, a Canela que chamam brava, como também na Ilha de S. Thomé. Esta planta nasce em Ceilão, em Sumatra, e em alguns lugares do Coromandel. Nas transações filosóficas de Londres = Vol. 50: Part. 2º pag. 860 = se lê =, que posto que a Canela do Ceilão seja a mais estimada, que toda a sua fragrância provem da preparação, e de cultura que os nacionais daquela Ilha lhe sabem dar; e que não difere da casca da árvore chamada Cassia, pelo que entendo que se soubéssemos preparar a nossa Canela brava, que igualaria na fragrância aquela de Ceilão.

Martinho de Mendonça e Pina, no ano 1728, me comunicou, que tínhamos no Maranhão a quina brava. A casca desta árvore que usam todas as Nações civilizadas nos nossos hemisférios, colhe-se na Província de Quito, perto da cidade de *Loxa* (Loja?), um grau lat. Austral. Nasce também na Ilha Guadalupe, uma das Antilhas dentro do Trópico, como relata o Pe. Labat.

[fl. 4] Se preparássemos a nossa quina brava, e a colhêssemos no tempo devido, teríamos um tesouro mais precioso do que o dos diamantes. Aquele célebre Médico Richard Mead a chama = *Domum Dei* = depois que por 60 anos experimentou as suas virtudes por uma acreditadíssima prática.

Todos os remédios e enemas, bálsamos e gomas que nascem no Malabar, Coromandel, Sumatra e nas Ilha Molucas, sei, com alguma experiência, que nascem também nos Campos que bordam não somente o Rio das Amazonas, mas também naqueles dos Tocantins, de S. Francisco e Paraná. Quem comparar a história natural das produções da Índia, que nos deixou nos seus Diálogos, Garcia de Orta, Cristóvão da Costa, e que se lê mais amplamente no *Hortus Malabariens*, achará quase as mesmas em Guilherme Piso, em Nicolás Monardes, e em Francisco Hernandez, Médico de Felipe Segundo, que escreveram a primeira do que produzia o Brasil, e os dois últimos o México e o Peru.

Fora supérfluo citar particularidades tiradas destes autores, e de outros muitos que trataram desta matéria. Já estamos convencidos, que no Maranhão temos a árvores do cravo, a da cambui (?), e a Pechuri, e outras muitas aromáticas da mesma natureza que tem aquelas das Molucas, das quais se colhe o cravo, a nós moscada ou noscada, e almecega. [fl. 5] Já sabemos da variedade de bálsamos que contentem nas virtudes com os do Peru, e de outras Províncias da América Setentrional; temos gomas não só úteis e necessárias na Medicina, mas em muitas artes; temos almecega, copal, goma de borrachinas, várias sortes de terebintina; temos plantas, raízes, e sementes, não só como contra venenos, mas como as mais poderosas cordeais, e que resistem à podridão. A raiz de onça, a de mil homens e a Ipecacuanha; e outras muitas menos estimadas por não serem conhecidas, nem até agora terem caído nas mãos dos artífices, dos tintureiros, das que fazem caixas, palheteiros, toda a sorte de móveis, toda a sorte de vernizes; temos terras da natureza do vermelhão, do anil do bórax ou tintas para tingir, e polir tanto os metais, como os vidros e os mármore.

Só os Ingleses nos nossos dias têm a providencia não só de indagar tudo o que nasce nos seus domínios da América, mas também de transplantar plantas, e árvores da Ásia e da América, nos ditos domínios; tendo-se neste potentado formado uma sociedade de homens doutos para promover estas novas plantações. Um Médico Inglês chamado Roussel, tendo assistido em Aleppo, por alguns anos, trouxe consigo a semente da planta que produz a Scamonea (Escamonea). Transplantaram em América esta planta, e já esperam atrair a si o comércio deste precioso e necessário medicamento. Já tirarão do México a planta que produz a raiz contra erva, que transplantaram na Ilhas Antilhas; e com tantas despesas procuram assim adquirir o que lhes negou a natureza.

[fl. 6] Não falo das Ilhas de S. Thomé de Annobom, da de Cabo Verde, de Noronha, e outras muitas; não falo do Reino de Angola, nos quais domínios se acham infinidade de remédios, e de produções utilíssimas tanto na Medicina, como no comércio. Apenas sabemos pelos nossos autores que

se calhe no Reino de Angola a goma da árvore ou pau de sangue, que é superior a goma sangue de drago. Apenas sabemos que ali nasce em abundância a goma Elemi, e o óleo de Palma; e que só de lá vem o óleo de elefante.

Tanto da América Portuguesa, como da África e das Ilhas, chegam a Portugal muitas plantas, bálsamos, e gomas já conhecidas nas boticas, e introduzidas na Medicina. Todos conhecem a Salsaparilha, Guaiaco, os Tamarindos, a Canafistula, a Ipecacuanha e Canela branca, a raiz da Quina, as gomas Arume(?) — copal, vem destes domínios portugueses, e alguns outros mais introduzidos no comércio, como são vários paus para tintas, e para móveis. Mas todos sabem que naquele dilatado continente da América Portuguesa se poderia achar infinidade de produções utilíssimas para aumentar a saúde dos homens, e o comércio de todo o Estado. Esta indagação é a que me moveu a muitos anos cuidar de que modo e poderiam descobrir, e chegarem a conhecimento dos Médicos, e dos Boticários, como também dos Mercadores, para se introduzirem no comércio, como estão hoje [fl. 7] introduzidos o ruibarbo, o azebre, a Seamonea(?), e o óleo de copaíba e todos os mais simples que então no comércio das drogas.

Se a América Portuguesa estivesse estabelecida desde a sua primeira origem na agricultura universal e no comércio, teríamos hoje muitos conhecimentos das suas produções que totalmente ignoramos. Parece que até agora não se avaliou aquele domínio se não para dominar os gentios, e tirar ouro das suas minas; não considerando por riqueza aquela que provem da agricultura. Mas nos discursos seguintes se tratará com individuação esta matéria: por agora só proporei o que me parece necessário para descobrir não somente o que em ensina a América Portuguesa, mas ainda as suas Ilhas e as conquistas na África.

[fl. 8] Alguns meios para descobrir as produções do Brasil e para virem no conhecimento dos Médicos e dos Mercadores Portugueses.

Seria mui feliz um lavrador, se soubesse todas as qualidades do terreno da sua herdade: semearia a semente que convinha, em cada jeira de terra; plantaria arvores naqueles lugares, que não podem produzir outro fruto; penetraria o interior com lavouras grandes de dez ou doze palmos para saber se tinha no seu seio, cama de oleiro para fazer louça; se tinha mármore ou rochedos de pedra de cantaria; se minerais sais, pedras, e talvez as preciosas. Examinada que fosse as superfícies do terreno e o seu interior, ficaria habilitado para aproveitar-se do bem que possuía.

Se o mesmo ânimo e intendo existisse no legislador e no Pai da Pátria, sem dúvida mandaria examinar cada terreno como o lavrador examinou e furou a sua herdade. É certo que somente com este intuitivo conhecimento poderia resolver que lugares eram os mais aptos para aumentar-se a população; em que parte se deviam abrir caminhos; em que lugar e em que rios, e ribeiras seriam as pontes indispensáveis; em que lugar se semearia; que terreno seria o mais útil para ser plantado; que monte ou serra seria aberta para tirar dela metais, betumes, pedras, barros, sais, carvão, e outras produções que nos esconde a terra.

[fl. 9] Mas um Rei ainda que esteja animado daquele animo criador, imitando sempre a Onibenficiência do Altíssimo de quem é imagem na terra, não pode por si só ver tudo, examinar tudo, e ordenar tudo. He necessário usar de Geógrafos, de Medidores de terras, de homens instruídos na História Natural, na Química, na Metalurgia para que depusessem estes conhecimentos adquiridos pelo seu trabalho, no Arquivo do Tribunal Económico do Estado, para dali sair as ordens executivas, que satisfizessem a sua destinação.

Se semelhante tribunal estivesse estabelecido no Reino, se as rendas que tem, e que podia ter, fossem fundadas unicamente no trabalho, e na indústria, já os seus domínios de Ultramar, ainda que dilatadíssimas, estariam examinadas pelo menos na superfície.

Por falta de um Colégio Médico estabelecido na Capital, estão desconhecidas as produções necessárias às boticas, e as muitas artes, não somente aquelas que nascem no Reino, mas também nas conquistas, e nas colônias. Temos pelas bordas do Rio Tejo e Tamarisco, por toda a Serra da Estrela, e Genciana; e os Boticários se provem destas plantas em Casa dos Droguitas Estrangeiros, que residem em Lisboa, e no Porto. Infinitude de produções nascem no Além Tejo, e no Algarve, principalmente na Serra do Monchique (como ouvi dizer, porque não temos Autor ainda, que escrevesse à [fl. 10] História Natural do nosso Reino), ignoradas dos Médicos, e dos Boticários, e que compram dos estrangeiros, evacuando-se até por estas sangrias, humores e a vida do Estado. E não é de dominar, porque as rendas reais não estão fundadas no trabalho, nem na indústria dos povos, nem naquela comunicação contínua da Aldeã para a Villa, da Villa para a Cidade, e da Cidade para a Capital, e desta para onde habitar qualquer súbdito da Monarquia, ou seja, nos portos do mar, ou no mais retirado precipício das montanhas.

Mas deixando por agora este objeto de economia política do Reino, quero me conter somente naquela que tivesse por objeto indagar, e examinar pelos menos a superfície da terra das Ilhas e das conquistas e colônias que temos na África, e naquela feliz América.

Por não entrar a reformar o Estado, nem a exigir novos tribunais ou de economia, ou de comércio, tratarei somente dos homens que deviam ocupar-se nesta indagação, e das qualidades necessárias que deviam ter para fazer por alguns anos o referido exame; em que lugar seria o armazém, ou repositórios onde se depositarão estas ditas produções, cuja conhecidas, ou ignoradas; de que modo seriam comunicadas ao Colégio Medico, aos Cirurgiões e aos Boticários do Reino, e de Ultramar; de que modo seriam comunicadas à Junta do Commercio, e como poderiam entrar no de Portugal.

[fl. 11] Se o ministério de Portugal tiver já abraçado o intento de estabelecer a agricultura universal nos domínios de Ultramar com base de sua conservação, e aumento, e de nenhum modo nas Minas, facilmente aprovará o que vou a propor. Se não estiver ainda estabelecido, e servir de alguma utilidade o discurso que intento escrever para mostrar qual deve ser o objeto primário de conservar, e aumentar os ditos domínios persuado-me que não se considerará quimérica ociosidade o que vou a propor.

Instruções e qualidades dos que haviam de indagar as produções das terras de Ultramar.

Já nas Cartas que escrevi sobre a Educação da Mocidade, como também no Método para aprender e ensinar a Medicina, mostrei evidentemente, me parece, que jamais se introduziu em Portugal a Ciência da Física Geral, e Particular, se não pelos Portugueses que viessem aprender estas ciências nos Reinos que florescem hoje, e que desse modo o ordenaram os Reis D. João 2º, D. Manoel, e D. João 3º. Sabemos que em Portugal não se conhece um Jardim de Botânico, nem um Repositório da História Natural, nem na Corte, nem na Universidade. Logo é impossível, que haja Médico algum ou qualquer [fl. 12] homem de letras portugueses, que não saísse do Reino, que tenha a mínima instrução nestas ciências.

Se uma vez se assentar por cousa certa, que necessita o Estado conhecer as produções dos seus domínios, e tirar delas toda a utilidade possível, ninguém duvidará que lhe são necessários homens instruídos, mas ainda na economia dos Estados. Buscará logo o Estado homens dotados destes conhecimentos, e emprega-los na indagação que propomos.

Já mandando cinco ou seis estudantes de Medicina de idade de dezoito até vinte anos, dotados de gênio, e engenho, são e robustos, capazes de trabalho corporal e de ânimo (o ofício de Boticário e de Naturalista, ou como nós dizemos, de Herbolário, é para caminhar por montes e serras exposto a todos os temporais e a muitos perigos) a aprender a Botânica, e a História Natural em primeiro lugar; e em segundo, aquela Astronomia prática do fazer uma Carta Geográfica, tomar as alturas, marcar as longitudes, conhecimentos necessários no exercício da História Natural nos Climats e nas terras ignoradas, ou pouco conhecidas.

Aquele dinheiro que dispense a Universidade de Coimbra com trinta estudantes de Medicina cada um com 40 anos, podia empregar-se com maior utilidade do Estado na educação dos estudantes que proponho, que na [fl. 13] daqueles médicos dos quais não necessita hoje o serviço real. No tempo que se instituíram estes partidos, faltaram Médicos no Reino, e também para as conquistas e serviço do mar; porque antes da fundação da Universidade atual, não havia Escolas regulares em Portugal. No ano 1550 pouco mais ou menos principiou a Escola que existe ainda hoje, sem mudar até agora o seu precário ensino. Se for aceite a reforma da Universidade que propus, estes ditos partidos ficarão riscados entre os gastos da Universidade, ficando outros estudantes em seu lugar para servirem o Estado como atualmente tem necessidade.

Hoje em Paris se poderia aprender com proveito e utilidade as ciências referidas; e parece que seria o lugar mais a propósito para virem aprender os estudantes propostos. Não seriam exorbitantes as despesas do seu ensino por quatro ou cinco anos, se cada um tivesse anualmente 320.000 (escudos?), que fazem duas mil libras de França. Com esta instrução poderiam ser mandados à América Portuguesa, e a Angola, descobrir os produtos daqueles Continentes.

Todo feliz sucesso desta expedição, dependia das instruções que lhes seriam dadas juntamente com as ordens reais para os Governadores e Ministros de Justiça, que lhes dariam toda ajuda e socorro para indagar, observar e recolher todas as produções conhecidas ou desconhecidas, que poderiam ser empregadas na Medicina e nas Artes, e serviram para recuperar a saúde, e aumentar o Commercio.

[fl. 14] Obrigação destes Botânicos na indagação da História Natural das Conquistas e colônias Portuguesas.

A obrigação destes Botânicos seria determinar nas instruções, que receberiam do Colégio do Almirantado, ou do Conselho Ultramarino. E como delas devia deprender todo o seu emprego, porei aqui a sua matéria, ou apontamentos para se comporem aquelas que forem aprovadas pelo Tribunal a quem estiver encarregado o governo económico de Ultramar.

Tanto que os ditos Botânicos chegassem às cidades do Pará, Pernambuco, Bahia de todos os Santos, Rio de Janeiro, ou S. Paulo em Angola, deviam, na Capital em que chegassem, determinar o terreno mais a propósito para formar um Jardim Botânico e algumas Câmaras, não só para morada do Jardineiro, mas também para servirem de repositório as várias produções da História Natural.

Estes jardins, ou Jardim pelo menos, um em Angola, outro em América, seriam absolutamente necessários para plantar neles as plantas e Árvores das quais a virtude fosse conhecida, e os seus produtos serem empregados na Medicina e no Comércio. Servirão estes Jardins como de Catálogos, ou de roteiros das produções do Continente onde estavam estabelecidas. Facilitariam o conhecimento se achavam as ditas [fl. 15] preparações, de que modo se deviam preparar e conservar para entrarem no Commercio. E os repositórios mencionados teriam a mesma destinação.

Os Holandeses em Batávia, em Ceilão e quase na maior parte das suas colônias na África, e no Suriname. Fundaram semelhantes Jardins. À custa do Estado assalariaram Botânicos que cuidaram daqueles jardins, aumentando-os cada dia pelas excursões que fazem pelos sertões das terras onde habitam. O Jardim do Cabo da Boa Esperança entre os hotentotes, é um dos mais guarnecidos que conhece a Botânica. Destes estabelecimentos veio o conhecimento daquela Nação no comércio das drogas, e de milhares de produções de que usam as artes.

Imitaram este método os Franceses em Caiena, e em algumas Ilhas das Antilhas, mandando igualmente botânicos para os ditos descobrimentos, cujos nomes já famosos na História Natural, como são Peyssonnel, Barrera, Adam, e outros muitos que serão notícia da História do Rio Senegal, e terras adjacentes daquela parte da África.

Foram os Holandeses, Senhores de Pernambuco e de Olinda, por onze anos, no Século passado, e logo cuidaram mandar naquele Continente formar um Jardim, e mandar Guilherme Piso e George Margrave, famosos Botânicos e Naturalistas, indagar as produções daquela [fl. 16] sua conquista, e se não fosse por esta disposição, não saberíamos as plantas, os animais, nem os insetos do Brasil. Em onze anos tiveram tempo para nos darem as obras que temos na Historia Natural daquele Continente. Eles foram os que descobriram o óleo de Copaíba, a Ipecacuanha, a Almecega, a canela branca, a canela brava, e outras produções de que usa a Medicina com utilidade no Commercio português, somente por estas plantas, e árvores, como se poderá ver na obra = “*De Índia utriusque re naturali at Medica librile. Amsterdam apud Elsezir. 1658. Fol.*”

As primeiras excursões que fariam estes Botânicos, deviam ser somente pelas bordas dos Rios, Ribeiras e torrentes perenes; não somente por serem navegáveis, e ser mais fácil de se transportarem com as suas comitivas, mas também para serem transportadas as produções descobertas ao Jardim, e ao Repositório da Capital.

Como este Boticários deviam ser também instruídos na Astronomia Pratica, que saberiam tomar a altura dos lograres, e a longitude, e fazer Cartas Topográficas, ficariam conhecidos os lograres onde achassem o que descobriam e tudo o mais que observassem. Não somente procurariam as plantas, e as árvores desconhecidas aos Botânicos, mas ainda aquelas mesmas semelhantes em tudo às plantas, na África, e América, que nos não pertencem = as gomas Assafetida, Galbano, Maysnha, Balellium, Benzoin, Storax, Carama, Opoponax, Sagayeno, Sarcocolla, Copal, Guaiaco, Amoniac, Almecega de Chio. E do mesmo modo [fl. 17] as mais plantas, raízes, e sementes conhecidas tanto no uso da Medicina, como no das Artes.

Se em Lisboa, e no Porto estivesse estabelecido um Colégio Médico como existe em Londres, Amsterdam, e nas mais Cidades Capitais da Europa, daquele modo ou que tenha já proposto por escrito, ou de qualquer que causar a maior utilidade a Portugal, todas as produções medicinais lhe veriam ser remetidas, para que nomeasse Médicos, que experimentassem os ditos remédios, e dá-los a conhecer por escritos públicos não só a todo o Reino, mas também aos estrangeiros. Deste modo é que os Holandeses, os Ingleses, e os Franceses, e os Castelhanos fizeram conhecer o Guaiaco, o Balsamo de Peru, a raiz *Serpentaria virginiana*, e milhares dos produtos da Índia. Nicolas Monardes, Hernandez, as transações filosóficas, a História, e Memorias da Academia Real das Ciências, trataram da matéria referida, ou por ordem daquelas potências, ou pela instituição daquelas Sociedades.

Todas aquelas produções da América e da África já conhecidas no Comércio, como aquelas de que suspeitaram os Botânicos daquelas partes do Mundo, teriam a mesma destinação, empregadas nas tintas, nos vernizes, no pano de linho encerado, ou fossem paus que tingem em várias cores, ou ramos de árvores, de ervas, anil, cochinhilha de várias castas, terras, sais para fazer vidros, e fundir metais, seriam [fl. 18] mandados a Junta do Comércio, ou aquele armazém estabelecido em Lisboa, e no Porto, para que dali fossem mandados à Inglaterra, Holanda e França, para serem conhecidos. Porque como temos já mercadores Portugueses em Londres, em Amsterdam Consul, e podem ser que com o tempo em alguns portos de França, seria da obrigação destes dar a conhecer, e fazer valer os ditos produtos, para plantar deste modo novos ramos de Comércio, que atualmente não conhecemos, não tendo pensado até agora nele, pela falta que temos de homens versados na Historia Natural, e empregados nestas descobertas à custa do Estado.

Seria da obrigação dos Botânicos que temos falado, guardarem um diário, no qual anotassem tudo o que observavam, e descobriam digno de notado tocante a História Natural, acabada que fosse a sua excursão, ficaria uma cópia daquele diário no repositório do Jardim Botânico, erigido nas cidades acima mencionadas. O original seria mandado a Portugal e ao Tribunal de donde dependessem os ditos

Botânicos. Tirando deste original outra cópia para o uso do Colégio de Medicina, que se estabelecesse em Lisboa, e no Porto.

[fl. 19] Pelo exame destes diários multiplicados, constaria dos trabalhos dos Botânicos; e estes sabendo que viriam a público as suas excursões, a sua ciência, diligência, e atividade, lhes serviria de estímulo para vencer as dificuldades que trazem consigo semelhantes ocupações.

Deste modo usou a Imperatriz Anna Ivanovina em 1733, querendo saber as produções da Sibéria, e a sua História Civil. Escolheu um Botânico e versadíssimo na Historia Natural chamado George Gmelin, com um ajudante. Escolheu um Historiador mui versado nas línguas, e nas antiguidades orientais chamado... Miller, com dois ajudantes, com tais instruções, e recomendações, e ordenou aos Governadores daquele dilatado Domínio, que executaram por dez anos o intento daquela Augusta Imperatriz. Enquanto estiveram empregados estes homens doutos naquela indagação, dependiam, e se correspondiam imediatamente com a Academia Imperial de S. Petersburgo, onde existe ordinariamente a Corte. À esta Academia, remetiam as suas descobertas, e os Diários que compunham, e que tem saído hoje a público, pela maior parte das línguas Russa e Alemã.

Deste modo foi conhecido aquele castíssimo, e rude Continente, não somente no que pertence a História Natural, mas ainda a Civil. Aumentando-se depois a comunicação, e por consequência o comércio [fl. 20] e o bem dos povos, que são a glória, e o aumento dos Estados Políticos.

Descobrimo-se minas riquíssimas de ferro, de cobre, e de enxofre nativo; de prata e de ouro (ainda que de pouco lucro); muita sorte de mármore, e de jaspes, e algumas sortes de pedras preciosas de cores; algumas plantas que entraram no uso da Medicina, e se conhece onde nasce o ruibarbo. Uma vez que os caminhos comunicáveis se acharam até Kamchatka, e as fozes do Rio Lena, cada dia se vão alargando o aumento dos povos, cada dia de ferozes e incultos, irem civis e humanos: permite-lhes aquele Império, ainda governado pelas Leis, e pelas ideias do seu Pedro o Primeiro, que viram nos seus costumes e na sua idolatria. Pensando que deve primeiramente fazer de homens ferozes, e agrestes, civis e humanos, do que cristãos forçados; sabendo por experiência com que a intolerância de ferozes vem cruéis, e que de civilizados, de algum modo, vem traidores e rebeldes. Mas não é este o lugar de relatar aqui o que convém conhecer nos gentios, nem os idólatras, o que deixo para outra ocasião, quando tratar de que modo se poderiam civilizar os naturais do Brasil e de Angola.

O mais que pudera relatar para servir de matéria as instruções, depende totalmente do estado em que se acham os Domínios de Ultramar; de que modo são governados os nativos daquelas terras; que grau e que estado conservam no Estado Civil. Como não sei as leis municipais e próprias daqueles Domínios, é-me impossível entrar em particularidades que deviam [fl. 21] observar por aqueles Botânicos que se destinassem a indagar o referido. Contestando-me, que se for aprovado o que acabo de escrever, que será fácil então acrescentar o muito que sei, falta nestes apontamentos.

Poderá ser que muitos me acusarão que sou ou incoerente, ou falta dos conhecimentos que devia ter do Continente de Portugal, propondo indagar as produções de Ultramar, sem conhecer presentemente aquelas do Reino. Que não sabemos ainda o que lança a mar nas praias do Reino desde a foz do rio Minho até o rio Guadiana. Que não sabemos ainda o que nasce nas Serras da Estrela, na de Monchique, e na da Caldeira, como também naquelas que separam o Minho de Trás-os-Montes; e muito menos o que em si encerram, nem ainda do que são capazes de criar, nem produzir. Que não temos ainda reparos para impedir as enxurradas dos rios que tem alagado e destruído os melhores campos. Que não temos até agora tido nenhuma providência para desentupir as fozes dos rios. Que não tendo habitantes supérfluos no Reino, queremos povoar as três partes do Mundo. Vaidade que há muitos anos condenou o homem Português.

*Deixas criar as portas o inimigo
Por ires buscar outro de tão longe
Por quem se despovoou o Reino antigo
Se enfraqueça, e se vá deitando ao longe!
Buscar o incerto e incógnito perigo
Porque a fama te exalte e te lisonge.*

A estas objeções espero responder nos tratados seguintes, que determinei escrever sobre a América; principalmente se souber que serão do agrado de quem as deve aprovar.

Paris Outubro 1763»

ANEXO 4

Correspondência da Academia Real das Sciencias desde 1780 ate 1790. Cartas de Francisco António de Sampaio para a Academia das Ciências de Lisboa.

1783

«Exmo. Senhor.

Um sincero desejo de ser no pouco que posso útil à minha Nação, e é que anima a minha confiança a expor na presença respeitável de V. Exas. que saindo eu de Vila Real minha Pátria nos meus primeiros anos, passei a estes Estados da América; e depois de correr, com engenho naturalmente curioso, os mais notáveis lugares do Rio de Janeiro, Capitania do Espirito Santo e Bahia, estabelecendo a minha residência na Vila da Cachoeira, e entregando-me por uma natural propensão ao estudo da Medicina, Cirurgia e Farmácia, e fazendo nele os progressos que o País me pode permitir, por meio de uma continuada lição dos livros, procurei com diligência no decurso de trinta e cinco anos de Brasil, e vinte e quatro de uso pratico do curativo, alcançar alguns conhecimentos mais particulares das produções medicinais deste continente, observando quanto pode a minha exação as suas diferentes naturezas, formações, espécies, vegetações, e o diverso mecanismo com que cada uma delas opera no corpo humano seus diferentes efeitos: e reconhecendo os enormes erros com que destas mesmas produções tem escrito muitos autores, já alterando as suas substâncias, e configurações, já acrescentando ou diminuindo as suas virtudes, talvez por imperícia dos observadores, ou credulidade nas tradições, me determinei a fazer umas breves descrições das mais notáveis produções em todos os três reinos, com as suas virtudes e usos, e ao menos daquelas que me são mais familiares na pratica e experiência, desenhando-as em estampas debuxadas à face dos mesmos originais no seu estado natural com a maior exação e clareza que eu pudesse conseguir; e tendo concluído a primeira parte do Reino Vegetal, considerando-as suas imperfeições e falta da arte, do método e da ciência que eu deveria possuir para a satisfação do meu dever, a deixaria em silêncio se ao mesmo passo não ponderasse que ao menos poderá servir de estímulo a algum gênio mais feliz que o meu, para que a empreenda e execute de um modo capaz de ser adotada por essa Real Academia para utilidade pública, a quem nem estes muis inúteis desejos alegraria a oferecer se o Ilustríssimo e Exmo. Presidente dessa Regia Academia, bem como V. Ex.^a aos demais Ilustres membros dela não tivessem animado a minha inação com aquele afável acolhimento, e benigna proteção a que movem o ânimo dos estudiosos para que concorram a instruir a Nação e dar as Artes e Ciências um imortal e glorioso esplendor e utilidade do bem comum, único fim que tem por objeto a mesma Real Academia de quem V. Ex.^a por suas distintas virtudes é benemérito e secretário, e a quem dignamente serve com tão altos talentos literários, e com tão brilhantes luzes ilustra, orna e condecora.

Estas são as razões que me animam a que apresente a essa Real Academia pelas respeitosas mãos de V. Ex.^a a pequena e inculca descrição das plantas medicinais do Brasil. Se eu for tão feliz que mereça a honra da sua aprovação e inteligência para a continuação, prosseguirei a segunda parte do Reino Vegetal e do Animal e Mineral, ou pelo mesmo método que me tenho adotado, ou por aquele que por V. Ex.^a me for proscrito e determinado.

É nesta esperança que eu tenho a honra de procurar a proteção de V. Ex.^a fazendo por sua preciosa vida incessantes votos a Deus que guarde e felicite a nobilíssima pessoa de V. Ex.^a.

Villa da cachoeira da comarca da Bahia de Março de 1783.

De V. Ex.^a

Servo o mais humilde e obsequioso.

Francisco António de S. Payo»

1788

«Exmo. Senhor. Presidente e demais Sócios dessa real Academia.

É indizível o gosto de que meu espirito se preocupa com as estimáveis letras que de V. Ex.^a recebi, e com a maior submissão vou gratificar-lhes a distinta honra que participam a minha inútil indigência, que por destituída de qualidades boas, nada merece.

Por satisfação ao gosto de V. Ex.^a estou continuando com o Tomo Segundo que constam o Reino Animal, e na verdade se faz bem plausível pela extravagância das figuras, costumes e Anatomia que de tudo trato.

Com a possível brevidade a farei ver à Real Academia, com intimo desejo de que seja dos Exmos. Senhores sócios, bem aceito.

Da mesma sorte pretendo enviar às honras dessa Real Academia em um Relicário encerado, e em uma pedra Brasília esculpida, que por falta de Professores de talha e escultura me vi obrigado a fabricar tudo com a delicadeza que minha curiosidade pode; se pela perfeição não merece agrado, ao menos o conseguirá pela matéria de que é construída.

Por falta de tempo com que sempre o sofro, não posso juntamente remeter o retrato da Rainha minha Senhora na mesma pedra debuxado; o que se Deus me conservar a vida farei na mais próxima ocasião.

O supremo ser comunique a V. Ex.^a abundantes graças e felicidades repetidas para eu com intenso prazer publicar a honra que consigo em ser,

De V. Ex.^a

Villa da cachoeira

7 de novembro de 1788.

Obsequiosíssimo criado.

Francisco Anto. De S. Payo»

1789

«Exmo. Senhor Presidente e demais sócios dessa Real Academia.

O estimável aviso que de V. Ex.^a recebi, foi um estímulo vivo para o seguimento do meu principiado projeto.

Continuou a minha incansável diligência à História dos Reinos Vegetal, Animal, e Mineral do Brasil, e na atendível presença de V. Ex.^a oferece o segundo Tomo, se não com os atributos do desejo, ao menos com a exaltação da possibilidade.

Nele se faz ver o diverso método que segui crendo ser mais preciso, perceptível e interessante; merecendo justa desculpa a alguma miscelânea das estampas por se precisar debuxar as figuras no tempo em que apareciam os originais.

As virtudes Medicinais que tenho neste Reino alcançado, e no volume descrito, foram nos anos passados conseguidos. As condenações continuadas pelos Delegados do Proto-medicato de Lisboa, principalmente a de 1786 em que todos os Professores desta Vila fomos multados cada um pelo de Medicina em 70\$000, e pelo de cirurgia em 52\$ — tem posto inteiro embaraço dos meus experimentos.

Poucas semanas há que repetindo o mesmo Delegado de Medicina a sua correição nesta Vila, me fez notificar para o livramento das culpas da sua devassa na presença da Junta do Proto-medicato em Lisboa, não só por fabricar medicamentos, mas também por curar de Medicina, não obstante sua licença vitalícia que conservo passada por Sua Majestade Fidelíssima, assinada pelo último físico-mor do Reino Cristóvão Vaz Carapinho, com o selo da chancelaria e todas as mais circunstâncias, que a constituíram para os seus antecessores até agora valiosa; além disto não haver nesta Vila, Medico, e distar da Bahia onde só os há quatorze léguas por mar e mais de trinta por terra. Nem as minhas instâncias foram válidas de lhe pedir repentino exame, e de ter a honra de ser nomeado na lista dos correspondentes

dessa Real Academia, Médico na Villa da Cachoeira; respondendo que sim conhecia em mim grande Erudição Ciência, prática e habilidade; mas que nada me valia não sendo médico formado.

Nesta situação Exmos. Senhores, vejo-me precisado a dispensar do uso médico, se V. Ex.^{as} me não concedem, ou alcançam uma ampla isenção do domínio destes mal-intencionados homens; que se a piedade da Senhora Rainha chegasse a notícia do que eles por cá praticam, perdendo, sequestrando, extorquindo dinheiros avultados, certamente a Senhora aboliria justiça tão perniciosa, e nociva as seus Estados.

Igualmente oferece o meu afeto em uma pedra brasiliense esculpida, e um Relicário clausuradas, as Armas dessa Real Academia, quando eu tratar do Mineral darei a noção das suas qualidades, que na verdade são estimáveis. Ardente desejo de ser solícito nos preceitos de V. Ex.^a, me fez passar de Médico à Geógrafo, fiz certa descrição; mas com o desgosto de não o poder agora concluir por contratempos do meu Pintor; na mais oportuna ocasião, que na verdade são daqui raras já lá farei ver à essa Real Academia, que penso lisonjeará o gosto, se não pelo rustico da frase, ao menos pela novidade do objeto.

No plano do manuscrito que agora ofereço, vão ponderadas em parte os motivos da muita falta na execução dos preceitos que V. Ex.^{as} me tem proposto; agora porem repetindo digo, que neste País há em todos os Reinos, utilíssimas e admiráveis cousas, cuja notícia não tem chegado a naturalista algum; mas tão recôndita algumas, e difícil a sua invenção, que só o beneficio de muito trabalho e dispêndios se podem conseguir o que eu não posso executar.

A demora da resposta da carta com o primeiro manuscrito incluso, diminuiu grandemente a vivacidade da minha diligência no exercício de Naturalista, crendo ser inútil o meu laborioso desvelo; e só desde o tempo em que a recebi tornei o projeto; por isso tem sido a presente remessa tardar, este o motivo porque rogo a V. Ex.^{as}. a graça de com a possível brevidade me fazerem enviar a resposta desta. Ultimamente Exmos. Senhores, se aos correspondentes dessa Real Academia fosse permitido que esculpida as suas armas ou qualquer outra divisa fizesse publica a honra que da sociedade recebiam certissimamente exerceríamos com muito maior gosto o honorífico ministério.

O céu participe a V. Ex.^a prosperidades infinitas, pare eu com mais prazer confessar a honra que adquiro em ser

De V. Ex.^a

Villa da Cachoeira

27 de Maio de 1789.

Obrigado e fidelíssimo servo.

Francisco Anto. De S. Payo»

Correspondência da Academia Real das Sciencias desde 1790 ate 1800. Cartas de Francisco António de Sampaio para a Academia das Ciências de Lisboa.

1793

«Exmos. Senhores Presidentes e demais Sócios dessa Real Academia.

Pelo Doutor Joaquim de Amorim Castro, Juiz de Fora desta Villa da Cachoeira, em 14 de Abril de 1787, tive eu a honra de receber estimável conta que V. Ex.^{as} me remeterão, com a data de 10 de Novembro de 1785 resposta da que com o primeiro Tomo da História dos Reinos vegetal, Animal e Mineral pertencente a Medicina enviei; e como V. Ex.^a me rogaram a continuação de coisas novas, o de 1º de satisfazer os seus preceitos, foi estímulo bastante para eu prosseguir o principiado projeto. Sem perda de tempo eu pus em execução o 2º Tomo com 104 espécies de animais, quadrúpedes, aves, anfíbios, peixes, insetos e mariscos; todos descritos nas suas figuras, e cores, e muitos na sua grandeza estampados; anatomizados todos, e com virtudes Mediciniais muitos: tudo de baixo da ordem e termos de Linneu.

Tendo completo e pronto determinei remetê-lo, e por dar mais gosto a V. Ex.^a tentei igualmente enviar em uma bela pedra brasilica esculpida e em um Relicário clausuradas, as Armas dessa Real Academia, que por falta de Professores de Escultura, e talha a minha curiosidade tudo executou.

Na carta inclusa com este livro que eu remeti, se usa este Paragrafo: O ardente zelo de ser solícito nos preceitos de V. Ex.^a me fez passar de Médico a Geógrafo. Eu fiz certa discrição, mas com o desgosto de não a poder concluir e remeter por contratempos do meu Pintor; na mais oportuna ocasião o farei ver a essa Real Academia; que penso lisonjeira o gosto, se não pelo rustico da frase, sim pela novidade do objeto.

Era a descrição desta Vila da Cachoeira, desde a primeira casa que foi um engenho de fazer açúcar até o estado presente; com um Mapa mostrando esta Villa da cachoeira vista do Porto de S. Felix e este visto daquele até o oriente, e pelo meio do Rio Paraguaçu e pelo meio dele lanchas, canoas com remeiros, barcos, e d'água essa de mar e rio mostrando o rumo na onde corre e donde vem. Além disto descritas as plantações e manufaturas dos tabacos, das farinhas, dos açucars, tudo com estampas iluminadas e números das Almas não só desta Freguesia da cachoeira, mas também de mais sete que os seus termos compreendem.

Ultimamente Exmos. Senhores, em 10 de junho de 1789, Livro, Relicário, e carta, tudo em um caixão pregado eu remeti, e na tampa com letras grandes: Para a Invicta Academia Real das Ciências de Lisboa; com efeito para a Bahia o enviei a sujeito fidedigno com o rogo de o remeter a V. Exas, e como tem sido tão demorada a resposta, eu penso que levaria descaminho; por isso que vou rogar com a maior instância e brevidade na resposta a V. Exas que me certifiquem se com efeito foi lá o caixão recebido ou por cá desencaminhado.

Enquanto eu rogo ao céu que felicite a V. Exas na estimável concórdia de Ilustre Sociedade confessado a honra que me resulta em ser.

De V. Exas

Villa da Cachoeira 8 de abril de 1793.

Humilde criado

Francisco Anto. De S. Payo»

ANEXO 5

Transcrição do manuscrito *Memoria sobre a Botanica, e as vantagens, que della rezultão para a praxe Medica, prezentada á Academia real das sciencias de Lisboa*» de Manoel Joaquim de Souza Ferraz.

«*Verus Botanicus dessudabit in agenda amabili scientia... Linn. phil. Bot...*

Não he o espirito de partido nem ainda hum vão enthusiasmo quem agora me anima a presentar à esta respeitável sociedade a presente dissertação sobre a Botânica e as vantagens que della rezultão para a praxe Medica: mas sim a obrigação do meo cargo, e o meu ardente desejo de excitar neste reino o amor desta útil e deleitoza sciencia, o qual se acha infelizmente quazi adormecida. Eu me julgarei feliz se o meo zelo e o meu estilo simples merecerem algum louvor e se em fim o meo intendo não for inteiramente baldado.

Depois que o principio dos Botanicos, o imortal Linneo nos facilitou o estudo da Botânica reduzindo a hum systema e mostrou-nos ao mesmo tempo os seos progressos quazi por todo o orbe.

Desde então a sociedade tem obtido as maiores vantagens já por florescerem as artes e o commercio e já pelas descobertas que tem enriquecido a matéria medica. E quanto além disto seja deleitoza, e amável esta sciencia, ninguém deixa de conhecer, excepto aquelle que ignora ainda os seos primeiros rendimentos, ou se aparta do sentimento comum.

Eu vou sucintamente mostrar os atractivos da Botanica; quanto ella seja scientifica; como se aprende e em fim quantas vantagens della resultao para a praxe Medica.

Todo o estudo que tem por objetivo a natureza, ou as suas produções, deleita o homem por isso mesmo que lhe faz admirar e conhecer os segredos d creador, a perfeição do organismo de cada produção a sua diversa configuração, e imensa variedade. O reino vegetal he o mais vasto campo que tem a natureza para a contemplação do seo cultivador; expresso he o maior deleitozo. A cada passo infinitas e diversas plantas se o oferecem a sua observação; as lindas cores, e os suaves aromas o deleitão; a organização de cada huma lhe fez admirar a grande sciencia do supremo ente; aqui vê o Botanico nascer hum vegetal; ali florecer outro ao mesmo tempo, e mais adiante hum que já deixa cahir as suas sementes para a reprodução do seo semelhante. Tal he a ordem admirável da natureza!

Desde o alto Platano, qe orna os vales, athé o humilde Lichen que nasce sobre as arvores, ou cobre as pedras, tudo he o brilhante teatro da Botanica, e constitue o objeto do alegre estudo do seo cultivador; o qual no meio desse imenso campo, longe da corrupta e perversa sociedade vive tranquilo e satisfeito; as paixoens o fogem e o mesmo vicio; entregue totalmente a contemplação da natureza, ele esquece todos os objetos tristes ou deleitosos; o facesto, as hondas, e as riquezas para ele são chimeras e desprezíveis atractivos.

Embora julguem certos antibotanicos ser esta Science huma steril nomenclatura; embora declarem contra os seos cultivadores, e os chamem simplesmente herboristas...elles não sentem o que dizem, e só fallão no meio da ignorância, em que fazem, por isso antes merecem a nossa indiferença do que a nossa indignação. Porem, se despidos da sua antecipação, eles se entregassem avidamente ao estudo da Botanica, não tardarião sem duvida a confessar quanto ella he scientifica e ao mesmo deleitoza.

Por quanto não he só a nomenclatura, que alliás he necessaria à cada sciencia, nem o externo conhecimento dos vegetaes, que constituem a Botanica; mas ella envolve muitos outros conhecimentos mais profundos. O Botanico examina o fisico de cada planta por meio da Anatomia; ele ahi descobre, assim como no animal, huma epiderme externa que preserva o vegetal das injurias do tempo, e cobre o córtex, ou verdadeira pelle, onde se observão muitos e diversos vazos com suas glândulas; debaixo

e faz as vezes de ossos; na parte mais intima descobre o Botanico a medula nervosa de donde partem imensos nervos para todas as partes da mesma planta.

A fisiologia vegetal lhe faz conhecer que as plantas tem quase as mesmas funções que o animal. Na verdade ellas respirão por meio das folhas, de donde partem os vasos aéreos, ou bronchiaes; ellas absorvem da atmosfera a substancia alimentar, por via dos seus vasos inalantes e da terra por via das raizes; nelas se fazem por conseguinte as funções da nutrição, como também a circulação da seiva ou humos comparável ao sangue animal; de donde se fazem secreções e excreções. Os óleos, os aromas, as rezinas, as gomas, os balsamos são os seus resultados. As plantas setem pelos seus organos nervosos ou sensitivos; ellas dormem e enfim se reproduzem à semelhança do animal. Le vegetal, diz Mounsier Chaptal, se reproduit de la même maniere que L'animal, et les Botanistes modernes ont soutenu cette comparaison de la manière la plus concluante...

A chimica vegetal nos faz conhecer por via da analyse a natureza dos principios elementares de cada vegetal. Deste modo sabemos nós quaes são as plantas, que contem principios uteis e Medicinaes e aquellas que são nocivas; por exemplo, nós administramos a Barragem (?) como refrigerante, porque a analyse chimica nos mostrou que ella contem nitro; nós nos servimos do *Rumex Patientia*, quando o enxofre he indicado, porque sabemos que esta planta abunda da dita substância; do contrario nos tememos o *Napellus* e o *Itramonium*, porque a chimica e a observação nos tem ensinado que estes dous vegetaes incluem principios venenosos, e cáusticos. Esta sciencia nos tem feito conhecer as afinidades de cada planta, e aquellas que tem primeiro apostos; o que tem sido de muita utilidade para a Pharmacia.

A Botânica se aprende pela lição da filosofia botânica, a qual deve ser a bíblia do Botanico, com diz o meo grande mestre e amigo Antonio...; este estudo deve ser seguido da leitura da *Genes Plataram*, do *Species*, e por último das *Anenitates Academico* de Linneo. Então se facilitará a arte de classificar as plantas, e o seu conhecimento, o qual unicamente se adquire com huma assídua applicação pelas continuas hervorizações e, enfim, pela formação de hum herbario; porque só por esta via se acostuma o novo Botanico a *facies plantarum*; a conhecer cada planta nos seus diferentes estados, e adquirir o habito e a facilidade de classificar. Demais tendo hum herbario, ele poderá em qualquer ocasião examinar com sucego todas as famílias; aprenderá mais facilmente os usos economicos, ou Medicinaes, tendo o objeto presente; o qual nunca jamais deixará de conhecer, todas as vezes que se lhe apresentar. Tudo isto posso eu afirmar pelo meo próprio exemplo. Em uma palavra o herbario he de huma necessidade absoluta ao Botanico: *Nullus Botanicus sine herbário. Linn. Filos. Botanica.*

Eu passo a descrever o methodo de bem preparar as plantas, e de fazer hum bom herbario. Todas as vezes que o novo Botanico fez herborizar, trará consigo alguns cadernos de papel pardo jassas longo e grosso, para ahi meter as plantas que colher (cada uma entre duas ou quatro folhas, segundo a sua substancia) havendo cuidado de as bem entender, e abrir, e de não se lhes arrancar haste alguma essencial; ao contrario, as folhas radicais, que parecerão superfulas, os frutos, e as raizes devem ser conservadas, ao menos quando isso for possível, porque muitas vezes sem estas partes ellas não se pode reduzir. Advirta-se também que as plantas não devem ser colhidas, se não quando estiverem em flor e em fruta (seis=se for possível) porque só neste estado mostram ellas claramente os caracteres, que os distinguem. Estando assim preparados se meterão em huma imprensa, onde porem as carxosas não deve, ser muito apressadas porque perderão a sua cor natural, que facilmente se conserva preparando-lhes... por cima hum ferro quente. De dois em dois dias se mudarão para outros cadernos secos; e assim se continuará estes manobras até que já estando secas se applicará sobre o papel branco, onde serão coladas com alguns pedacinhos de papel untados em huma dissolução de goma Arabica. Isto estando feito, se escreverá por baixo o nome de género, e da espécie, enfim todas se arranjarão segundo a ordem systematica de Lineo. Deste methodo he que eu me tenho servido com o maior successo para a composição do meo

hervario, onde estão as plantas com o mesmo aspecto natural; como se pode ser na pequena coleção de plantas exóticas, que eu reso oferecer a esta Academia, para que mereça hum lugar no seu museo.

Não há certamente melhor meio e aprender os caracteres particulares de cada vegetal, e ao mesmo tempo os seus usos e virtudes; pois hum couza sem a outra de pequena utilidade he, e nem ainda parece possível. *Si sciencia corrui vegetabilium, omnis quoque corrui usus, quem exillis expiscari poterent scientio naturalis cultores in humani generis commoda. Verum quidem est vegetabilia in corpus humanum agere se cunctum odorem et saporem; red hoc non sufficit, nisi i ordines naturales plantarum novevimus; cet illis cognitum, atque viribus quorundam vegetabilium proterea notis, certe procedere possent um praxi Medica; alicunde periculorissima. Linneo. Anno: nit. Acad.*

Ex aqui o que diz Linneo a respeito dos conhecimentos Botânicos applicados a praxe da Medicina, e das vantagens que dahi resultão. Eu me contentarei de fazer menção de alguns factos que confirmão estas verdades; pois seria muito extenso se acaso quisesse punctualmente mostrar quanto a Botanica he util e necessária a hum Medico. Na verdade não há couza mais evidente nem mais positiva; quem pois ignora que o Medico Botanico tem a vantagem de saber o que ordena, e de não poder ser enganado pelo Hervorista e a pelo Boticario, e que o Medico, que he destituído dos conhecimentos Botânicos, só sabe o nome do remédio que prescreve, e está sujeito a mil enganos... e aquelle nunca se vê embaraçado a ensinar este ou aquelle remédio; e ainda a prepara-lo repentinamente; este se acha sempre em dependência do Botanico, sem o qual ele não pode socorrer a humanidade em muitos casos de necessidade. O Medico Botanico se faz a hum pagu, onde não hajão Botânicos, achará facilmente muitas plantas, que satisfarão as suas indicações, se tiver alguns doentes a tratar; pelo contrario, aquelle que não tiver estes conhecimentos, se verá muito embaraçado e aflito, nem poderá satisfazer as obrigações da sua profissão. Em hum palavra, o Medico que ignora a Botanica, nunca pode julgar com certeza das virtudes dos vegetaes Medicinalls *notitia planto destitutus, nunquam fuste judicabit de virebus ejusdem: Lin. Mates Med.*

Vindo de Barcelona para Cadiz hum temporal me forçou a arribar a Ilha Hispanhola chamada Ibiza, a qual ainda he quase inculta, por e consequente habitada por innocentes e rústicos lavradores. Como os seus campos estavam muito florecidos, eu logo me decido a hir a terra hervorizar naquelle novo theatro da natureza, o qual na verdade me deliciava pela sua fertilidade. Apenas tinha eu dado alguns passos quando encontrei de baixo de hum oliveira hum miserável pastor com hum aspecto doentio, e com duas grandes ulcers nas pernas expostas as injurias do tempo. Tal foi a compaixão de que eu fui mordido, que logo me cheguei a ele a indagar-lhe a sua moléstia, e a oferecer-lhe os meus auxílios, o que ele aceitou com transportes de alegria, dizendo-me que nunca tinha encontrado quem o socorresse, porquanto naquelle lugar não havião Medicos nem Boticarios.

Então comecei eu a examinar com atenção a sua moléstia, a estado actual, que era hum verdadeira Cachexia, acompanhada de hum monstruosa abstrução do baço, a qual era extremamente dura, e acupava quazi todo o abdome. Por consequente, logo imaginei que as ulcers das pernas são cacheticas, ou ocazinadas pelo vicio geral dos humores, e que não se poderião curar, sem que fosse destruída a cauza de donde procedião. Em tal caso não deixei de dizer ao doente quam árduo era a cura e a sua cachexia já inveterada, e quam longo tempo seria necessário. Contudo quis meter em pratica os meios curativos indicados e juntamente ensinados para que lhe fizesse hum uso assíduo, afim de tentar e obter algum successo, porquanto eu ordenei a este doente de se retirar a sua cabana, que poco distava e prometi-lhe de ver logo, pois queria procurar plantas para lhe fazer remédios.

Então foi que eu gozei com maior prazer das prerogativas de socorrer à humanidade, que sofre e se vê aflito no desamparo; então foi que bem conheci as vantagens que tem o Medico Botanico sobre aquelle que o não hé.

Com efeito logo achei varias plantas aperitivas, purgativas, e... varias que satisfizessem as minhas indicações; mas colhi de preferencia a *Chicorea silvestre*, a Fumaria, as folhas de Tanxagem e a cebola da Seilla, com o que me contentei, e vim para a cabana do pastor, onde depois de as ter feito conhecer, eu extrahi o succo da Chicorea, e da Fumaria, ao qual ajuntei algumas gotas do succo da Seilla, e dei quatro onças a o doente que ainda se achava em jejum. Também lhe ordenei hum regimen de vida conveniente, e recomendei-lhe de tomar todos os dias em jejum aquele mesmo remédio, que era simples e fácil a preparar-se, mas nem por isso menos energético do que aquelles one entrão tantos ingredientes exquisitos, que destroem muiticamente as suas virtudes, e cuja indicação o mesmo Apollo não saberia advinhar, muitas vezes. *Remedia simplicia cmplicatis preferensa; domestica pharmaceuticas. dez. o celebre Itoll.*

Emfim eu lhe lavei as sórdidas ulceras e apliquei por cima as folhas da Tanxagem, as quaes de hum dia para o outro fizeram cahir as..., facilitarão a recuperação e produzirão hum afeito admirável.

No decimo dia do uso destes meios curativos, já o doente dizia achar-se melhor; a obstrução parecia menos dura, ele tinha melhor vontade de comer, e as suas ulceras tinham hum bom aspecto. Então eu a deixei contente e continuei a minha viagem.

Também muitos ouros doentes me vierão pedir remédios na mesma ilha, e eu facilmente os examinei, pois a natureza providente tinha enriquecido aquelle payz de plantas Medicinaias que são bem apropriadas as moléstias endêmicas que ahi reinão.

Ora agora perguntarei se hum Medico que não fosse Botanico, ou que somente conhecesse pelo habito externo quatro plantas do sei payz gozaria destas vantagens, e certamente não, ao contrario seria-lhe mesmo injurio ter o titulo de Medico em tal circumstancia...

Este único factio bastaria para provar evidentemente quanto he util e necessário ao Medico o conhecimento da Botanica, e para eludir as oposições daqueles que dizem ser unicamente necessário para o praxe da Medicina o conhecimento externo de algumas plantas uzaues; ora isto não basta pois a *facies plantarum* engana muitas vezes, ainda mesmo o Botanico exercitado que despreza os caracteres essenciaes, e distintivos; e porque também as mesmas plantas não se achão em todos os paizes e lugares como se tem observado.

Porem ainda quero referir alguns erros crassos, em que tem precipitado muitos Medicos e Chemicos a ignorância da Botanica e de donde tem resultado muitos... à humanidade, porque prescrevião hum veneno por hum bom remédio, e não podião conhecer o seo erro. *Empyricorum more, in cognitir as mis aggrediutus morto*, diz o meo condiscipulo o Doutor Serqueil, na sua these sobre a Botanica. Então nada mais nos podrão oppor os Antibontânicos.

Monsieur Deyeusetinha publicado que o *Rumex Patientia* continha huma grande quantidade de enxofre, e que por consequente eramuito util em certas moléstias, principalmente nas cutâneas. Como porem este gênero encerra varias espécies muito semelhantes a *Patientia*, mas que nem por isso tem a mesma substancia sulfurosa na sua composição, os Medicos que erão Botânicos, servião-se indifferente-mente destas ultimas nos casos mencionados, e não observavão os efeitos que expressão. Os Chemicos se outra parte submetião as mesmas a analize e não obtinhão o resultado que desejavão. Por consequência declaravão todos de hum unanime acordo, que as observações e experiências de Monsieur Deyeur erão falhas, poiuis que nem a praxe Medica, nem a Chimica as confirmarão; porem neste mesmo tempo hum Botanico lhes fez ver que eles he que estavão no erro, por quanto não se servião da verdadeira *Patientia* para as suas observações e experiências. Com efeito huma vez que se servião destas plantas que se lhes tinham mostrado, eles conhecerão a autenticidade dos favtos de Monsieur Deyeur.

Antigamente os Medicos prescrevião a *Virga Aureu*, em lugar da *Arnica*, por não conhecerem o seu caracter distinctivo, como depois o provoço Tchulsio.

Deste modo também se tem dado o *Cherophyllum Sylvestre* em lugar do *Conium Maculatum*, ou Licuta; os grãos de *Phytholoca* em lugar do Kermer vegetal.

Hippocrates, o melhor dos Medicos, deixou nas observações de curas admiráveis de Mania, Melancolia, e Epilepsia, que tinha feito com o seo Elleboro negro, porem esta planta veio depois a desmerecer os louvores que lhe erão derivados, e perdeu a sua reputação, porque as observações ultteriores não confirmarão o que deiise Hipocrates. Mas a razão disto era porque lhe substituição outras muitas plantas. Loeselio nos assegura que ele vio ordenar o *Elleborus virides*, com o titulo de Viger. Em Paris e em Inglaterra usavão do *Elleborus fotifus*. Dedonoe administrava a *Astrantia Major* em lugar do Elleboro de Hipocrates. Em Alemanha o *Adonies Vernalis* era repitado ser o verdadeiro Elleboro.

Hoffmann nos atesta que também davão a Arnica com esse nome. Haller vio administrar a *Convallaria Polygonatum*, debaixo do nome d'Elleboro de hipocrates. Non: *scius Lemonier*, Medico de Luiz V, achou em muitas boticas de Paris a *Sctea Nigra*, com esse titulo (e o mesmo creio que ainda hoje sucede em Lisboa). Por ultimo ex aqui o diz Rencalmo a este respeito,, *vidi; qui Elleborum Vi: grum intrepide proscriberent; non enim animadvertabant pro istices radicibus hodie prostare in officinis radices pernitienssimi veneni, quad vei hervario periti. Nepellum vocant: cum oq: es interiit, infelis cazus in atias cauzas rejicetus...*

Aqui se pode bem aplicar o adagio de Plinio: *discunt periculis hominum, et experimenta per mortes agunt...*

Nesta tão grande confusão recorre-se à Botanica, como a huma sagrada anchora, para que se viesse a conhecer o Elleboro de Hippocrates; e foir o illustre Gouan, qem teve (há poucos annos) a gloria de emendar o erro de tantos séculos. Com efeito ele descobrio nos montes Pireneos, depois de muitas indagações. Eu acho ser a proposito recitar as suas próprias palavras que o attestão: *quis nam esset verus Elleborus Hipocrates,, et em consequence apres... recherches, apres des confrontations serupuleuses, et des veridications, je fus em etat de satirfeure le sele de ces deux grands hommes, et; osai prononces que le vrai Ellebore d' Hipocrates n'etoit oucune des plantes, cju' on destrubuoit le plus aommunement dans le commerce, amis bien le Elleborus: Niger, flore roseo Linnei. Se pourrais en dive autant de vrai Opoponax, de la Aeamonie da Ialap, et du Catahuala...*

Eu vi esta planta florescer quatro vezes no seo jardim, onde elle ma fez obserar com atenção e depois permitio que a colhesse para o meo hervario.

Eu creio ter assas provado quanto he util e deleitoso a Botanica e quanto hum conhecimento systematico e suficiente da mesma he necessário para a praxe Medica. Os dactos de que eu venho de fazer menção são bastantemente concluentes, e não admitem replica alguma.

Se as muitas forças igualmente o meo desejo ardente de que o amor desta sciencia se excite e se propague entre a mocidade Portugueza ou seja o primeiro a facilitar-lhe o caminho e os meios de instrução; porem esto he huma grande empresa e só pertencerá a hum poderoso braço-tal como o do estado; só ele pode fomentar os progressos da Botanica, permiando aquelles que ahi se applicação e se distinguem: fornecendo-lhes os meios necessários para viajarem e fazerem descubertas que serão uteis a toda a sociedade.

Que preciosas plantas não tem o Brazil que ainda nos são desconhecidas! Quantos remédios especificos não possuem hoje os selvagens e os empiricos deste fértil e vasto paiz! E porque razão não empenharemos nós todos os esforços possíveis para virmos também a conhece-los, para nos servir com vantagem nas nossas enfermidades?

Tudo ahí está coberto do espeço veo da ignorância, e só a Portugal pertence a glória de o rasgar; para quando pois difere ele esta importante operação, que toda a republica dos sábios da Europa espera com impaciência? Quanto não seria então aumentada a historia natural e a matéria Medica?.

Nenhum outro mais ardente desejo tem o meo celebre mestre o Doutor Vandelli; a quem devemos a obrigação de nos ter aberto o caminho das sciencias naturaes e denos ter com tanto zelo ensinado os seos primeiros elementos.

Enfim, se a sociedade não acende o amor desta sciencia, por cauza das vantagens comuns, pouco se poderá esperar dos seos indivíduos, que só buscão as utilidades próprias; além disto nem a todos agrada este rustico estudo da natureza...

Non omnes arbusto juvant humiles que Myrico...

Virgilio...»

ANEXO 6

Transcrição do manuscrito do *Observações Relativas a Agricultura, Commercio, e Navegação do Continente do Rio Grande de S. Pedro no Brasil Por Domingos Alz' Branco Muniz Barreto, Cavalleiro professo na Ordem de S. Bento d'Aviz, e Cap.m de Infantr.a do Regim.to de Estremôs*, de Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

[fl. 1]

Introduccção

Estas informes observaçoens que esponho á curiosidade publica, sem temôr daquelles que só se reputão sabios quando desdenhadas compoziçoens alheias, não só tem por fim e noticias e grande proveito que se pode tirar da Agricultura, Commercio, e Navegação de hum abandonado, e desprezado Paiz, qual hé o admirável Continente do Rio Grande de S. Pedro, mas tambem instruir aos Negociantes, para que possuão fazer as especulaçoens, e cálculos sobre o commercio das suas abundancias, e ricas producçoens, e prodigos effeitos.

A materia exigia talentos, e outros conhecimentos de que sou destituído; porem o dezejo de ser util a minha Nação vigorou aminha insufficiencia na certeza de que não será tão grande o meu crime, que não permita alguâ favoravel allegação, quando não seja para defender-me, ao menos para desculpar-me.

[fl. 2]

Advertencia.

Estas observaçoens são formadas, segundo o estado em que deixei aquelle Continente no anno de 1778.

[fl. 2v.]

O Commercio, e a Agricultura que tem por objecto manter o Estado, este fazendo produzir em abundancia os effeitos proprios do Paiz, e a quelle fazendo exportar os que lhes são superfulos para outros Paizes, onde recebem do mesmo modo em troca os que lhes faltam, não podem florecer, sem que a industria dos seus Habitantes seja protegida pelo Soberanos, a que compete procurar-lhes as suas commodidades, e vantagens, das quaes resultão hum proveito em geral, que fas respeitar a Nação.

Emparte alguâ, creio, poderião estes indispensaveis objectos chegar a sua maior perfeição q. em Portugal, não só pela situação local dos seus portos, e commodidades proprias que em si tem, mas pelas que se encontrão nas ricas produçoens das admiraveis Conquistas do Brazil.

Deste Descoberto porem so não tem tirado partido algum. Somente o ouro tem sido objecto principal, em que constantemente se tem empregado o grande número de Europêos, que para alli passarão, perdendo-se por outra parte, e muito mais do que tem importado o ouro extrahido, quando pode produzir o Paiz, não só com a cultura de muitas produccoens alli desconhecidas, mas ainda das naturaes, e proprias delle.

[fl. 3] Desde que o Brazil foi descobérto athê agora, setem contentado os Senhores Politicos deste Reyno, somente com as noticias da sua muita fertilidade, da bondade dos terrenos, e do clima. O mais a que tem chegado asua actividade, hé pedirem as amostras das produccoens, e recolherem-se estas aos Gabinetes, onde parão como cousas raras, athê aquellas de huâ grande abundancia e que podião fazer hum grosso commercio, do qual fossem dependentes todas as Nacoens.

Serve a esta froxidão de desculpa o carunchôzo de muitos Arbitristas Politicos da Nação. Elles dizem = Que para segurar as mesmas Conquistas, convem ter bizonhos amaior parte, ou quasi todos os seus habitantes, que selhes não deve abrir caminho á sua civilizaçãõ; que selhes devem occultar as

utilidades próprias do terreno, e ultimamente, que não devem ser ensinadas a aperfeiçoar, e dar a estimação que merecem as Artes.

Deste manifesto engano, ou para mais bem dizer, crasso erro, o qual eu como muito poucas palavras podia contradictar, se primeiro me fosse concedida huã boa Carta de seguro, tem procedido toda a decadencia do Brazil, achandose amaior parte dos [fl. 3v.] terrenos por cultivar, e por isso hũ grande nummêro de indigentes, e ociosos.

Entre as terras do Brazil, huã que offerece grandes e extraordinárias vantagens, hé o Continente do Rio Grande de S Pedro. Este rico Paiz ameno, e de leitavel, sem embargo da abundancia das suas muitas produçoens, da sua fertilidade, e benignidade de clima, os seus moradores (amaior parte delles) vivem indigentes por não poderem extrair o seu superfluo.

Bem se vé que huã contradição semelhante não pode nasser senão da falta de huã mão vigorosa, que facilite os meios para que as Povoaçãoens se fação opulentas, e faça desterar os abuzos que impedem sua perfeição.

Os moradores mais ricos, e poderozos deste Continente são os que possuem alguas Fazendas, que denominão Estancias. Estas abundão em Gados, não tendo estes alli maior valor (a)¹.

Todas as mais produccoens próprias da aquelle Continente são de grandes vantagens, [fl. 4] vantagens, sendo adamaior cultura, alem de outras o trigo de que sepodem Carregar muitos Navios, como mui claramente, passo a mostrar.

Descripção Geographica de todo o Continente.

A Povoação principal deste Continente, que se denomina Villa de São Pedro, está situada na latitude de 31°, e 58', e na longetude de 334° e 25': A sua barra he perigoza pelos muitos bancos mudaveis que tem de área, segundo as enchentes, e correntezas d'aguas. Passando esse obstaculo a chão as Embarcacoens hum optimo lagamar para se abrigarem, e ancorarem. Dentro deste lagamar achasse huã grande Ilha chamada de Marinheiro muito fertil. Nella se encontrão todos os auxílios necessários para se poder fazer naquelle Continente, huã bem regulada Povoação.

[fl. 4v.] Os Nacionais deste Continente são dóceis, amáveis, sinceros, e muito vigorozos para o trabalho. O Seu torrão desde a barra, que fica duas léguas de distancia até a povoação hé de aréa.

Na distancia das duas léguas desde abarra até a povoação, pelo que pertence á parte do Sul, se achavão varios reductos que hoje não existem.

O terreno que se segue para aparte das demarcaçãoens, desde a Villa de S. Pedro, até o povo novo, que dista sete léguas, ainda hé bastante arenozo, sendo as suas campinas, retalhadas de muitos, e torcidos ribeiros, e de excellentes partes para Gados, pelas muitas Estancias que estão alli estabelecidas.

O terreno que se segue, desde o pôvo nôvo até Tayin, que fica distante vinte léguas, e onde temos huã Guarda nossa, hé do mesmo modo fertil, e com as mesmas grandes Fazendas de Gado. Este terreno hé muito proprio para se pantarem vinhas, que pode [fl. 5] produzir em muitas quantidades, ainda que mepresuado Portugal não necessita deste socorro, por ter grande abundancia deste genero.

Desta guarda em distancia de trinta, e sinco legoas fica a Fortaleza de S.^{ta} Therêza, pertencente ao Hespanhol, e que até que eu sahi daquella Fortaleza fazia demarcação do que ficamos de posse, antes de se concluir averdadeira linha de divizão.

Pelo que pertence ás terras Situadas da parte do Norte, ou para mais bem dizer, alli chamadas do Estreiro de S. Jozé do Norte, de que só estavamos de posse até a Guerra de 1774, em que invadimos as terras do Sul, são as mais férteis daquelle Continente. Está todo povoado de Estancias de Gado. Hé capaz por produzir em muita abundancia todas as sementeiras de grão, e muito particularmente para

¹ (a) Nos campos que confinão com o Rio Pardo.

a cultura do linho. Alli mais que em outra alguá parte se conhecem todas as fructas da Europa, com mais abundancia, e mais bem sazoadas.

Daquelle grande lagamar, de que já fallei, nasce hum rio caudaloso, que vai ter a Villa de Porto alegre, a qual ficando situada quazi no centro do Continente, dista da Villa de São Pedro sessenta legoas [fl. 5v.] legoas com pouca differença.

Esta aprazível habitação que antes de ser creada Villa, se denominava porto dos Cazaes, he a mais delectável de todo o Continente (a)². Está situada em uma huâ eminência, e desta desce até as margens de hum doce lago, communicado de apraziveis rios, onde podem ancorar Cruvetas de muito bom lote, e Navios. O torrão hé hum dos bons daquelle Continente, e apezar de estar na segunda classe de Lineo, chamado sem.es terrenos, por este Grande Naturalista, mediamente ferteis, por serem terras delgadas misturadas com alguá aréa, pelo contrario alem de produzirem quanto hé próprio daquelle Paiz com abundancia, não tem em si aquella excessiva mistura que se conhece em quase todo o Brazil de outras muitas ervas selvagens, que roubão a fertilidade, e a nutrição das que podem servir, e servem.

Produz com abundancia todas as fructas da Europa, e com muito axcésso pessegos, pois athé as divisons e cercas das Estancias, e Fazendas são de pessegueiros. Para a cultura do trigo hé especial, e produz muito mais que em outra alguá parte.

[fl. 6] Para o reduzir a farinha, alem das muitas azenhas que para isso tem, inventarão huns moinhos de vento feitos de madeira sobre rodas, que se movem puxadas por Boiys, segundo soprão os ventos de huns para outros sitios. Há em todos os seus arrabaldes famozas Estancias de Gado, e nesta grandes fabricas de queijos de muito bom gosto e duração, a semelahnça dos de Inglaterra.

Abunda o porto do seu rio em todos os Sabados da semana de grandes canóas, carregadas de viveres, e fructas conforme o tempo, de que prodigamente se alimentão os seus habitantes. Toda esta provizão desce de outas pequenas povoaçoens, que se communicão ao porto principal por formozos, e delectáveis rios. Entre muitos só farei lembrança dos mais notaveis.

Os moradores das margens do Rio Taquari, e da sua pequena povoação, ou Freguezia abundão o seu comercio de carnes de Porco, toucinho, feijam, milho, arroz, queijos, manteiga, graxa, (a)³ cebo, e sabão que tudo vendem por diminutos preços.

Os moradores do Rio chamado do Sino, hum dos mais delectáveis deste districto, por [fl. 6v.] ficarem na margem do mesmo Rio situadas as cazas dos moradores, fornecem a povoação de hortaliças, carne e, xarque (a)⁴ melhores fructos de espinho, melenacias, e de bons meloens, que rende alguns que estes excedão aos que se produzem no estreito de São Jozé do Norte, que não fazem invejar os bons de Portugal.

Os moradores do Rio chamado da Aldeiya dos Indios fornecem a terra de gallinhas, caças de muitas qualidades, e das melhoes perdizes que há em todo o Continente, e ainda mais especiaes no sabor, e maiores que as da Europa; de louças para o consumo das cozinhas, telha, e tijolo, para o que tem alli estabelecido muitas olarias, valendo-se para isso de excelentes Argilas que tem nas suas vizinhanças, não só para este fim, mas ainda para perçelana branca. Os mais famozos nesta Fabrica sao os Indios da mesma Aldeiya. Estes tem alli feito hum genero de republica mas conforme, que em todas as Aldeijas de Indios, onde me tenho achado, observando-se, em muita parte, o sabio Directorio eu no anno de 1758, foi por Sua Magestade approvedo para os Indios do Pará, e Maranhão, cuja civilização devem ao Governador que foi da quelle Continente. Manoel Jorge Gomes de Sepulveda. Semeão trigo,

² (a) Foi criada Villa pelo Governador Manoel Jorge Gome de Sepulveda no anno de 1772, abolindo-se aq. Havia denominada Viamão, distante deste porto quatro legoas, aqual se acha abandonada, e amaior parte dos seus Edificios dannificados, e cahidos.

³ (a) Assim chamão a hua consistência, ou massa que fazem de cebo e tutanos para guizar e comer.

⁴ (a) carne salgada, e depois sécca ao sol.

legumes, e hortaliças. São muitos [fl. 7] habeis para formarem jardins, e cousas que no divertimento do campo cauzão galantaria. Todos os seus pomares são postos com simmetria. Excedem a todas as outras povoaçoes na criação de gallinhas, perús, patos, e pombos, sem mais trabalho que o das Indias velhas, que não podem cuidar de outra cousa.

Os povoadores do Rio Pardo, e do porto que neste Rio, de novo abrirão, e por isso denominada a sua povoação Freguezia Nova levão todas as vantagens aos outros em Estancia de Gados, Bestas, Cavallos, e nisto empregão todo o seu cuidado.

A grande multiplicação que há destes animaes, faz que sem embargo da grande extracção que tem para as defferentes Capitánias do Brasil, e principalmente para o de S. Paulo, pelo muito pouco que custa cada Besta (a)⁵ senão sinta por isso falta alguã. A povoação em si hé a mais informe de todo aquelle Continente, e poucas são as Cazas de telha que nella há, pois o commum hé serem cobertas de palmas.

Há outros Rios que se [fl. 7v.] communicão com este, de que não tracto, por serem as suas margens de menos produçoes, e povoadas de gente mais ociosa.

As campinas que vão pela Fronteira do Rio Pardo ter a S.^{ta} Tecla, e depois tornão a pegar com S.^{ta} Tereza, são de immensos Gados, em tanta copia, que nem se podem fazer ferrar, nem se sabe quem são seus donos. Este espaçozo caminho tem sido o theatro das façanhas do nosso grande Rafael Pinto Bandeira, e de seu Pai, de quem elle tomou o nomo, e o exemplo das suas proézas.

As extensas mátas que há neste Continente (a)⁶ abundão de bons paos de construcção, de tinturaria, e marchetaria. De mistura com estas arvores se encontrão outras, cujos fructos silvestres, agradaves á vista, ao paladar, ministrão o sustento ás engracadas Aves de diferentes, e galantissimas cores que pousão nos seus formozos galhos, e a immensa caça que alli se encontra de véados, Porcos, Coelhoos, e outros Animaes só conhecidos no Brasil.

Providencias Politicas, e Economicas para o melhoramento deste Continente.

[fl. 8] Tendo pois claramente mostrado as vantagens deste rico Continente, a benignidade de seu clima, as boas qualidades do terreno, e dos seus habitantes, resta-me agora fazer ver, quanto for possível á fraqueza dos meus talentos, o meio porque S. Mag.^e pode tirar delle as maiores utilidades, fazendo ao mesmo tempo felizes aos seus fieis Vassallos, que tanto confião no seu sabio, e Piedozo Governo.

Hé indubitavelmente certo q este Continente, com hum grande defeito ou erro de politica, ainda existe retalhado em varias Povoaçoes, com a denominação de Villas, sendo o governo dellas sujeito ao da Capital do Brazil, cuja dependência hé que o tem posto decadente, alem de outros motivos.

As primeiras Capitánias do Brasil merecerão se lhes desse este nome com menos circunstancias, e sem que promettessem tantas utilidades á Real Coroa.

Quando S. Mag.^e se digne atender a pobreza daquelles moradores, e por consequência á ruína de hum tão vasto Continente, não estará [fl. 8v.] conceguida a felicidade sómente em se crear de novo, sem outras ponderaçoes, huã Cap.^{na} separada, e com governo independente, como deve ser, nomeando-lhe Sua Mag.^e Capitão General, Bispo, Ministros, e mais Empregos assim Civis, e de Fazenda, como Ecclesiasticos; convem tambem que todos os que forem nomeados sejam pessoas habeis, e escolhidas para promover huã nova criação, ou para mais bem dizer, pessoas inteligentes como se necessita para semelhantes estabelecimentos, e que as providencias, que se devem, alem daquellas, sejam tão conformes entre si, que por ellas se consiga ver-se esse Reino, só pelo que respeita áquella parte das suas Conquistas, rico, poderoso, e florecente.

⁵ (a) No tempo em que alli me achei não custava hua mulla, ou macha, ainda que fosse escolhido mais que 1\$600(símbolo). Hua vacca 800(símbolo), hum Paldro (?) 1\$600(símbolo), e mais caro 1\$800 (símbolo).

⁶ (a) No centro do Continente, e entre o Rio pardo e a Villa do Porto alegre.

Para assim succeder eu hirei lembrando o que me occorrer, ainda que com informalidade, de modo que seja percebido, suppondo já a S. Mag.^e na resolução de separar aquelle Continente do governo da Capital do Brasil, sem o que todas as providencias virão a ser de nenhum proveito, e segundo os artigos que hirei substanciando, delles se poderá separar o inútil, e recolher o util.

1º Que S. Mag.^e seja servida ordenar, que para aquella por mim já supposta Cap.^{na} se lhe introduza huã [fl. 9] boa porção de dinheiro de prata, e cobre, que com diverso cunho, e valor extrinzeco possa correr sómente em todo o Continente, e ainda athé a Ilha de S.^{ta} Catharina, alem do que tambem deve alli correr provincial em todo o Brasil. Esta falta de moeda tem concorrido para a fraqueza do Commercio, e Agricultura da aquelle Continente, por que sendo o dinheiro que alli gira o mesmo que correr geralmente em todo o Brasil, o que succede hé que os generos do Paiz perdem o seu justo valor; o dinheiro que circula por ser muito pouco não suppre a balança do commercio, e ainda assim, esse pouco, todo se vai em remessas para o Rio de Janeiro, e outras partes do Brasil. Deste modo he evidente, que hum Paiz onde se commercia somente á troco de generos, não pode florecer de modo algum, por que todas as utilidades vem a ser passivas, e nem huã activa para apovoação.

Isto mesmo se conhecem nos primeiros séculos quando os próprios Generos, e Effeitos corrião geralmente como moeda, e por modo de cambio se trocavão huns por outros. A impossibilidade de fazer isto tem graves perdas, fez que primeiro os homens, e depois os Reiy's buscasem o modo de fabricar as moedas que vem a ser o mesmo que hum signal geral.

Este [fl. 9v.] signal pois tão necessário entre o Commercio, e a Agriculturam hé o que falta na aquelle Continente.

2º Que S. Mag.^e mande fazer prompto, e effectivo pagamento pelas trez differentes Folhas Civil, Ecclesiastica, e Militar, cujos pagamentos não só se retardão, mas que nunca se fazem, e principalmente pelo que respeita á Tropa a qual achando-se alli regulada, constando de hum Regimento de Dragoens; de huã Ligião de mil homens, e de quatro companhias de Artilheria; o pagam^{to} porem dos seus soldos, e fardamentos quase nunca lhes he feito.

Cessando pois esta impontualidade, a circulação do mesmo dinheiro verificará todos os ramos públicos, e a mesma Fazenda Real sentirá hum esfoço, e vigor pelos Direitos que se devem logo estabelecer nas Alfandegas, com os quaes possa effectivamente fazer semelhantes pagamentos, sem o que nada se poderá conseguir.

3º Que se cultive a Navegação em direitura á os portos desse Reino, sem que possa servir de obstáculo o não [fl. 10] poderem navegar pela sua barra, mas que Embarçaõens pequenas, e ainda esta com algum risco. Para isso deve-se fazer hum de posito, ou Armazem geral na Ilha de S.^{ta} Catharina, transportando-se as produçoens da principal Villa de S. Pedro, e das suas vizinhanças em Embarçaõens pequenas para a aquelle dito Armazem; e as produçoens que ficarem no centro do Continente, como as do Rio Pardo, Porto Alegre e etc, huã pequena parte podem tambem ser conduzidas em Embarçaõens adequadas áquella barra, e a maior parte, principalmente couros, por terra em grandes Carretas de que ja há principio naquelle Continente, e que dá não detrimento algum pela abundancia de Boiys que alli há, com que devem ser renovadas, sendo dirigidas á Villa da Laguna, donde em pequenas sumacas, e lanchas podem ser conduzidas em menos de 12, e o mais 24 horas ao porto principal, que deve ser o da Ilha de S.^{ta} Catharina, como dito tenho, encontrado pela barra do Sul, havendo hum grande cuidado no regresso que fizemos as Embarçaõens do Reino á mesma Ilha, que ficão o seu lastro de sal de Setubal, que hé o melhor, não só para consumo diario, mas para salgar o que he de outro modo senão poder transportar para esse Reino.

[fl. 10v.]

4º Que S. Mag.^e mande auxiliar todos aquelles assim Européos, como Americanos de outra qualquer Capitania que quizerem hir alli estabelecer-se, dando-lhes ajudas de custa para poderem fazer as

suas primeiras habitações. Sem despézar maior e sem vexame da Real Fazenda se pode isto conseguir. Bastará mandar a todos os alleiros, e fabricantes de cal, que paguem 2, ou 3 por 100 do que produzirem as suas fabricas, cuja cobrança deve ser feita em especie, e no mesmo genero. Estes deverão ser recolhidos em Armazens que para isso se devem destinar, para delles se distribuir aos novos povoadores, o que for necessario para edificar as suas cazas, ficando só a despeza dos jornaes por conta de cada hum. Esta providencia bastará que tenha o seu devido effeito somente pelo tempo de dez annos, no fim dos quaes tambem devem ser os Fabricantes alliviados do imposto.

5º Que as terras que estão por cultivar, se dividão de diverso modo, do que farão no principio da repartição, observando-se primeiro a serventia própria dos terrenos, não só para se transplantarem produções que alli se desconhecem, mais ainda onde fertilizão mais as do próprio Continente, de forma que as terras que não forem proprias para a criação dos Gados se possam cultivar, sem ficar espaços algum [fl. 11] desoccupado. Para isso hé necessario, que em lugar de haverem muitas Fazendas grandes, hajão muitas pequenas, segundo as forças dos Agricultóres. Deve-se a todos dar huã precisa instrução de melhor modo de cultivar, que se não segue em todo Brazil, sendo hum delles, e o peor o de desempararem as terras huã vez que lhes não produzem o mesmo que nos primeiros annos em que estavam em todo o seu vigor, chegando por isso até a cortar-se extensas matas de Bons páos das trez qualidades necessarias, para se plantar, naquelle espaço, milho, feijão etc, cuja importância em vinte annos não hé capaz de pagar a destruição que sem necessidade se fez, e que se podia evitar, preparando-se as terras com misturas que devem concorrer para a sua vegetação sendo o que hé mais próprio deste Continente, o estrume dos Animaes de que há grande quantidade, e de folhas muito proprias para de mistura, e por meio da fermentação poderem-se conservar os terrenos, produzindo com a vantagem em hú mesmo lugar.

Aos mesmos Agricultores se lhes deve dar gratuitamente, nos primeiros dous annos, ferramentas para o seu trabalho, perdoando-se lhes tãobem nesse tempo todos os Direitos das suas produções, ainda pello que respeita aos Dizimos, alem de outros prêmios que

[fl. 11v.] que se lhes devem conceder, e facilitar a proporção que forem mostrando mais actividade; e suposto que nestes cazos a invenção de primiar não hé nova, só lembrarei agora, que com isso se tem feito grandes progressos, assim no principio de qualquer Estabelecimento Agronomico, como na sua decadencia.

6º Que hajão logo de fazer-se do modo possivel para exportação dos generos, não só pontes; ainda que sejam de madeira nos pequenos lugares pantanozos, charcas onde não for possivel fazer-se as mesmas pontes, mas abrir caminhos, que ficão com menos custo, e com brevidade chegar a borda dos Rios os viveres, e generos dos Agricultores que estiverem concentrados pela terra dentro, e o mais em que se deve cuidar, hé na conservação destas necessarias providencias.

7º Que se estabeleção a Arrecadação da Real Fazenda, com muita conciderada attenção, pois della depende toda a felicidade de hum Estado e muito mais de huã povoação, que denovo se possa a regular. Será necessario para a hir estabelecer, não só hum homem que tenha pericia de calculo, mas todos os conhecimentos

[fl. 12] politicos da Arrecadação, e que de mais saiba graduar os interesses publicos, e particulares, e combinar as relações que estes tem com os do Reiy, examinando os differentes ramos que devem fazer os rendimentos, ou fundos da caixa do Estado, pela qual se devem pagar as despezas do Continente, sem vexame dos Povos.

Todos os rendimentos que forem proprios para se contractarem, não se deve logo no principio proceder na sua Arrematação, pois seria o meio desanimar a Agricultura, vexada pelos Arrematantes, q. não dezejão fazer mais que as utilidades do tempo da sua Arrematação, sem regra alguã, alem dos obstáculos da izenção que devem ter os Agricultóres de certos direitos, nos primeiros dous, ou três

annos, nos quaes tambem há que se pode conhecer, por hú meio de poporção, e calculo prudente, o como se deve graduar o preço medio de cada hú delles, pelo crescimento das lavouras, e industria dos Agricultores. Não deve ser de menos concideração o rendimento do Subsidio literario, cuja applicação se faz naquelle Continente tão necessaria, para que se nomeem os competentes Mestres para as Escólas menores, contemplando-se para isso não só as Villas alli creadas, mas as Freguezias que estão em distantancia

[fl. 12v.] dellas. A imposição porem deve ser mais diminuta, modificando s. Mag.e para isso a lei, por que custando naquele Continente a arromba de Carne 80 (símbolo), e o mais caro (símbolo), do mesmo modo que paga nas Capitania onde custa a 600 (símbolo), e a 800 (símbolo) a arroba. Como será impossível que no principio da criação desta Capitania possuão os rendimentos saldar as dispézas das trez differentes Folhas, faz-se necessario, quanto couber no possível, que se não promovão todos á quelles Empregos, que devem sómente proprios de hum florecente Estado, más só a celles que forem de huã indispensável necessidade. Alem desta providencia económica, quando não baste só por si, deverá S. Mag.ª mandar impor alguns Direitos por entrada nos generos que forem exportados para o Rio de Janeiro, pagos na Alfandega desta Capital, para que sendo recolhidos na Thesouraria Geral da Junta da Real Fazenda, fazendo-se delles escripturação separada, sejam applicados para pagamento dos supprimentos que pella mesma Capital se devem fazer áquelle Continente, em quanto se conhece necessidade disso. Estes Direitos não podem cauzar vexame algum, por

[fl. 13] por que alem de serem destinados para hum tão justo fim, ficarão balançados entre Commercio daquelles dous Continentes.

Alem dos Direitos que tenho referido, e dos que já se acharem naquelle Continente estabelecidos, lembrarei mais não só os que de novo devem crescer, mas o modo de se fazerem conhecer alguns ramos de Commercio que possuão deixar grandes utilidades a Coróa, e aos mesmos Povos.

As Barcas que já disse devião ser construidas para passagem dos viajantes, e exportação dos generos acho devem ser por conta da Real Fazenda, a quem se devem pagar huns módicos Direitos, segundo o número de pessoas, e de volumes.

As Béstas que deste Continente se sahem para fora, sobre ellas se podem argumentar mais alguns modicos Direitos.

Sobre as pescarias se podem

[fl. 13v.] tambem estabelecer os Direitos que forem proporcionaes, e que alli não pagão, creio que nem pelo Dizimo.

O sal que for para a quelle Continente tambem se deve reduzir a Contracto.

Nos generos que não forem da primeira necessidade se podem lançar, ou aumentar alguns Direitos mais avantajados.

Hum importante ramo de Commercio se pode alli estabelecer. Este he o das carnes salgadas que devem ser exportadas a este Reino em lugar das que vem de Irlanda, sem necessidade algua, e por muito maior preço de que podem alli custar. Do mesmo modo quantidade de cebo, de que se pode fornecer o Reino, sem dependencia de que vem da Russia, e assim tão bem cabelo de cauda, e crina, e hum grande número de vergalhas dos Boiys para os correiros, que alli se lanção fora.

Deve-se tambem mandar cultivar o linho que alli pode produzir com muita

[fl. 14] muita abundancia, principalmente nas terras do Estreito de S. Jozé do Norte, fazendo-se inteiramente desnecessario o que vem da Russia por muito maior preço do que alli poderá custar, ainda sem calcular-mos o interesse q. fica na própria Nação.

Pode-se fazer produzir em muita quantidade a conxinilha, cujos insectos conhecidos naquelle Continente podem dar grande utilidade ao Reino, obrigando-se cada hum Agricultor a plantar certa porção de terra (segundo a extenção que occupar) do arbustro próprio para a sua nutrição, a que não

dá mais trabalho que de huã só vez, não necessitando depois trabalho de amanho algum para a sua conservação, observendo-se o tempo proprio para se fazer a colheita; o modo de separar a que for brava; e o seu melhor fabrico; para o que me não proponho por, falta de experiencia, e de luzes p.^a assim poder facilitar, pelos meus Planos, sobre esta materia huã abundante produção (a)⁷.

Tambem se pode alli estabelecer a creação das ovelhas de Guiné, que pela cidade da do mesmo modo se pode promover a caça dos Abestruzes, que hé huã especie de Ema, cujas penas podem servir para plumas, e a sua lanugem para a Fabrica dos chapeos.

Alem das grandes utilidades que se podem seguir, pelo augm.^{to} da povoação, Commercio, e Agricultura da aquelle Continente, como tenho demonstrado, não deve ser de menos consideração o socégo em que virão a ficar os Povos que nelle habitão, por que sendo continuadas as invasoens dos Hespanhoés, sem susto das nossas forças, alli tão diminutas como enfraquecidas, elles pela opulencia a que chegar o paiz, não só nos virão a respeitar, mas inda a temer; e S. Mag.^e ivitará as continuadas despezas que faz com repetidos destacamentos expedidos pela Capital do Rio de Janeiro, para se lhe poder de algum modo resistir.

Sendo pois quanto me occorre sobre as providencias que podem tirar a quelle Continente do ínfimo, e decadente estado em que se acha, deve-se esperar

[fl. 14v.] esperar, que hum Ministerio tão inteligente, como temos a fortuna de admirar o faça elevar ao estado de perfeição, e de esplendor, fazendo que tanto o Commercio, como a Agricultura dém alli as mãos, como convem, por serem os dous objectos em que se firmam a grandeza dos Soberanos, a felicidade, e a ventura dos Povós.

FIM.

⁷ (a) Na aquelle Continente há pessoas q. p. experiencia, ajudados tambem de alguãs advertencias q. se devem pedir ao Insigne, e sabio naturalista o Dr. Vandelli, podem fazer progresso nesta util, e proveitoza produção da Bahia se podem mandar buscar sem muita despéza.

ANEXO 7

Transcrição dos manuscritos sobre a Araucária

Manuscrito 1:

[fl. 1] *Relação do exame que fizemos nos paus de pinho dos Pinhay do termo da villa de Coritiba em satisfação da ordem do Exmo. Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, que nos comunicou o Coronel Affonso Botelho de S. Payo Souza, para com os Capitães das Curvetas Antonio Teixeira de Vasconcellos, Manoel José Gavino de averiguar os comprimentos, e groçuras dos paus de Pinho...*

«Desta villa para os portos do embarque que vão ter á villa de Paranaguá há dous caminhos; o que vai desta villa consta de dés legoas, sinco por campos até a entrada do matto, contras sinco por continuados montes e serras até ao porto. O que vou pela freguesia de Sam jozé dela athé ao porto aonde podem embarcar os ditos paus fazem doze léguas tras de campos e nove as entradas do matto ao porto por continuados montes e serras por cujo motivo determinamos a fazer o exame pelas vizinhanças de hum e outro caminho pelas paragens mais férteis de pinheiros informando-nos nós para isto com pessoas inteligentes dos mattos.

Ao pé desta villa fomos ao matto com os referidos capitães examinando os pinheiros de maior altura sem embargo de que eles... [fl. 2] avaliavão as alturas e grossuras para verdadeiro exame se mandou cortar hum pao dos mais altos com boa grossura que mostrou ter sem defeito no ademetro do pé côvado e terça de comprido e trinta côvados ou noventa palmos limpo de nós. V.

Passamos o fim do que hé hum rio deste nome que dista no caminho da serra legoa em via e dahi pelo matto geral dentro, mais de meia legoa e por nos ter informado terem altos os pinheiros daquele continente mandou-se cortar hum que com boa grossura parecia ser mais alto e medido achou-se ter hum côvado e huma terça de pé e vinte e seis e duas terças de comprido que são quatro palmos depoco de a de metro de pé oitenta de comprido até aos nós: Observão os ditos capitães que neste lugar os pinheiros de menos grossura tem mais comprimento que os mais grossos são muito defeituozos com buracos e filhos aos mais delgados com três palmos de grosso no pé são limpos até aos nós que terão de comprido noventa palmos.

[fl. 3] Passamos á picada da Graciosa e descemos bastante distancia de matto averiguarão ser o matto mais fértil de pinheiros e paos e onde para maior certeza se derrubou hum cortado pelos nós se achava ter hum covado e huma terça no diâmetro do pé e hum covado de grosso de deametro da ponta e trinta covados de comprido o que sam quatro palmos de grosso de pé três na ponta e noventa de comprido; e neste continente observarão os ditos capitães haverem muitos pinheiros que podem ter de grosso e no pé três palmos de comprido e athe cem palmos limpo de nós, que os mais grossos são muito defectuozos.

Passando a entrada do caminho da serra a onde se examinou os pinheiros, e medindo se hum derrubado achou-se o mesmo que nos lugares acima.

Passamos pelo caminho do Bairro Piraquera para a Freguezia de São Jozé, [fl. 4] observou-se serem por até os pinheiros mediamente ordinários, enaquella freguesia fomos ao Capão grosso aonde se tinham cortado os paus que por ordem do Ex.mo Conde da Cunha forão para Lisboa e ahi se examinou haverem muitos porcos pinheiros, que... avião ao cumprimento do já deferido. Deste lugar a estrada do matto da Serra distará huma légua.

Passamos ao monte vizinho Guarimirim guava, que dista da entrada do dito caminho o que vai desta freguesia ao proto duas léguas e meia, e nesta parage se derrubou hum que observarão os ditos capitães haver quase os mesmos paos que serrão nas picadas da Graciosa.

Passamos ao matto vezinho da dita fraguezia achou-se serem os mesmos pinheiros. [fl. 5] Nesta forma fizemos o exame em cuja deligencia gastamos sete dias e disseram os ditos capitães pella intelligência que tinhão que os paus tem boa fevera e nos mais anos milhados por mais respida a fevera condas como também o cheiro imita muito ao do Norte, e que em toda esta distancia de mãos não acharão pau que os igualasse a altura de 136 palmos insinuados na primeira adição da relação que se pede do Arsenal de Lisboa, ainda que na groçura acharão muitos que encedião, mas com o defeito referido no comprimento o que apenas poderião chegar a noventa palmos; e para os da Segunda adição da mesma relação alguns de onde achar muito poucos e que para a terceira adição para baicho quantos quiserem em fé do que nós assignamos com os ditos capitães. Villa de Curitiba aos 26 de julho de 1772. Eu João Pereira de Azevedo tabelião do judicial que por impedimento toda câmara centrais o juiz...

[fl. 6]

O juiz ordinário Joaquim Jozé Alvares Pereira
Antonio Ribeiro do Valle
Veriador Antonio Jozé d'Andrade
Manoel Joaquim de Jezuis
Capitães...Antonio Teixeira De Vasconcellos
Manoel Jozé Gavino

[fl. 7] — **manuscrito 2**

Copia da relação que dá Antonio Teixeira de Vasconcelos Capitão e dono da Corvetta Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Assumpção, que se acha neste porto da Villa de Paranaguá para subir à Villa de Curitiba a examinar os paos de pinho.

«Por ordem do Esmo. ... General da Capitania de São Paulo fui eleito pelo Coronel Affonço Botelho de São Payo e Souza para subir aos campos e mattos da Villa de Curitiba, que se compõem em varias partes de Pinheirais para entre todos ver se encontrava paos de pinho e examinar se podião servir para mestriação da nau de Guerra e mais embarcações muidas de S. Mag.de... que de os grande como também averiguar a sua qualidade, altura, grossura, fevera, o cós e ondas, e com todas as mais circunstancias que se pedem na Rellação que vejo da cidade do Arcenal Real e Ribeira das Naos da Silva; como tambpem ver os caminhos mais fáceis de se poderem conduzir ao Porto de embarque.

Em virtude da sobre dita ordem recebi em 14 de julho de 1772 parti da Villa de Paranaguá para o Porto de Cubatão embarcado distante desta Villa doze léguas aonde principia o [fl. 8] caminho da Villa de Curitiba, e em 16 do dito mês principiou a minha jornada e por todo o caminho fui separando em hum e outro lado seus asedores de que sorte se poderia formar caminho suficiente para condução dos referidos paos e acabando de subir a terra vim no conhecimento desse abrir caminhos para semelhante condução.

A razão disto hé porque tudo são barrocas caldeirões, morros, com grandes concavidades e funduras que não admitem o fazer-se caminho capaz para poderem passar paos do cumprimento e grossura que na relação se pede por quanto se deve considerar que hum pao de 120 palmos e 3 de grosso no diâmetro do seu pé com 30 ou 40 juntas de Bois, tudo em linha direita necessita caminho largo, livre de voltas para evitar o perigo dos Bois e da Gente e quando por alguma lombada ou morro se possa fazer algum espaço de caminho mais direito logo este se vai encontrar com dispenhadeiros que se lhe não podem dar sahida; o que tudo se deve examinar e ponderar.

[fl. 9] E para mais clareza da minha verdade por passar huma só vez por aquele caminho dou por testemunha aquelles caminhantes que todos os dias o estão frequentando com os seus cavalos como he notório e quando estes caminhantes em continuados anos não tem descoberto outro caminho melhor

para subirem e descerem com cavalos e cargas, que muntas vezes se apressam para acautelar o seu perigo como a mim me succedeo e a outros que me acompanhão he certo só não podem descobrir mais fácil nem melhor e ainda que estes não tenhao posses para apoderem fazer bem ...a um pocebibilidade pelo grande dispencio que seria necessário se empreender.

Outro exame fiz se poderia haver porto para os Bois cazo que se podese abrir o caminho porres huma das circunstancias principais a respeito do caminho ser muito longe e ficarem os pastos do campo muito retirados de sorte que quando os Bois chegarem ao caminho da serra apegarem... já chegarão cansados...

[fl. 10] Incapazes de trabalhar e por essa razão necessita fazer pasto por aquella serra para sustento dos animais, o que parece muito dificultoso por serem tudo penhascos e nada se fará não havendo pastos e ranchos se légua em légua.

Depois de ter subido a serra e feito exame dito fui athe ao município do campo aonde principia haver os pinheiros e logo fui separando suas alturas e grossuras e chegando a huma rossa em que se tinhão cortado alguns pinheiros a couza de cinco anos e mandando meter machado em hum deles para ver a ruina que o tempo lhe teria feito e achei ainda muito bom na dureza porem sem cheiro; em outro pao que haveria seis mezes se tinha derrubado vi a sua fevera, vea e ondas, como também observei o seu cheiro e ruina, e tudo achei muito bom porem não tão alvo nem tão cheirozo como o pinho donorte; mas parece ser mais pezado do que aquele e o não terem os pinheiros de cá todas aquellas circunstancias que tem os pinheiros do norte se deve atribuir ao clima da [fl. 11] América, o que bem se observa nas arvores pomíferas que do Reino tem vindo para a América cujas frutas tem menos agradável o gosto, o cheiro, vendo cá produzidas e em tudo inferiores os da mesma espécie que já se crião: separei mais na formalidade e crecença destes pinheiros e vi que os mais deles formão duas e três copas despedindo seus ramos ou virotos muito delgados de sorte que nem para braços ou cavernas de hum pequeno botte serve, e fiz mais a observação de que quando se derruba o pao cada galho se despede para sua banda, ficando o pao quando chega ao chão limpo de toda a galhada além de algum destes Pinheiros fazerem duas ou três copas são muito cheirosos de nós grandes e há Pinheiros que lhe chegão os nós athe quazi o ter... do pao a baicho da sua copa da ponte, cujos nós são muito duros e grandes e o poro tam fechado como marfim e a cor avermelhada e há nó que chega a pesar conte libras e servem para fazer varias curiosidades ao torno por serem de boa cor em maio quando nelles se trabalhão as pinhas.

[fl. 12] As pinhas destes pinheiros são muito maiores do que as do Reino e tem muita diferença porque abrem quando estão na sua madureza como em Portugal os ouriços no Castanheiro e ainda os pinhões no chão são estes da mesma cor da Castanha avermelhada e a casca da mesma grossura e tem tanto de comer como a Castanha com pouca diferença e quando hé o seu tempo cahem tantos no chão, que os Macacos, emtas, Aves e mais Capas os comem, e com eles engordão e as gentes daquelas partes os colhem para seu sustento e como pobres com eles passão e os guardão secos como em Portugal a Castanha.

Feita esta averiguação fui em hum citio o qual foi em algum tempo dos Padres Jesuitas e no dia seguinte cheguei a Villa de Curitiba, aonde estive três dias, e passados eles fui com os officiais da Companhia e outros homens práticos e experientes daqueles mattos, e chegamos aos Pinheirais do... e entrando pelo mato dentro comecei examinar os ditos Pinheiros e no tal matto não achei paos capazes que [fl. 13] Sirvão para o efeito que se pede ainda que para os de menor vitola algum há, mas sem meio ou modo de se poderem arrastar com bois, que deixe de ser mais o dispêndio que avalia deles em Portugal cujo exame se fez a vista de todos.

E assim fomos aos Pinheirais onde chamão a Gracioza, e correndo bastante matto achei pinheiros muito bons, que podem servir para vergas e mastros de Naos, como também para embarcações miúdas e lhattes, advertindo que não são muito juntos porem achão-se de 110 e 115 e algum se achão até

120 palmos pouco mais, ou menos e com gema dura no diâmetro de cem pés pouco mais ou menos de três palmos e tirados para a ponta com boa grossura conforme o seu comprimento e em todo este mato não pude descobrir paos que servão para a primeira adição da Relação que pede paos de 136 palmos de comprido com 33 ou 34 polgadas de groço no diâmetro do seu pé enquanto na grossura se acharão bastante porem no comprimento os não achei com mais de 90 palmos [fl. 14] mais cinco, menos cinco e estes somente me parece servirão para Gairas e Gurupés das Naos se não carecerem de amis comprimento, porem as tiradas destes mattos são custosas.

Também fomos a outros pinheirais, mas nelles nam achei paos suficientes só sim para as ultimas adições da relação alguns há.

Paramos a outros pinheirais a que chamão o Capão Grosso e muita paragem se tirarão os paos que forão para Lisboa na ano de 1767 e correndo o dito matto nelle não descobri paos suficientes para segunda, primeira e terceira adição da relação e só algum haverá que poderão servir para as ultimas adições. Fomos a outros mattos antes de chegar a Freguazia de São Jozé e não achei paos que possão servir mais que para as ultimas adições.

Passamos a outros mattos chamados Rio de [fl. 15] Guaramerim guava, cujos se compõem de muitos Pinheiros e correndo bastante distancia descobri muitos paos e muito bons com cem 110 e 115 palmos e alguns se handem achar de 120 mais cinco menos cinco, e a sua grossura bem proporcionada a seu comprimento, na forma que se pede na relação e destas vitolas para baicho ase achão bastantes advertindo porem de 120 palmos não se acharão muitos mas de 115 para baixo se acharão bastante, e no que toca a paos de 136 palmos de comprido para adição que se pede na relação vou a dizer que pelo seu comprimento escusado será procurallos, porque deste lote só se acharão paos da sua grossura, porem no comprimento só os descobri de 96 palmos mais cinco, menos cinco e vi ter este matto mais limpo e melhor para sretirar para a estrada geral caso que fosse preciso fazer-se, e também adverti que neste matto por ser mais extenso se poderião achar mais paos que em todas as outras paragens; e partindo de volta para a Villa de [fl. 16] Curitiba fui separando em alguns Pinheiros que encontrava e entre eles descobri alguns muito bons de 115 palmos.

Eno cazo que reparem haver paos de 115 até 120 palmos no seu comprimento, e na grossura não chegarem á volta da primeira adição não se deve ignorar, porque estes pinheiros crescem de varias formas, por quanto huns demais para cima formão dois galhos e até aquelle lugar emgrossar muito e a força que para cima lançaõ se espalhão por aquelles galhos, ou pernadas, que os que crescem mais são aquelles que por direito vão subindo,... de ramos e galho, engroçando menos; nãohá duvida, que se acharão entre estes algum que chegarão a 130 palmos no seu comprimento até a copa porem como todos tem de 15 a 20 palmos cheios de nós que trespação as entranhas do pao, que lhe deve abater todo este comprimento por ser [fl. 17] innutil por cujo motivo se não achão paos de maior comprimento que o que tenho dito.

Esta é a cauza porque muitos caminhantes e outras pessoas fazem espanto de verem paos tão compridos sem advertirem o que daquele comprimento tem préstimo. Também se enganão porque hum pao aprimo parece ter huma altura extraordinária a quem está ao pé dele, o que se acha pelo contrario medido no chão, e por isso muitos facilitão cousas que imprendidas ellas redundão em grandes despesas.

Por alguma experiência que tenha de ter se dado com embarcações de corre de madeira por estimativa julgava os palmos que poderião ter de comprimento os Pinheiros que via como prezenciarão os officiais da câmara, que commigo hido e para melhor averiguação mandando derrubar alguns se lhe acharão os mesmos [fl. 18] palmos com pouca diferença e em todos estre sempre for observada a sua fivera, veas e ondas, e tudo o mais bom excepto terem algum o seu bocado de brazio, e sempre achei de melhor qualidade o devia vermelha.

No que toca dizerem que há muitos pinheiros também eu digo que são infinitos pelo que vi q' sendo muitos não hé nada em comparação dos que dizem há por todos aquelles sertões, e setiraria grande lucro

deles para taboador, e mutriações, cobras de cazas, pois algumas vi na mesma villa, muito boas e perfeitas, portas em sallas, e portas de cazas e em todas aquellas paragens como também pela serra não vi outra qualidade de paos para deles se fazerem obras, porem estão emparagens que para conduzirem-se a este Porto mais emportará o pezo do dinheiro que dos mesmos paos pela longitude e ruindade do caminho.

Depois desta averiguação fizeram os [fl. 19] officiais da Camara sua relação do que se observou e fiz nesta diligencia na qual deixão-me a signace assim como nella o n]ao achei o contrário da verdade não puz duvida e a signace e como na ordem que se me deo recomenda toda a inteireza da verdade este hé o motivo por onde me tenho alargado com algumas couzas talvez escuzadas, mais como com poucas palavras me não sei explicar desras muitas se colherão aquellas poucas que neceçarias forem para fruto desta diligencia em a qual gastamos este dias pelo matto.

Depois de feito tudo o que já fica dito segui a minha viagem por outro caminho que chamão a do Arrayal, pelo qual se conduzirão os paos que forão para Lisboa no anno de 1767 e muito caminho ainda achei alguma rodas de canellas que se cobravão na ditto condução e por todo aquelle caminho vinha reparando se poderia haver modo ou meio algum para se poder abrir estradas para condução dos ditos paos, mas [fl. 20] não achei modo fácil de abrir estrada para condução dos ditos paos com brevidade e pouca despeza que se possa conseguir, o que se pertende sem que para esse fim se evite gastar grandíssima soma e pezo de dinheiro que me parece importava mais o despendio que avalia dos mesmos paos postos na Corte porque tanto por hum caminho como por outros hé muito dificultozo abrirem-se entradas capazes para o dito efeito pellas circunstancias referidas reputando-me pelas paragens por onde fui e vem, por esse percurso a sedar mattos e cortar voltas de outros e para se poder fazer isto nos outros não se pode julgar o que poderá importar tão execivo trabaho, segundo hé preciso.

E como na ordem que recebi se pede informação e por quanto se poderá pouco mais ou menos fazer caminho vou a dizer que nessa matéria não sei falar nem julgar os futuros.

Também se me oferece dizer, que no cazo a todo o custo se entre nestra deligencia hé [fl. 21] precizo outra explicação do corre a razão hé porque se pedem paos no seu comprimento e grossura no pé de 28 polegadas na ponta não se sabe com quantas há de hir sobre a grossura do pé, e na ponta hé junta na sua vitola, e nestre cazo se pode desbatar aquela maioria para hir o pao mais... e melhor puxarem por ele os Bois: Outrosim também hé necessário saber-se nesta grossura, que se pede se há de ser o pao em coadra, ou redondo porque se foram em coadra menos paos se achar]ao; e no que respeita a dizerce.

Se (que) os paos se handem ter as nas pontas coadradas não pode ser porque não são paos que venhão em cima de carros, estes hão de vir a rastos pelo chão e para isso hé preciso virem com o seu pé feito proa para romper os caminhos e a ponta atrás também com seu ferro para nele se fazerem fixes os viradoures quando vier descendo a Serra para sobresucario vir descendo devagar e com muito sentido, pois faltando qualquer couza nesta deligencia serão os paos virgem por huma vez e se hirão meter aonde seja mais se tirarão.

[fl. 22] E nesta forma metendo explicado conforme a minha pouca intelligência, não desprezando outra que melhor se explique em tudo que for para bem e argumento desta matéria e deligencia. Villa de Paranaguá 6 de Agosto de 1772.

Antonio Teixeira de Vasconcelos.

[fl. 23] — **Manuscrito 3:**

Informação do Coronel Affonso Botelho de São Payo e Souza a respeito dos ditos paos.

«Foi S. e Magestade servida mandar Ordem á Capitania de São Paulo ao General D. Luiz Antonio de Souza para que mandasse examinar os paos de pinho no distrito da villa de Curitiba da Camara de Paranaguá, e para que achando os conforme o mapa, que se recebeo da Ribeira das Naos das medidas,

comprimentos, e grossuras, que havião de ter os mesmos paos os remetesse a esta Corte, cuja deligencia encarregou ao Coronel Affonço Botelho de São Payo e Souza, que se achava na dita Comarca e fazendo subir para o mesmo distrito de Curitiba dois Cappitães das embarcações, que se achavão naquele Porto, para que em Companhia da Camara de Curitiba examinassem os ditos paos o que fizeram correndo os mattos e lançando alguns paos por terra, como consta das [fl. 24] relações inclusas.

Sem embargo das ditas relações informou o dito Coronel ao seu General que os Pinhais de serra acima de todo o districto da Villa de Curitiba athe a o cima da serra de Vião erão infinitos, não só de paos de pinho, porem de outras muitas mais madeiras de Lei, de que se podia tirar muita utilidade, porém seria necessário primeiro fazer o caminho do Porto do Cubatão de Paranaguá athe aos campos de Curitiba, que será distancia de 10 ou 12 legoas, que não seria tão difficultuzo, como apontão as Rellações dos que forão ao exame dos paos que em tudo se quizerão segurar depois de examinados os dois caminhos que vão do Porto do Cubatão, hum pela Freguezia de S. Jozé e outro da Villa de Curitiba se há de encontrar parage por donde se possa fazer comado caminho derigido por hum ou dois Emginheiros, que o formacem com aquele [fl. 25] exame, que precizazmente devião fazer. Feito o caminho e cortado na Serra os paos de pinho limpos de casca e preparados; polos em ranchos de hum anno para outro verião a o Porto com muita comodidade; que se cinco paos de pinho que mandou o vice Rey Conde da Cunha para este Reyno custarão para cima de 25 mil cruzados a chegar á Villa de Paranaguá a onde embarcarão preparados: Elles ficando empicadeiro para se secarem vivia hum pao ao Porto do embarque por muito menos de 100 mil reis, e não só os paos de pinho, mas as mais madeiras de que se comporem aquelles sertões.

Hé o que posso informar dos mattos gerais de Curitiba a respeito dos paos de pinho e de Lei, como pratico de treze anos daqueles Sertões.

Lisboa 27 de Mayo de 1791

Affonso Bottelho de São Payo e Souza

[fl. 26] Além das muitas madeiras de Lei que há na América aparecem entre o mato paos com as mesmas selvas(?), e parecem da mesma qualidade do pao das adolellas(?) que vem de fora de que se fazem as imensas pipas em que se carrega o vinho e se transporta para fora do Reino cujos paos aparecerão em Paranaguá na Ilha do Mel: que aservirem para aquellas se pouparia o grande cabedal que se emprega neste gênero e vai para fora do Reino. Podia mandarse examinar não só neste matto da dita Ilha, mas tambpem nos mais e seria huma grande vantagem para o comércio se se descobrisse este gênero.

Joaquim José Alvares

Antonio Ribeiro do Valle

Antonio José d'Andrade

Manoel Joaquim de Jesus

Antonio Teixeira de Vasconcelos

Manoel José Gavino».

ANEXO 8

CARVALHO, José Monteiro de (1765) — *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Minaeraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes*. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do S. Officio. Disponível em <<https://archive.org/details/diccionarioporu00carv>>.

Anexo 8. Lista das espécies relativas ao Brasil descritas por José Monteiro de Carvalho no *Diccionario Portuguez das Plantas*

Plantas	Animais	Minerais	Insetos
Abrolho	Aleto	Estanho	Maribondo
Aipiri	Anta		Marigue
Anacardo	Aracoam		Marinheiro
Angelim	Arara		Pam de Gallinha
Annanaz	Bagre		
Araticu	Bemtere		
Cacao	Boy marinho		
Caju	Capigoara		
Camara	Cobra		
Canafistula	Garracicao		
Cana de assucar	Goanhambig		
Caragoata	Jaboru		
Carapinimas	Jacamim		
Cipo	Jacare		
Cobra ou herva de cobra	Jacu		
Copaiba	Jaqueta		
Cravo do Maranhão	Jerepemonga		
Gandaruv	Leão (monstro marinho)		
Goiabeira	Maracana		
Jaboticaba	Motum		
Jacarandá ou Pao Santo	Nambu		
Jamaracu	Paca		
Japinabreiro	Papagaio		
Lgrimas	Pappeixe		
Magabeira	Paru		
Mamamoeira	Pegaflor		
Mandioca	Pelfrimes		
Mangue	Perequito		
Maracujá	Piranema		
Martyrio	Porco Montez ou Javali		
Ocuembo	Preguiça		
Pacobeira	Quatrolhos		

Plantas	Animais	Minerais	Insetos
Pao de Arco	Sarigue		
Pao Brasil	Soldado		
Pao Gamelo	Sucuriju		
Pao Mole	Tamendua		
Pao Podre	Tangara		
Pimenta dos indios	Tarreira		
Pimenta da terra	Tegesu		
Pita	Tocamo		
Pitangueira	Toucan ou Tucana		
Pitia	Viola		
Pitombeira			
Salsaparrilha			
Sapucaia			
Sassafras			
Tabaco ou Herva Santa			
Taboca			
Vinbatico			
Umbu			
Zambugal			

ANEXO 9

Anexo 9. Transcrição do manuscrito *Plantas do Certão do Gram Pará*», de Domingos Alves Branco Muniz Barreto

ILHA DE GUIEPE	
Mil homens	
Descrição	O tronco desta Arvore he degrossura desproporcionada ao grandor da aste, e as sua ramas mais esgalhão do que elevão acima. Dos seu famosos galhos nascem huns pediculos que na distancia de suas polegadas deitão de si sinco folhas do feito de lingua como o se vé a cima, e de cor verde muito grosso, se bem que pela orta hé mais claro, procurando a cor de baixo.
Suas virtudes	A raiz relada, e dada a beber em sificiente quantidade, ou dose hé excelente remedio para todas as especies de cezoens, e outras molestias ainda que sejão inflamatórias.
Marinheiro	
Descrição	Cresce esta Arvore a grande altura, e o seu trono hé grosso. Es galaha para partes oppostas, ou como em cruzados. A sua folha he do feito, comprimento e largura que mostra. A sua cor por cima hé verde escuro, e por baixo verde mais claro. O seu sabor hé agro muito apertante.
Suas virtudes	A sua raiz cozida serve em cristeis para os/o/pilador, e Idropicos, e com elles se extrae toda a agoa do ventre, e mitiga o cansaço.
Pindaiba	
Descrição	A Pindaiba de folha larga, por haver outra folha miuda esgalha em forma de cruz para os lados. O seu troco se eleva muito acima. As mais folhas prendem-se do mesmo modo q se vê na estampa, sendo tambem da mesma cor, tamanho e feito q della se vé. O seu sabor hé agro ardente.
Suas virtudes	Esta arvore deita de si huns caixos com frutos redondos, do tamanho de hua avelan, de consistencia branda, enquanto participa da humudade subministrada, e vigorosa pela arvore, porem passados dias se faz dura, e então serve a mesma casca em cozimento para dores de barriga, e de estomago se estas procedem de cauza fria.
Taracatiá	
Descrição	O tronco principal desta Arvore se eleva acima, com huma casca espojosa sem nó algum. O seu modo de esgalhar hé encruzado, prendendo nelles em humas partes duas, em outras tres folhas so mesmo feito, cumprimento, e largura, y a cima se vé assim a sua cor. o seu sabor hé doce e aromatico.
Suas virtudes	A raiz cozida serve para dores, e malinas, facilitando atranspiração e provoca acurimas.
Espineiro	
Descrição	A caule principal cresce a altura de tres braças e esgalha de modo incerto assim em cruz como triangular. As suas folhas em cor, feito e tamanho são em tudo semelhantes as que se vem na estampa, o seu sabor hé amargoso.
Suas virtudes	O seu sumo bebido serve para estancar a gonorrhoea, e tem muitas qualidades contra os tumores produzidos por infecção gallica, e principalmente para obulão gallico a q vulgarmente chamão mulla. Humas lascas da sua principal caule de infusao em agua, e bebida por agua com ua hé contra as queixas q se originão de producto gallico.
Bet.	
Descrição	Da raiz do Arbusto chamado Bet. nasce huma caule, que se eleva a pouco mais de duas braças esgalhando para as quatro partes oppostas, ou em cruz, tendo cada pediculo das suas galhas huma cinco folhas, e utras quatro da mesma figura, tamanho e cor que se ve- o seu sabpr hé agudo.
Suas virtudes	Serve para banhos nos reumatismos, e outras dores.

Camará	
Descrição	Cresce este vegetal a pouco mais de huma braça. As suas ramas as mais dellas vem da mesma raiz e pouco esgalhão. As suas folhas são da mesma figura, tamanho e cor que se ve. O seu sabor hé amargo.
Suas virtudes	Esta erva sendo cozida com a sua propria raiz hé bebida admiravel para os oppilados das veias, obstruidos, uzando ao mesmo tempo de crysteis com algumas misturas oliosas, com o de enxundia, ou banha. Pizada, e uzando por cataplasma desfaz tambem as gomas, e cura as babas.
Ervinha	
Descrição	Nã cresce mais que do tamanho que se ve, se bem que esgalha mais. A sua folha he estreita a imitação de hum canudo, com suas pontas em cada huma dellas. A sua cor he incerta, em humas partes escuro, e em outras claro. O seu sabor hé ácido.
Suas virtudes	Serve tanto a raiz, como a folha sendo cozida para dores de estomago, do peito, e do figado.
Fezito assú	
Descrição	Da raiz deste cipó, nasce huma caule liza dealtura incerta, o qual hé nodôzo com a distancia de huma polegada ente nó e nó. Dstes saem duas folhas oppostas com pequenos pediculos de figura aguda do mesmo comprimento, e largura que mostra a estampa com hum nervo pelo meio della, e outros para a parte da orta, alem de outros q por pequeno sao pouco vistos. a sua cor por cima he verde claro, e muito mais claro por baixo. O talo sobre hé verde, porem na parte onde estão os nós hé verde escuro fexado. O gosto da folha hé algum tanto amargoso.
Suas virtudes	Serve para banhos na desenterea de sangue, reprime os immoderador fluxos domenstro, e refreia as chagas que redilatão.
Embozá ou folha de coração	
Descrição	Hé huma espécie de cipó que alastra pelo chão muito coberto de terra, deitando a sua caule as folhas q servemem tudo sumelhantes a natural assim em tamanho, como em feitio, e cor, se bem q a cor debaixo da folha hé muito mais clara. O seu sabor hé azedo.
Suas virtudes	Hé contra veneno de cobras uzando da folha bebida, e a raiz relada, e posta em cima da ferida. Serve também para curar chegas podres, usando-se das folhas de costas sobre ellas, limpando. as com presteza, e cas comindo muito melhor q os póz de loanis, e ajudando a incarnar.
Cipó de Escada	
Descrição	A raiz do cipó chamado de escada hé pouco filamentoza, e alastra muito, chama-se com este nome porque a mesma raiz redobra de cada galho duas astes oppostas. A sua cor hé verde escuro, e por baixo verde claro com hum pêlo imperceptível. O seu sabor hé agudo e reimoso.
Suas virtudes	Hé grande contra veneno para feridas de cobras, ou outro qualquer bicho que deiar de si peçonha.
Mabóca	
Descrição	A raiz deste cipó chamado Manbóca alastra a superficie da terra, com algumas linhas ou filamentos. A aste que deita acima sobre pelas arvores que lhe ficão visinhas. A sua folha hé do feiio que se vé, de cor verde escuro, por cima, e por baixo da mesma cor, com seu recorte em roda. O seu sabor hé pouco ácido. O nervo que divide esta folha hé forte, apesar de ser a sua consistência macia, e partido deita de si huma especie d'agua resinosa, o que não se observa no sumo que lança a folha.
Suas virtudes	Serve para molestias cutaneas, applicando-se as folhas cozidas para banhos e a raiz bebida que expurga com suavidade, e ligeiramente os humores coleiricos.

Bute	
Descrição	A raiz deste Bute, que hé huma especie de cipó alastra pelo chão cobrindo-se bem de terra, sobindo-se enrola pelas arvores, e lhe fiação vizinhas. A sua folha hé de figura de coração de comprimento, largura, e divizão literal que se mostra acima. Por baixo da folha se ve hum pêlo branco. O seu sabor hé amargo.
Suas virtudes	A sua raiz cozida serve bebida para dygastar obstruções, uzando por fomentação da mesma raiz relada com ourina, e também para a inflamação da madre.
VILLA DE SANTAREM DOS ÍNDIOS	
Pindaíba Merim	
Descrição	Esta hé a chamda verdadeira Pindaíba. A sua aste principal ou tronco cresce não tanto como a outra. Esgalha por todas as partes oppostas em circunferência do mdo que se vé, sendo a sua folha do comprimento, largura, cor e feitio que se vé, assim pela frente, como pela parte opposta. o seu sabor hé ardentíssimo. A sua fructa hé mais pequena, e de diverso feitio da outra, e ao seu saber em tudo se asemelha com a pimenta que vem d'Asia.
Suas virtudes	Pela ardencia da mesma fructa não mederão os Indios prestimo algum, que não fosse o do uso para a comida, por haver bastante quantidade, e muita facilidade na sua producção.
Louro	
Descrição	O tronco deste Arbusto se eleva a altura de sinco ou seis braças pouco mais ou menos, e esgalhando mais para umas partes do que para outras. A sua folha em tamanho, largura, cor e feitio hé como a da planta, e pelas costas da frente hé verde ainda mais escuro. O seu sabor hé amargo, e por esta razão ao seu fructo chamão os Indios baga de Louro, que vem a ser o verdadeiro Pexelim.
Suas virtudes	A sua baga mastigada, ou relada, e tomada em porção d'agoa morna hé experimentado remedio para colicas neofraticas, e ainda para outras quaisquer dores de estomago, e de barriga.
POVOAÇÃO DE JEQUIÉ	
Pao vermelho medicinal	
Descrição	O pao vermelho medicinal por haver outros muitos que tendo esta cor o não são, eleva a muito alto esgalhando para tres partes. A sua folha hé do mesmo tamanho, devisão, cor, e feitio, que se vé assim por huma parte como por outra. O seu sabor hé agro azedo.
Suas virtudes	A raiz desta Arvore cozida, e bebida a dose proporcional, hé excelente vomitivo, e tomada por cristel hé opyimo pugante, desfazendo as oppilações extinguingo antigas febres, e confortando o cerebro.
Guitôco cheiroso	
Descrição	Cresce a sua caule a altura pouco mais de huma vaza, as suas folhas, que deitão para partes oppostas, são do mesmo feitio, tamanho, orla, divisão e cor, que se mostra, dendo hum pel em todas, e pela sua caula muito perceptivel, assim como os filamentos, que se observão com hum carocinho no fim, como huma especie de semente. O seu sabor hé doce aromatico.
Suas virtudes	Serve a sua raiz sendo cozida para cristeis purgativos, e para banhos contra a parlesia, eterícia, e o seu talo e folhas cozidas provoca as ourinas.
Grasso	
Descrição	Esta hé a Erva amargosa que achei na Povoação de Jequié, sem que me dessem noticia do seu nome, que depois no Cairú vim a descobrir, cresce a altura de três braças ou mais.
Suas virtudes	Serve para curar impigens, e sarna: uzada em banho.

Tambarandi	
Descrição	Cresce a caula principal deste arbusto a quatro braços de altura, e esgalha para os lados como mostra a estampa com as suas folhas, do mesmo tamanho, cor, e feitio, que nellas se observão. O seu sabor hé doce.
Suas virtudes	Servem as suas folhas uzada em banhos para as colicas nefriticas; e a sua raiz cozida para fazer desenxar a face pela de fluxão, que vem a ardentes, e a mesma raiz raspando-se depois de seca e introduzida no dente faz para a dor.
Mangarito	
Descrição	Hé huma especie de cereal, que dá huma batata de cor branca, com a sua copa parda, com filamentos no fim delle, lançando deste huma aste comprida em que se segura esta folha em tudo semelhante a natural pela qual foi esta estampado.
Suas virtudes	As suas batatas, ou como chamão os Nacionaes os seus mangaritos cozidos em agoa, ou pizados, e o seu sumo misturado em agoa comum serve para contra peçonha de todo o bicho venenoso, usando também da folha queimada, e reduzida a pó por cataplasma em cima da ferida.
Cravinho	
Descrição	A principal caule deste vegetal pouco se eleva. O seu modo de esgalhar hé o que se vé desta estampa e em cada hum dos que lança para os lados em forma de cruz brota a flor que se vé em seu tempo próprio, que julgo ser em Setembro e Outubro. A sua olha do mesmo feitio, comprimento, largura, e cor, que se vé. O seu sabor hé amorgoso.
Suas virtudes	Serve o seu sumo, endo pizada a folha para estancar a purgação da gonorrea.
ALDEIA DE S. FIDELIS DOS INDIOS	
Ipecacuanha chamada do matto	
Descrição	A caule principal deste arbusto cresce o mais a altura de duas braços e meia. Os seus ramos ou galhos se dividem para partes oppostas, ou em cruz, e do modo que se ve. A sua folha hé em tudo semelhante assm em cor, como em feitio a que se mostra. O seu sabor hé amorgoso.
Suas virtudes	A sua raiz cozida, e bebida a tintuea serve para fazer expurgar com suavidade a gonorrhoea curando-a, ou estancando-a ao mesmo tempo.
Grandeza	
Descrição	Este arbusto cresce a altura de quatro braços, e a sua caule principal esgalha para quatro partes oppostas, ou como em cruz. As suas folhas são do mesmo feitio, tamanho, e cor que se mostra. O seu sabor hé amargo.
Suas virtudes	O sumo da sua folha bebida serve para os oppilados, e hidropicos. A mesma folha posta em cima de qualquer inxação, principalmente a que vem a face pela defluxão dos dentes as desmancha logo.
Lingua de Maçarico	
Descrição	Cresce este arbusto a altura de duas braços, esgalhando para os lados do modo que se ve, cujas folhas em tudo semelhantes assim na cor, como no tamanho e feitio a natural: serve para o que abaixo de verá. O seu sabor hé doce e viscosa.
Suas virtudes	Pizado, serve para curar as feridas feitas com pao, e para puxar para fora o olho em qualquer pustema.
Erva ferrea	
Descrição	A caule principal deste vegetal se eleva a altura incerta, esgalhando do modo que se ve, e a mesma certeza segue a respeito do tamanho das suas folhas em tudo semelhantes a natural. O seu sabor hé doce.
Suas virtudes	A sua raiz sendo pizada emquanto tenra e ainda a cozimento della depois de seca serve para soldas, e as suas folhas cozidas para banhos dos entrevados.

Cravina	
Descrição	A caule principal deste arbusto cresce a altura de duas braças com pouca diferença, e os seus galhos, que em forma triangular lança para os lados são do mesmo feitio que aqui se ve, assim como a cor, comprimento, e largura das suas folhas. O seu sabor hé aromático e doce.
Suas virtudes	Serve pizada para se por por cataplasma em cima de qualquer ferida feita com ferro cortante, fazendo-a ligar sem muito trabalho.
Erva do Bicho	
Descrição	Esta erva não cresce mais a sua principal caule que a altura de huma braça pouco mais ou menos. A sua folha, e galho em tudo hé semelhante a que mostra a estampa, assim em figura como em cor. O seu sabor hé amargoso.
Suas virtudes	Serve fervida em agua para banhos, ou lavar os bexigentos na seca, e livra das postemas, que sobre vem depois.
Maria Preta	
Descrição	Este vegetal pouco cresce. Hé huma especie de ortiga macia. Esgalha para partes oppostas do modo que se ve, sendo as suas folhas em tamanho, feitio, cor, que se ve. O seu sabor hé doce.
Suas virtudes	Serve de mistura com outros vegetaes, que se não poderão descobrir, por não se achar na Povoação de Vna a pessoas que os conhecia, para puxar fora as potencias interiores.
Caroba	
Descrição	A caule principal deste vegetal cresce a altura de duas braças com pouca diferença. O seu modo de esgalhar hé o que se ve em tudo semelhante ao natural, assim como as suas folhas que tem o mesmo feitio, tamanho, e cor que se ve. O seu sabor hé muito amargoso.
Suas virtudes	Depois de pizada, serve para pôr cataplasma em cima das babas, e também para chagas que tiverem excessiva humidade, por causa de algum vazo linfático rôto.
Cipó d'Alho	
Descrição	Esta não hé a Arvore chamda d'alho de que fazem optimas cinzas para sabão, mas sim hé huma especie de cipo, que alastra bem unido a terra. Deita para partes oppostas duas folhas do mesmo tamanho, feitio, cor, de que se ve, e hé muito resplandecente pela principal face. Tomou este nome de cipó D'alho, porque o cheiro que se si lança a sua raiz em nada difere do mesmo alho, e de igual modo hé o seu sabor.
Suas virtudes	Hé especial contra veneno de cobras, e tão seguro que quem estiver em parte onde hajão estes cipós está livre de se encontrar com ellas. Os Indios tambem uzão, em algumas molestias de se fazerem ungir com o sumo da mesma raiz, para porvocar a transpiração.
Mamboca	
Descrição	Esta especie de cipó alastra a superficie da terra, e se estende a aste que lança, as arvores mais pertos, que tem de si, sendo a sua folha do comprimento, largura, e cor que mostra a planta, tanto de hum lado como de outro. O seu sabor hé doce.
Suas virtudes	A raiz pizada, e posta em cima da ferida de qualquer mordedura de cobra a cura, uzano ao mesmo tempo da sua agoa bebida. Serve também para curar chagas impetinentes, e refrea as chagas que se redilatão.
VEGETAES DA ALDEIA DOS INDIOS DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	
Erva de sangue	
Descrição	Cresce este vegetal a altura de tres braças, e os seus galhos lanção de si as flhas, que se mostrão em tamanho, feitio, e cor semelhantes a natural
Suas virtudes	Cozida a raiz em agua faz lanças as lombrigas.

Erva do bicho mais ardente	
Descrição	Cresce este arbusto a pouco mais de huma braça esgalhando por modo intrincado em roda sem termo certo. Qualquer das suas galhas hé do mesmo modo que aqui se ve, e as suas folhas do mesmo feitio e cor. O seu sabor hé ardente.
Suas virtudes	Serve para cristeis contra a corrupção e ainda para malinas.

